

04



04

# DISCURSOS

III SÉRIE

LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE

## A CONSTRUÇÃO DA EUROPA



*Universidade  
Aberta*

LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE

DISCURSOS

**DISCURSOS.**  
**Língua, Cultura e Sociedade**

**III SÉRIE N.º 4**

**A CONSTRUÇÃO**  
**DA EUROPA**



**Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares**

**Junho 2002**

**Coodernador**

Maria José Ferro Tavares

**Coodernadores deste volume**

Prof. Doutor João Luís Cardoso

(Vice-coodernador do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares — CEHI)

Mestre Pedro Flor

(Secretário do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares — CEHI)

**Edição e propriedade:**

UNIVERSIDADE ABERTA

**Execução técnica:**

GRÁFICA EUROPAM, LDA.

Mira-Sintra-Mem Martins

Depósito legal: 182206/02

ISBN:972-674-280-3

Junho 2002

## ÍNDICE

Apresentação .....	5
O território português no quadro das solidariedades comerciais Atlântico-Mediterrâneas do Bronze Final .....	7
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Geodinâmica e acções antrópicas: Dois elementos estruturantes na construção da Europa .....	55
ROSÁRIO BASTOS, ALVEIRINHO DIAS	
A Europa do desejo e dos projectos .....	81
ISABEL DE BARROS DIAS	
A ideia de Europa em Quinhentos: construções de um espaço reinventado .....	95
ANA PAULA AVELAR	
Uma face da construção da Europa .....	107
PEDRO FLOR	
Modelos de civilidade na Europa de Setecentos: práticas receptivas em Portugal .....	117
MARIA ALEXANDRA TRINDADE GAGO DA CÂMARA	
A construção historiográfica da Europa. A propósito da contemporaneidade na História .....	137
ADELAIDE COSTA	
Os historiadores e a Europa .....	151
MARIA ISABEL JOÃO	
Construir, desconstruindo a Europa — Tensões e medos (sécs. IV a XVII) .....	169
MARIA JOSÉ FERRO TAVARES	

## APRESENTAÇÃO

O presente número da *Revista Discursos* dedica-se à construção da Europa, não tanto na figura de território mas mais na sua evolução conceptual. Desde o nome às suas fronteiras, a Europa foi projectada a partir de si própria em interacção com migrações sucessivas de povos e de culturas que, desde os tempos mais remotos, nela penetraram pacificamente ou à força, miscigenando indivíduos e tradições culturais ou civilizacionais. O tema é actual, sobretudo, quando políticos e historiadores se interrogam sobre a Europa de hoje e a Europa do futuro. Aqui, procurámos olhar para o passado e como nele se revê, ainda hoje, a Europa nas suas nacionalidades, nas suas identidades e nas suas diferenças.

Ao longo dos tempos, a Europa e o seu território exerceram atracção sobre os povos da periferia terrestre ou de além Mediterrâneo, o Mare Nostrum da Antiguidade. Assumindo-se como um polo civilizacional, produtor e difusor de cultura/civilização, a Europa foi distinguindo o seu «mundo» do dos «bárbaros», do dos «pagãos» ou «gentios», ou dos «infiéis».

A razão da diferença foi sempre entendida num conceito de um *Ego* superior em relação aos Outros, conceito que legitimou domínios e impérios ao longo de milénios e de séculos; desejo que legitimou a vontade de pertença a uma civilização que era entendida como superior. Da confluência destes dois vectores, a Europa gerou-se, cresceu, transformou-se, alargou horizontes, saiu do território e comunicou com gentes de outras terras e de outros ambientes culturais e naturais. Moldou-se e procurou moldar os Outros à sua imagem. Criou sistemas de liberdade mas também de opressão e de aniquilação do Outro que lhe resistia. Foi reactiva às invasões, assimilou ou rejeitou ideias e religiões, assimilou

indivíduos e culturas, definiu princípios de tolerância e de intolerância no diálogo com outros povos e tradições.

Desta Europa erguida entre tensões e medos, dominadores e dominados, invasores e integrados, saíram também os ideais que marcaram e marcam o nosso mundo actual: liberdade, igualdade, fraternidade, democracia, tolerância, solidariedade, ideais que caracterizam a Civilização Ocidental. Dos ideais da Revolução Francesa partiu-se para o conceito de direitos individuais (Direitos do Homem, Direitos da Criança), consignados em dias do ano especialmente dedicados à sua lembrança, estendidos também às Mulheres, às Vítimas, às Minorias e atingiu-se o arquétipo do cidadão multicultural o qual nos move hoje a caminho de uma nova sociedade e de uma nova cidadania mais solidária e compreensiva em relação aos Outros.

*Maria José Ferro Tavares*

# O TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO QUADRO DAS SOLIDARIEDADES COMERCIAIS ATLANTO- -MEDITERRÂNEAS DO BRONZE FINAL

**João Luís Cardoso**

(Universidade Aberta e Academia Portuguesa da História)

“Sou um ocidental extremo para quem o Oriente é a fronteira de Hespânia. E sou exactamente o contrário d’isso mesmo — sou um ocidental extremo para quem, súbdito do mar e do céu, não há fronteira nenhuma”

*Fernando Pessoa*

O Bronze Final corresponde ao último período da Pré-História. O intervalo cronológico situável entre o princípio do século XIII (ou mesmo o anterior) e os finais do século IX/inícios do século VIII AC, é um dos mais ricos da pré-história portuguesa: com o aumento da informação arqueológica, foi possível levar a pormenorização da reconstituição histórica a um nível até então desconhecido, nas suas duas mais importantes vertentes: a económica e a social, a que se soma a cultural (incluindo, naturalmente, a componente religiosa). Acresce o facto de, no Bronze Final, ser já possível o aproveitamento das fontes escritas disponíveis para o conhecimento da realidade da época,

especialmente no concernente à Paleontologia dos povos antigos que ocuparam o território hoje português. Deste modo, o Bronze Final corresponde a uma fase de transição, da Pré-História para a Proto-História, justificando-se nesta última, sobretudo, ao nível da análise das fontes escritas, confrontando-as com a realidade arqueológica conhecida. Em tal domínio, têm avultado os trabalhos de Jorge de Alarcão. Neste estudo, a época em apreço será abordada sob uma perspectiva estritamente arqueológica e apresentada de forma mais sucinta que a riqueza e diversidade dos dados arqueológicos o permite. Por outro lado, para não sobrecarregar o texto, optou-se por não o pontuar de referências bibliográficas, indicando-se, contudo, no final do trabalho, toda a bibliografia utilizada.

Parece poder situar-se globalmente o fim do Bronze Pleno no território português na passagem do terceiro para o último quartel do II milénio AC: tais são as informações resultantes das escassas datações absolutas disponíveis. Nessa época, é possível admitir três grandes domínios geográficos, em função da exploração dos recursos naturais da sua simples posição no território: o Norte e Centro Interior (Minho, Trás-os-Montes e Beiras) com numerosos jazigos de estanho, que em boa parte já seriam objecto de exploração; o Sul (Alentejo e Algarve), onde abundavam os jazigos de cobre, em especial ao longo da faixa piritosa, então pontuada por “chapéus de ferro” constituídos por diversos elementos ou compostos entre os quais avultava o cobre nativo, para além do ouro e dos carbonatos de cobre (malaquites), também passíveis de exploração com os recursos tecnológicos da época; e, finalmente, a Estremadura, no sentido geográfico que lhe é conferido por Orlando Ribeiro, até ao Cabo Mondego, com uma ampla frente oceânica que, implantada entre esses dois grandes domínios, e fazendo a ligação entre ambos, constituía via privilegiada de acesso ao interior do território e ao escoamento de produtos dali oriundos através dos três principais vales que a atravessam, desde cedo constituídos em importantes vias de circulação e de comércio: a Norte, o Mondego; e a Sul, o Tejo e o Sado.

Na região entre Douro e Minho, na transição do II para o I milénio AC, onde uma economia agro-pastoril se encontrava florescente e estabilizada desde o Bronze Pleno, o povoamento parece dar continuidade ao vigente até então: dominam núcleos dispersos e abertos, sem preocupações defensivas, onde decorria, aparentemente, e sem sobressaltos de maior, intensa actividade

agro-pastoril: os povoados de Bouça do Frade (Baião), onde se encontraram estruturas subterrâneas de armazenamento, Monte Calvo e Lavra, documentam tal realidade, embora não seja impossível admitir que tenham integrado territórios mais vastos, administrados por populações sediadas em sítios altos e defensáveis como o Castelo de Matos. Com efeito, foi na região em apreço que teve início a Cultura Castreja do NW (Fase I A de A. Coelho), com base nos testemunhos registados em diversos sítios. Trata-se de locais implantados, em geral, em esporões rochosos dominando vales fluviais, onde se desenvolveria a agricultura a pecuária e por onde as produções mineiras (estanho e ouro), para além de outras mercadorias poderiam ser escoadas ou comercializadas, constituindo-se assim em importantes pólos de circulação.

Tais povoados possuíam cabanas ovais ou circulares, cuja origem é ainda pouco clara (provavelmente meridional), nas quais se desenvolveriam actividades muito diversas, com destaque para a metalurgia; as datações existentes para alguns deles, com dispositivos de defesa já envolvendo muralhas de alvenaria (Côto da Pena, Caminha) ou fossos e taludes (S. Julião, Vila Verde) indicam os finais do II milénio AC/inícios do milénio seguinte, sendo, deste modo, contemporâneos do povoado aberto da Bouça do Frade (Baião).

Ainda no Minho, ao longo do vale do Cávado, A. Bettencourt identificou, no Bronze Final, a coexistência de três tipos de implantação humana: em sítios de portela, dominando a comunicação com os vales, sediavam-se os povoados mais importantes, de carácter permanente; foram tais locais, frequentemente com manifestações de arte rupestre do “tipo galaico-portuguesa”, que, nalguns casos, se afirmaram no decurso da Idade do Ferro. Trata-se, pois, de sítios que revelam a consolidação do processo de sedentarização das populações, em consequência directa de uma prática agro-pastoril cada vez mais complexa e intensiva. Um segundo e terceiro tipo de implantação, diz respeito a povoados de menor duração, sem continuidade pela Idade do Ferro, em zonas mais baixas, mais directamente relacionadas com os terrenos aluvionares dos fundos dos vales, de alta aptidão agrícola. Esta situação revela a existência, já nos finais da Idade do Bronze, de uma hierarquização do povoamento. Assim, os povoados de altura, deteriam um importante papel como centros estruturantes da ocupação humana, tanto do ponto de vista económico e social, como ainda

simbólico do poder neles sediado, ali se efectuando cerimónias religiosas, que hoje totalmente nos escapam, como parecem sugerir as manifestações de arte rupestre neles existentes: é o caso dos povoados de Falperra (Braga), Roriz (Barcelos), S. Lourenço (Esposende) e S. Julião (Vila Verde), entre outros. Era ali que residiam as elites, talvez já estruturadas em linhagens hereditárias. Ao mesmo tempo, nos povoados de implantação mais baixa, praticar-se-ia uma agricultura intensiva, conforme é comprovado pela existência de numerosas fossas abertas no saibro (Bouça do Frade, Baião), utilizadas como silos, o que denuncia, outrossim, assinalável tendência para a sedentarização, mesmo em povoados secundários.

A existência de sítios altos e defensáveis, tem equivalente noutras áreas do interior, como é o caso dos povoados da Beira Baixa, estudados por R. Vilaça: trata-se povoados de Castelejo (Sabugal); Monte do Frade (Penamacor); Alegrios e Moreirinha (Idanha-a-Nova), globalmente situados, com base nos resultados das datações de radiocarbono efectuadas, entre os séculos XII/XI e IX AC. No povoado do Monte do Frade, objecto de uma sua ulterior reinterpretação, a área construída na parte superior do monte ter-se-ia limitado a uma cabana, cercada de penedos, alguns deles com “fossettes” insculturadas. Muito embora estes motivos rupestres possuam longa cronologia, desde pelo menos o Neolítico Final, a sua presença foi relacionada no Bronze Final, com grupo o humano ali instalado talvez uma única família, dada a pequenez da área construída, que não ultrapassava os 126 m<sup>2</sup>, com ascendência sobre o todo social, ocupando o sopé do monte; a ser assim, as referidas manifestações artísticas, seriam expressão de práticas religiosas, cujo exercício era reservado a uns poucos; é nítida a semelhança com a situação descrita por A. Bettencourt para os povoados de altura do vale do Cávado.

Ainda que seja aliciante e, mesmo, lógica, a possibilidade de a cultura castreja remontar ao Bronze Final, é, para S. Oliveira Jorge discutível que, de facto, o povoamento de altura que se vislumbra no Bronze Final esteja na origem daquela a qual foi objecto de notável estudo de caracterização por Armando Coelho. Segundo a autora, não só tal estratégia se encontra documentada, especialmente no Bronze Final II em outras regiões, como a Estremadura e o Alentejo, como, na própria área geográfica correspondente, nem sempre os sítios continuaram ocupados na Idade do Ferro, ou foram-no noutros sectores dos correspondentes ao Bronze Final, como

é o caso de S. Julião e de Barbudo. Outros sítios que aparentemente continuaram a ser habitados em continuidade (Coto da Pena, Caminha) podem ter sofrido transformações habitacionais, no decurso do século VII/VI AC, ainda difíceis de avaliar, dada a ausência de monografias detalhadas ao nível de cada povoado.

Deste modo, a ocupação de sítios altos, no final da Idade do Bronze, por todo o Norte e Centro de Portugal, sugere a existência de elites com prestígio acumulado, a quem competia o exercício de funções temporais e religiosas, e manutenção da coesão e estabilidade sociais de cada uma destas comunidades, individualizadas entre si não só territorialmente mas também do ponto de vista cognitivo. Às elites referidas estaria reservada a posse e controlo da terra e das respectivas produções agro-pastoris, bem como das zonas de exploração mineira e das vias de circulação que permitiam a comercialização de tais matérias-primas, o que requeria, naturalmente, a existência de uma elite capaz de representar e fazer valer os direitos da comunidade, se necessário fosse, de forma violenta. Parece, no entanto, que o nível de conflitualidade era contido, como sugere a ausência de muralhas e de armas entre os espólios dos povoados; a baixa densidade de ocupação, deixando livres vastas áreas para a agricultura e pastoreio, repartidas pelos diversos núcleos, todos de pequenas dimensões, obviaram a situações de conflito efectivas.

No Monte do Frade (Penamacor), a possibilidade de ter sido apenas uma pequena elite a ocupar o seu topo, é ainda sugerida pela ocorrência de uma faca de ferro, anterior à generalização do uso deste metal no ocidente peninsular. À época, o ferro constituía certamente uma matéria de elevado custo, conferindo prestígio e estatuto aos seus possuidores. Facas curvas de ferro foram recolhidas no povoado da Moreirinha, também datado entre os séculos XII/XI e IX AC, correspondendo, igualmente, a introduções exógenas e, repita-se, mais a itens sócio simbólicos do que a peças funcionais. Ao contrário das peças aludidas, nada há, no restante espólio que não indique produções locais, incluindo de peças de bronze, o que não significa ausência de trocas comerciais trans-regionais: a presença de cerâmicas de ornatos brunidos do tipo “Lapa do Fumo/Alpiarça”, de Sabugal aos estuários do Tejo e do Sado, revela justamente o contrário, expressando as rotas de escoamento do estanho, aproveitando o vale do Tejo. Por outro lado, existem cerâmicas do tipo “Carambolo” nos povoados da Moreirinha e da Cachouça,

situados no sul da Beira Interior, as quais, embora excepcionais, revelam influências andaluzas, pela via continental, enquanto que as cerâmicas, igualmente muito raras, do “tipo Baiões”, presentes nos povoados de Alegrios e de Cachouça, indicam conotações com o mundo do Bronze Final da Beira Alta. Enfim, tal como o observado no Minho, também na Beira Baixa se encontraram cerâmicas do “tipo Cogotas”, em Moreirinha e Monte do Frade, o que mostra a existência de relações com a região espanhola da Meseta, estendidas a toda a parte Norte e Centro do território português, no decurso do Bronze Final.

Na Beira Alta, caracterizou-se arqueologicamente um grupo com expressão cultural designado por “Baiões/Santa Luzia”, sendo dele particular um determinado conjunto de formas e decorações cerâmicas.

Trata-se das cerâmicas ditas do “tipo Baiões”, designação que integra um determinado conjunto de formas mais ou menos padronizadas de bom acabamento, com superfícies brunidas, lisas ou, mais raramente, decoradas. Admitiu-se que o sistema de povoamento respectivo se baseava em sítios de altura, a partir dos quais se administravam territórios com delimitações precisas. Estes eram atravessados por “corredores” de circulação trans-regional cuja importância foi salientada por J. C. de Senna-Martinez, por onde eram comerciados objectos de bronze, entre os quais adornos, destinados às elites locais, que cedo teriam estabelecido alianças políticas entre si (talvez fortalecidas por laços matrimoniais). Assim se terá viabilizado não só aquele comércio — com a obtenção das consequentes mais-valias — mas também favorecido a rápida adopção de novas tecnologias metalúrgicas, expressas na reprodução local de modelos metálicos exógenos. Tratava-se, pois, de um equilíbrio que a todos interessava, alicerçado em pactos de boa vizinhança e de solidariedades económicas, sem embargo da existência de um clima de competitividade, a que correspondia a necessidade do estabelecimento e manutenção dos aludidos pactos. O início do povoamento de altura pode, também aqui, situar-se ainda nos finais do II milénio AC: é o que indicam as datações absolutas disponíveis para os Castros de S. Romão (Seia), Santa Luzia (Viseu) e Nossa Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul), todos eles ainda provavelmente ocupados no decurso do século VIII AC. Ter-se-ia verificado, nesta 2.<sup>a</sup> fase do Bronze Final, abarcando na região os séculos X a VIII AC, intensificação do comércio trans-regional, sobretudo do estanho, para o Sul, o que conduziu à

emergência de locais centrais como os referidos, onde se coordenaria aquela actividade, de que o último dos castros referidos é expressivo exemplo.

Na Estremadura, desprovida de estanho e sendo o cobre muito escasso, quase inexistente, desenvolveu-se uma intensa especialização agro-pecuária, aliás comum às restantes áreas geográficas mencionadas, a qual não dispensou a continuidade das práticas de recollecção, tanto de produtos florestais (glandes de *Quercus* sp.) como litorais, para além da caça e da pesca, cujos testemunhos são frequentes. É neste contexto que se explica a presença de numerosos casais agrícolas ou de pequenos povoados dispersos na região em torno de Lisboa, ocupada por solos de alta aptidão cerealífera, intensamente praticada. Tal como no Norte, é possível que a génese destes povoados abertos seja anterior ou tenha acompanhado a emergência de sítios de altura: é o que sugere o resultado das cinco datações pelo radiocarbono do povoado aberto, implantado em encosta suave e adjacente ao estuário do Tejo, da Tapada da Ajuda, correspondentes ao início do Bronze Final, cerca de meados do século XIII AC. A comunidade pacífica ali instalada, habitando casas de planta elipsoidal de alvenaria de blocos basálticos — com antecedentes locais, como se conclui pelas cabanas campaniformes de Leceia — dedicava-se à criação de animais domésticos (ovinos, bovinos e suínos) e à intensa recollecção e à pesca, no estuário — como as suas antecessoras calcolíticas — e, em menor escala, à caça do veado. Porém, a actividade principal era a produção intensiva e extensiva de cereais (por certo do trigo), expressivamente documentada pelas centenas de elementos de foices denticulados sobre lascas de sílex originalmente montados em cabos de madeira, igualmente abundantes noutros povoados do mesmo tipo da região, como o do Alto das Cabeças, em terrenos actualmente ocupados pelo Taguspark (Oeiras). O volume potencial de tais produções ultrapassaria em muito as necessidades domésticas da comunidade que ali vivia. Deste modo, a laboriosa actividade sedentária e pacífica desenvolvida na Tapada da Ajuda, paradigma dos numerosos locais situados nos arredores de Lisboa, em boa parte inventariados por G. Marques, só poderá ser devidamente compreendida se integrada numa estrutura sócio-económica organizada à escala regional, ancorada em núcleos demográficos mais importantes, a partir dos quais se administrariam territórios bem delimitados: em um destes se integraria o povoado da Tapada da Ajuda, talvez dependente do importante

povoado de altura do Bronze Final situado na colina do Castelo de S. Jorge, do qual ainda muito pouco se sabe.

Que este modelo de exploração intensiva da terra se prolongou, na região, até fase tardia do Bronze Final, é-nos indicado pelas datas de radiocarbono obtidas por L. Barros no casal agrícola da Quinta do Percevejo (Almada) indicando ocupação dos séculos XI/X AC. Haveria, deste modo, uma estrutura de poder político emergente, no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou de pequenos povoados abertos, unidos certamente por laços de parentesco. Assim sendo, a emergência de povoados de altura na região – fenómeno também observado nas restantes áreas culturais do País, marcando visualmente a paisagem – é indissociável da afirmação de centros de poder administrativo (que eram também de carácter económico) e da correspondente fragmentação do espaço geográfico em territórios circunscritos. A correspondência de cada comunidade a um determinado território, cuja “cabeça” seria corporizada por um povoado de altura, fortificado ou não, servindo de referência visual e simbólica a toda a comunidade, poderá estar na origem de uma estrutura social que perdurou até à Romanização, sobretudo no Norte, com a sequente afirmação da Cultura Castreja. Com efeito, os aludidos territórios funcionavam não só como áreas de produção primárias, tanto de bens alimentares, como de manufactura e transformação de matérias-primas, mas ainda como espaços por onde circulavam os produtos comercializados, ao longo dos caminhos que os percorriam, alguns de origem seguramente muito antiga, calcolítica ou mesmo neolítica, mas que seriam doravante apropriados pelas comunidades sediadas nos referidos povoados de altura, ou das elites que as representavam; a emergência de elites, parece ser, efectivamente, uma realidade nova e incontornável do Bronze Final, sendo indispensável, como bem sublinhou J. de Alarcão, à gestão interna dos centros demográficos de maiores dimensões, como alguns, já então existentes tanto no Alto como no Baixo Alentejo (como o povoado de altura da Coroa do Frade, Évora, do qual, porém, muito pouco ainda se sabe). Na Estremadura, conquanto ainda não se tenha escavado nenhum grande povoado de altura sobretudo no final do Bronze Final, a sua existência mantém-se em aberto (caso do castelo da Amoreira, situado na região de Loures), para além de numerosos sítios de altura, com excelente visibilidade, como o Penedo de Lexim e o Cabeço de Moinhos (Mafra), Ota (Alenquer), Castelo dos Mouros (Sintra), Cabeço

Mouro (Cascais) e Monte da Pena (Torres Vedras). Pelo menos em cinco deles foram recolhidos fragmentos de cerâmicas finas, com ornatos brunidos, os quais, para além de se poderem associar ao quotidiano das elites, configuram uma etapa tardia do Bronze Final, situável entre os séculos XI e IX AC (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados homólogos do Sul da Beira Interior, onde se recolheram, como atrás se disse, fragmentos destas cerâmicas. Com efeito, na Tapada da Ajuda, o único povoado estremenho datado do início do Bronze Final (Bronze Final I), não se recolheu um único fragmento destas cerâmicas, apesar dos milhares de elementos compulsados.

A ausência de estanho e de cobre (ao menos em quantidades mínimas para ter algum interesse comercial), não impediu a Estremadura de os obter, por trocas comerciais, com o Norte e Centro, através do vale do Tejo, ou da navegação litoral e fluvial com o Alentejo, usando a via natural de circulação que é o Sado; da primeira provinha o estanho, enquanto a segunda fornecia o cobre, ambos provavelmente já reduzidos a lingotes. Com efeito, a prática de metalurgia nesta região, encontra-se exemplarmente documentada pelo molde de foices de talão achado em Casal Rocanes, Cacém (Sintra); tais foices, designadas por foices de “tipo Rocanes”, substituíram, em fase tardia do Bronze Final (ao longo do século IX AC) as suas antecessoras de madeira e sílex, denunciando as melhorias introduzidas ao nível do sistema produtivo, cujos benefícios justificaram, por outro lado os investimentos em tais equipamentos, de produção dispendiosa (**Fig. 1**). No território português, foram até ao presente publicados 25 exemplares deste modelo, distribuídos pelo Centro e Sul do País, com apenas duas excepções, a Norte do Douro, onde tal modelo era também fabricado, como se conclui pelo molde escavado em rocha granítica do castro de Álvora; deste modo, no território estremenho é fácil antever, nos excedentes de produção cerealífera e nas mais valias decorrentes de posição estratégica desta região face ao comércio transregional do cobre e do estanho, as bases económicas suficientes para assegurar o abastecimento das populações residentes em cobre e em estanho, sob a forma de lingotes, ou dos próprios objectos manufacturados. Como exemplo, também da fase tardia do Bronze Final (II), é de referir a abundância de machados de bronze de alvado, cuja maior concentração se observa precisamente na área estremenha, tal como a dos machados unifaces de talão, segundo a distribuição apresen-

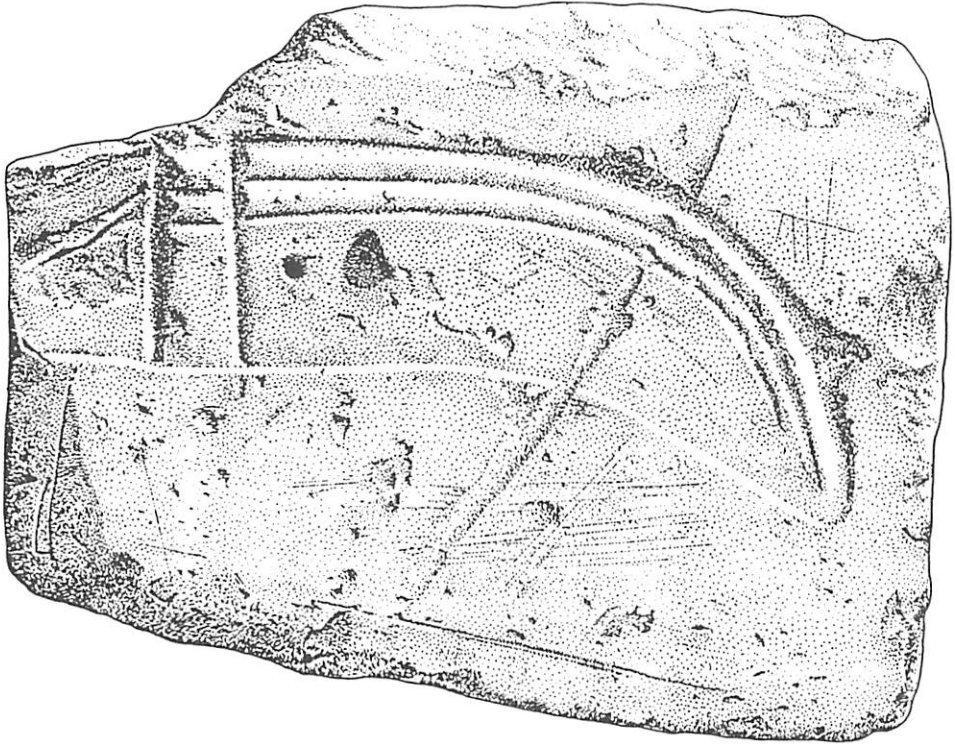


Fig. 1 — Molde uniface para produção de foices de talão, do “tipo Rocanes”, recolhido no local epónimo, Casal Rocanes, Cacém, Sintra (desenho inédito de H. Figueiredo, cedido por J. R. Carreira). Comprimento máximo: 21,2 cm.

tada tanto por L. Monteagudo, em 1977 como por A. Coffyn (1985) (Fig. 2).

O mapa de distribuição apresentado por este último autor para os três tipos artefactuais referidos – foices do tipo Rocanes, machados de alvado de duas argolas e machados planos de talão — mostra que a única área em que coexistem, no ocidente peninsular, é a Estremadura. Sejam ou não de fabrico local (apenas provado para as foices), a presença destes materiais, de produção dispendiosa, revela a capacidade económica atingida no Bronze Final II pelas populações residentes na Estremadura. Sem recursos naturais que justificassem a emergência de elites por simples processo de acumulação da riqueza, visto não se crer que os recursos potenciais de tipo agrícola

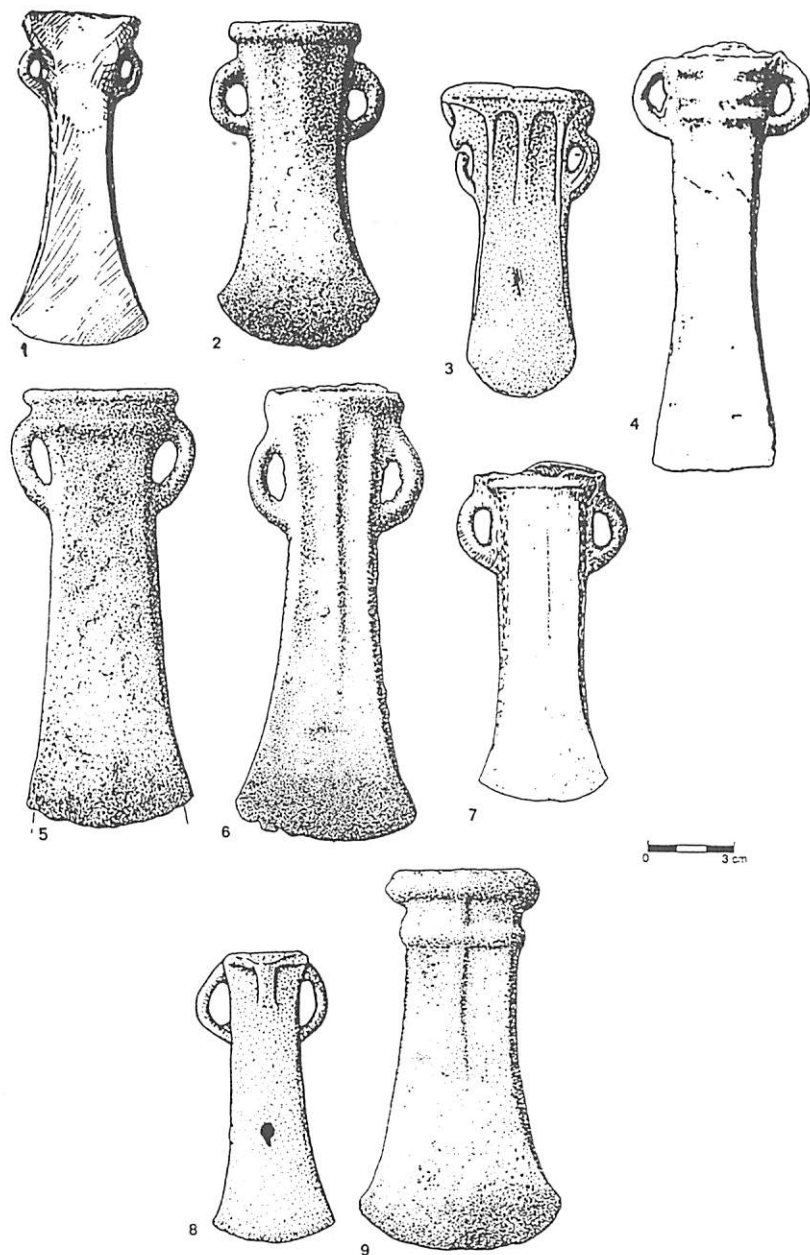


Fig. 2 — Machados de alvado da baixa Estremadura: 1 — Pedreiras (Sesimbra), 2 — Arruda dos Vinhos; 3 — Castro da Ota (Alenquer); 4 — Penedo de Lexim (Maфра); 5 — Abrigada (Alenquer); 6 — Alfarim (Sesimbra); 7 — Casa da Moura (Torres Vedras); 8 — Cabeço de Moinhos (Maфра); 9 — Alfarim (Sesimbra) (Seg. Cardoso, 1998-1999).

tenham sido suficientes para tal, a génese e florescimento das elites do Bronze Final II só poderá ser eficazmente compreendida pela própria metalurgia do bronze e consequente comercialização dos produtos manufacturados: os detentores do poder, actuariam como intermediários na circulação de tais bens — onde também se poderiam incluir os minérios de cobre e de estanho sob a forma de lingotes — arrecadando as mais-valias da respectiva distribuição, tanto a nível local como, sobretudo, no âmbito transregional e, até, extra-peninsular.

De facto, no quadro das solidariedades comerciais atlântico-mediterrâneas então estabelecidas, a importância da Estremadura decorre imediatamente da sua excepcional posição geográfica, servida por excelentes ancoradouros, a começar pelos existentes nas zonas vestibulares do Mondego, do Tejo e do Sado. Assim se explica as numerosas peças encontradas em sítios do Mediterrâneo Central (Itália, Sardenha e Sicília), inventariadas por Lo Schiavo, de onde se destaca o célebre depósito do Monte Sa Idda (Sardenha), atribuível aos séculos X ou IX AC, o qual incluía abundantes peças de modelo peninsular, muito provavelmente oriundas da Estremadura portuguesa (Fig. 3).

Aos argumentos aduzidos a favor do sucesso económico das populações estremenhas do final do Bronze Final, podem juntar-se os decorrentes da exploração de produtos de alta valia, disponíveis nos estuários do Tejo e do Sado e na zona oceânica a eles adjacente. Trata-se do sal, cuja exploração, no Bronze Final, embora não se encontre demonstrada, seria altamente provável, à semelhança do verificado no Sudeste peninsular, e ainda do ouro aluvial, tanto nas praias modernas como nos depósitos sedimentares pliocénicos existentes de ambos os lados do estuário (em Oeiras, Almada e na Adiça), provavelmente explorado já no Calcolítico (caso do sítio campaniforme do Miradouro dos Capuchos, Almada). Aliás, nos referidos locais a exploração do ouro foi uma realidade (al-madan = a mina, em árabe), tanto na época medieval, como nos tempos modernos, conhecendo-se mesmo os quantitativos extraídos no decurso do primeiro quartel do século XIX, indicados pelo Barão de Eschwege (1830). Com efeito, o sítio da quinta do Marcelo (Almada), situado perto da orla costeira, datado pelo radiocarbono nos séculos XI/X AC e IX AC, foi atribuído por L. Barros a acampamento sazonal especializado no garimpo das areias auríferas. Ali se recolheu o que poderá ser uma copela e pilões de pedra, para o esmagamento

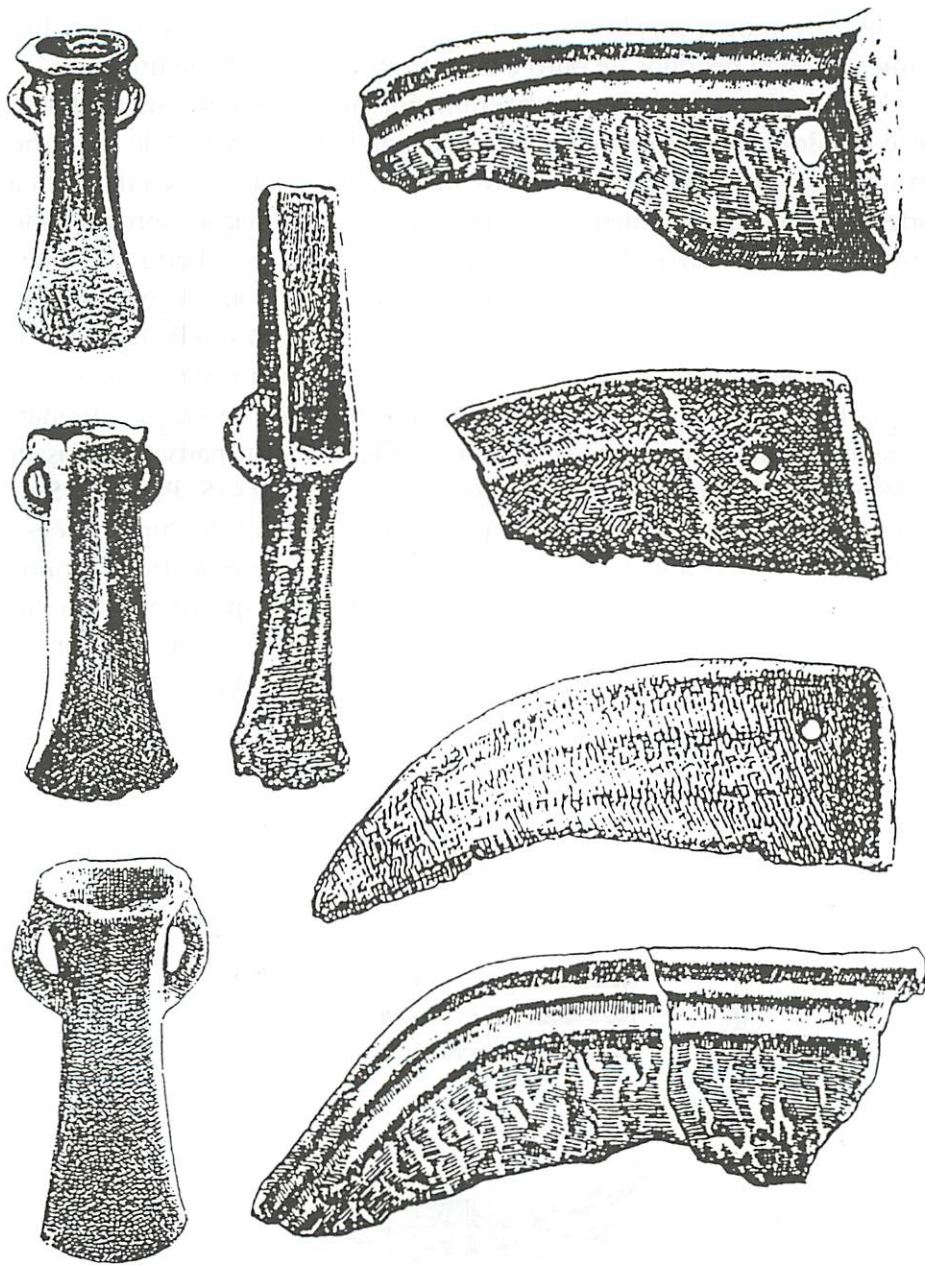


Fig. 3 — Bronzes do Monte Sa Idda, Sardenha, de produção peninsular, provavelmente estremenha, ou de imitação local (seg. Taramelli, 1921). Escalas diferentes.

do minério; também em abono desta actividade no referido local, a análise química revelou resíduos de ouro e de mercúrio, no fundo de uma taça.

Com aquele ou outro ouro se fizeram jóias auríferas, outro indicador da existência de elites no Bronze Final II. O exemplo mais notável do território português é o colar do casal de Santo Amaro, encontrado cerca de 2 km a Norte de Sintra, aparentemente numa sepultura de inumação, aproveitando o espaço formado por duas bancadas de calcário e coberta por lajes irregulares. A tipologia da peça, sem dúvida a mais notável jóia pré-histórica encontrada em território português — hoje no Museu Britânico — é única, agregando três elementos que, vistos isoladamente poderão assimilar-se a colares simples maciços de ouro fundido, de secção circular, decorados por motivos geométricos incisos (**Fig. 4**). Neste particular, possui paralelo evidente nos colares de Senhora da Guia, Baiões (S. Pedro do Sul) e em vários achados da Estremadura espanhola (colares do “tipo Baiões” ou “Sagrajas/Berzocana”). As extremidades dos três elementos referidos foram soldadas por fusão adicional, enquanto o respectivo fecho foi considerado por B. Armbruster como resultante de um reaproveitamento de bracelete do tipo “Villena/Estremoz” . Ambos os tipos de jóias são

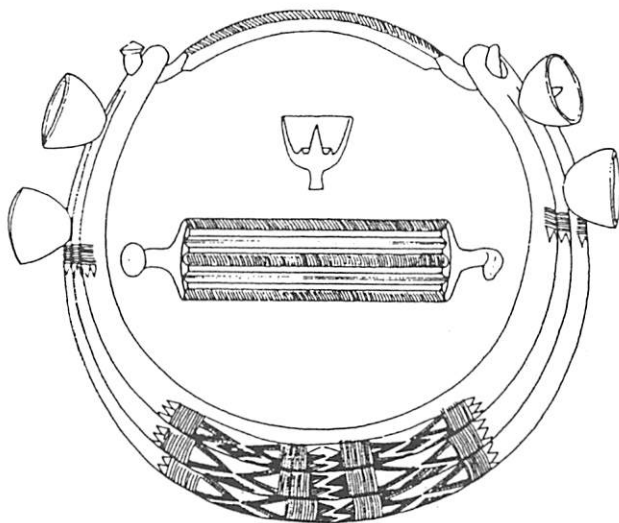


Fig. 4 — Colar de ouro do Casal de Santo Amaro, Sintra (seg. Kalb, 1990-1992).

considerados de filiação atlântica, mais acentuada no caso dos colares, enquanto as quatro campânulas fixadas por rebitegem a ambas as extremidades do aro central, são comparáveis aos terminais dos braceletes de Torre Vã (Ourique), cuja filiação mediterrânea é evidente. Assim sendo, o colar de Sintra afigura-se como a síntese de elementos de tecnologia e de tipologia muito diferentes, exprimindo exemplarmente a reunião de culturas de que a Estremadura foi palco, nos derradeiros momentos da Idade do Bronze. Está-se, por conseguinte, perante um processo em que tradições culturais diversas foram incorporadas de forma mais ou menos harmoniosa, dando lugar a uma realidade material nova. Assim sendo, esta como outras peças auríferas, como o bracelete de Cantonha (Guimarães), reflectem, em si mesmas, a originalidade cultural e a pujança criativa das comunidades do Bronze Final do ocidente peninsular, neste caso corporizadas por elementos reservados ao uso das respectivas elites.

A quantidade de ouro disponível e em circulação nesta época é expressivamente salientada pelo peso de 1264 g do colar de Sintra. O ouro abundava na Irlanda e também nas Astúrias, aqui sob a forma aluvial. Com efeito, A. Mederos Martin valorizou esta última região como fonte provável do tesouro de Villena (Alicante), que corresponde ao conjunto aurífero pré-histórico europeu mais importante de recipientes, tanto em número de peças, como em peso absoluto, logo a seguir ao recolhido em Micenas. Porém, a ausência de análises químicas sistemáticas dificulta a discussão desta questão, aumentada pela possibilidade de refusão de peças mais antigas, como bem assinalou A. Perea.

Apesar das reservas apontadas, os resultados das análises feitas a elevado número de jóias da Europa Atlântica, por Hartmann e Sangmeister, poderão servir de base para reflexão: um dos grupos auríferos isolados (Grupo N) na fachada ocidental peninsular é extremamente abundante na Dinamarca e na Irlanda, de onde poderia ser, conseqüentemente, originário. O fluxo aurífero de Norte para Sul encontraria, ainda, nalgumas peças do quotidiano, como as foices de alvado — de que se conhecem diversos exemplares em Portugal, com destaque para o conjunto recolhido no castro de Senhora da Guia (Baiões) — elemento abonatório, para além de outras peças, mais raras, como os espetos articulados de bronze, de tipo atlântico, encontrados tanto na Estremadura, como na Beira Interior; tal como, seguindo caminho inverso, se podem invocar fluxos de Sul para Norte, com

base nos achados de machados de alvado, de talão unifaces e do tipo “Reguengo Grande” (da localidade epónima do actual concelho de Lourinhã) na Bretanha, Inglaterra, Irlanda e Escócia. Aliás, uma das provas mais sugestivas dos contactos então estabelecidos entre o mundo norte-atlântico e o Portugal Central é representada pela ocorrência de contas de âmbar do Báltico: é o caso dos exemplares recolhidos no povoado de Moreirinha (Idanha-a-Nova), cuja análise química confirmou origem báltica. As outras ocorrências correspondem também a contas e provêm, igualmente, de povoados; no castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul) encontrou-se mesmo um bloco de âmbar, que sugere transformação em contas no local, mais ao gosto das respectivas populações, o que explicaria a heterogeneidade tipológica de tais peças. A este produto de luxo, poder-se-iam juntar as contas de colar de pasta vítrea, anteriores à presença fenícia no litoral, dadas a conhecer por R. Vilaça, do povoado de Cachouça, que mostram a existência de outros produtos exógenos no Bronze Final ou logo no início da Idade do Ferro regional oriundos do Mediterrâneo, que acompanhariam as peças de ferro já referidas.

O Sul configura estratégia de povoamento semelhante à verificada no Centro, no Norte e na Estremadura; os numerosos povoados fortificados já identificados parecem relacionar-se, sobretudo, com a proximidade de importantes minas de cobre ou com a circulação, ao longo do Guadiana, do respectivo minério. Alguns dos povoados de altura alentejanos, vastos e com monumentais dispositivos defensivos do Bronze Final (é o caso de Coroa do Frade, Évora), possuíam, nalguns casos, milhares de habitantes, tornando incontornável a existência de uma sociedade estratificada, na qual uma determinada elite detinha o poder, que só nesta fase avançada do Bronze Final plenamente se afirma, na sequência de longa evolução, iniciada desde pelo menos o Final do Calcolítico.

No entanto, a recollecção litoral continuou a ser actividade importante, assumindo provavelmente um carácter sazonal, documentada pelos sítios abertos de Cerradinha, junto à lagoa de Santo André (Santiago do Cacém) e de Pontes de Marchil, sobre a ria de Faro, entre outros. Verifica-se, pois, a existência de um polimorfismo no tocante às características dos sítios habitados, envolvendo povoados de diferentes dimensões e com distintas características de implantação geográfica, desde as praias litorais, passando por territórios abertos, a colinas e mesmo a

elevações, defendidas naturalmente ou ainda com recurso a dispositivos construídos para o efeito, recorrendo a muralhas, aterros ou fossos.

Em conclusão do que se referiu, o Bronze Final é caracterizado, pelo aumento notável do número e variedade tipológica das produções metalúrgicas, cuja tipologia fornece pistas não só para a reconstituição da sucessão das produções, mas também para o conhecimento das grandes vias de comércio trans-regional. É neste contexto que tem cabimento a expressão de “Bronze Atlântico”, realidade de expressão cultural que não deve ser confundida com a expressão “Bronze Final” de natureza essencialmente cronológica. Porém a sobreposição dos dois conceitos é quase uma inevitabilidade, visto o primeiro se referir ao apogeu do comércio e circulação de objectos metálicos, o qual se verificou, precisamente, no Bronze Final. Deste modo, é usual admitir-se uma fase inicial, entre os séculos XIII e X AC, no decurso da qual se afirmam as produções de carácter atlântico, mescladas com outras de índole mais marcadamente regional, como os machados de talão e duplo anel, característicos das regiões estaníferas do NW peninsular. As lanças de alvado, e as raras espadas do tipo pistiliforme (e a sua variante, em “língua de carpa”) conhecidas em território português, com distribuição mais alargada, de âmbito atlântico, documentam a integração do actual território português (afinal, uma estreita faixa entre o Oceano e a vasta região do interior peninsular) numa complexa rede de intercâmbios entre elites, a qual, há já mais de 50 anos fora devidamente assinalada por E. Mac White (**Fig. 5**).

Ainda no domínio das armas, são de referir as pontas de lança, de alvado, algumas do “tipo Vénat”, as quais, conjuntamente com peças mais raras, como o capacete de crista ponteaguda proveniente do Castro de Avelãs (Bragança), os caldeirões de tipo irlandês de Caldelas (Amares), os espetos articulados como o recolhido no Monte da Costa Figueira (Paredes) ou, enfim, os ganchos para carne, com exemplares no depósito de Solveira (Montalegre) e no Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul) são outras tantas peças que, sendo de clara filiação atlântica, reforçam os laços identitários do Norte do território português com a Europa setentrional. Tratava-se de um processo de solidariedades fortemente interactivas, estabelecidas entre grupos autónomos, que não possuíam entre si quaisquer laços formais, a não ser aqueles que resultavam da partilha dos mesmos princípios no exercício do poder e dos objectos a ele associados: nesse

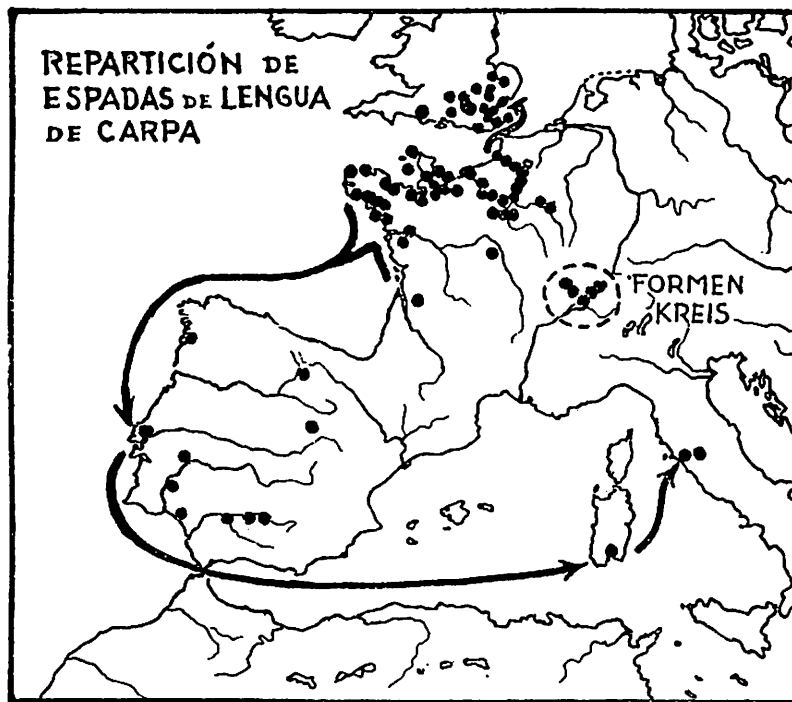


Fig. 5— Já em 1955 E. Mac White assinalava a existência de vastas trocas comerciais entre o Norte Atlântico e o Sul Mediterrâneo, no caso ilustradas pela distribuição das espadas (seg. Mac White, 1951). Os achados foram, entretanto, consideravelmente aumentados, sem alterar contudo, o quadro geral esboçado pelo autor.

sentido, será lícito admitir um fundo cultural comum, das Ilhas Britânicas ao Mediterrâneo, a que se pode aplicar a designação de “Bronze Final Atlântico”, fazendo a síntese entre os dois conceitos supra referidos.

Este sistema de solidariedades foi justificado pelos interesses económicos, com mútuas vantagens para todos, devido à sua complementariedade existente: a circulação de minérios e de produtos manufacturados generalizou-se, na proporção directa em que se excediam as necessidades locais de produção e aumentava, deste modo, a sua procura exógena. Esta situação, que caracterizou a fase mais recente do Bronze Final, explica o estabelecimento de permutas do estanho do Noroeste peninsular e da Cornualha, do cobre das Astúrias, do Sul peninsular e da Irlanda, além do ouro, de obtenção mais disseminada.

No segundo momento do Bronze Final ou Bronze Final II, do século X até o século VIII AC (inclusivé), sem abandono das redes de comércio anteriores, assistiu-se ao incremento das relações mediterrâneas, acompanhada da explosiva produção metalúrgica, de uma grande diversidade (armas, utensílios, adornos). Relembre-se que estas eram conhecidas desde meados do II milénio AC, no Bronze do Sudoeste onde algumas peças metálicas (punhais e espadas) revelavam influências argáricas. Não espanta, deste modo, que no território português se tenham então generalizado objectos de adorno destinados às elites, facilmente transportados, como as fíbulas de cotovelo, cuja origem cipriota é evidente, difundidas para Ocidente a partir das ilhas do Mediterrâneo Central (Sicília, Sardenha) e rapidamente copiadas localmente: identificaram-se exemplares tanto no centro, como no sul. As fíbulas de cotovelo e as suas sucedâneas, de dupla mola, inscrevem-se na indumentária das elites do Bronze Final II (Fig. 6). O sítio da Quinta do Marcelo forneceu, em associação estratigráfica, um exemplar de cada tipo destas fíbulas, segundo L. Barros. A fíbula de cotovelo ali encontrada corresponde ao modelo cipriota, possuindo, nos exemplares do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior) publicados por J. R. Carreira, e nos da Ria de Huelva, os seus paralelos mais próximos. Tal como este último sítio, o da Quinta do Marcelo data do século IX AC. Assim sendo, a fíbula de dupla mola dali oriunda afigura-se como um dos exemplares peninsulares mais antigos; trata-se, com efeito, de modelo a que A. Coffyn atribuiu origem na zona mediterrânea da Península Ibérica, por evolução local das fíbulas de cotovelo.

O desenvolvimento dos povoados fortificados, tanto no Norte como no Sul, no decurso do Bronze Final, acompanharia o movimento generalizado de reforço das elites, expresso pelas peças supra referidas, entre outras, em torno da autoridade do chefe, de cariz guerreiro, mas também religioso.

Os objectos encontrados, tanto na Europa atlântica, como na bacia mediterrânea, demonstram que a circulação comercial se faria nos dois sentidos. Ao nível estritamente arqueológico, verifica-se, pelos exemplos referidos, que aos numerosos materiais de origem atlântica que têm sido encontrados no Mediterrâneo Central, ou mesmo no Mediterrâneo Oriental, como parece demonstrar o achado de espeto articulado em sepultura de Amathonte, Chipre, idêntico a exemplares portugueses, se contrapõe um testemunho incontornável da influência de sinal contrário, expressa por

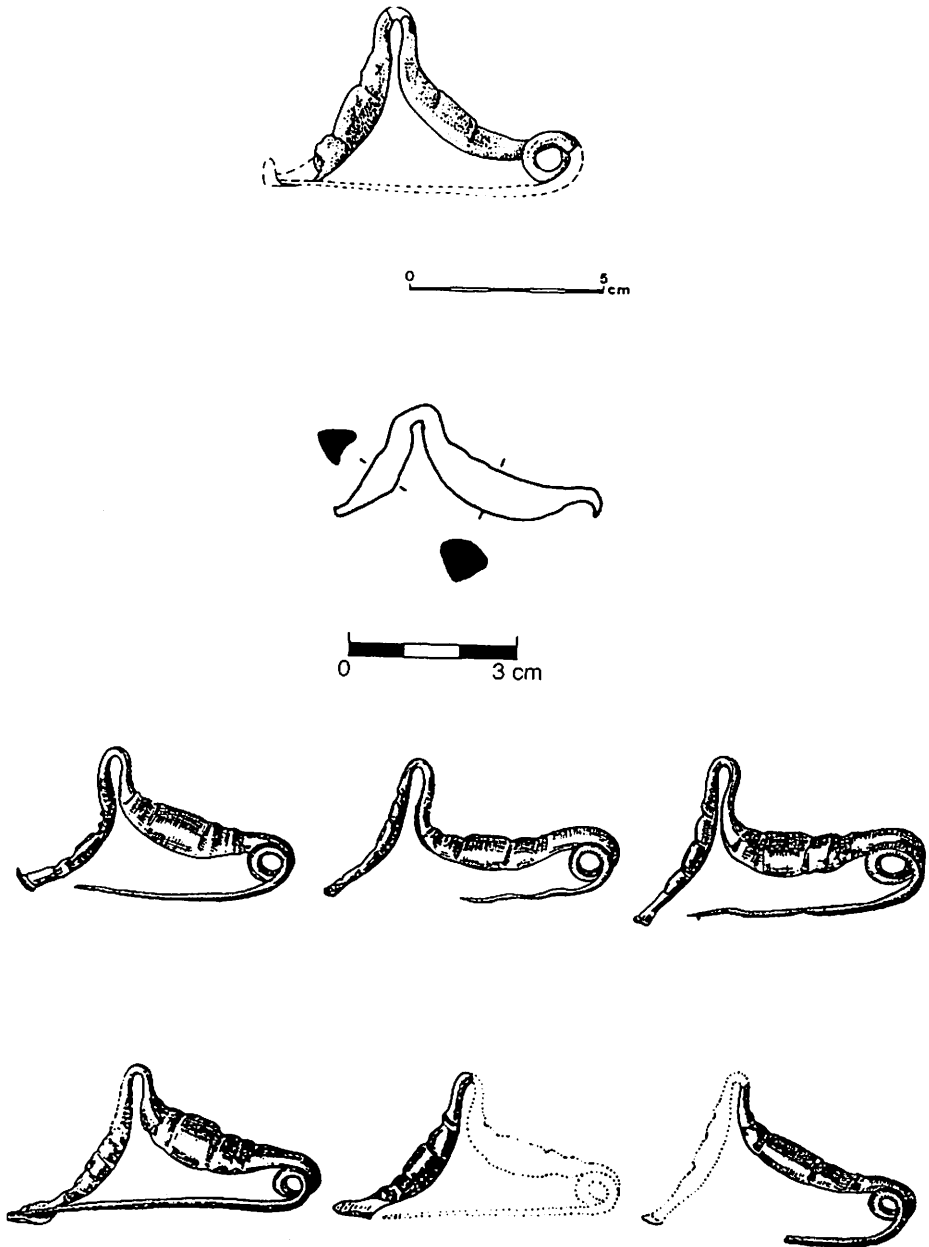


Fig. 6 — Fíbulas de cotovelo de tipo cipriota. Em cima: do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior); ao centro: da Quinta do Marcelo (Almada); em baixo: Parte do conjunto recuperado na Ria de Huelva (seg. Cardoso, 1998-1999).

jóias como as supra referidas ou artefactos de cariz simbólico ou religioso. Estes materiais, só se afiguravam, naturalmente, acessíveis às elites do fim da Idade do Bronze que ocuparam a orla atlântica, de Portugal à Irlanda e ao litoral da Bretanha, franca e mutuamente permeáveis a estímulos exógenos, de diversa origem e natureza.

Sendo certo que, nessa época, a importância mineira do Ocidente peninsular se baseava na presença complementar do cobre, a Sul, e do estanho, a Norte, as alianças firmadas pelas respectivas elites regionais terão, por certo, desempenhado papel de primordial importância na optimização de exploração dos recursos mineiros e no acréscimo das produções, com o conseqüente escoamento dos produtos manufacturados (Fig. 7). Assim, a troca de presentes entre as elites — a que estariam

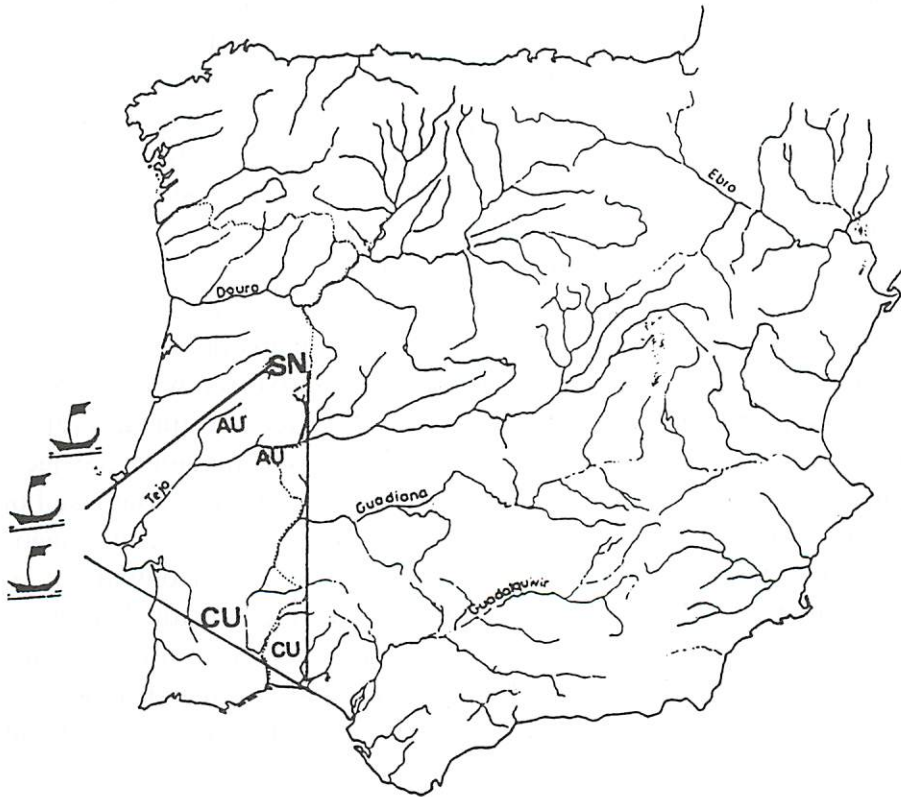


Fig. 7 — Explicação segundo o modelo locativo de Weber, do afluxo simultâneo do estanho e do cobre à Estremadura portuguesa, seguido da conseqüente metalurgia e ulterior exportação dos produtos manufacturados (seg. Vilaça, 1995).

subjacentes acordos mais permanentes, como matrimónios, envolvendo a permuta de esposas, cujos dotes seriam preferencialmente constituídos por jóias de ouro — destinar-se-iam a garantir o funcionamento das vias comerciais e a estabilidade e coesão sociais.

A dispersão geográfica dos braceletes do tipo Villena/Estremoz, embora sejam peças de provável produção regional foi interpretada como testemunho de tal realidade. Trata-se de jóias de distribuição supra-regional, de Trás-os-Montes (bracelete de Chaves) ao Alentejo (Estremoz). Para além do colar do Casal de Santo Amaro, já referido, datam desse curto período de transição para a Idade do Ferro outras jóias auríferas, expressivamente representadas pelo conjunto do Álamo (Moura), o qual revela em parte tecnologia orientalizante, patenteada em particular no colar, que é oco, embora ainda com decoração do tipo Sagrajas/Berzocana, enquanto o colar laminiforme evoca o mundo continental de filiação cultural hallstática: uma vez mais, é o sul, mediterrâneo, a cruzar-se, no interior do actual território português, com o mundo europeu continental. De qualquer modo, teríamos produções destinadas às elites, talvez obra de artífices forâneos, que adaptaram aos seus gostos as jóias fabricadas por novos métodos.

Por outro lado, a capacidade económica e organizacional das comunidades que então ocupavam o território português, é-nos revelada através do armazenamento e manufactura dos minérios oriundos de distintas áreas geográficas (ou ainda no seu reprocessamento dentro dos povoados, como comprovam os diversos depósitos de sucata bronzífera, destinada a refunção, usualmente considerados como “esconderijos de fundidor”, de que é exemplo o conjunto recuperado no castro da Senhora da Guia (Baiões). Foi a referida capacidade que viabilizou a abertura dos mercados mediterrâneos a produções atlânticas de carácter doméstico, como as encontradas e/ou manufacturadas na área estremenha (sobretudo de foices de tipo Rocanes e machados de alvado), as quais excederiam a procura local ou pelo menos eram mais rentáveis se colocadas noutros mercados, de maior dimensão. Assim se explicará, a partir de certa altura (séculos XI/X AC, Bronze Final II), a extensão ao Mediterrâneo de um comércio que, início, se afigurava essencialmente atlântico. Que tal comércio se encontrava firmemente controlado pelas elites, nas quais o segmento guerreiro deteria essencialmente um poder dissuasório — visto o nível de conflitos armados no Bronze Final

na Península Ibérica ser muito baixo, em contraste flagrante com a abundância de armas — é evidência sublinhada pelas próprias características dos produtos obtidos por troca, já referidos, para além de outros, que não deixaram vestígios, como a importação de tecidos finos.

As armas, cujos protótipos importados seriam rapidamente copiados localmente, como os escudos com chanfradura em V, são também evidências das influências mediterrâneas que, mescladas com as atlânticas, foram insensível e directamente adoptadas pelas elites. Devem ainda referir-se, a este propósito, os objectos rituais de bronze. Salientam-se os utilizados no sofisticado ritual do banquete aristocrático, a começar pelos próprios caldeirões de bronze como os atrás referidos, utilizados na sua confecção, com inquestionáveis origens orientais, e que M. Almagro-Gorbea não hesita em relacionar com pactos de hospitalidade entre as elites, de inspiração sírio-palestina. Aliás, as próprias fíbulas de cotovelo supra-referidas teriam tal origem, com protótipos conhecidos nos séculos XI / X AC da fase Va do povoado de Meggido. Por outro lado, peças como os aludidos ganchos para carne são, também, características de banquetes rituais orientais, tendo atingido a Irlanda, numa expressiva afirmação da profundidade, rapidez e extensão da difusão das liturgias adoptadas pelas elites nas respectivas regiões, por mais distantes que estivessem entre si. Da mesma forma se deverá interpretar os fragmentos de carros votivos encontrados no Castro de Nossa Senhora da Guia (Baiões), entre outras peças, que poderiam não ser mais do que queimadores de essências, cujos melhores paralelos, uma vez mais, se encontram na ilha de Chipre.

Como referiu R. Vilaça, em 1995, baseada em C. Renfrew, “a troca destes bens (...) é feita num nível horizontal, isto é, entre iguais (...). Assim se pode compreender a grande dispersão de determinados *itens*, essencialmente metálicos, de feição trans-europeia e inseríveis no que Earle designou de “estilo de elite” ou “estilo internacional”. É neste contexto de intensos contactos comerciais e de interacção cultural que se verifica a introdução de peças de ferro, como as já referidas dos povoados do Monte do Frade e da Moreirinha. A estas, no território português, devem somar-se os achados de uma lâmina de ferro de faca afalcatada no castro do Outeiro dos Castelos de Beijós (Viseu), em nível datado pelo radiocarbono entre 1310 e 1009 AC para 95 % de probabilidade e, sobretudo, as três fauquias de ferro de gume curvo recolhidas na Quinta do Marcelo, em contexto

datado do século IX AC. Tal como os seus congéneres da Beira Baixa, tais artefactos são precisamente os de tipologia mais frequente no Mediterrâneo Oriental, em Chipre e na Grécia, no período de transição Bronze/Ferro, no século XII AC. Para uma cabal integração cultural dos exemplares portugueses, tem interesse verificar que a introdução do ferro na Sardenha remonta ao século XIII AC e é imputada aos contactos então havidos com mercadores cipriotas: não custa, pois, aceitar que tenham sido estes ou, mais provavelmente, os seus intermediários sardos, nos contactos com o Ocidente, os responsáveis pela introdução do ferro na Península, em momento imediatamente anterior à presença fenícia. É no âmbito destes contactos que o notável monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) deve ser interpretado, não sendo demais valorizar a sua importância.

Trata-se de sepultura do tipo *tholos* com *dromos* de acesso vedado por *stomion*, à maneira oriental, cujos materiais apontam para o século XI/X AC. Neste aspecto, avulta uma rara fíbula com enrolamento no arco, cujos paralelos mais próximos, as fíbulas sicilianas “ad occhio” ou cipriotas “de arco serpeggiante” da fase Pantalica II/III (Fig. 8). Já K. Spindler e O. da Veiga Ferreira, os escavadores do monumento, a tinham assim, relacionado. Esta rara peça soma-se à escassa colecção do território português, com distribuição geográfica pela Beira Alta (castros da Senhora da Guia, Castelo dos Mouros, S. Romão e Santa Luzia e extensão à Meseta, como comprova exemplar do Cerro del Berrueco (Salamanca), entre outros, semelhante à distribuição geográfica dos braceletes auríferos do tipo “Villena/Estremoz”. Assim sendo, os dois indivíduos tumulados na Roça do Casal do Meio, poderão conotar-se com as elites regionais do Bronze Final II as quais, num processo de aculturação, teriam não apenas adoptado a indumentária e cuidados pessoais em voga no Mediterrâneo (presença de pinças depi-latórias, para o cuidado da barba, atributo de estatuto social), mas também as próprias práticas rituais vigentes nessa área geográfica. Por outro lado, o achado de um pente de marfim — um dos raros artefactos desta matéria-prima, entre os marfins argáricos e os marfins orientalizantes fenícios — vem corporizar exemplarmente a fase dos contactos anteriores à presença fenícia directa, apenas documentada a partir do século IX inícios do VIII AC, somando-se aos braceletes de marfim do povoado de Peña Negra I (Alicante), datados em meados do século IX AC.



*Fig. 8 — O monumento da Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra) no final das escavações. Em cima: vista geral da estrutura, com a câmara funerária ao centro; em baixo: vista da entrada do corredor, selado por grande pedra (stomion). Fotos de K. Spindler/O. da Veiga Ferreira).*

Em alternativa, os dois indivíduos inumados na câmara do monumento, dadas as características arquitectónicas do sepulcro, únicas na Península, poderiam corresponder a comerciantes oriundos do Mediterrâneo Central, provavelmente da Sardenha, estabelecidos perto da foz do Sado, hipótese que corporizaria, pela primeira vez, a presença directa e fixação no território português de elementos mediterrânicos anteriores à presença fenícia. Estar-se-ia, pois, perante evidência do chamado período pré-colonial, durante o qual navegadores teriam frequentado e, esporadicamente aportado ao litoral, servindo de intermediários dos mercados situados no Mediterrâneo Central e Oriental. Com efeito, em plena Arrábida, C. Tavares da Silva e J. Soares identificaram um povoado de altura da mesma época, ainda não escavado — o Castelo dos Mouros — cujos habitantes poderiam estar relacionados com os personagens da Roça do Casal do Meio. Atendendo ao tipo de implantação dos dois sítios, é aliciante fazer corresponder ao povoado a função de sede da população indígena, onde se encontrariam as elites locais, que ali tomariam contacto com os dois personagens do monumento da Roça do Casal do Meio.

As ligações de carácter comercial inauguradas entre o ocidente peninsular e o Mediterrâneo Central, em época pré-colonial, ficaram prejudicadas a partir do momento em que os Fenícios passaram a controlar a região do estreito de Gibraltar, dominando assim o acesso ao Mediterrâneo. As trocas comerciais, porém, não abrandaram; ao contrário, deve-se aos Fenícios o estabelecimento de diversas feitorias, a partir do século IX AC, tanto na região do estreito, como noutros locais do litoral mediterrâneo e atlântico.

A partir delas se procedia, como anteriormente, à exportação entre outros produtos, de matérias-primas metálicas – incluindo o estanho do Noroeste peninsular, servindo, ao mesmo tempo, como pólos difusores de objectos manufacturados, considerados de luxo (marfins, adornos, vidros, cerâmicas finas, etc), muitas vezes produzidas localmente a partir de protótipos orientais.

As sepulturas do Bronze Final do território português, entre as quais o monumento da Roça do Casal do Meio se inscreve, repartem-se por dois grandes grupos: as de inumação e as de incineração. No primeiro caso, além do sepulcro referido, podem mencionar-se reutilizações de numerosas grutas do maciço calcário estremenho. O único caso em que se recolheram ossos humanos (gruta da Marmota, Alcanena) associados a espólio do

Bronze Final, faz admitir a hipótese de, ao menos, parte das restantes cavidades com materiais homólogos, corresponderem mais a sítios de cerimoniais religiosos do que a necrópoles: é o caso da Lapa do Fumo (Sesimbra) de onde se estudaram, pela primeira vez, exemplares cerâmicos com a característica decoração geométrica de ornatos brunidos (cerâmica tipo “Lapa do Fumo”), situável no Bronze Final II, também conhecidas por de tipo “Alpiarça”, dado se encontrarem bem representadas nas urnas cinerárias das célebres necrópoles de incineração de Tanchoal e de Meijão, estudadas por Mendes Corrêa em 1916. Este autor é taxativo quanto à existência, em Tanchoal, de restos ósseos calcinados e de cinzas, de mistura com braceletes de bronze lisos, semelhantes aos do tesouro do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral). As limpezas efectuadas na superfície dos recipientes por G. Marques, revelaram que muitos deles possuíam decorações de “ornatos brunidos”. Tal situação seria suficiente para situar aquelas necrópoles no Bronze Final, a que se somam os vestígios recuperados no vizinho Cabeço da Bruxa, também atribuíveis a outra necrópole, muito destruída. Os seus escavadores, P. Kalb e M. Höck, admitiram uma cronologia adentro do Bronze Final, muito embora refiram a hipótese de as duas necrópoles exploradas por Mendes Corrêa serem já da Idade do Ferro. Compreende-se, deste modo, o alto interesse que teria a datação pelo radiocarbono dos fragmentos ósseos recuperados em Meijão, a qual veio confirmar recentemente a sua cronologia estrita do Bronze Final II, situando a necrópole entre meados do século XI e inícios do século IX AC.

Deste modo, as referidas necrópoles, situadas em campo aberto, na adjacência do Alto do Castelo, povoado ocupado no período pré-romano, documentam uma importante ocorrência de “campos de urnas” no fim Bronze Final, em pleno Ribatejo, última extensão meridional/ocidental dos homólogos da Catalunha.

No Centro do País, documentou-se recentemente a prática de tumulações em fossas ou pequenas cistas, cobertas por *tumuli* baixos e de pequeno tamanho, em Casinha Derribada, Viseu. A datação obtida (1400-1150 AC) situa esta necrópole no final do Bronze Médio/início do Bronze Final: de facto, a tipologia dos recipientes exumados tem afinidades com exemplares do Bronze Final. Parece evidenciar-se um certo polimorfismo das sepulturas (algumas podendo ser apenas fossas rituais) denunciando práticas religiosas complexas e diversificadas, onde poderiam coexistir

inumações e incinerações. A respectiva população dispersava-se por casais agrícolas, talvez antecedentes da emergência dos povoados de altura da região, atrás referidos.

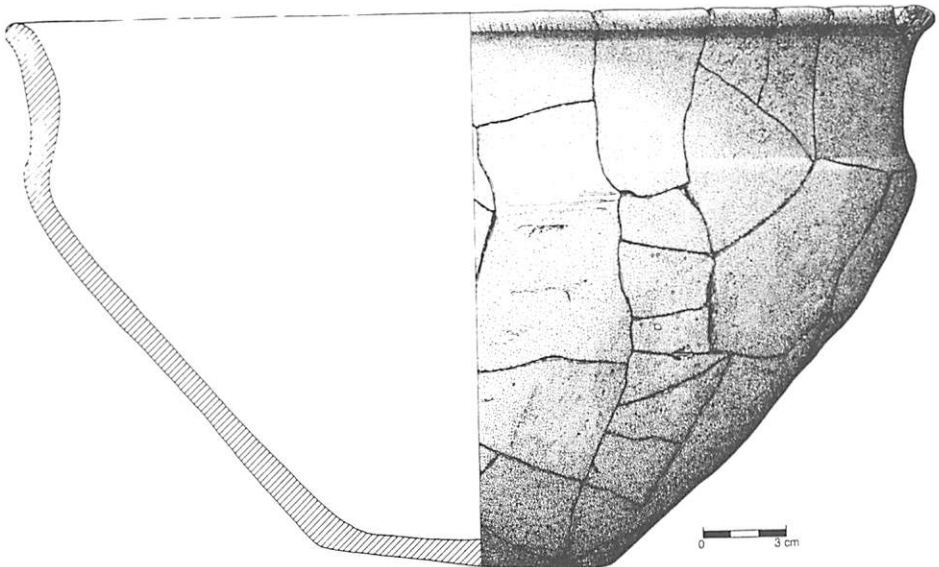
Estes são apenas conhecidos na região em apreço, tal como noutras da Beira Alta, apenas no Bronze Final: é exemplo o povoado de altura de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu), ocupado duradouramente cerca de 40 anos, no século XI / X a. C. (2790 – 2750 BP). As análises polínicas dos depósitos correspondentes a esta ocupação revelaram notório impacto das actividades humanas no meio natural envolvente, conotáveis com o pastoreio e a agricultura. Era, então, frequente, a prática de quei-madas, o que conduziu à degradação do solo por erosão; ao mesmo tempo, assistia-se à regressão dos bosques de azinheiras e carrascos, a par da recuperação dos sobreiros, amieiros e zimbros. Enfim, a abundância de grãos de cereais, indica que os campos agricultuados se situavam muito próximo do local habitado.

A falta de visibilidade no terreno destas necrópoles (cite-se, entre outras, a de Fonte da Malga, Viseu) impediu, até época recente, a sua identificação e escavação, com excepção a necrópole de Paranho (Viseu) explorada na década de 1920 por José Coelho. Trata-se de recinto circular de pedras fincadas de pequena altura, delimitando espaço onde se implantaram seis cistas pequenas e rectangulares no interior das quais se conservavam ossos humanos previamente cremados, por vezes recolhidos em urnas. Datação radiocarbónica recentemente obtida indica os séculos XII-XI AC, sendo portanto mais moderna que a de Casinha Derribada. É provável que esta necrópole, de carácter marcadamente familiar, evocando neste particular, os núcleos funerários das necrópoles do Bronze do Sudoeste, se encontrasse, como aqueles, relacionada com um casal agrícola ou pequeno povoado do Bronze Final existente nas proximidades; desconhece-se, porém, quais as relações que estas pessoas manteriam com núcleos mais importantes, eventualmente fortificados.

A necrópole do Pousadão é uma das várias identificadas na área de Pendilhe (Vila Nova de Paiva) as quais se caracterizam por grande variabilidade. Ocupa plataforma regular do alto vale do Paiva e é constituída por quatro *tumuli* de planta aproximadamente circular, muito baixos, distanciados de 16m a 26m entre si, não ultrapassando os 60m a distância entre os monumentos mais periféricos. Alguns destes monumentos pos-



Fig. 9 —Estruturas do Bronze Final do Monte de S. Domingos, Malpica do Tejo, Castelo Branco. Em cima: vista parcial da Cabana 2, recinto habitacional em cujo interior se encontrava uma urna, contendo ossos humanos incinerados (em baixo) (seg. Cardoso, Caninas & Henriques, 1998).



suíam na parte central pequenas câmaras cistóides outros simples fossas abertas no substrato, com escassos materiais cerâmicos que são susceptíveis de se integrarem no Bronze Pleno ou Bronze Final, talvez mais provavelmente no Bronze Pleno. Da mesma forma se deve interpretar a necrópole da Senhora da Ouvida (Castro Daire) ocupando, como as anteriores, plataforma elevada, de topografia regular, cujos monumentos são evidenciados por acumulações de blocos de contorno circular, por vezes bem delimitados, que aparentemente não cobrem quaisquer estruturas arqueologicamente definíveis, o que bem evidencia a complexidade dos rituais (funerários ou não) do Bronze Final da Beira Alta e a dificuldade de reconstituir a finalidade e funcionalidade de alguns de tais monumentos, de inesperada diversidade, só detectável por via de uma análise mais profunda.

A prática da cremação encontra-se também documentada no Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). Ali foram escavadas duas estruturas circulares, atribuíveis a fundos de cabana, no interior de uma das quais se encontrou, sob um empedrado de blocos de quartzo — rocha que também cobria os *tumuli* da Casinha Derribada — um grande vaso reaproveitado como urna, contendo restos humanos previamente cremados (Fig. 9). Pelos exemplos referidos, pode concluir-se que a prática da cremação, no último dos casos com deposição em contextos habitacionais, a lembrar os túmulos domésticos argáricos, embora estes sejam mais antigos e de inumação, se praticou no Centro/Interior de Portugal no decurso no Bronze Final. Esta realidade, que, articulada com os campos de urnas de Alpiarça, permite, como bem notou D. J. Cruz, admitir uma progressão continental até ao ocidente peninsular, dos “Campos de Urnas” catalães, nos finais da Idade do Bronze, transparece, na mesma época, nas fossas funerárias de cremação individual do Noroeste (Minho e Galiza), contendo vasos de forma peculiar, de largo bordo horizontal. Um dos contextos habitacionais em que tais recipientes ocorreram em abundância, associados, na última fase, a cerâmicas do “tipo Baiões” foi o da Bouça do Frade (Baiões), onde foram datados pelo radiocarbono entre o século XVIII e finais do século IX AC; no povoado de Sola (Braga), tais vasos remontam, à época mais recuada da Bouça do Frade, visto situarem-se, também pelo radiocarbono, no segundo terço do II milénio AC. Datação intermédia corresponde à necrópole de sepulturas cistóides de Agra de Antas (S. Paio de Antas, Esposende), onde restos humanos de uma das inumações foram

datados, para 95% de probabilidade, entre 1319 e 1029 AC. Deste modo as datações disponíveis, demonstram a coexistência, na região minhota, entre cerca de 1400/1450 e 900/800 AC, de diversas fórmulas funerárias, umas de tradição regional anterior, desde o final do Calcolítico (inumação em cistas planas como as de Agra de Antas), outras introduzidas no decurso da Idade do Bronze (cremação). De facto, a presença destes vasos de forma característica, ocorrem em necrópoles minhotas tanto de inumação, de que é exemplo, para além da supra referida, a de S. Martinho de Antas (Espoussende), como de cremação, representadas, pelas necrópoles de Caldelas e de S. Cláudio do Barco onde às tumulações, por vezes, se associavam os característicos vasos de largo bordo horizontal (Guimarães).

A introdução da prática da cremação, no vale do Cávado, foi interpretada como um importante sinal de mudança cultural do Bronze Final, substituindo então as pequenas cistas de inumação rectangulares, desprovidas de *tumulus* existentes na região. É interessante salientar que este novo modo de tumulação aparece, tal como no Monte de São Domingos, dentro das áreas habitadas: é o caso das estruturas pétreas encontradas no povoado de Santinha I ou dos grandes recipientes utilizados como urnas cinerárias encontradas em Granjinhos; no Minho, como assinalou A. Bettencourt, a prática de tumular dentro das áreas habitadas pode, mesmo, ser anterior ao Bronze Final, como é indicado pela existência de pequenas estruturas cistóides, sem *tumuli*, como as encontradas no povoado de Sola (Braga), situáveis pelo radiocarbono entre 1684 e 1509 AC, para um intervalo de confiança de 95%.

A existência de regionalismos não é incompatível com afinidades a outras áreas geográficas, além das atlântica e mediterrânea: na necrópole do Tapado da Caldeira (Baião), adjacente ao já referido povoado de Bouça do Frade, cujas datas de radiocarbono sugerem ainda o Bronze Pleno, cada uma das quatro fossas abertas no saibro continha um recipiente, destacando-se uma taça com decoração do “tipo boquique”, que revela, por si só, relações com a Meseta Norte; cerâmicas deste tipo também ocorrem no provável povoado que lhe correspondia, o da Bouça do Frade. Quanto ao Minho, A. Bettencourt assinalou a importância dos corredores fluviais que ligariam o litoral ao interior, de onde seriam oriundas, justamente, as aludidas cerâmicas. Aliás, as influências continentais detectadas na região minhota, no decurso do Bronze Final, reforçam a realidade observada mais a Sul, em

Alpiarça, aqui certamente por via da importante via de circulação desde sempre representada pelo Tejo.

As práticas rituais do Bronze Final encontram-se, ainda, expressivamente ilustradas pelas estelas de diversos tipos e filiações culturais que, de Norte a Sul, têm sido encontradas. No Norte, estes escassos monumentos — que nada assegure poderem pertencer ao Bronze Final, ao contrário do admitido por diversos autores, e que, por essa razão, são agora mencionadas — apresentam-se de contorno antropomórfico numa faixa circunscrita, que não ultrapassa o Douro, do Alto Minho (estela da Ermida, Ponte da Barca) à região transmontana (Faiões, Chaves). Representam quase sempre personagens masculinos, por vezes armados; exceptua-se a estela mencionada, onde a representação explícita dos seios, por duas circunferências (brácteas de ouro?), sugere personagem feminina. A este grupo regional nortenho sucede-se, no centro interior e no sul, um outro, com prolongamento pela Estremadura espanhola e Andaluzia Ocidental, representado por cerca de sessenta estelas — por isso chamadas “Estremenhas” — cujo significado, tradicionalmente funerário, que lhes é atribuído, não significa forçosamente que estejam apenas circunscritas às áreas sepulcrais (aliás quase desconhecidas); segundo alguns autores, tais monólitos poderiam pontuar também as vias de circulação transregionais mais importantes, sacralizando, em determinados locais de passagem, ou portelas, a memória dos chefes ou marcando o direito à propriedade ou controlo de circulação de tais sítios por parte da elite guerreira a que se reportam. Os estudos realizados permitem a identificação de três grupos de índole temática / tipológica cuja temática, para alguns, evolui no tempo, no sentido cada vez mais explícito da afirmação/heroicização dos personagens, integrando uma aristocracia guerreira em nítida consolidação. Nesta perspectiva, a uma fase mais recuada onde aparecem apenas representações de armas, suceder-se-ia uma fase intermédia, até à fase final, inserível no século IX AC, onde o defunto, chefe guerreiro heroicizado, nos surge cercado de todos os atributos do seu poder (jóias, armas) e, nalguns casos, com os seus servos ou inimigos vencidos, aos pés.

Esta visão estritamente evolucionista, baseada na substituição do simples pelo mais elaborado, foi recentemente discutida e contrariada por Jorge de Alarcão, num importante artigo que dedicou à etnogénese dos Lusitanos. Segundo o autor, as diferenças iconográficas observadas nas estelas

estremenhas, dever-se-iam à própria posição social do defunto, no seio da respectiva comunidade. Atribuindo-lhes cronologia com início no século IX e *terminus* no século VII AC, correspondente à época da afirmação da Idade do Ferro na área geográfica respectiva e conotação funcional incerta, mas inclinando-se para finalidade funerária as que ostentam a representação do carro, considerado o símbolo máximo do estatuto de todos os que nelas se exibem e a do seu possuidor, seriam as utilizadas nas sepulturas de príncipes; as que representam apenas armas, seriam as pertencentes a vassallos, ou melhor, a membros da aristocracia guerreira; enfim, as que associam tais elementos à figura humana, pertenceriam a personagens com poder temporal, delegado pelo príncipe. Naturalmente, esta interpretação, como o próprio autor declara, é passível de reservas; mas ela tem o mérito de, pela primeira vez, associar territórios à distribuição dos três tipos de monumentos considerados, constituídos deste modo em verdadeiros “feudos”, com fronteiras bem delimitadas. Este regime de principados, cuja aplicação é ensaiada apenas pelo autor à actual Estremadura espanhola, nada impede que se estendesse à área limitrofe da sua distribuição mais densa, correspondente ao actual território português da Beira Alta — estela de Baraçal (Sabugal), passando pela Beira Baixa — estela de Meimão (Penamacor), com extensão ao Baixo Alentejo — estela de Ervidel II, ou do Pomar (Beja) e mesmo ao extremo ocidental do Algarve — estela da Figueira (Vila do Bispo). Esta grande dispersão geográfica não espanta: o mesmo se verificou em Espanha, com ocorrências muito afastadas do núcleo estremenho, como as notáveis estelas de Cortijo de Gamarrillas (Córdova) e de Écija (Sevilha) ou, em outra direcção, a estela de Preixana (Lérida), todas dadas a conhecer por M. Almagro Basch. Esta última, porém, é questionável quanto à sua integração no grupo das estelas estremenhas, tendo presente a sua iconografia a qual, em contrapartida, inspirou J. de Alarcão para propor uma nova leitura para a estela I do Monte de São Martinho (Castelo Branco) trata-se, inquestionavelmente de monumento do Bronze Final, onde as duas figuras de guerreiros, com capacetes de cornos liriformes, de inspiração meridional, se encontrariam sob a protecção de uma divindade, talvez Oipaingia, adorada nas proximidades, cujos braços, pendentes sobre as cabeças dos guerreiros, sugerem tal atitude (**Fig. 10**).

Assim sendo, sem pretender traçar uma conotação directa das estelas estremenhas com os *Lusitani* — visto a distribuição daquelas excederem

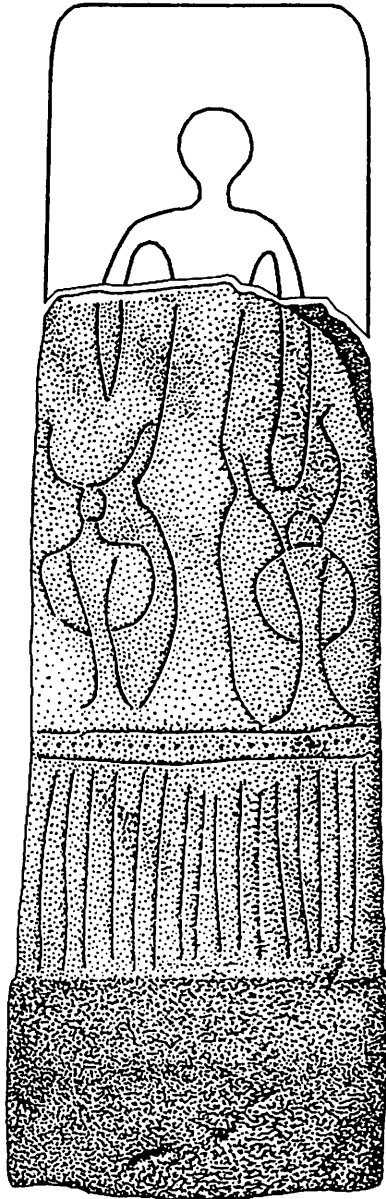


Fig. 10 — Estela do Bronze Final do Monte de São Martinho (Castelo Branco), segundo a reconstituição proposta por Jorge de Alarcão: de ambos os lados, a representação de dois guerreiros, munidos de capacetes de cornos; ao centro, grande representação de divindade antropomórfica, talvez Oipaingia (seg. Alarcão, 2001).

em muito os limites geográficos atribuíveis a estes — a verdade é que elas também ocorrem dentro de tais limites; tendo presente, por outro lado, que a cronologia de tais estelas se sobrepõe à presença deste conjunto de *populi*, que o autor admite terem chegado no fim do Bronze Final aos vastos espaços abertos da Extremadura, com extensão pela actual Beira Interior, por via de uma invasão pré-céltica de origem indo-europeia, fácil é concluir que estes também adoptaram tais monumentos, seja com carácter sepulcral, seja como marcadores de fronteiras, funções que, aliás, não são incompatíveis.

Seja como fôr, a realidade das estelas é, de facto, acompanhada pelo registo material, com o acréscimo de armas, no Bronze Final II; merecem destaque as lanças de alvado, as espadas de tipo “língua de carpa”, muito mais abundantes no território português que as antecedentes pistiliformes (de que se podem considerar variantes) e os punhais de lingueta rebitada do tipo Porto de Mós, entre outros “itens”, cuja distribuição, sendo essencialmente atlântica, penetra no Mediterrâneo de forma nítida, dele recebendo também expressivos contributos a este nível: é o caso do escudo com chanfradura em “V”, de origem oriental, ocupando o centro das composições estelares, a que se juntam outros elementos da simbólica das elites (o pente, o espelho, a fíbula de cotovelo, o carro), onde tais influências são também notórias. Apesar de serem nítidas influências mediterrâneas orientais nos objectos representados — a que se poderão acrescentar os capacetes de cornos, representados na já referida estela I de São Martinho, (Castelo Branco), a concepção mais arcaica destas estelas pode encontrar-se na própria região; a estela de Longroiva, onde um guerreiro ostenta de um dos lados um arco e do outro uma alabarda do tipo Carrapatas, remetendo-a para o Bronze Pleno, suporta tal afirmação.

Com excepção do túmulo da Roça do Casal do Meio, inquestionavelmente um elemento totalmente exógeno ao ambiente cultural do ocidente peninsular, as sepulturas do Bronze Final do sul são-nos quase completamente desconhecidas, acentuando uma “invisibilidade” que já vinha do início da Idade do Bronze, o que não significa a existência de complexos rituais, que legitimavam o próprio poder das elites. Em Portugal, não se tem valorizado o cunho ritual de muitos depósitos metálicos do Bronze Final. Todavia, um rápido levantamento levaria a relacionar a maioria das jóias auríferas, aparecidas simplesmente na terra, muitas vezes no decurso de trabalhos agrícolas, como panóplias femininas, enquanto, ao

contrário, são conhecidos vários achados de espadas nas águas ou depositadas nas fendas das rochas, interpretáveis como cultos funerários masculinos. Se os primeiros são relativamente abundantes, já os achados aquáticos de armas de bronze — muito raros em Portugal, sendo exemplo a espada pistiliforme dragada em Cacilhas — poderão ter outras leituras, para além das estritamente funerárias. Numa época de crise climática, com acentuada progressão da aridez, que terá correspondido a quase toda a Idade do Bronze, acentuar-se-iam as práticas religiosas com valorização das divindades aquáticas, a quem seriam ofertadas tais peças. Com efeito, os inventários realizados na área atlântica, evidenciaram um aumento de tais achados ao longo de toda a Idade do Bronze. A exacerbação desta prática teria também conduzido ao culto das águas subterrâneas ou das cavidades, transformando em santuários numerosas grutas naturais, o que explicaria o achado frequente de materiais da Idade do Bronze em tais locais (com natural incidência na região onde, mais as grutas abundam, a Estremadura), sem que em geral, se possam associar a sepulturas: lembre-se a intensa ocorrência de cerâmicas com “ornatos brunidos” em numerosas cavidades cársticas do maciço calcário estremenho, onde ocorrem grandes vasos de armazenamento da Idade do Bronze, embora não seja possível relacioná-los com deposições funerárias. A este propósito, as grutas-santuário nurágicas da Sardenha podem constituir elemento comparativo merecedor de reflexão.

É ao Bronze Final, enfim, que se deve atribuir a última fase de funcionamento do santuário do vale do Tejo, onde se detectaram duas representações de espadas e de um escudo com chanfradura em V, as quais, associadas ou não a motivos geométricos diversos, não custa relacionar com o aludido culto das águas, ali particularmente propício, vigente nesses derradeiros momentos da Idade do Bronze.

Enfim, merece referência a existência de conjuntos metálicos do Bronze Final ocultados na terra, os quais podem ter, pelo menos nalguns casos, significado ritual; noutros, a extrema fragmentação das peças permite admitir que se tratam, simplesmente, de acumulações de sucata bronzífera, destinada a refundição, inscrevendo-se na intensa circulação de matérias-primas, a nível trans-regional, que caracterizou o Bronze Final, está neste caso, para alguns autores, o conjunto já atrás mencionado, recolhido no castro de Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul). Na segunda categoria, poderá inscrever-se o depósito do Porto do Concelho (Mação): não só é

constituído por um conjunto heterogéneo de peças, na maioria inteiras (armas, objectos utilitários e elementos de adorno), como o local, sob uma pedra, junto a um caminho e perto de uma linha de água, é compatível com as características de oferenda ritual. Em outros casos, porém, não se pode optar por nenhuma das alternativas; está nesta situação o depósito do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral), resultante de achado fortuito, em área muito circunscrita de terreno, o qual, depois de ser objecto de cuidado trabalho de escavação, se revelou absolutamente estéril. Este depósito integra uma notável espada do “tipo Vénat”, do sítio epónimo francês, destacando-se, ainda, importante conjunto de braceletes de bronze, semelhantes a outros recolhidos em necrópoles, povoados e ainda noutros depósitos, como o de Coles de Samuel (Soure). O que caracteriza, em geral, os ditos achados, é a sua aparente “descontextualização”: com efeito, como as ocultações de jóias auríferas e, à semelhança de numerosos exemplos extrapeninsulares de há muito conhecidos, o aspecto mais relevante é o de não evidenciarem a associação a qualquer contexto (estratigrafia ou estruturas).

Em síntese: o território hoje português terá conhecido, no final da Idade do Bronze, mercê da estrutura de poder generalizada então instalada, com elites dominando as principais vias de circulação e do comércio de mercadorias, situação favorável à abertura comercial e cultural tanto ao mundo atlântico como mediterrâneo, aliás decorrente da sua própria situação geográfica. A intensificação de uma rede de intercâmbios de longo curso, veiculando a difusão de concepções religiosas heterogéneas, oriundas de regiões díspares, atingiu o seu apogeu no final do Bronze Final. Com efeito, a relação com o domínio atlântico, evidente desde o Calcolítico (campaniforme “marítimo”), que continuou no Bronze Inicial e Pleno (alabardas do tipo Carrapatas, machados do tipo Bujões/Barcelos, lúnulas de ouro como a de Cabeceiras de Basto), conheceu evidente acréscimo no Bronze Final, no decurso do qual se multiplicam as produções metálicas. Outro tanto se verificou com a área do Mediterrâneo Oriental: depois de contactos desde o Neolítico Antigo, renovados no decurso do Calcolítico, ainda que de forma indirecta, a partir do Bronze Pleno encontram-se documentados produtos de provável origem micénica, como as contas de pasta vítrea da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (Ourique), a que se sucedem, no Bronze Final, algumas peças de ferro de origem também mediterrânea, reservadas a funções sócio-simbólicas. É provável que estas peças — a que se juntam

cerâmicas micénicas recolhidas em diversos locais da Andaluzia região onde, até, se conhecem testemunhos culturais com aquela origem, representados por altares corniformes — tivessem sido trazidas por comerciantes cipriotas, ou sardos, actuando estes como intermediários daqueles, cuja eventual presença parece verificar-se no monumento da Roça do Casal do Meio (e na tipologia dos materiais ali recolhidos). Tais contactos, numa zona periférica como era já então o nosso território, justificar-se-iam, atendendo aos minérios aqui existentes susceptíveis de exportação: o estanho, o ouro e o cobre e, mais tarde, a prata; corresponderiam a uma fase preliminar, exploratória, dos contactos, que ulteriormente viriam a ser francamente desenvolvidos pelos Fenícios, a partir do século VIII AC ou ainda nos finais do século anterior.

É no âmbito de tudo o que foi dito que a noção de “Bronze Atlântico” ganha significado. Trata-se de uma realidade materialmente suportada pela intensa produção de peças de bronze e sua conseqüente circulação transregional, decorrentes de uma teia de relações estabelecidas na fachada atlântica ocidental da Europa desde o Bronze Pleno, com progressiva intensificação até ao fim do Bronze Final, fase em que se estenderam ao Mediterrâneo (Fig. 11). Estas actividades, baseadas no mútuo interesse de quem as desenvolvia, veicularam realidades culturais próprias, que deste modo se difundiram a outras regiões, onde foram por vezes adoptadas pelas elites que as governavam. Originou-se, assim, uma nova realidade, de expressão supraregional, de base económica, onde se mesclaram influências distintas, umas de raiz atlântica, outras originárias do oriente do Mediterrâneo. Nestas condições, o actual território português viu sublinhado o seu papel como fulcro das relações atlanto-mediterrâneas, que conferiram relevância acrescida aos estuários dos seus principais rios — o Tejo e o Sado — como portos de escala obrigatórios na navegação de cabotagem comercial do Bronze Final. A teoria locativa de Weber (1909) postula que a área geográfica mais adequada para a instalação de uma determinada indústria deverá ser seleccionada de entre aquelas que correspondam às linhas de transporte de abastecimentos de menor esforço (ou seja, as mais económicas), que não são, forçosamente, coincidentes com as de menor distância (acrescente-se, no escoamento dos respectivos produtos). Nestes termos convergindo as vias do estanho, do ouro e do cobre na Estremadura, de onde se fazia também vantajosamente a distribuição dos respectivos produtos

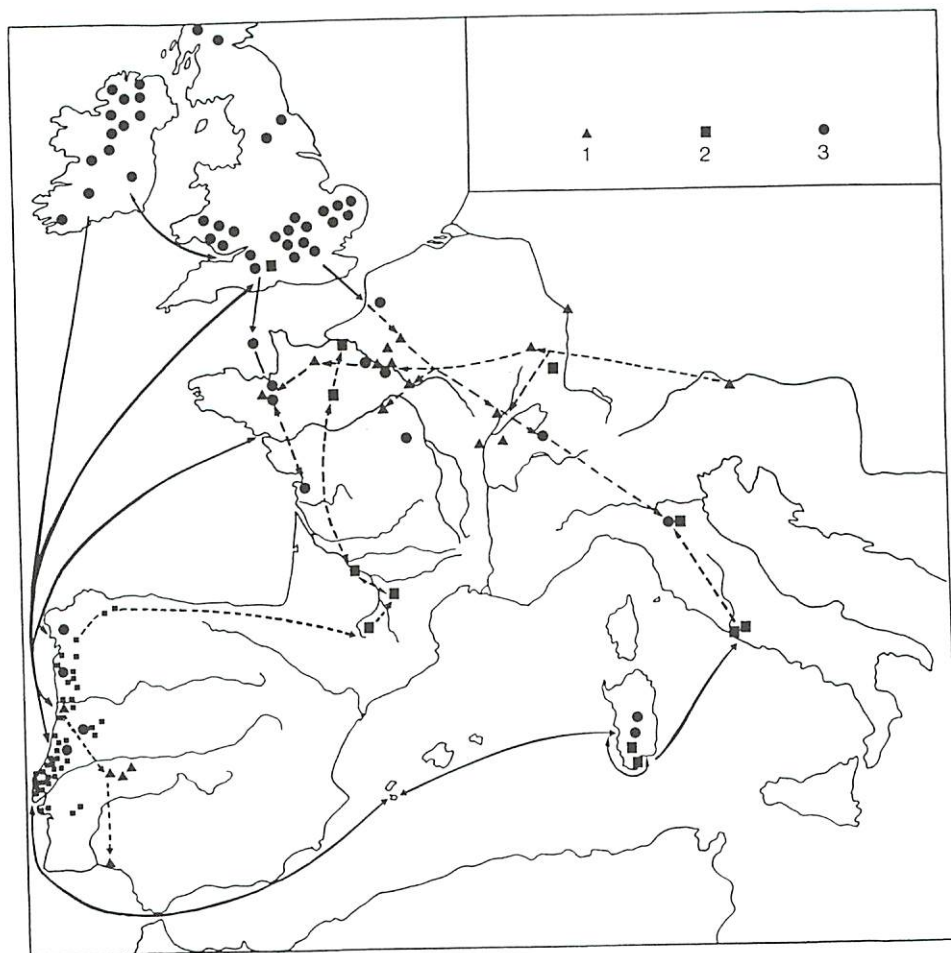


Fig. 11 — Europeização das relações comerciais no Bronze Final através da circulação de algumas das principais produções metálicas: 1 — Capacetes de crista; 2 — machados de alvado e dois anéis; 3 — foices de alvado (seg. Coffyn, 1985).

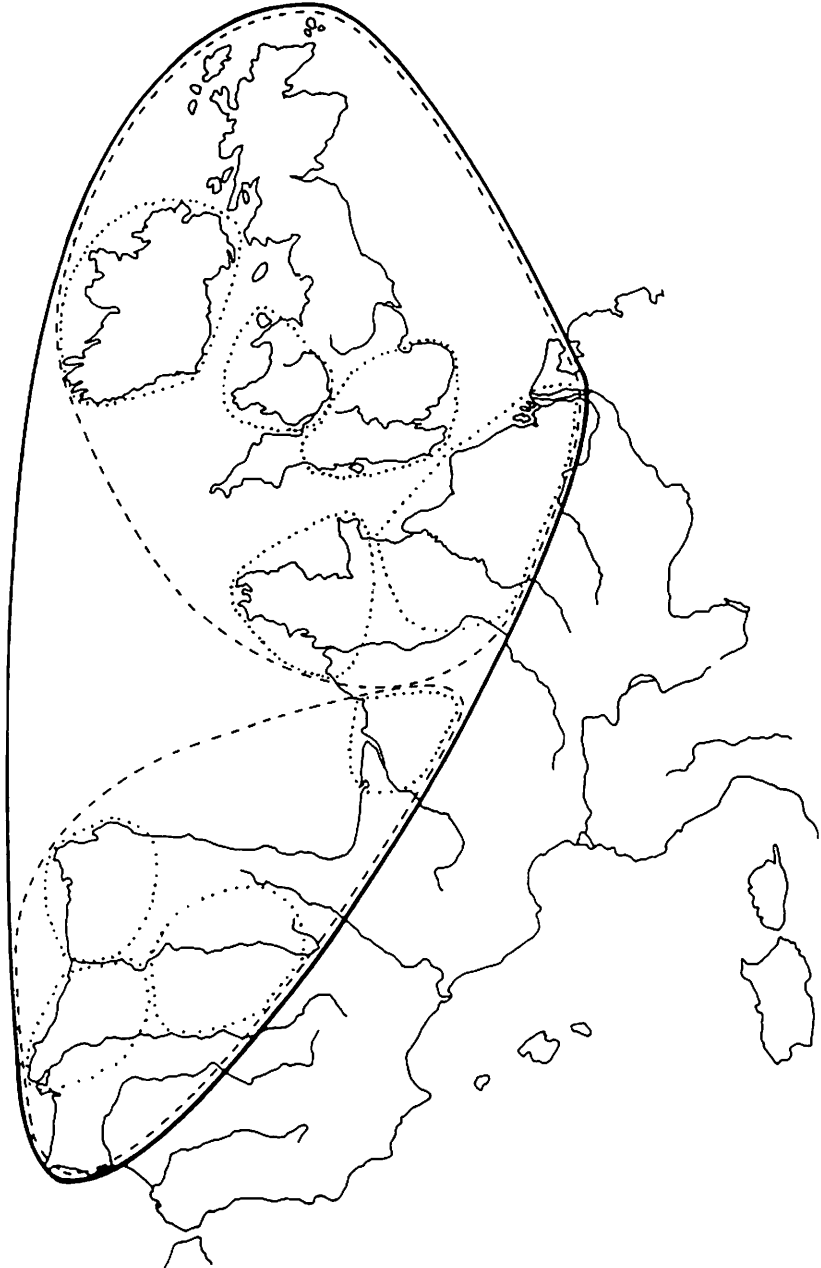


Fig. 12 — Desenvolvimento espacial do Bronze Final atlântico na sua fase terminal e respectivas sub-áreas culturais, de significado específico (seg. Brun, 1991). Legenda: traço contínuo — Complexo; tracejados — grupos de Culturas; pontilhados — Culturas.

manufacturados, por via marítima, tanto para o Norte atlântico como para o Sul mediterrâneo, conclui-se que esta seria a área ideal para proceder à transformação da matéria prima e difusão dos respectivos objectos manufacturados.

O território português, configurava-se, no fim do Bronze Final, como constituído por diversas áreas geográficas, económicas e culturais específicas, estreitamente ligadas aos fluxos transregionais de índole comercial (que alguém já designou sendo uma proto-Comunidade Europeia), espaço complexo onde se intersectavam múltiplos interesses (**Fig. 12**). Interesses que, afinal, se afiguravam indissociáveis dessas duas realidades geográficas, sociais e humanas sempre presentes — o Atlântico e o Mediterrâneo — de cujo caldeamento resultaram traços essenciais e permanentes, ainda hoje presentes, no nosso próprio quotidiano e vivência colectiva.

## BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (coordenado por, 1996) — *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- Alarcão, J. de (2001) — Novas perspectivas sobre os Lusitanos ( e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2), pp. 293-349.
- Almagro, M. (1958) — Deposito de la ría de Huelva. *Inventaria Archeologica*, fasc. 1-4: E.1. Madrid, 39 láminas.
- Almagro, M. (1966) — *Las estelas decoradas del Suroeste peninsular.* Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, 8, 215 pp.
- Almagro-Basch, M. (1972) — Los ídolos y la estela decorada de Hernan Pérez (Cáceres) y el ídolo estela de Tabuyo del Monte (Léon). *Trabajos de Prehistoria*, 29, pp. 83-124.
- Almagro-Basch, M. (1974) — Nuevas estelas decoradas de la Península Ibérica. *Miscelánea Arqueológica* (XXV Aniversário de los Cursos Internacionales de Prehistoria y Arqueología en Ampurias – 1947 / 1971). 1, pp. 5-39.
- Almagro-Gorbea, M. (1972) — La espada de Guadalajara y sus paralelos peninsulares. *Trabajos de Prehistoria*, 29, pp. 55-82.
- Almagro-Gorbea, M. (1990) — El periodo orientalizante en Extremadura. *La Cultura tartésica y Extremadura.* Cuadernos Emeritenses, 2, pp. 85-125.
- Almagro-Gorbea, M. (1993) — La introducción del hierro en la Península Iberica. Contactos precoloniales en el Periodo protoorientalizante. *Complutum*, 4, pp. 81-94.
- Almagro-Gorbea, M. (1995) — Ireland and Spain in the Bronze Age. *Ireland in the Bronze Age.* Dublin, Stationery Office, pp. 137-148.
- Almagro-Gorbea, M. (1998) — «Precolonización» y cambio cultural en el Bronce Atlántico. In *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 81-100 (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Armbruster, B. (1995) — O colar de Sintra. *A Idade do Bronze em Portugal.* *Discursos de Poder* (S. OliveiraJorge, ed.), p. 103.
- Armbruster, B. & Parreira, R. (coordenado por, 1993) — *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia — coleção de ourivesaria. 1 — Do Calcolítico à Idade do Bronze.* Lisboa, Instituto Português de Museus.

- Barros, L. de (2000) — *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vol.
- Belén, M.; Escacena, J. L.; & Bozzino, M. I. (1991) — El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la península Iberica. 1 — Análisis de la documentacion. *Trabajos de Prehistoria*, 48, pp. 225-256.
- Bettencourt, A. M. S. (1998) — O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico ?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 18-34. (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Bettencourt, A. M. S. (2000a) — O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III Milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 79-93.
- Bettencourt, A. M. S. (2000b) — O povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro. *Cadernos de Arqueologia* (Universidade do Minho), 10, 148 pp.
- Brun, P. (1991) — Le Bronze Atlantique et ses subdivisions culturelles: essai de définition. In *L'Âge du Bronze Atlantique* (Ch. Chevillot e A. Coffyn, ed.). Beynac, pp. 11-24.
- Cardoso, J. L. (1995) — O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*, 34, pp. 33-74.
- Cardoso, J. L. (1996) — O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*, 5, pp. 6-14.
- Cardoso, J. L. (1997/1998a) — As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, pp. 155-167.
- Cardoso, J. L. (1997/1998b) — O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, pp. 169-187.
- Cardoso, J. L. (1999/2000) — Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 355-413.
- Cardoso, J. L. (2000a) — A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. *Discursos*, Série III, 2, pp. 243-251.

- Cardoso, J. L. (2000b) — Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios AC): breve síntese. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 5, pp. 61-99.
- Cardoso, J. L. (2000c) — Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. *Trabalhos de Arqueologia*, 14, pp. 45-70.
- Cardoso, J. L. & Carreira, J. R. (1993) — Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo*, 2, pp. 193-206.
- Cardoso, J. L.; Rodrigues, J. S.; Monjardino, J. & Carreira, J. R. (1986) — A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa, Revista Municipal*, Série II, 15, pp. 3-18.
- Cardoso, J. L.; Caninas, J. C. & Henriques, F. (1998) — Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 325-345.
- Coffyn, A. (1983) — La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, pp. 169-196.
- Coffyn, A. (1985) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Diffusion De Boccard.
- Coffyn, A. (1998) — Une entité contestée: le Bronze atlantique. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 166-178 (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Coffyn, A. & Sion, H. (1993) — Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du Bronze Final atlantique. *Mediterrâneo*, 2, pp. 285-310.
- Cruz, D. J. & Gonçalves, A. A. Huet B. (1998/1999) — A necrópole de "Agra de Antas" (S. Paio de Antas, Esposende, Braga). *Portugalia*, Nova Série, 19/20: 5-27.
- Cruz, D. J.; Gomes, L. F. C. & Carvalho, P. M. Sobral de (1998) — O grupo de *tumuli* "da Casinha Derribada" (concelho de Viseu). *Conimbriga*, 37, pp. 5-76.
- Cruz, D. J.; Vilaça, R.; Santos, A. T. & Marques, J. N. (2000) — O Grupo de *tumuli* do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 125-150.
- Cruz, J. C. Martin de la (1992) — La Peninsula Iberica y el Mediterraneo en el segundo milenio A.C. *In El Mundo Micénico — cinco siglos de la*

- primera civilizacion europea 1600-1100 a.C.* (J. L. Melena, ed.), pp. 110-114.
- Curado, F. P. (1984) — Uma nova estela do Bronze Final na Beira Alta (Baraçal, Sabugal — Guarda). *Arqueologia*, 9: 81-85.
- Fabião, C. (1993) — O Bronze Final. In *História de Portugal* (dirigida por J. Mattoso), vol. 1: Antes de Portugal. Lisboa, Estampa, pp. 79-119.
- Gomes, M. V. & Monteiro, J. P. (1976 / 1977) — As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel — Beja) — estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*, 2/3, pp. 281-343.
- González-Prats, A. (1990) — *Nueva luz sobre la Protohistoria del Sudeste*. Alicante, 357 p.
- Harbinson, P. (1967) — Mediterranean and atlantic elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia. *Madrider Mitteilungen*, 8, pp. 100-122.
- Jorge, S. Oliveira (1988) — reflexões sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (1/2), pp. 85-112.
- Jorge, S. Oliveira (coordenado por, 1995) — *A Idade do Bronze em Portugal — discursos de poder*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- Jorge, S. Oliveira (1996) — Regional diversity in the Iberian Bronze Age — on the visibility and opacity of the archaeological record. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, pp. 193-214.
- Jorge, S. Oliveira (1998a) — Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, pp. 105-113.
- Jorge, S. Oliveira (1998b) — A lição de um Colóquio. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico ?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 283-285 (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Kalb, Ph. (1980a) — O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* (Guimarães, 1980), 10 p.
- Kalb, Ph. (1980b) — Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*, 58, pp. 25-59.
- Kalb, Ph. (1998) — Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica. In *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (S. Oliveira Jorge, ed.), pp. 157-165 (Trabalhos de Arqueologia, 10).

- Kalb, Ph. & Hock, M. (1980) — Cabeço da Bruxa, Alpiarça (district Santarém) vorbericht uber die Grabung im Januar und Februar 1979. *Madriider Mitteilungen*, 21, pp. 91-108.
- Lo Schiavo, F. (1991) — La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final atlantique. *L'âge du Bronze Atlantique* (Ch. Chevillot e A. Coffyn, ed.). Beynac, pp. 213-226.
- Mac-White, E. (1951) — *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península hispánica en la Edad del Bronce* (Dissertaciones Matritenses, II). Madrid, 151 p.
- Marques, G. (1972) — *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, 13, 37 p.
- Marques, G. & Andrade, G. M. (1994) – Aspectos da Proto-História do território português. 1 — Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do Terceiro Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto, 1, pp. 125-148.
- Mederos-Martin, A. (1999a) — La metamorfosis de Villena. Comercio de oro, estaño y sal durante el Bronce Final entre el Atlántico y el Mediterráneo (1625-1300 AC). *Trabajos de Prehistoria*, 56 (2), pp. 115-136.
- Mederos-Martin, A. (1999b) — *Ex Occidente Lux*. El comercio micénico en el Mediterráneo Central y Occidental (1625-1100 AC). *Complutum*, 10, pp. 229-266.
- Mederos, A. & Harrison, R. J. (1996) — “Placer de dioses”. Incensarios en soportes com ruedas del Bronce Final de la Peninsula Iberica. *Complutum Extra*, 6 (1), pp. 237-253.
- Melo, A. A. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronce Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (1), pp. 15-120.
- Monteagudo, L. (1977) — *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München, 312 p.
- Perea, A. (1991) — *Orfebrería Prerromana: arqueologia del oro*. Madrid, Comunidad de Madrid, Consejería de Cultura.
- Ruiz-Gálvez, M. (1991) — Songs of a wayfaring lad. Late Bronze Age Atlantic exchange and the building of the regional identity in the west Iberian Peninsula. *Oxford Journal of Archaeology*, 10 (3), pp. 277-306.

- Ruiz-Gálvez Priego, M. (1995a) — Depósitos del Bronce Final: sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? *Ritos de Paso y Puntos de Paso - la ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. Ruiz-Gálvez Priego, ed.). Complutum Extra, 5, pp. 21-32.
- Ruiz-Gálvez Priego, M. (1995b) — El significado de la ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. *Ritos de Paso y Puntos de Paso - la ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. Ruiz-Gálvez Priego, ed.). Complutum Extra, 5, pp. 21-32.
- Schubart, H. (1975) — *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Vol. 1, Text; Vol. 2, Tafeln. Berlin, Walter de Gruyter.
- Senna-Martinez, J. C. de (1994) — Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, pp. 215-232.
- Senna-Martinez, J. C. de (1998) — Produção, ostentação e redistribuição: estrutura social e economia política no Grupo Baiões/Santa Luzia. *In Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, pp. 218-230 (S. Oliveira Jorge, ed.) (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Senna-Martinez, J. C. de (2000) — O “Grupo Baiões/Santa Luzia” no quadro do Bronze Final do Centro de Portugal. *Por Terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*, Viseu, pp. 119-146.
- Silva, A. C. Ferreira da (1986) — *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Museu Arqueológico da Citânia de Safins.
- Silva, A. C. F. da & Gomes, M. V. (1992) — *Proto-História de Portugal*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Silva, M. D. O. (2000) — Estátua-menir de A-de-Moura (Santana de Azinha, Guarda). *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 229-236.
- Spindler, K.; Castello-Branco, A. de; Zbyszewski, G. & Ferreira, O. da Veiga (1973/1974) — Le monument à coupole de l’âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 57, pp. 91-153.

- Taramelli, A. (1921) — Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda di Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*, 27, pp. 5-98.
- Vicente, E. P. & Andrade, G. M. (1971) — A estação arqueológica do Cabeço dos Moinhos. Breve notícia. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), 2, pp. 223-238.
- Vilaça, R. (1995) — *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze* (2 vols.). Lisboa, *Trabalhos de Arqueologia*, 9.
- Vilaça, R. (1997) — Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor). *Conimbriga*, 36, pp. 27-44.
- Vilaça, R. (2000) — Registos e leituras da Pré-História Recente e da Proto-História Antiga da Beira Interior. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 161-182.
- Vilaça, R. (no prelo) — Do Bronze ao Ferro no território português (a investigação arqueológica nas duas últimas décadas). *CLIO — Série Arqueológica*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Vilaça, R. & Cruz, D. J. (1999) — Práticas funerárias e culturais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. 24, pp. 73-99.
- Vilaça, R.; Cruz, D. J. & Gonçalves, A. A. H. B. (1999) — A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*, 38, pp. 5-29.

# GEODINÂMICA E ACÇÕES ANTRÓPICAS: DOIS ELEMENTOS ESTRUTURANTES NA CONSTRUÇÃO DA EUROPA

**Rosário Bastos**

(Universidade Aberta)

**Alveirinho Dias**

(Universidade do Algarve)

*“Em todas as épocas, o meio natural apresenta linhas de resistência. O que varia de uma época para a outra é o nível das técnicas utilizadas, que corresponde ao número de sucessos ou de derrotas do homem para vencer uma ou outra dessas linhas de resistência”.*

FORQUIN, Guy — *História Económica do Ocidente Medieval*, 3ª ed., Lisboa, Ed. 70, p. 32.

## 1. INTRODUÇÃO

A análise do processo de formação e afirmação da Europa, entendida nas suas múltiplas vertentes: material, cultural, política e social, é uma tarefa complexa e interminável. Desde logo se pode questionar quando é que a Europa se começou a consubstanciar como espaço autónomo identificável como tal? E, assim sendo, de que traços de identidade estamos a falar? Geográfica, política, religiosa...? Como se não bastassem estes engulhos,

teremos ainda que nos interrogar acerca da individualização da Europa como um todo. Não seria mais apropriado aludirmos às “várias europas”, a saber, Escandinávia, Europa Ocidental, Europa Mediterrânica, Europa Central, etc.? Na verdade, quer-nos parecer que o assunto é de tal modo vasto que se não seccionarmos o objecto de análise, com todos os perigos reducionistas que podem estar subjacentes a essa abordagem, corremos o risco de tomar o todo pela parte, descaracterizando uma realidade que, por poliédrica, se torna igualmente rica e estimulante. Assim, neste trabalho, abordaremos apenas (o que já não é de somenos) a influência que o meio físico teve na construção da Europa, tanto nas tentativas de adaptação do Homem ao ambiente em que estava inserido, como na forma como tentou modificar esse mesmo meio. Para o efeito, centrar-nos-emos, sobretudo, no período medievo, com especial destaque para um caso paradigmático da interacção Homem/Meio: a formação e desenvolvimento da laguna de Aveiro e seu impacte *hinterland* socio-económico do Baixo-Vouga.

## 2. FACTORES CONDICIONADORES DA EVOLUÇÃO DO MEIO FÍSICO

O espaço físico tradicionalmente identificado como Europa mais não é do que a parte ocidental da grande massa continental euro-asiática, em que as diversidades a diferentes níveis, nomeadamente hipsométrica, geológica, geomorfológica, hidrológica, faunística, florística, e humana, são notáveis.

Jean Carpentier e François Lebrun, na sua *História da Europa* (1993, pp. 30-32), aludiram já a três características específicas do território europeu:

1 — é um espaço pequeno quando comparado com o de outros continentes, ocupando apenas 7% das terras emersas (Ásia 30%, América 28% e África 30%);

2 — é um continente aberto e fortemente atravessado por cursos de água; “*mais que rodeada de água, a península europeia é penetrada por ela*”, afirmam os supracitados autores;

3 — situado entre os 35° e os 71° de latitude norte, o continente europeu escapa por completo às zonas tropicais, entra muito pouco nas zonas polares (6 ou 7% da sua superfície total) e pode abrir-se às grandes influências suavizadoras dos ventos de oeste.

Os traços mais estruturantes das características físicas do espaço europeu (bem como das não físicas que, em última análise, por estas são determinadas) decorrem, como se verifica em todas as massas continentais, de uma longa evolução geológica com muitas centenas de milhões de anos (fig. 1). Efectivamente, o espaço europeu está profundamente marcado pela fracturação do mega-continente Pangea, ocorrida há cerca de 200 milhões de anos, que separou as massas continentais em dois grandes blocos principais, a Laurásia (que integrava a “coluna vertebral” da Europa), a norte, e a Gondwana, a sul e por toda a deriva continental (induzida pela tectónica de placas) que se lhe seguiu, com especial relevância para a abertura do Atlântico Norte e para o encerramento do Mar de Thethys (reduzido, actualmente, ao Mar Mediterrâneo). Foi na sequência destas movimentações continentais que se constituíram, designadamente, as grandes cadeias montanhosas dos Alpes e dos Pirinéus, cuja existência influenciou de forma determinante a história europeia.

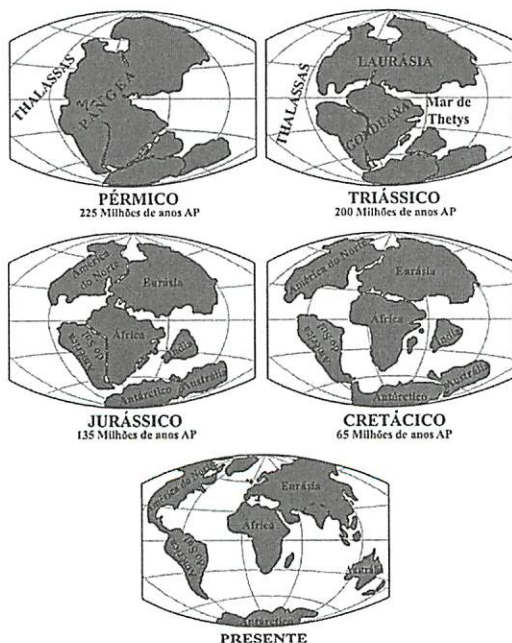


Fig. 1 — Evolução esquemática dos traços principais da deriva continental, desde a existência de um único mega-continente, a Pangea, há cerca de 225 milhões de anos, até à situação actual.

Se foi a evolução geológica à escala dos milhões de anos que imprimiu à Europa os traços principais e mais estruturantes que apresenta, foi a evolução à escala das centenas e das dezenas de milhares de anos que modelou, de forma mais pormenorizada, as características regionais e locais do espaço europeu. Neste aspecto ressaltam as glaciações, muito em especial a última glaciação, designada por Wurm IV, cujo máximo ocorreu há cerca de 18 000 anos. As grandes modificações climáticas por esta induzidas constituíram-se como factor restritivo e, simultaneamente, catalisador da evolução do Homem, bem como do tipo e da densidade da ocupação do espaço europeu. As grandes variações do nível médio do mar, associadas às glaciações, viabilizaram migrações entre territórios actualmente separados por mar. Foi o que se verificou, por exemplo, no norte da Europa em que, até há cerca de 10 000 anos, grande parte do território hoje ocupado pelo Mar do Norte estava emerso, propiciando contactos fáceis entre populações, designadamente com as que então habitavam o que hoje constitui a Grã-Bretanha e Irlanda.

Entramos, desta forma, na análise da influência climática na constituição e transformação das características europeias, designadamente nas geomorfológicas. Não obstante a grande importância estruturante da evolução geológica à escala dos milhões e das centenas e das dezenas de milhares de anos, foram as pequenas modificações que ocorreram nos últimos milénios que deram à Europa os últimos “retoques” transformando-a no espaço que hoje co-habitamos.

A evolução recente da fachada atlântica da Península Ibérica, e especificamente do território que actualmente constitui Portugal, ilustra bem o que se afirmou. Há 18 000 anos, no máximo glaciário, quando o nível médio do mar estava uns 120 a 140 metros mais baixo do que o actual, o litoral localizava-se bastante mais para poente do que o que hoje conhecemos (fig. 2). Com a deglaciação e a conseqüente elevação do nível do mar, o litoral foi rapidamente migrando para nascente, tendo-se verificado grandes variações climáticas que induziram notáveis modificações faunísticas e do coberto vegetal. Há uns 3000 anos o mar atingiu um nível médio aproximadamente igual ao actual. A configuração da zona costeira era, todavia, profundamente diferente da actual, caracterizando-se essencialmente por um recorte acentuado, pela existência de estuários amplos e abertos e por uma tipologia essencialmente rochosa. Desde essa altura até ao Presente não se verifi-

caram grandes alterações climáticas, isto é, as características básicas do clima permaneceram imutáveis. Registaram-se, apenas, pequenas oscilações que, todavia, nalguns casos, induziram modificações notáveis na paisagem. Entre outras, são de referir as modificações verificadas quer na geomorfologia, quer no coberto vegetal e, conseqüentemente, no tipo e densidades de ocupação humana do território.

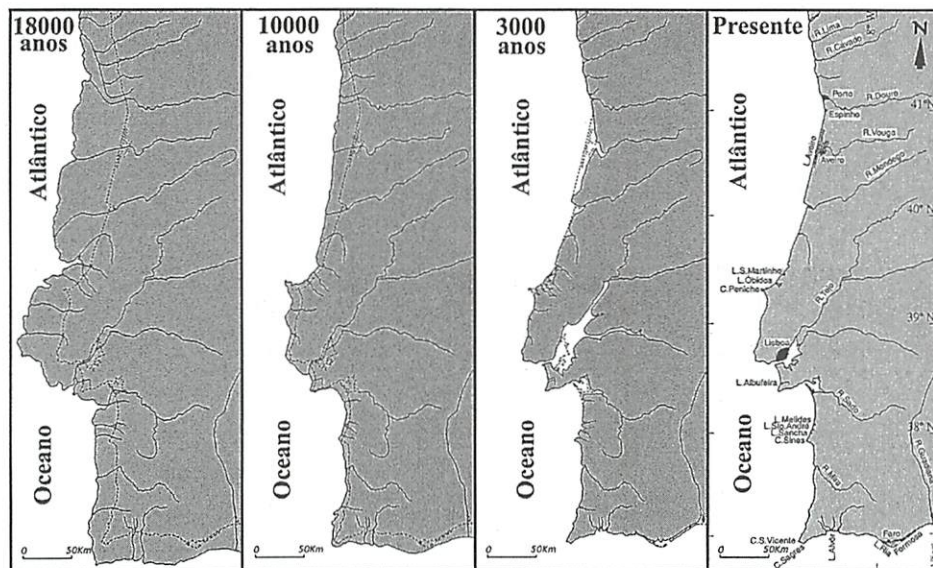


Fig. 2 — Evolução do litoral desde o último máximo glaciário, há 18000 anos até ao Presente. Adaptado de Dias et al. (1990).

Entretanto, a tecnologia do Homem foi-se ampliando e, conseqüentemente, o seu poder de intervenção ambiental, tanto de forma consciente como inconsciente. São inúmeros os exemplos que se podem referir, mas bastará aludir a três ou quatro actividades humanas com fortes impactes no litoral para dar a percepção da capacidade interventiva do Homem no ambiente. Efectivamente, ao desflorestar e desmatar, ao agricultar, as populações induzem grandes modificações na paisagem local mas, também, em zonas afastadas, por vezes a centenas de quilómetros de distância e, muito em especial, no litoral localizado na dependência dessa bacia hidrográfica, em que, em consequência dessas actividades, se registam episódios de erosão ou de acumulação que, por vezes, modificam substan-

cialmente as suas características geomorfológicas. São intervenções ambientais não propositadas, isto é, que o Homem realiza de forma inconsciente. Outras intervenções são, contudo, realizadas pelo Homem no sentido de adaptar o ambiente às actividades que aí desenvolve. É o caso, entre muitos outros, da construção de açudes e barragens, da canalização dos rios e/ou artificialização das suas margens, da colonização do território com espécies vegetais não indígenas (e que, por vezes, se tornam altamente oportunistas, destruindo o coberto vegetal original). São intervenções ambientais propositadas, mas que, por via de regra, induzem impactes longínquos que o Homem nem sequer suspeitava. A Europa de hoje está profundamente marcada por estes tipos de acções. Por outras palavras a actual paisagem europeia está profundamente antropizada.

Um dos períodos mais interessantes desta complexa história de modificação da paisagem é, sem dúvida, a época medieval. É nesta altura que, quer devido à progressiva ampliação do poder tecnológico do Homem, quer à expansão demográfica, a paisagem é profundamente modificada. Simultaneamente, ligeiras variações nas características climáticas induzem, também, modificações paisagísticas, designadamente no coberto vegetal e na geomorfologia, principalmente na morfologia costeira. A análise dos registos (históricos e geológicos) torna-se, então, confuso, sendo frequentemente impossível deduzir se determinada modificação foi natural (induzida pelas oscilações climáticas) ou artificial (provocada por actividades humanas). A problemática é realmente complexa porquanto, por vezes, ambos mecanismos indutores desenvolvem respostas com o mesmo sinal e, por outras, com sinais contrários. Quando uma ligeira alteração das características climáticas conduz ao desaparecimento de grandes manchas florestais (como parece ter acontecido com a desertificação da Meseta Ibérica), e o Homem procede à desmatção de grandes áreas para as agricultar, o sinal induzido na zona costeira tem, obviamente, o mesmo sinal, isto é, verifica-se aumento do acarreo sedimentar, assoreamento estuarino e lagunar, e acumulação no litoral, com desenvolvimento de grandes praias arenosas, construção de amplos campos dunares e migração da linha de costa em direcção do mar. É obviamente impossível deduzir qual o factor mais marcante, se o humano, se o natural.

O assunto torna-se ainda mais difícil (e interessante) quando se tentam identificar concretamente as acções indutoras das modificações geomor-

fológicas, ou seja, da morfodinâmica. Na época medieval a documentação escrita que subsistiu até aos nossos dias é relativamente escassa e carece de interpretação cuidada, as peças cartográficas são muito raras e normalmente fantasiosas, e a informação geológica relevante para o estudo da morfodinâmica é difícil de adquirir e, em geral, precisa de suporte histórico para ser interpretada e convenientemente datada. As séries de dados contínuos e fiáveis que nos facultem, se não a detecção da evolução do clima, pelo menos a enumeração possível de uma série minimamente sequencial dos estados de tempo para uma dada escala espaço-temporal são quase inexistentes. Perante tantas lacunas e carências, só uma efectiva investigação pluridisciplinar pode conduzir a resultados minimamente fidedignos.

Dependendo da constituição dos solos, do tipo de cobertura vegetal, das características hidrográficas e oceanográficas e, em última instância, da intervenção do Homem, os elementos climáticos vão influir de forma específica na evolução geomorfológica de um dado espaço. Assim, torna-se desde logo evidente que, no que se refere à morfodinâmica, não se deve falar da evolução climática da Europa neste ou naquele período, mas antes das repercussões que uma sequênciade estados meteorológicos tiveram em determinada região num dado período. Por esse facto, Humbert Lamb ao estudar a influência do clima na História (1995), desenvolve o seu trabalho segundo uma tabela cronológica crescente mas, também, dividindo esta mesma “tabela cronológica” pelos vários pontos do globo. A título de exemplo refira-se o facto de Lamb (1995, pp. 172-185) estabelecer como picos de aquecimento na Europa medieval os seguintes períodos:

- a) entre 800 e o ano mil para a Noruega;
- b) entre 1100 e 1300 para várias zonas do Reino Unido e Europa Central; os Verões apresentariam, em média, uma temperatura superior à actual em cerca de 0.7 e 1.0 °C, no primeiro caso, e 1.0 a 1.4 °C no caso da Europa Central;
- c) no Mediterrâneo, no Mar Cáspio e na Ásia Central, o impacte deste aquecimento a norte vai-se fazer sentir através de um aumento da humidade, a qual varia consoante as regiões em apreço. Tal facto parece explicar-se pela deslocação da faixa anticiclónica da zona desértica, que saiu do seu eixo tradicional que vai dos Açores à

Alemanha ou Escandinávia e provocou a infiltração de uma frente fria que, vinda do sul, atingiu quer a Europa Oriental quer a Europa Ocidental e, até mesmo, a Ásia Central.

Como chegar a este tipo de resultados? Sabendo que só a partir da época moderna podemos ter acesso aos instrumentos de medição meteorológica — o barómetro e o termómetro só seriam inventados na Itália da primeira metade do séc. XVII, por Torricelli e Galileu, respectivamente — o historiador do clima tem de recorrer às mais diversas fontes que lhe permitam deduzir as informações e compilar os dados pretendidos. Por exemplo a curva do preço dos cereais num dado espaço, em determinado período, pode indiciar os níveis de pluviosidade (ou ausência dela) durante o ciclo agrícola, o que, obviamente, se reflecte na abundância ou escassez da oferta e, logo, no preço do produto. Contudo, esta dedução dos níveis de pluviosidade a partir do preço dos cereais deve ser encarada com cautela pois não é possível estabelecer uma relação directa de causa e efeito entre estes dois elementos. O mais seguro será cruzar este tipo de informações com outras decorrentes, v.g., da análise dos textos e crónicas coevas, da observação dos ritmos de crescimento das árvores (dendocronologia ou dendoclimatologia), da observação do estado de conservação das vigas dos monumentos, da recolha de dados arqueológicos, do estudo das sequências sedimentares e microbiológicas dos depósitos marinhos e lagunares etc., etc., etc. (cf. LADURIE, 1983; ALEXANDRE, 1987 ou LAMB, 1995). Na verdade, a recolha, análise e interpretação de registos climáticos, sobretudo para os períodos anteriores ao séc. XVIII, implicam necessariamente um esforço interdisciplinar.

Para concluir esta breve referência aos factores condicionantes do meio físico, resta-nos mencionar os acontecimentos que, à falta de melhor definição, designámos como “factores *ad hoc*”, isto é, as ocorrências perfeitamente fortuítas que, não se incluindo em sentido estrito nos dados climáticos, acabam simultaneamente por ser condicionados e condicionadores dos mesmos. Referimo-nos, entre outros, aos temporais, aos grandes sismos, aos ciclones e aos *tsunamis* (normalmente conhecidos por maremotos), cujo impacte na morfodinâmica pode não ser estrutural mas é, seguramente, extraordinariamente importante ao nível decenal e secular.

### 3. A INTERVENÇÃO DO HOMEM

Heródoto, parafraseando os gregos seus antecessores que integraram a expressão de Hecateu de Mileto (TAVARES, 1995, p. 31), referia-se ao Egipto como “um Dom do Nilo”; era-o, com toda a certeza, mas foi igualmente aquilo que dele fizeram os egípcios. Se é certo que a geomorfologia influencia o curso das civilizações históricas, é igualmente irrefutável o poder do Homem como agente e construtor da História. Longe vão os tempos do determinismo patenteado pelos geógrafos *oitocentistas* que “(...) *pretenderam explicar as paisagens apenas em função das condições naturais: dureza e permeabilidade das rochas, estrutura do solo e do subsolo, temperaturas e precipitações, ventos e climas. Em vão, sem dúvida: todos estes factores físicos constituem apenas o quadro em que o homem agiu, a partir do momento em que se estabilizou(...)*” (DUPÂQUIER, in BRAUDEL, 1996, p. 64).

Homem e Natureza estabeleceram, desde o aparecimento daquele, um binómio no qual a sobrevivência e êxito do primeiro dependem, sobretudo, dos seus conhecimentos técnicos, da sua capacidade interventiva, em suma, do engenho humano. Aquilo a que as chamadas Ciências da Terra designam por “acções antrópicas” (influência activa do Homem no processo ambiental), pode suceder no sentido das sociedades intervirem aproveitando os recursos que o ambiente lhe oferece ou, em situações adversas, procurando contornar os obstáculos que a Natureza lhe apresenta. E isto aplica-se quer para o bem quer para o mal, uma vez que as consequências das tais acções antrópicas ora resultam em sucessos fundamentais para a prossecução da própria espécie humana, ora redundam num aparente sucesso que a médio e longo prazo acarretam efeitos danosos quando não irreparáveis. Passemos a concretizar com um exemplo extremamente simples. É hoje genericamente aceite que, um pouco por toda a Europa, os séculos XII e XIII foram períodos de crescimento demográfico (cf., por todos, DUPÂQUIER & AYMARD, in BRAUDEL, 1996, p. 78). Paralelamente ao crescimento demográfico, verificou-se um aumento da procura de:

- terras agrícolas, fosse à custa da área florestada, da drenagem de paúis, da ocupação de solos com uma diminuta capacidade produtiva, ou outros mecanismos quaisquer;

- pastagens para o gado;
- madeira para construir casas, embarcações, dependências e alfaias agrícolas e para o carvão.

O resultado de todo este processo pode equacionar-se:

**1 — a curto prazo**

- efectiva satisfação das necessidades da procura;

**2 — a médio prazo**

- deterioração dos índices de produtividade dos terrenos agrícolas, cuja capacidade se encontrava comprometida pela lei dos “rendimentos decrescentes” (BRAUDEL, 1996, p. 97);
- degradação do coberto vegetal através da queima ou corte de bosques, matas, brenhas e charnecas, desestruturando o frágil equilíbrio entre *ager e saltus*;
- acréscimo dos acarreios sedimentares continentais (e consequente aumento dos caudais sólidos transportados pelos rios), provocando grandes modificações da geomorfologia costeira através, por exemplo, da acumulação de areias no litoral, da formação de restingas, do assoreamento de canais e, mesmo, do encerramento e colmatação de barras.

Tudo isto num período em que os condicionamentos decorrentes dos conhecimentos técnicos limitam a capacidade de resposta do Homem face aos reveses ambientais.

#### **4. UM EXEMPLO PARADIGMÁTICO DA INTERACÇÃO HOMEM/NATUREZA: A LAGUNA DE AVEIRO**

A formação da laguna de Aveiro é um fenómeno extremamente interessante que ilustra a influência que uma rápida evolução morfológica pode ter ao nível das estruturas de povoamento e da utilização dos recursos naturais. Vamos focalizar-nos num caso exemplar no que se refere a uma rápida modificação costeira a nível europeu e mesmo mundial. Por um feliz acaso, a formação desta laguna ocorreu num território europeu

— Portugal — cuja estabilização das fronteiras políticas e geográficas, tal como se encontram actualmente, é a mais antiga de todos os países da Europa. Por outro lado, a constituição da dita laguna e a génese e formação do estado português são cronologicamente coincidentes. Como refere Orlando de Oliveira (1998), “*A Ria de Aveiro e Portugal formaram-se ao mesmo tempo*” e, acrescentaríamos nós, o desenvolvimento de uma contribuiu, na devida proporção, para a afirmação do outro.

Começemos por delimitar o espaço. É hoje consensual que a abordagem do Baixo Vouga lagunar só faz sentido se analisarmos não só a sua bacia hidrográfica, mas também uma vasta área circunscrita, *grosso modo*, entre a foz do Douro e Buarcos, porquanto a evolução da desembocadura deste rio foi também influenciada pelo abastecimento sedimentar fluvial de outros rios maiores, designadamente do rio Douro que, a norte, mercê sobretudo da deriva litoral, foi um agente activo na mobilização e distribuição de sedimentos pela plataforma continental da região em apreço. Assim, para esboçarmos os contornos do litoral na zona do Baixo Vouga e todo o seu *hinterland* (espaço fluvio-marítimo navegável), teremos que atentar nas informações concernentes a toda uma região que ultrapassa, a norte, os limites da actual laguna de Aveiro.

No séc. IX encontramos já menção à lagoa de Ovil, actualmente conhecida por “Barrinha de Esmoriz” (*P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 8 e 12), menção esta que se repete para o século seguinte (*P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 25 e 291). Nesta fase, a lagoa de Ovil estava não só perfeitamente formada como se encontrava já em fase assoreamento como nos indica um estudo arqueológico e geomorfológico decorrente da descoberta de uma armadilha de pesca datada da época romana (sécs. I/II d.C.). Os resultados obtidos com o referido trabalho concluem que há cerca de 2000 anos este corpo lagunar estava activo, tendo sido progressivamente assoreado até se transformar em terreno emerso. Na verdade, por volta dos sécs. IX/X, a zona já tinha sido colonizada por espécies arbóreas (ALVES *et al*, 1988-89). Quanto à dimensão desta lagoa, que nos nossos dias se reparte entre Paramos e Esmoriz, podemos documentar que, ao tempo, era consideravelmente maior quer a norte, quer a sul. Vejamos, a supracitada armadilha de pesca foi descoberta na praia da actual carreira de tiro de Silvalde. Contudo, poder-se-ia tratar de uma outra formação lagunar. Porém, em 1037, diz-se que a “vila de Pousada” (actualmente Santa Cruz,

em Silvalde) se situa no percurso “do rio a que chamam lagoa” até que desagua no mar (*P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 296); além deste diploma, uma carta régia datada de 1284, destinada a delimitar o castro de Ovil e a vila de Silvalde salienta, a propósito das respectivas demarcações, que o rio Maior vai a direito desaguar numa lagoa (*Corpus Codicum*, vol. 1, pp. 393-394), obviamente, a do castro de Ovil. A sul de Silvalde, também se detecta que a configuração da lagoa era diferente da actual. Nas inquirições dionisinas de 1288 faz-se referência à lagoa de Cortegaça (cit. in AMORIM, 1986). Assim, parece que ainda nos séculos XII e XIII, a lagoa era maior que actualmente, espalhando-se por Silvalde, Paramos, Esmoriz e Cortegaça.

Assim, parece que um dos primeiros períodos de abastecimento sedimentar ao litoral terá ocorrido por volta do séc. X e seguintes, pelo menos na faixa norte de Portugal, o que é corroborado não só pelo supracitado exemplo da “barrinha de Esmoriz” como, também, pelas elevadas taxas de acumulação de depósitos lodosos registadas na plataforma continental média externa ao largo do Porto (DIAS *et al.*, 1997, p. 60). Este facto, teve subjacentes factores climáticos e antrópicos. Vejamos:

A cronística portuguesa faz menção a intensas chuvas e cheias ocorridas nos séculos XII e XIII. Rui de Pina, na *Crónica de D. Sancho I* (p. 63) refere “*Depois da era de Nosso Senhor de mil e duzentos e hum annos [1163], por continuadas chuvas, que em todos hos mezes sobrevieram nom se poderam fazer sementeyras (...)*”, ou ainda, “*(...) Destroyo em pessoa has terras dos infieis na frontaria Dandaluzia, e da volta jaa sobre o Inverno, veo por cerco sobre o castello de Serpa (...). Mas por chuvas, e grandes tempestades, que logo sobrevieram, alevantou o cerco [1198]*” (Idem, p. 32). Já para o início da *Centúria de Duzentos* se diz na *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (p. 176) que “*atta a Era de MCCXXXVIII anos [1200] foram as chuvas tantas e tam contynuadas que não podiom lavrar a terra, nem semear, se não em muy pouquos lugares. E aquele pouquo que semearom com grande chuva, não naceo (...)*”.

Paralelamente, o Baixo Vouga não terá constituído excepção ao incremento demográfico dos séculos XI a XIII, registado um pouco por todo o país (COELHO e CARVALHO HOMEM, 1996, pp. 166-172). Tanto na sua confrontação setentrional como na meridional, o *hinterland* da futura laguna de Aveiro sentiu, nos primeiros tempos portugueses, um aumento populacional significativo. Isto mesmo nos é dado a conhecer, a norte, no

estudo *O Castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, onde se assinala uma colonização interna do território quer na orla litoral (mais modesta), quer nas terras altas, acima dos 200m (MATTOSO *et al*, 1989, pp. 71-74). Nessa altura, a densidade populacional rondaria os 14 hab./km<sup>2</sup>, valor semelhante ao atribuído para esse mesmo território na primeira metade do século XVI (MATTOSO *et al*, 1989, p. 76). Tal facto, equacionou-se, como seria de esperar, numa expansão agro-pastoril, pontuada por arroteamentos de sucesso desigual (MATTOSO *et al*, 1989, pp. 92-94) e, também, por uma intensificação da exploração de bosques e montes (MATTOSO *et al*, 1989, pp. 85-87).

Esta mesma realidade encontra-se igualmente retratada a sul, sobretudo em locais do actual concelho de Águeda, onde D. Dinis terá exercido um grande esforço no sentido de promover o (re)povoamento, ocupação (arroteamentos) e aproveitamento das terras através de doações e da locação de matos e montes maninhos (cf. tabela 1 dos anexos).

Desta forma, um provável período de grande pluviosidade ao qual acresce uma intensificação nas formas de exploração dos terrenos, terão conduzido ao aumento do caudal dos rios (principais e subsidiários) o que, às vezes, é utilizado pelas populações em proveito próprio; assim, segundo uma inquirição feita em 1284 sobre os termos de Silvalde, descreve-se que uma das formas de obter madeira era a de procurar árvores caídas ao longo das margens dos cursos de água, árvores essas que tinham sido derrubadas em virtude do aluimento das margens, provocado pelo aumento das respectivas torrentes (MATTOSO *et al*, 1989, pp. 86).

Esta situação de forte abastecimento sedimentar, verificada na bacia do Vouga mas, possivelmente, comum a todo o norte português — como já deixámos referido (DIAS *et al*, 1997, p. 60) — teria condicionado a evolução da configuração do litoral da futura “Ria de Aveiro” mercê, sobretudo, do desenvolvimento de grandes depósitos sedimentares.

Qual seria, então, a provável linha de costa deste troço do litoral no período imediatamente anterior à formação de Portugal, bem como nos primeiros séculos da sua independência? Vejamos o que nos revela a documentação escrita desse período. Para além da já mencionada lagoa de Ovil, sabemos que no século X Ovar era um porto marítimo (*P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 25), o que demonstra que não se começara, ainda, a formar o cordão arenoso que daqui crescerá para sul. Nas centúrias

seguintes vamos encontrar referências à situação geográfica costeira (“*prope litus mare*”, no dizer coevo) respeitantes às localidades de Espinho e Anta (P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 585 e *Livro Preto*, doc. 185 ou *Cartulário Baio Ferrado*, doc. 43), de Cabanões, em Ovar (P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 261 e *Docs. Mediev. Portug.*, vol. III, doc. 104) e de Vilar, perto de Válega (P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 187 e *Livro Preto*, doc. 435 ou *Docs. Mediev. Portug.*, vol. III, doc. 56). Ainda no séc. XII, encontramos uma importante revelação respeitante à foz dos rios Vouga e Antuã. Quanto ao Vouga, menciona-se que ele percorre a localidade de Rio Seco (c. Estarreja) entrando no “mar oceano” (sic) pela parte oriental (*Tombo do mosteiro de Grijó*, cit in OLIVEIRA, 1967); o Antuã, ainda desaguava no mar (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, pp. 2 e 4). Estes dados confirmam que, muito embora em Ovar já se tenha começado a formar a restinga arenosa, esta ainda devia ter como limite sul a Torreira (onde, aliás, se situava a barra: ABECASIS, 1965), dado que o Antuã e o Vouga desembocavam directamente no mar, o primeiro em Estarreja e o segundo, um pouco mais a sul, entre Canelas e Fermelã. Isto mesmo é corroborado pela doação de uma propriedade sita em Esgueira, no início do séc. XII (1103), na qual se localiza o património doado como ficando perto da foz do Vouga, que já sabemos estar um pouco mais a norte (entre Canelas e Fermelã), junto à orla marítima (*Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 9). Outra informação importante é aquela que nos é transmitida por um documento de 1095, respeitante Ribas Altas (Ílhavo). Aí se descreve com precisão que Ribas Altas tinha a ocidente a praia, no litoral (*Livro Preto*, docs. 302 e 307). Note-se que o documento indica explicitamente “*in ripa maris*” (no litoral) e não “*prope litus mare*” (junto à orla marítima), o que nos permite fazer passar o desenho da linha de costa por Ílhavo, em finais do séc. XI e inícios do séc. XII.

As referências documentais a marinhas ou talhos de sal permitem-nos complementar e aferir com um pouco mais de precisão o traçado da linha de costa porquanto, como é óbvio, as salinas situar-se-iam necessariamente próximas do oceano. Logo na primeira alusão encontrada, datada de 929, se pode ler que o presbítero Todesário e seu irmão vendem ao abade do mosteiro de Moreira as suas salinas de *Degarei* (Válega) “*cum suis muris et maris*” (P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 35). Cronologicamente, segue-se a famosa doação que, em 959 Mumadona Dias, fez ao mosteiro de

Guimarães, por ela fundado, e da qual constam as salinas de Aveiro como integrantes do património agora alienado (*Milenário de Aveiro*, vol. 1, doc.1). Mas muitas outras são as localidades onde encontrámos alusão à existência de marinhas ou talhos de sal; destas apenas referiremos a sua mais antiga alusão escrita (podendo estes dados ser complementados com o cf. da tabela 2, em anexo). Assim, há que mencionar: Esgueira (c. Aveiro), em 1057 (*Livro Preto*, doc. 110); Alcaroubim, nas margens do Vouga (c. Águeda), em 1059 (*D.C.*, doc. 420); Rio Seco, entre Canelas e Fermelã (c. Estarreja), em 1078 (*D.C.*, doc. 557); Sá (c. Aveiro), em 1100 (*D.C.*, doc. 936 e *Milenário de Aveiro*, vol. 1, doc. 8); Cacia (c. Aveiro), em 1192 (*Milenário de Aveiro*, vol. 1, doc. 25); Vagos (c. de Vagos), presumivelmente em 1204 (*Docs. de Sancho I*, doc. 154); Cabanões (c. Ovar), em 1268 (*T.T., Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 47 vº).

O aumento das marinhas deverá estar relacionado com cinco factores fulcrais, a saber:

1 — A formação de ambientes propícios à produção de sal, isto é, à transformação de um espaço aberto ao oceano (deste sofrendo os impactes das ondas, etc.) num espaço energeticamente bastante mais calmo, já com características lagunares, protegido por restingas arenosas e, conseqüentemente, propício à implementação das marinhas. A norte o cordão litoral vai progredindo e, a sul, a simples menção à produção de sal em Vagos, no início do séc. XIII, leva-nos a suspeitar que já se começara a formar a restinga que constituirá o limite meridional da futura “ria” de Aveiro. A ser assim, temos que antecipar em quase dois séculos a delimitação da laguna, relativamente à proposta de Martins (1947).

2 — A conjuntura histórica decorrente da estabilização da fronteira a sul, com a tomada de Lisboa em 1147.

3 — O incremento demográfico, cuja população se fixa nos territórios conquistados ao infiel.

4 — O aproveitamento dos recursos naturais resultantes das alterações geomorfológicas em curso, capitalizando a partir do mar rendimentos que o solo, pela sua pobreza, não facultava em termos agrícolas.

5 — O aumento da procura decorrente do declínio das salinas de Além-Douro (COIMBRA, 1836, p. 25). Este factor pode ser simultaneamente causa e consequência uma vez que o referido declínio das salinas nortenhas,

resultante de uma crescente acumulação sedimentar (DIAS *et al.*, 1997, p. 60), contribuiria para o incremento da produção de sal em Aveiro mas, também, a abundância deste produto aí registada teria acelerado a decadência ou mesmo desaparecimento das marinhas situadas a norte do Porto (RAU, 1984, p. 60).

Como quer que seja, a produção massiva do “sal de Aveiro” (e seu entorno) regista-se no séc. XII e, substantivamente, no século XIII (cf. da tabela 2, em anexo). Em 1216, D. Pedro Afonso e sua mulher doam ao mosteiro de S. João de Tarouca mil moios do sal que anualmente retiram das suas salinas em Aveiro (*Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 32). Esta oferta teria o intuito de oferecer ao referido cenóbio uma mercadoria facilmente transformável em moeda corrente (RAU, 1984, p. 59). Ora como a produção é elevada, os preços baixam e, com a baixa de preços, fica lesado o rei nos impostos (dízima) que cobra sobre a transacção deste produto e ficam igualmente lesados os produtores que vêm diminuir os seus lucros. Esta realidade leva a que seja gizada uma deliberação municipal aveirense de que resulta uma postura que restringe a produção de sal em Aveiro aos meses de Julho e Agosto (COIMBRA, 1836, p. 24 e RAU, 1984, p. 106). Justificava-se esta postura face ao monarca argumentando “*que lhjs valesse mais o sal pouco que fizesse que o auondamento que a nossa terra delle podia auer/. Nem a prol que se a nos seguja das dizimas*” (cit in RAU, 1984, p. 106). Esta determinação foi obviamente confirmada pelo monarca, D. Afonso IV, e de nada valeram os agravos apresentados nas cortes de Santarém, em 1331 (RAU, 1984, p. 106), nem mais tarde nas cortes de Elvas de 1361 (COIMBRA, 1836, p. 24).

Assim foi do ponto de vista histórico porque ao nível da geodinâmica a instalação de tão grande número de salinas começou imediatamente a modificar a estrutura recém criada naturalmente, sendo possível que fosse um factor amplificador do assoreamento lagunar. Na verdade, o contínuo assoreamento da “ria” é bem evidenciado na formação ou desenvolvimento de ilhas de dimensão considerável no interior da laguna. E isto no século XV quando, em 1407, D. João I doou a Ilha Testada ao seu meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho (*Arch. Histor. Portuguez*, vol. II, doc. 1) ou, mais tarde, em 1494, quando D. João II afora a Diogo Pires; é, mais tarde, em 1494, o caso de uma outra ilha situada no termo de Aveiro, muito

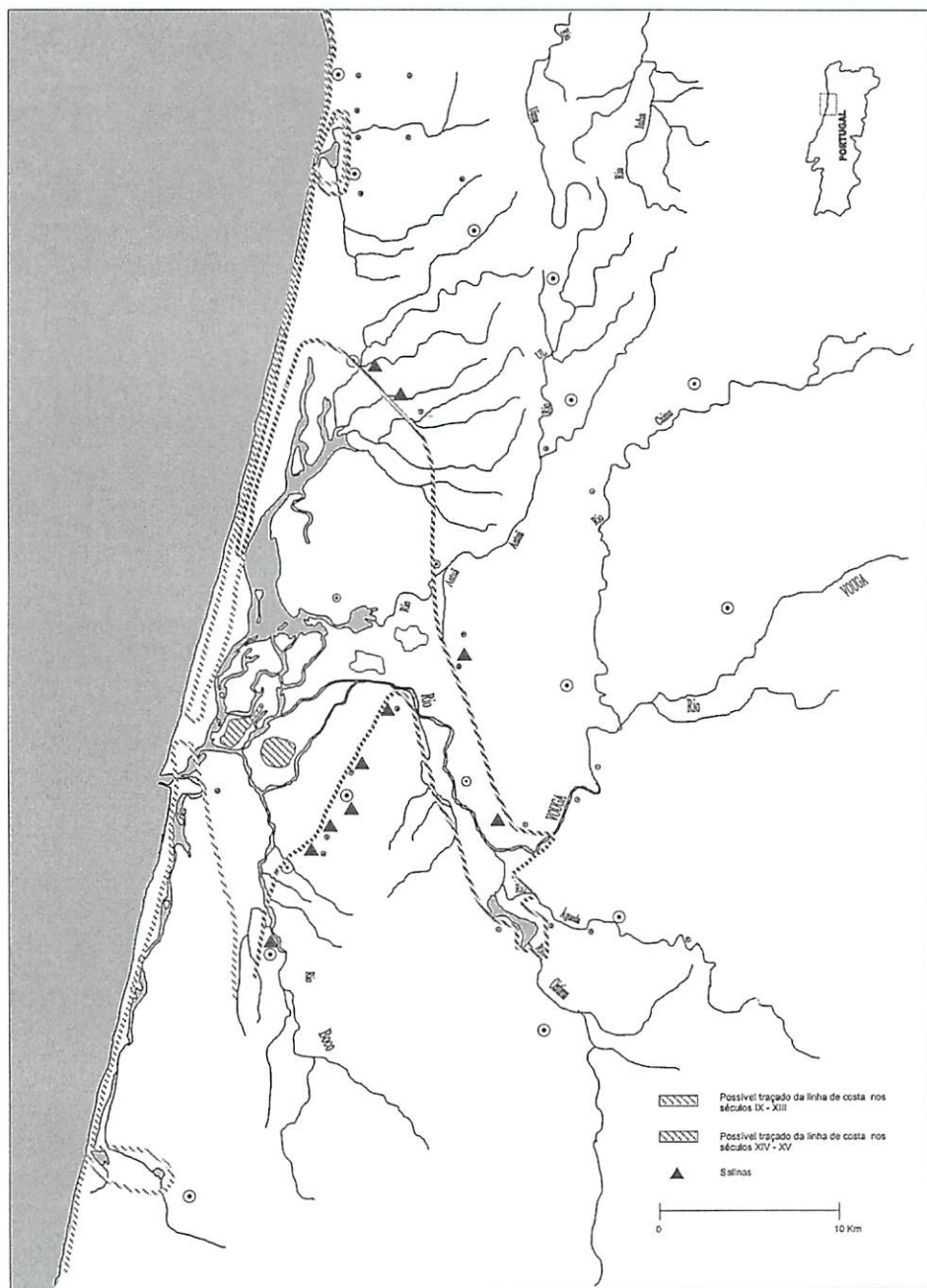


Fig. 3 — Aproximação ao traçado da linha de costa medieval no Baixo Vouga Lagunar.

possivelmente a Ilha do Monte Farinha (T.T., *Leitura Nova, Estremadura*, Livro 6, fls. 226-227).

Desta forma voltamos assim à questão inicial: a interacção Homem/Meio. Julgamos ter já provado até que ponto a análise do Baixo Vouga medievo pode ser elucidativa na compreensão da interdependência e influência recíproca entre estes dois “agentes da história” (o Homem e o Ambiente). À sua escala, esta região materializa o que Braudel (2001, p. 26) assinala para espaços mais amplos e tempos mais globalizantes: “*A alternância entre a sedimentação e a erosão explica-se pelas alterações do nível do mar, pelas variações climáticas (mais água significa maior força de erosão), pela acção do homem, que intervém na composição do coberto vegetal e modifica as condições de escoamento dos cursos de água*”.

## 5. CONCLUSÃO

Do conjunto de ideias atrás enunciadas destacam-se alguns pressupostos que merecem, agora, uma breve sistematização. Assim, parece sobejamente evidente que nas modificações históricas verificadas na Europa (ou, mais precisamente, no actual espaço continental europeu) o Meio influenciou o Homem que, por sua vez, também influenciou o Meio, assumindo o seu papel de agente e construtor da História. No entanto, é frequentemente difícil distinguir os móveis que influíram na evolução das paisagens, isto é, as mais das vezes torna-se extraordinariamente complicado perceber se as modificações registadas decorreram da actividade humana ou de um forçamento natural (ou, ainda, de ambos os factores combinados). No que respeita à Idade Média (ou a períodos históricos anteriores), afigura-se muito difícil identificar com pormenor as modificações naturais do Meio e as suas inter-relações com o Homem, pelo que só através de uma investigação profundamente interdisciplinar se consegue, de facto, chegar a algumas conclusões. Por exemplo, o caso de Aveiro, com a formação da sua laguna, evidencia à saciedade como uma evolução geomorfológica extremamente rápida condicionou a postura do Homem, o qual se viu obrigado a adaptar as suas estruturas socio-económicas à geodinâmica. Os espaços e respectivos níveis de povoamento bem como a rentabilização dos recursos naturais, com evidente destaque para a salicultura, são disso a prova. Portanto, terminamos

fazendo apelo à citação que enceta o presente trabalho porquanto, Ontem como Hoje, o sucesso e sobrevivência do Homem e a subjacente gestão sustentável do Meio, dependem da inteligente gestão dos recursos disponíveis. Para tanto, todos somos ainda poucos para analisar, compreender e, sempre que possível, evitar ou corrigir o instável equilíbrio estabelecido entre HOMEM/NATUREZA.

## ANEXOS

Tabela 1: OCUPAÇÃO/APROVEITAMENTO DOS SOLOS

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	POVOAMENTO	ARRETELAS	MATO MANTIDO	MONTE MANTIDO	CULTIVO DO SOLO	REAPROVEITAMENTO DE PALANQUES	FONTE
1088, Jan. 30	-	Emprazamento			X					<i>Livro Preto</i> , vol. II, , doc. 307 e <i>P.M.H.</i> , D.C., doc. 698
1192, Julho	D. Sancho I	Doação	Cacia (c. Aveiro)	X						<i>Milénário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 25
1282, Dez., 27	D. Dinis	Doação régia	Carvalhais, Termo de Recardães (c. Águeda)	X						T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 58v°
1284, Jan., 4	D. Dinis	Aforamento régio	Marmel (c. Águeda)			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 87
1284, Jan., 4	D. Dinis	Aforamento régio	Marmel (c. Águeda)			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 87v°
1284, Fev.	D. Dinis	Aforamento régio	Terra da Feira	X						T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fls. 104-104 v°
1286, Nov., 3	D. Dinis	Aforamento régio	Forca do Lobo, entre Barrô e Espinhel (c. Águeda)				X			T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 182
1288, Jul., 15	D. Dinis	Aforamento régio	"Costa do Gadal", (provavelmente c. Águeda)		X	X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 238 v°
1289, Jan., 26	D. Dinis	Aforamento régio	Terra da Feira	X				X		T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 238 v°
1291, Fev., 26	D. Dinis	Aforamento régio	Riba de Aguada (c. Águeda)			X		X		T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fl. 2
1294, Jan., 12	D. Dinis	Aforamento régio	(?) Julgado de Vouga		X	X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fl. 66 v°
1295, Maio, 6	D. Dinis	Aforamento régio	Termo de Antas (?), julgado de Vouga			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fls. 98-98v°
1311, Dez., 3	D. Dinis	Aforamento régio	Ao lado de Bolfelar, (c. Águeda)		X					T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 56
1313, Fev., 11	D. Dinis	Arrendamento por 30 anos	Aveiro						X	<i>Milénário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 59
1314, Jan., 12	D. Dinis	Aforamento régio	Fr. S. Vicente (provavelmente e S. Vicente de Pereira, c. Ovar)			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 59v°
1314, Jan., 12	D. Dinis	Aforamento régio	Sª Mª de Antas (?), julgado de Vouga			X				T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fls. 63-63v°
1314, Jan., 20	D. Dinis	Aforamento régio	Julgado de Vouga		X					T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 66
1314, Jun., 21	D. Dinis	Aforamento régio	S. Cristovão de Macinhata (c. Águeda)				X			T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 67
1315, Abr., 19	D. Dinis	Aforamento régio	S. Cristovão de Macinhata (c. Águeda)				X			T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 71

1505, Fev., 22	D. Manuel I	Carta de privilégio	Vagos					X	T.T., <i>Leitura Nova, Estremadura</i> , Livro 13, fl. 1
1511, Abr., 11	D. Manuel I	Aforamento régio	Do lado de Fermentelos (c. Agueda) e confronta a sul com a Veia do Paúl				X		T.T., <i>Leitura Nova, Estremadura</i> , Livro 13, fl. 47 <sup>o</sup> e <i>História Florestal...</i> , vol. IV, doc. 323

**Tabela 2: AS MARINHAS E O SAL**

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
929, Ago., 31	-	Venda	Válega	Venda que o presbítero Toresário faz ao abade do mosteiro de Moreira das suas salinas de Dagaredi	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 35
959, Jan., 26	-	Doação	Aveiro	Doação que Mumadona Dias faz ao mosteiro de Guimarães das salinas que possui em Aveiro	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc.1
1057, Dez., 1	-	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Gendo, sua mulher e filhos doam ao mosteiro da Vacariça 51 talhos de marinha que possuíam em Esgueira	<i>Livro Preto</i> , doc. 110
1059	-	Inventário de bens	Alquerubim (c. de Agueda)	Ao fazerem o inventário do seu património D. Fernando e D. Sancha sua mulher referem as salinas de Alquerubim, junto ao rio Vouga	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 420
1078	-	Venda	Rio Seco (entre Canelas e Fermelã, c. Estarreja)	Venda de Rio Seco, onde existem marinhas	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 557
1100, Jun., 13	-	Doação	Sá (c. Aveiro)	Doação ao mosteiro de Lorvão. Entre os bens doados conta-se uma marinha	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 936 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 8
1137, Abr.	D. Afonso Henriques	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Doação feita pelo bispo de Coimbra ao arcebispo Martinho de uma marinha que possuía em Esgueira	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 13 e <i>Livro Preto</i> , doc. 253
1168, Nov.	D. Afonso Henriques	Doação	Aveiro	Vários proprietários de Aveiro doam à Sé de Coimbra marinhas de sal no Esteiro de Aveiro e também no termo da vila	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 16
1192	D. Sancho I	Doação	Cacia (c. Aveiro)	Mendo Achia e Maria Pais, sua mulher, doam ao mosteiro de Lorvão o castro de Cacia; fazem referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 25
1194, Ago.	D. Sancho I	Testamento	Cacia (c. Aveiro)	Testamento de	<i>Milenário de</i>

				Pedro Peres Farinha a favor do mosteiro de Lorvão; faz referência a marinhas	<i>Aveiro</i> , vol. I, doc. 26
1200-1201	D. Sancho I	Inquirição	Aveiro, Esgueira, Arada e Verdemilho (tudo c. Aveiro)	Depoimentos das testemunhas inquiridas fazem referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 27
1203, Jun.	D. Sancho I	Testamento	Esgueira (c. Aveiro)	Testamento de Frei Pedro de Vouga a favor do mosteiro de Lorvão, ao qual deixa 15 talhos de marinha que possuía na Figueira da Fonte de Esgueira	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 28
[1204], Ago., 18	D. Sancho I	Doação	Vagos	O monarca doa ao mosteiro de Grijó a sua ermida de St <sup>a</sup> M <sup>a</sup> de Vagos com as suas marinhas	<i>Documentos de Sancho I</i> , doc. 154
1216, Jan, 1	D. Afonso II	Doação	Aveiro	D. Pedro Afonso e sua mulher doam ao mosteiro de Tarouca mil moios anuais do sal que tinham em Aveiro	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 32
1223, Ago.	D. Sancho II	Doação	Aveiro	A Infanta D. Sancha doa ao mosteiro de Celas a Terça parte do Aveiro; faz referência a salinas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 35
1268, Out.	D. Afonso III	Inquirição	Cabanões (c. Ovar)	Inquirição acerca das salinas de cabanões e respectivos foros pagos ao rei e à sé do Porto	T.T., <i>Chancelaria de D. Afonso III</i> , Livro I, fl. 47 <sup>v</sup>
1275, Jun.	D. Afonso III	Confirmação de doação	Aveiro	O bisneto de Pedro Afonso confirma a doação que o seu bisavô tinha feito ao mosteiro de Tarouca de mil moios de sal de Aveiro)	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 44
1280	D. Dinis	Doação	Aveiro	Vários salineiros de Aveiro doam ao mosteiro de Tarouca marinhas que possuíam (especificam os nomes das salinas)	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 46
1296, Dez.	D. Dinis	Emprazamento	Aveiro	O mosteiro de Tarouca empra várias propriedades que possui em Aveiro, fazendo referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 52
1306, Maio, 31	D. Dinis	Permuta	Aveiro	O monarca permuta com o mosteiro de Tarouca a terça parte de Aveiro, pelo que os 1000 moios de sal devem agora ser entregues ao rei	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 57
1306, Jul., 4	D. Dinis	Doação	Aveiro	D. Pedro Afonso e sua mulher doam ao mosteiro de	T.T., <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro 5, fl. 73 e Livro 6,

				Tarouca 1000 moios de sal de Aveiro, anualmente	fls. 27 <sup>v</sup> -28 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, docs. 32 e 42
1306, Jul., 4	D. Dinis	Aforamento	Aveiro	O mosteiro de Tarouca afora casas herdamentos e marinhas que detem em Aveiro	T.T., <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro 5, fls. 76-76 <sup>v</sup> e Livro 6, fl. 29
1313, Fev., 11	D. Dinis	Arrendamento	Aveiro	O monarca arrenda 2 marinhas de Aveiro que pertenceram ao mosteiro de Celas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 59
1326, Abr., 10	D. Afonso IV	Carta régia	Aveiro	Acerca do montante que os homens do Porto deviam pagar quando vinham carregar sal a Aveiro	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, docs. 63
1431, Nov., 20	D. João I	Composição	Aveiro	Autorização aos moradores de Bouças, Matosinhos e Porto para trazerem sal de Aveiro para salgarem os seus pescados	<i>Corpus Codicum</i> , vol. 1, p. 128
1464	D. Afonso V	Carta de privilégio	Aveiro	O monarca concede privilégio para que 2 marmotos aproveitem as marinhas de Aveiro	T.T., <i>Leitura Nova, Estremadura</i> , Livro 5, fl. 143 <sup>v</sup>
1484, Fev., 3	D. João II	Confirmação de privilégio	Aveiro	O monarca ordena aos juizes e oficiais de Aveiro que forneçam ao mosteiro de S <sup>o</sup> M <sup>o</sup> da Misericórdia de Aveiro o peixe necessário, nas épocas de pouco pescado	<i>História Florestal...</i> , vol. IV, doc. 59
1505, Fev., 22	D. Manuel I	Carta de privilégio	Vagos	O monarca dá autorização a Gonçalo Gil, prior da Ermida de S <sup>o</sup> M <sup>o</sup> de Vagos, para doar marinhas à referida Ermida	T.T., <i>Leitura Nova, Estremadura</i> , Livro 13, fl. 1
1520, Mar., 3	D. Manuel I	Confirmação	Vagos	O monarca confirma a Aires da Silva, regedor da Casa da Suplicação, 3 marinhas sitas em Vagos	T.T., <i>Leitura Nova, Estremadura</i> , Livro 12, fls. 34 <sup>v</sup> -35
1619, Ago., 9	Filipe II	Provisão régia	Aveiro	O monarca autoriza os oficiais da Câmara do Porto a retirar anualmente 600 milheiros de sal de Aveiro	<i>Corpus Codicum</i> , Livro 2, vol. 5, pp 27-28

## FONTES HISTÓRICAS

*Archivo Historico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904.

*Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Edição da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.

*Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium Eorum Qui in Archivo Municipali Portucalensi Asservantur Antiquissimorum*, vol. I: *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, porto, Câmara Municipal do Porto, 1891-1912.

*Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (1952-1953), ed. Carlos da Silva Tarouca, 3 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História.

*Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III (...)*, introdução e revisão de Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977.

*Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. de Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979.

*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*, vol. III,(1940), vol. IV, tomo I(1930), Lisboa, Academia Portuguesa de História.

*História Florestal, Aquícola e Cinegética (...)*, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980.

*Le Cartulaire Baio-Ferrado de Grijó (XI<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles)*, Introduction et Notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

*Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. crítica por Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso sob orientação do P. Avelino Jesus da Costa, vol. I (1977), vol. II (1978), vol. III (1979), Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.

*Milenário de Aveiro*, Colectânea de Documentos Históricos, org., leitura e revisão de António Gomes da Rocha Madahil, 1<sup>o</sup> vol., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959.

*Portugaliae Monumenta Historica (...): Diplomata et Chartae*, vol. I, Olisipone, 1867.

T.T., *Chancelaria D. Afonso III*, Livro 1 e *Chancelaria D. Dinis*, Livros 1, 2, 4, 5, 6.

TT., *Leitura Nova, Estremadura*, Livros 5, 12, 13.

## BIBLIOGRAFIA

- ABECASIS, Carlos Krus (1961) — *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*, Lisboa.
- ALEXANDRE, Pierre (1987) — *Les climat en Europe au moyen age: contribution à l'histoire des variations climatiques de 1000 à 1425, d'après les sources narratives de l'Europe Occidentale*, Paris, Éditions de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales Paris.
- ALVES, F.J.S., DIAS, J.M.A., ALMEIDA, M.J. R. & TABORDA, R. (1988-1989) — *A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho)*, Separata de “O Arqueólogo Português”, série IV, 6/7.
- AMORIM, A. (1986) — *Esmoriz e a sua História*, Esmoriz, Ed. da Comissão de Melhoramentos.
- BRAUDEL, Fernand (1996) — *A Europa*, Lisboa, Terramar.
- BRAUDEL, Fernand (2001) — *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar.
- CARPENTIER, Jean e LEBRUN, François (1993) — *História da Europa*, Lisboa, Referência/Editorial Estampa.
- COELHO, M.H.C. e CARVALHO HOMEM, A.L. (1996) — *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. III, Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença.
- COIMBRA, M.M.A. (1836) — *Reflexões Históricas Sobre a Barra de Aveiro*, “Arquivo do Distrito de Aveiro”, Aveiro, vol. XXIX, pp. 102-118.
- DIAS, J.M.A., RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. (1997) — *Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos*, in “Estudos do Quaternário”, 1, APEQ, Lisboa, pp. 53-66.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy (1983) — *Histoire du climat depuis l'an mil*, 2 vols., Paris, Flammarion.
- LAMB, H. H. (1995) — *Climate, History and Modern World*, second edition, London, Routledge.

- MATTOSO, José, KRUS, Luís & ANDRADE, Amélia (1989) — *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, ed. Estampa.
- OLIVEIRA, I. B. Mota, VALLE, A. J. S. F. & MIRANDA, F. C. C. (1982) — *Litoral Problems in the Portuguese West Coast*, “Coastal Engineering”, vol. III, pp. 1951-1969.
- OLIVEIRA, M. (1967) — *Ovar na Idade Média*, ed. da Câmara Municipal de Ovar.
- OLIVEIRA, O. (1988) — *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro.
- RAU, Virgínia (1984) — *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Presença.
- TAVARES, António Augusto (1995) — *Civilizações Pré-Clássicas*, Lisboa, Universidade Aberta

## A EUROPA DO DESEJO E DOS PROJECTOS

**Isabel de Barros Dias**

(Universidade Aberta)

*Kath.* — Is it possible dat I sould love de enemy of France?

*King* — No, it is not possible you should love the enemy of France, Kate, but in loving me you should love the friend of France; for I love France so well that I will not part with a village of it; I will have it all mine. And, Kate, when France is mine and I am yours, then yours is France and you are mine.

Shakespeare, *King Henry the Fifth*, Acto 5, cena 2

No âmbito de uma reflexão multifacetada e polifónica sobre “A Construção da Europa”, será pertinente discutir um pouco a questão do papel que o discurso terá desempenhado neste processo. Considerando, por um lado, que é particularmente difícil transmitir qualquer conceito sem recorrer à linguagem e, pelo outro lado, que a produção de discursos neutros é um objectivo virtualmente impossível, torna-se imperioso ter este factor em conta.

Com efeito, mesmo se de forma involuntária, todo e qualquer discurso encontra-se marcado pelas intenções e convicções de quem o produziu ou inspirou. E, na realidade, quando um texto reclama de modo pertinaz a veracidade e a precisão das informações que veicula, essa insistência nem sempre corresponde a uma preocupação e séria, consistindo, em boa parte dos casos, numa estratégia retórica relativamente óbvia que raramente consegue camuflar o que pretende.

O discurso historiográfico medieval constitui um campo particularmente fértil para a verificação deste tipo de ocorrências. Como já foi demonstrado, trata-se de uma época, até certo ponto, alheia a uma noção estreita de “verdade”, para a qual será mais adequado falar de “autêntico” ou de “aprovado”<sup>1</sup>. Trata-se ainda de uma época que soube aproveitar as capacidades performativas da linguagem de forma admirável. Com efeito, e até certo ponto, à imagem da Voz Divina que, ao dizer, cria ou ainda, à imagem das fórmulas sacramentais e mágicas, onde o enunciado também é suposto coincidir com o acto, efectivando o que significa<sup>2</sup>, a linguagem e, mais

---

<sup>1</sup> Sobre este assunto ver Bernard Guenée, *Politique et Histoire au Moyen Âge. Recueil d'articles sur l'histoire politique et l'historiographie médiévale (1956-1981)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981 (15: « “Authentique et approuvé”. Recherches sur les principes de la critique historique au Moyen Âge », pp. 265-277). Este artigo debruça-se sobre a questão da existência de crítica histórica na Idade Média, mesmo se em termos distintos dos actuais, uma vez que neste período a distinção entre verdadeiro e falso era secundária relativamente à diferença entre apócrifo e autêntico, aprovado ou autorizado. Autênticos eram todos os documentos escritos por alguém com autoridade, logo dignos de fé, ao que se opunham os textos Apócrifos. Os autores mais antigos estavam autorizados pela tradição; os mais recentes precisavam de uma autoridade (nomeadamente de uma autoridade pública) que caucionasse, aprovasse e, por conseguinte, autenticasse a obra. Daí a preocupação dos diversos autores em usar fontes autorizadas (tanto quanto possível, as mais creditadas), fazer dedicatórias (o que implica a colocação sob uma autoridade superior) e finalmente, o mais evidente, a elaboração de histórias oficiais patrocinadas e, conseqüentemente, caucionadas por um príncipe ou por uma cidade (no último caso, verificando-se a aprovação pelas autoridades urbanas, o texto oficial era guardado numa biblioteca ou arquivo público). O zénite deste modo de encarnar e de validar textos ocorre quando uma falsificação é aprovada por uma autoridade. Igualmente sobre a questão do falso ver Roger Dragonetti, *Le mirage des sources. L'art du faux dans le roman médiéval*, Paris, Seuil, 1987, onde o autor salienta o aspecto performativo da composição literária, nomeadamente da historiográfica onde manipulações e invenções são veiculadas mediante estratégias que promovem a sua credibilidade, constituindo-se assim em persuasivas construções ou ficções de «verdade».

<sup>2</sup> Sobre a questão do poder e da eficácia de palavras e fórmulas que aliam o valor significativo a uma capacidade operativa ver Irène Rosier, *La Parole comme acte – sur la grammaire et la sémantique au XIIIe siècle*, Paris, Vrin, 1994.

concretamente, a linguagem da historiografia medieval, foi pródiga na construção de factos e noções. No entanto, se muitas das “falsificações” deste período não resistiram a investigações mais aturadas levadas a cabo desde o período Renascentista, o mesmo não se poderá dizer de diversas noções que perduraram como verdades inquestionadas durante séculos. Ao que acresce ainda a noção que considera os “falsos” como “representantes das verdades ideais”, o que os eleva a uma esfera “outra” onde são bem menos “atacáveis” ou “desmascaráveis”<sup>3</sup>...

Um caso concreto, particularmente notável, e que serve muito bem de ilustração às questões acima apontadas teve lugar precisamente na Península Ibérica, na segunda metade do séc. XIII. Referimo-nos à obra produzida no *scriptorium* de Afonso X, rei de Castela e de Leão, em particular a sua obra historiográfica, que se encontra indelevelmente marcada pelos projectos políticos do seu mentor, ou seja, as aspirações tanto ao Império Hispânico como ao Sacro Império Romano-Germânico. Estes textos tornam-se tanto mais interessantes quanto os sonhos e projectos para os quais apontavam não se concretizaram. No entanto, os vectores textuais que, como uma colunata, sustentariam a cúpula que consistiria na entronização imperial deste soberano existem e são verificáveis, apesar dos relatos terem ficado inacabados, também neste aspecto, à semelhança das aspirações políticas...

O facto das duas obras historiográficas cuja elaboração foi desencadeada por iniciativa de Afonso X espelharem o projecto político deste rei tem sido frequentemente verificado e sublinhado<sup>4</sup>. A *General Estoria*<sup>5</sup> pretende ser

---

<sup>3</sup> Aron Gurevitch, *As categorias da cultura medieval*, Lisboa, Caminho, 1990, p. 208.

<sup>4</sup> Sobre este assunto, ver, por exemplo, Cayetano Julio Socarrás, *Alfonso X of Castile and the idea of Empire*, UMI-Dissertation Information Service (New York University, Ph.D., 1969), 1990; Francisco Márquez Villanueva, *El Concepto Cultural Alfonsí*, Madrid, Mapfre, 1995 ou Charles F. Fraker, *The Scope of History – Studies in the Historiography of Alfonso el Sabio*, Ann Arbor / The University of Michigan Press, 1996 (nomeadamente “Alfonso X, the Empire and the *Primera Crónica*”, pp. 155-169). Ainda sobre os projectos político e cultural de Afonso X, ver Robert A. MacDonald, “Derecho y política: El programa de reforma política de Alfonso X”, Robert I. Burns, S. J. (ed.), *Los mundos de Alfonso el Sabio y Jaime el Conquistador – Razón y fuerza en la Edad Media*, Valencia, edicions Alfons el Magnànim / Institució Valenciana d’Estudis i Investigació, 1990, pp. 179-232; Joseph F. O’Callaghan, “Image and reality: the king creates his kingdom”, Robert I. Burns, S. J. (ed.), *Emperor of Culture – Alfonso X the Learned of Castile and His Thirteenth-Century*

uma história universal, tendo como objectivo a narrativa do percurso da Humanidade desde os seus primórdios até à actualidade<sup>6</sup>, apontando assim para as dimensões mais latas do Sacro Império. A *Estoria de Espanna*<sup>7</sup>, também não apresenta quaisquer limites temporais. No entanto, assume algumas restrições a nível espacial ao pretender concentrar-se em aconte-

---

*Renaissance*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1990, pp. 14-32 ou igualmente Joseph F. O'Callaghan, *El rey Sabio – el reinado de Alfonso X de Castilla*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1996; Leonardo Funes, *El modelo historiográfico alfonsí: una caracterización*, London, Department of Hispanic Studies / Queen Mary and Westfield College, 1997 e Manuel González Jiménez, “Alfonso X, rey de Castilla y León (1252-1284)”, Jesús Montoya Martínez e Ana Domínguez Rodríguez (eds.), *El Scriptorium alfonsí: de los libros de astrología a las «Cantigas de Santa María»*, Madrid, Editorial Complutense, 1999, pp. 1-15.

<sup>5</sup> Este projecto, de dimensões extraordinárias, ficou inconcluso antes sequer de entrar na Era Cristã (VI Parte). Para uma listagem dos trechos desta obra já editados ver Inés Fernández-Ordóñez, “Antes de la *collatio*. Hacia una edición crítica de la *General estoria* de Alfonso el Sabio (segunda parte)”, Aengus Ward (ed.), *Teoría y práctica de la historiografía hispánica medieval*, Birmingham, The University of Birmingham Press, 2000, pp. 124-148 (pp. 142-43). Aqui foi usado meramente o texto da I Parte: Antonio G. Solalinde (ed.), *Alfonso el Sabio, General Estoria, Primera Parte*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1930 (daqui em diante GE).

<sup>6</sup> “e fiz ende fazer este libro, e mande y poner todos los fechos sennalados tan bien delas estorias dela Biblia, como delas otras grandes cosas que acahesçieron por el mundo, desde que fue començado fastal nuestro tiempo.” (GE, I, 3b).

<sup>7</sup> Para esta obra será aqui considerada a versão editada por Ramón Menéndez Pidal como *Primera Crónica General de España*, Madrid, Gredos, 1977 (daqui em diante PCG). Saliente-se, no entanto, que esta edição se baseou em dois manuscritos compósitos onde intervieram diversas mãos em épocas distintas. No entanto, o seu trecho inicial (até ao cap. 616) consiste na “versão régia” afonsina, ou seja, o texto aprovado pelo soberano como “oficial” aquando da redacção da primeira versão da *Estoria de Espanna*. Cabe ainda referir aqui que, actualmente, a crítica reconhece duas versões afonsinas da *Estoria de Espanna*, a “versão primitiva” (cerca 1270-74) e a “versão crítica” (cerca 1282-84). Estas duas versões foram posteriormente combinadas das mais variadas formas, abreviadas, ampliadas, adaptadas, traduzidas e entrecruzadas com novas fontes ou com trechos de fontes já usadas mas anteriormente desprezados, dando origem a uma família textual enorme e extremamente complexa. Sobre estas questões ver Diego Catalán, *De Alfonso X al conde de Barcelos*, Madrid, Gredos, 1962 e, mais recentemente, *idem*, *De la silva textual al taller historiográfico alfonsí — Códices, crónicas, versiones y cuadernos de trabajo*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1997 e *idem*, *La Estoria de España de Alfonso X — creación y evolución*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1992. Ver ainda Inés Fernández-Ordóñez, *Versión Crítica de la Estoria de España*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1993, bem como a útil síntese: *idem*, “La transmisión textual de la “Estoria de España” y de las principales “Crónicas” de ellas derivadas”, *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*, Valladolid: Fundación Santander Central Hispano / Centro para la Edición de los Clásicos Españoles, 2000, pp. 219-260.

cimentos ocorridos em solo ibérico<sup>8</sup>. Porém, esta limitação é frequentemente ultrapassada uma vez que a *Estoria de Espanna*, apesar de se centrar na defesa das aspirações afonsinas a um Império Hispânico, não descarta as ambições ao Sacro Império<sup>9</sup>. Os extensos capítulos dedicados à história do Império Romano são um dos exemplos mais flagrantes desta dupla preocupação<sup>10</sup>.

Torna-se pois particularmente interessante verificar como, de um ponto de vista retórico, estes dois textos, em contraponto, constróem a “sua” Europa, ou seja, aquela que importa, para onde convergem os projectos e desejos de um determinado soberano e ideólogo, cujos direitos e interesses é necessário defender.

Assim, num primeiro nível, é possível encontrar referências bastante neutras e mesmo vagas à “Europa”, caso da descrição geográfica:

---

<sup>8</sup> “E por end Nos don Alfonso, [...] mandamos ayuntar quantos libros pudimos auer de istorias en que alguna cosa contassen de los fechos dEspanna, [...] et compusiemos este libro de todos los fechos que fallar se pudieron della, desdel tiempo de Noe fasta este nuestro.” (PCG: I, 4a).

<sup>9</sup> Este assunto já foi estudado por Charles F. Fraker, *op. cit.* (nomeadamente em “Alfonso X, the Empire and the Primera Crónica”, pp. 155-169). Segundo este autor, a *Estoria de Espanna* seria simultaneamente uma história peninsular e uma história imperial, duas linhas que convergiriam, no final do texto, na pessoa de Afonso X. Uma vez que as circunstâncias históricas impossibilitaram o final desejado pelo rei Sábio, o texto incompleto acabou por ser terminado de forma diferente, perante a qual os elementos referentes à história romana perderam a adequação e o significado que teriam se o projecto inicial tivesse podido ser levado a bom termo. Ver ainda Leonardo Funes, “Nuevas y viejas lecturas de la historiografía alfonsí”, *Incipit*, XVII, 1997, pp. 255-273 que, concordando com a hipótese em como a *Estoria de Espanna* previa a junção final de dois fios narrativos, contesta, no entanto, a associação entre o fim do sonho político de Afonso X e a interrupção do trabalho nesta obra (o que aliás é contrariado pelos estudos levados a cabo sobre a “versão crítica” que mostram como até à morte de Afonso X o texto ainda continuava a ser revisto): “Probablemente esta vinculación causal entre fracaso político e interrupción de la labor redactora se deba a una concepción demasiado instrumentalista de la función ideológica o política de los textos. La funcionalidad ideológica persiste en lo esencial: búsqueda de consenso mediante la difusión de una percepción histórica de los actos políticos del rey. Lo que el fin de la empresa imperial trajo fue un cambio de signo: de una fundamentación positiva a una justificación reivindicativa; un sesgo ideológico este último suficientemente probado en el caso de la ‘versión crítica de la EE’.” (p. 262).

<sup>10</sup> Para uma análise da narrativa deste período, não só na *Estoria de Espanna* como em algumas das suas reformulações, ver Isabel de Barros Dias, “«Translatio Auctoritatis»”, *Actas del VIII Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Santander, Consejería de Cultura del Gobierno de Cantabria / Año Jubilar Lebaniego / Asociación Hispánica de Literatura Medieval, 2000, pp. 639-649.

Europa comienza en occident, e de como cata a orient de siniestro tiene fasta septentrion; de diestro comienza enel algarbe de Espanna e enel mar de Caliz; e subiendo la tierra arriba contra orient como ua aquel mar Mediterraneo, que es el mar de medio delas tierras, tiene fasta medio dellas. (GE: I, 45a)

O mesmo se verifica com a explicação do seu nome, que apresenta traços evidentes de evemerismo:

Europa otrossi lieua este nombre de Europa, fija del rey Agenor e hermana de Cadmo, rey de Tebas, la que leuo robada el rey Jupiter en figura de thoro; mas aquella figura de toro estava pintada en la naue en que uino el rey Jupiter quando la leuo e la robo; et puso por ende del nombre della a esta terçera parte del mundo, e dixol Europa como dizien a ella. (GE: I, 46a)

Por outro lado, também é possível encontrar diversas alusões que remetem já para um nível menos neutro na medida em que equacionam a Europa com os seus povoadores, ou seja, a “linhagem” a que “pertence”, definida aquando da partilha do Mundo pelos filhos de Noé:

Los sabios que escriuieron todas las tierras fizieron dellas tres partes: e la una que es mayor pusieron nombre Asia, e la otra Affrica, e la tercera Europa. De Asia e de Affrica oydo auedes ya en otros libros quamanas son e quales, mas aqui queremos fablar de Europa porque tanne a la estoria de Espanna de que uos queremos contar, onde dezimos assi: que pues que desampararon aquellos de fazer la torre e derramaron por el mundo, los fijos de Sem, ell hermano mayor, heredaron Asia, mas non toda; los fijos de Cam, el hermano mediano, heredaron toda Affrica; mas los fijos de Japhet, ell hermano menor, començaron a heredar desde Amano e Thoro que son dos montes en la tierra que es llamada Cilicia, e de Siria la mayor, que son amas en Asia, et heredaron a buelta con ellas toda Europa desde la grand mar, que cerca toda la tierra, que es llamado en griego Oceano, fasta la otra mar que llaman Mediterraneo por que ua por medio de la tierra e faze departamento entre Europa e Affrica, e acabasse Europa encabo dEspanna en Caliz, que es llamada ysla dErcules, o se ayuntan amas estas mares sobredichas. Onde estos tres linages desde ouieron partidas las tierras, assi cuemo uos dixiemos, nos touieron por complidos de lo que auien, e punnaron en toller se las tierras los unos a los otros, por que ouo entrellos muchas guerras, de que nacieron grandes contiendas e lides e muertes. E cuemo quier que los fijos de Cam e de Japhet ganaron alguna cosa en Asia por fuerça, nos non queremos fablar de los otros linages, fueras solamiente de los fijos de Japhet, por que ellos fueron començamiento de poblar Espanna

(PCG: I, 5a)

Este texto prossegue ainda com uma descrição mais pormenorizada dos termos da Europa<sup>11</sup>, indicando seguidamente a forma como o território europeu foi distribuído pelos sete filhos de Jafet, dando origem aos respectivos povos. Desta forma, o texto transforma rapidamente uma Europa geográfica numa Europa de etnias, mais conveniente, nomeadamente porque é com base neste factor que é fornecida uma justificação para um dos grandes objectivos peninsulares do momento, a Reconquista, que, por seu turno, se inscreve no programa geral do antagonismo entre a Cristandade e o Islão:

Pues que dezimos assi segund Iosefo, Noe desde fue passada la fuerça del uino, e esperto, e sopo el el riso e ell escarnio que Cam su fijo fiziera del, yl maldixo en sos fijos e en sus generationes, e los dio en su maldicion por sieruos a Sem e a Japhet e a los suyos, segund cuenta Moysen enel noueno capitulo. [...]

Onde, quien quisiere saber dond uino esta enemiztad tan grand e tan luenga entre los cristianos e los moros, daqui cate la razon, ca los gentiles que oy son e los cristianos uienen principal mente de Sem e de Iaphet, que poblaron a Asia e a Europa. Et esto assi es maguer que aun algunos delos de Cam se ayán tornados cristianos, o por predicacion, o por premia de prision e de seruidumbre. E los moros uienen principal mente de Cam, que poblo a Affrica, aun pero que aya algunos delos de Sem e de Iaphet, que por el falso predicamiento de Mahomat se tornassen moros.

Onde tenemos nos, segund este derecho e priuilegio, que Noe nuestro padre nos dexo a los de Sem e de Iaphet, dond nos uenimos, que toda cosa de tierra e de al que nos delos de Cam de Affrica, e dond quier quelos moros sean en quales quier otras tierras; ca pues que moros son, todos son de Cam, et si pudieremos algo leuar dellos por batalla o por qualquier fuerça, e aun prender a ellos e ferlos

---

<sup>11</sup> “Europa comienza en un río que a nombre Thanays, e de la una parte la cerca el mar Mediterraneo, e de la otra el mar Oceano. Este río Thanais nace en los montes Ripheos y es moion entre Asia y Europa. En el grand mar Oceano, de la parte de cierço, ay muchas yslas assi cuemo Inglaterra, a que llamaron antiquamiente Bretanna la mayor; e es Ibernía, a la que llaman Yrlanda; e son y Escocia e Escancia, a que llaman Noruega; e es y Thisia e otra ysla que llaman Tile. Todas estas son de parte de cierço, las unas contra occident e las otras contra orient. Otras yslas y a menores, que son de la pertenencia de Europa, que yazen en el mar Mediterraneo e comiençan a parte doccident e uan contra orient; e los nombres dellas son estos: Mayorga, Minorga, Euiça, Formentera, Corsida, Sardenna, Cezilia, Mithelena, la cibdat de Venecia, Creta e Pathmos, Ponto e Curpho, e todas las yslas menudas que yazen en pertenencia de Costantinopla, e aun ella misma yaze en pertenencia de Europa. Todo lo que es destos terminos, que uos dixiemos, heredaron siete fijos de Japhet:” (PCG: I, 5a-b).

nuestros sieruos, que non fazemos y pecado, nin tuerto nin yerro alguno. [...] Pero el dicho dela maldicion de Noe, que era el padre, que es como priuilegio de enemiztad, por siempre finco e finca entre nos e los de Cam, e aun que esta enamiztad que es ya fecha como natural entre nos e ellos. Mas entre nos los cristianos e los gentiles, que son aun y delos de Sem, e si algunos y a otrossi en ellos delos de Japhet, dezimos que deuie seer amiztad e aun que se faze como natural segund los dichos de Noe, e sobre todo con el debdo que auemos dicho que dixo Noe enel noueno capitulo dela Biblia, que morasse Japhet enlas tiendas de Sem, semeia que non deue auer entre nos e ellos enamiztad natural, como entre nos e los moros. (GE: I, 52b-54a)

O “desvio” que faz com que a uma divisão do Mundo em Continentes se sobreponham divisões étnicas aponta igualmente para outra tipologia que, no momento, parece inclusivamente ser valorizada, uma vez que oferece possibilidades mais amplas de exploração. Trata-se da organização do Mundo de acordo com os quatro pontos cardeais, aos quais correspondem quatro grandes Impérios que se sucedem no tempo<sup>12</sup>:

Quatro son las partes del mundo segund los sabios antigos las nombraron: Orient, Occident, Septentrion, Mediodia; e segund aquesto fueron quatro los emperios que sennorearon el mundo: el primero Babilonia a parte dOrient en el tiempo del rey Nino; el segundo a parte de Mediodia en Affrica, en Cartago la grand, en tiempo de la reyna Dido; el tercero en Macedonia a parte de Septentrion en el tiempo dAlexandre; el quarto en Roma a parte dOccident en tiempo de Julio Cezar. (PCG: I, 15b)

Trata-se de uma tipologia particularmente útil na medida em que funciona não só a nível geográfico mas, também, e sobretudo, a nível temporal, prolongando-se até à actualidade coeva graças à convicção generalizada que o Império Romano era o antecedente imediato do Sacro Império<sup>13</sup>. Desta forma, sendo o Império Romano o último dos quatro Impérios mundiais,

---

<sup>12</sup> A ideia da sucessão dos quatro Impérios (e a decorrente noção de *translatio imperii*) constitui um paradigma da periodização historiográfica pagã adoptada por Eusébio de Cesareia. Sobre este assunto ver Pedro Juan Galán Sánchez, *El género historiográfico de la chronica. Las crónicas hispanas de época visigoda*, Cáceres, Universidad de Extremadura, p. 19. O tema ocorre na GE de forma explícita com uma certa frequência, como sucede, por exemplo, na GE: I, 40 ou 79-81, ao que acresce o facto da sucessão dos quatro Impérios ser a longa duração que permanece subjacente à organização desta história universal.

torna-se lógico assumir o seu prolongamento, além da actualidade coeva, até ao fim dos tempos:

E segund departe otrossi maestre Pedro, en esta prophecia propheto Balaam el sensorio delos romanos que ouieron sobre tod el mundo, e el destruymiento dellos en cabo delos tiempos. (GE: I, 673a).

Estamos assim perante diversos vectores que sobrepõem noções geográficas e temporais. Trata-se de noções presentes em múltiplos textos e reflexões do período medieval e que a historiografia afonsina aproveita de forma bastante inteligente uma vez que as direcciona para os seus próprios fins, ou seja, a defesa de um projecto imperial simultaneamente Ibérico e Europeu.

Particularmente interessante é ainda a forma como nas duas *Histórias* afonsinas, se constrói um paralelo entre o Império Hispânico e o Sacro Império. Com efeito, Afonso X cria, para a Península, uma forma de medição temporal cuja lógica se aproxima da noção dos quatro Impérios — trata-se do “Senhorio”<sup>14</sup>. Do mesmo modo que a sucessão dos quatro Impérios norteia a organização da *General Estoria*, a sucessão dos povos que dominaram a Península constitui a espinha dorsal da *Estoria de Espanna*. Do mesmo modo que o tempo do Império Romano é continuado pela duração do Sacro Império, também se sucedem os vários senhorios hispânicos, até aos reis da Reconquista, entendidos como continuadores directos dos reis Godos que são, por sua vez, apresentados sob uma perspectiva de assimilação com Roma<sup>15</sup>, o que, de uma forma que dificilmente pode deixar de ser inocente, constitui o terceiro ou quarto, porventura

---

<sup>13</sup> Trata-se de uma noção amplamente difundida, visível nomeadamente em trechos de filiação não afonsina como por exemplo na primeira redacção da *Crónica de 1344*, caso do cap. VII (“Del ynperio de los rromanos.”) onde a listagem dos Imperadores romanos prossegue com os soberanos do Sacro Império: Diego Catalán e María Soledad de Andrés, *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, Madrid, Gredos, 1970, pp. 5-10.

<sup>14</sup> Ver Inés Fernández-Ordóñez, *Las Estorias de Alfonso el Sabio*, Madrid, Istmo, 1992, sobretudo parte I: “El ‘Imperium’, base de la organización de la historia alfonsí”. Ver ainda Isabel de Barros Dias, “Sincronismos de história antiga em Afonso X, o Sábio”, *Evphrosyne*, XXVIII, 2000, pp. 259-270.

último senhorio assinalado na *Estoria de Espanna*<sup>16</sup>. A junção final destes dois poderes, dissociados na maior parte do tempo<sup>17</sup>, de acordo com as aspirações de Afonso X, teria lugar precisamente durante o seu próprio reinado, quando o Império Europeu se encontrasse sob liderança hispânica.

Estes elementos vão ainda articular-se com outra noção, uma das mais fortes e difundidas no período medieval, a *translatio imperii et studii*, segundo a qual o “Saber” e o “Poder” efectuavam um movimento de translação que, à imagem do sol, partia do Oriente em direcção ao Ocidente:

---

<sup>15</sup> Seja pelos casamentos que procuraram unir as duas raças (caso de Placidia: PCG, cap. 408, 409) pelas alianças e amizade que terão frequentemente unido os líderes de ambos povos (PCG, cap. 399 ou 406, por exemplo) pelos espaços que ambos dominam ainda que em tempos sucessivos – caso de Roma (PCG, cap. 408), seja finalmente por apresentarem uma antiguidade equiparável à das tradições Greco-latinas (PCG, cap. 386-391) onde até participa um filho de Hércules, o que não deixa de insinuar uma ténue ligação com a Península, uma vez que, segundo a historiografia afonsina, o seu primeiro unificador terá sido precisamente Hércules. Sobre este último ponto ver Isabel de Barros Dias, “Le Duel des Géants”, Rosanna Brusegan, Alessandro Zironi, Anne Berthelot e Danielle Buschinger (eds.), *L'Antichità nella Cultura Europea del Medioevo*, Greifswald, Reineke-Verlag, 1998, pp. 195-205. De notar ainda que esta forma de apresentar / valorizar os Godos já surge, nomeadamente, em João de Bíclaro ou em Isidoro de Sevilha. Sobre o primeiro e a especial atenção que ele dá à questão da unificação religiosa e política do reino Godo que se assume como continuador / equivalente do poder romano sobre a Península, ver a análise de Pedro Juan Galán Sánchez, *op. cit.*, sobretudo pp. 167-172. Quanto ao segundo, são diversos os elogios feitos aos Godos em geral e, em particular, aos reis Recaredo (responsável pela conversão ao Catolicismo) e Suintila (apresentado como o unificador territorial por excelência, elevando-se assim estrategicamente face ao ariano Leovigildo).

<sup>16</sup> Terceiro ou quarto consoante se considere o domínio Grego como senhorio ou não. Com efeito, é curioso constatar como depois de referir os “senhorios” dos “Almuiuces”, dos de África e dos Romanos, a *Estoria de Espanna* passa à “estoria” dos diversos povos bárbaros seguida pela “estoria” dos Godos. Tendo em conta a lógica dos quatro Impérios mundiais e a sua importância no seio do pensamento afonsino, talvez não seja muito descabido colocar a hipótese de uma vontade de dar um tratamento semelhante ao domínio da *Hispania* onde o último senhorio, o dos Romanos, entroncaria no poderio Godo que, por sua vez, seguiria com os soberanos da Reconquista. Assim o neo-goticismo sucessivo dos reis asturianos, leoneses e finalmente castelhanos poderia ainda ser completado por um “neo-romanismo” godo.

<sup>17</sup> Com efeito, enquanto que a linha do Império romano prosseguiu pelo oriente e depois pelos soberanos do Sacro Império e a linha Goda pelos reis peninsulares, Afonso X vê na sua pessoa a hipótese de restaurar a união fracassada e estéril de Placidia com Ataulfo.

E maguer que Abraham finco poco en aquella tierra, tanto ensennaua bien e aguda mientre, que de estonçes aprendieron los dalli las artes liberales e las sopieron por Abraam, qui las decogio en Caldea o fueron primero, e las ensenno el en Egipto; e por esso dizen Josepho e maestre Godofre que estos saberes primero fueron en Caldea que es otro lugar, e dalli los ouieron los de Egipto, e de Egipto uinieron a los griegos, e delos griegos a los de Roma, e de Roma a Affrica o a Francia; e por esta razon dixo otrossi Josepho que el comienço del saber, e de los reyes e delas batallas, que de oriente se leuanto primero e en occidente se deue acabar, et que esto es segund que anda el sol. (GE: I, 110b-111a)<sup>18</sup>

Com efeito, tudo parece apontar para a Península Ibérica e, quase que como por osmose, para Afonso X. A esta teia ideológica nem falta uma profecia que aponta para “um” príncipe cristão, nascido em Espanha, que será senhor de todo o Mundo e que, com a sua existência, iluminará e valorizará a Humanidade<sup>19</sup>. Ao que acresce ainda a construção de uma linhagem que faz de Afonso X descendente do próprio Júpiter, “senhor de toda a Europa”:

Et del linage deste Juppiter uino otrossi el grand Alexandre, ca este rey Juppiter fallamos que fue el rey deste mundo fastal día doy que mas fijos et mas fijas ouo, e condes de muy grand guisa todos los mas, e reynas, como uos contaremos

---

<sup>18</sup> Ao que acresce ainda outro trecho, igualmente ilustrativo: “E assi como dize Oracio e las glosas de sobrel, comien alli los philosophos muy poco pan, e delas rayzes delas yeruas que fallauan por y, e beuien del agua daquel rio, e alli estidieron fasta que apuraron aquellos siete saberes, e los pusieron a cada unos en sus reglas ciertas; e maguer que nos auemos dicho ya, segund Josepho, que los saberes del quadruiuio tomaron el comienço en Caldea, e dalli uinieron a Egipto a Grecia, esto dezimos que es uerdad quanto al su comienço mas dotra guisa en Grecia fueron apurados e acabados, e puestos en certedumbre, e desi Roma o los romanos, o aun los latinos, que se entienden como dixiemos por aquel Pan que amaua a Siringa que querie auer la connoscencia de todas las cosas, por que quisieron auer delos griegos siete saberes e ouieron los ende, ca nos los latinos delos griegos auemos los saberes.” (GE: I, 165b).

<sup>19</sup> “Otrossi fallamos en las estorias que a aquella ora que Ihesu Cristo nascio, seyendo media noche, aparescio una nuue sobre Espanna que dio tamanna claridat et tan grand resplendor et tamanna calentura cuemo el sol en medio día quando ua mas apoderado sobre la tierra. E departen sobresto los sabios et dizen que se entiende por aquello que, despues de Ihesu Cristo, uernie su mandadero a Espanna a predigar a los gentiles en la ceguedat en que estauan, et que los alumbrarie con la fe de Cristo; et aqueste fue sant Paulo. Otros departen que en Espanna auie de nascer un princep cristiano que serie sennor de tod el mundo, et ualdrie mas por el tod el linage de los omnes, bien cuemo esclarecio toda la tierra por la claridat daquella nuue en quanto ella duro.” (PCG: I, 108b).

en las estorias delas sus razones; e del uinieron todos los reyes de Troya, e los de Grecia, e Eneas, e Romulo, e los cesares, e los emperadores; e el primero don Frederico, que fue primero emperador delos romanos, et don Frederic, su nieto el segundo deste don Frederic, que fue este otrossi emperador de Roma que alcanço fastal nuestro tiempo, e los uienen del linage dond ellos e los sos, e todos los altos reyes del mundo del uienen; et por tan grand saber e poder, e por tantos bienes et muchos mas quelos que auemos contados aqui que auie en el rey Juppiter, fue el sennor de toda Europa e de todos los pueblos della, assi como dixiemos, e onrraron le todos los mayores reyes delas tierras e todas las yentes; elos gentiles, por todas estas cosas, llamaron le dio, maguer que el era omne. (GE: I, 200b-201a).

É óbvio que Afonso X dificilmente poderia ser o descendente de Júpiter. Também não foi universalmente reconhecido Senhor do Sacro Império e a Península Ibérica, no momento, encontrava-se já irreme-diavelmente repartida em diversos reinos. No entanto, isso não impediu os intelectuais ao serviço do rei Sábio de jogarem de forma particularmente hábil com todo este manancial ideológico. Tratando-se de questões que, à época, constituíam dados adquiridos, procede-se aqui a um “encaminhamento” destes diversos vectores de forma a apontarem para Afonso X e para a *Hispania* no ocaso das *translationes*.

Estamos pois perante verdadeiras construções intelectuais, fruto do desejo e das aspirações de um ideólogo que sonhava com uma Península Ibérica completamente reconquistada e unida num *Imperium*, que, simultaneamente, seria o destino último da soberania ocidental. Aspirações igualmente ambiciosas são evidentes no âmbito do *Studium*, uma vez que a obra intelectual de Afonso X revela traços nítidos de uma vontade enciclopédica de apropriação de um saber que se quer total, seja do passado, com a historiografia, seja do presente, com a produção legislativa, seja ainda do futuro com os tratados de astronomia e astrologia.

O facto da Península se encontrar no extremo mais ocidental da Europa reforça ainda a sua “predestinação” a destino último das *translationes*. De acordo com esta linha de ideias, Afonso X revela-se igualmente como um

---

<sup>20</sup> O mito do último imperador, vencedor dos “inimigos da cruz”, sob o qual terá lugar um período de paz e de abundância imediatamente seguido pela chegada do anticristo, foi um tema recorrente desde a conversão do imperador Constantino. Serviu múltiplas interpretações consoante os diversos reis que foram “candidatos” ao papel, o que se concretizava, geralmente, graças

possível “candidato” a “bom imperador dos últimos tempos”, aquele que infligirá a derrota final aos muçulmanos, promovendo o período de paz que antecederia o fim do Mundo<sup>20</sup>. Mais um mito, é certo, mas, sobretudo, mais um mito onde os projectos intelectual e político do rei Sábio facilmente se podem enquadrar como variante.

---

a profecias apocalípticas que os designavam de modo mais ou menos discreto. Sobre estas questões ver Bernard McGinn, *Visions of the End. Apocalyptic Traditions in the Middle Ages*, New York, Columbia University Press, 1998, pp. 33, 41, 44-45, 71-75, 84-86, 94-95, 148, 222, 229, 232, 246-252 ou 278.

## A IDEIA DE EUROPA EM QUINHENTOS: CONSTRUÇÕES DE UM ESPAÇO REINVENTADO

**Ana Paula Avelar**

(Universidade Aberta)

Os contornos da ideia de Europa tem a sua formulação forjada num *mito fundador*. O continente europeu é o único que vê o seu nome ligado à mitologia grega. Nesta, Europa a filha de Agenor, rei de Tiro foi objecto do amor de Zeus. Numa manhã de Primavera em que passeava pelos campos a colher flores com as amigas, o deus Zeus, ao olhar para a terra, apaixonou-se pela sua formosura. O deus dos deuses resolve então descer a terra sob a forma de um touro o qual de tão dócil e manso cativa a jovem. Europa sobe para o seu dorso sendo transportada para a praia, sulcando os mares como se fosse um cisne. A jovem dá-se então conta de que está em presença de um deus. Tendo sido descoberto, Zeus transporta Europa para Creta onde esta dá à luz os seus filhos.

A representação iconográfica deste mito é, ao longo dos tempos, frequentemente corporizada na figuração da Europa subindo para o touro, ajudada pelas suas companheiras, ou na representação do animal, caminhando em direcção às águas com uma jovem no seu dorso. Contudo, a imagem que usualmente prefigura este rapto da Europa é a de um touro, abrindo o seu caminho por entre as águas, levando sobre si uma jovem profundamente

assustada, segura aos chifres do animal, sendo acompanhada ao longe, na praia pelo olhar das suas companheiras.

Este mito fundador abraça a cultura europeia, seja numa Europa Antiga, estando presente tanto na Antiguidade, onde a Europa ganha a forma de uma heroína, ou deusa, reflectida no lirismo de Mosco, Ovídio, ou Luciano, como numa Idade Média em que este rapto da Europa, foi tanto rejeitado pelo Cristianismo como transmutado, nomeadamente a partir do momento em que Ovídio foi traduzido para diferentes línguas sendo composta uma versão mais popular deste poema o *Ovidius Moralisatus*.

Nesta obra deparamo-nos com a interpretação do mito clássico sob a forma de uma alegoria cristã onde o Deus dos deuses, porque a fonte é Ovídio, é substituído por Cristo. Este incarna a figura de um touro transportando uma alma para o Céu<sup>1</sup>. Europa ecoa durante a medievalidade como um traço de um politeísmo sacrílego, surgindo sob a forma de uma personagem e revestindo-se num séc. XIV e XV onde na passagem do *império dos signos* para o *império dos príncipes* na deusa cristã dos iluministas, escribas e impressores. A imagem da Europa formular-se-á ao longo dos séculos como um signo, uma personagem, uma poesia, ou mesmo um simples ornamento.

Mas centremo-nos na Europa de Quinhentos e muito particularmente nas formas de sentir de um espaço reinventado. É certo que na imagética renascentista a evocação do mito é uma presença especular. O texto transmissor do mesmo foi o de Ovídio e o seu poema em estilo épico *Metamorfoses*. A evocação do mito é feita no momento em que o poeta descreve a tapeçaria tecida por Minerva onde esta desenha Europa enganada pela figura de um touro: “dir-se-ia que o touro era real e real, o mar. Europa parecia olhar a terra que havia deixado para trás, parecia que gritava às suas companheiras e que temia o contacto da água que saltava junto dela. *Metamorfoses*, Liv. VI:104.

A ligação entre o texto produzido pelo poeta, a impressão do tecer a história e o episódio narrado formulam um jogo de espelhos. Jogo esse tão ao gosto dos homens do Renascimento. Para tal basta recordar Dürer e o seu

---

<sup>1</sup> Cf. James Hall, *Dictionary of Subjects & Symbols in Art*, Nova Iorque, Icon Editions, 1979, p. 259.

rapto da Europa naquilo que é a assunção do *pathos* clássico e no modo como este acedeu ao mesmo e o transmuta.



Albercht Dürer, “O rapto de Europa”

O processo desvendado por Panofsky para o encontro de Dürer com esta matriz clássica transmite modelos recorrentes no Renascimento, ainda que a maestria da assimilação seja sem dúvida variável: “Dürer teve acesso à Antiguidade através de um duplo desvio: um poeta italiano — (...) tinha traduzido a descrição de Ovídio para a linguagem e emoções da época;” (...) e um pintor italiano tinha visualizado os dois acontecimentos colocando em movimento todo o aparelho do *mise-en-scène* do Quatrocento: sátiros, Nereides, cupidos, ninfas a fugir, roupas a esvoaçar e tranças ao vento. Apenas depois desta dupla transformação é que Dürer estava apto para se apropriar do material clássico.”<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Erwin Panofsky, *O Significado nas Artes Visuais*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 155.

Confrontamo-nos, deste modo, com o conceito de *imitatio*, o qual ao ser herdado pelo Renascimento se prespectiva em três vectores fundados na Antiguidade: o platónico enquanto cópia da realidade sensorial; o aristotélico enquanto representação de modelos universais dos comportamentos humanos, e o helenístico e retórico tradutor do *cânone*. Contudo estes vectores sofrem sucessivas interpretações e através de um sincretismo e de uma formulação retórica a imitação consubstancia-se na raiz e essência do Humanismo. A questão central para a qual se procura no séc.XVI encontrar respostas é a de saber quem é que se imita.

Ora, Ovídio é um dos autores que influenciam os homens do Renascimento. As *Metamorfoses* funcionarão a partir desta altura como núcleo de inspiração da pintura que se debruça sobre temas mitológicos. Na literatura portuguesa este poeta é conhecido desde a Idade Média, sendo, no entanto, no *Cancioneiro Geral* (1516) que nos deparamos com as referências explícitas aos seus textos. Encontramo-las em Aires de Teles que lia o *Metamorphoseos*, nas traduções das *epistulae* I, XIII e VII, ou na *Reposta Dulisses a Penelope tirada de Sabyno*, feitas respectivamente por João Rodrigues de Sá de Meneses e João Rodrigues de Lucena. Por seu turno, Fernão Lopes, na *Crónica de D Pedro I* (cap. XLIV) compara os amores de Pedro e Inês às *Heroídes* de Ovídio. A presença deste poeta na poesia portuguesa do séc. XVI é incontornável, recorde-se Luís de Camões e a sua evocação ao poeta clássico.

Mas a admiração pela arte da palavra ou a sua evocação pictórica perpassa os homens do Renascimento português nomeadamente na síntese elaborada entre o novo e o antigo. Há pouco, no nosso texto, evocámos Dürer e a sua transmutação do canône, a qual é reconhecida no seu tempo. Damião de Góis, quando escreve a Jerónimo Cardoso, refere a admiração que nutre por este pintor ao afirmar na sua missiva que: “ No mesmo instante precisamente em que no nosso aposento entrou esse jovem a quem confiaste a tua carta para mim, tinha eu nas mãos o Retrato daquele grande Erasmo de Roterdão por Alberto Dürer, gravador exímio entre os alemães do seu tempo. Mal começava a contemplá-lo e em extâse me arrebatava a recordação de varão tão ilustre, meu atenciosíssimo hospedeiro de outrora(...)”<sup>3</sup>. A

---

<sup>3</sup> Amadeu Torres, *Noese e Crise na epistolografia latina Goisiana*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, I, p. 373.

simbiose entre o novo e o antigo a interiorização da valoração simbólica é algo que atravessa o imaginário humanista do início do séc.XVI.

Todavia, se este mito fundador atravessa a Modernidade, o espaço físico deste continente é desde a Antiguidade denominado por Europa, a sua formulação política desenha-se na ideia de Cristandade. Esta designação só é substituída pela de Europa entre 1630-1660 em França, Holanda e Inglaterra enquanto que em Espanha, no sul de Itália, na Áustria, Hungria e Polónia, isto é, nos espaços europeus que directamente faziam frente aos turcos e nos espaços onde o espírito de cruzada se mantinha ainda vivo, persiste o emprego do designativo de Cristandade<sup>4</sup>. Este seria não tanto um designativo de uma crença, mas consubstanciava uma orgânica forma de viver. Como assinala Anthony Pagden: “If ‘Europe’ had, or came to acquire, an identity as a place, it was always one which lived in the uneasy realization that not only were Europe’s origins non-European, but that no one could establish with any precision where Europe stopped and Asia and Africa began.”<sup>5</sup>

No séc. XVI e no confronto com outros horizontes contrapõem-se e reformulam-se os espaços numa busca de especificidade na construção de uma outra ideia, de um “*em si*”. Tal transparece na evolução de uma cartografia que deixa de ter como propósito primordial a figuração, segundo princípios didácticos de momentos e lugares da história cristã, para se centrar na representação de uma realidade que pretende informar. Era agora necessário *notar* as expedições oceânicas, elaborar cartas que projectassem a esfera terrestre num plano, localizar de um modo preciso locais que se pretendiam continuar a atingir.

Os mapas, que anteriormente se produziam, correspondiam frequentemente a uma representação local ou regional e serviam fundamentalmente para resolver disputas territoriais, comemorar uma batalha ou reivindicar a posse de um território. Como escreveu Camille Frémontier-Murphy nestas cartas, “(...) toujours en vue plongeantes, on ne trouve, ainsi, qu’une sélection des éléments nécessaires au discours, des éléments picturaux

---

<sup>4</sup> Cf. Pierre Chaunu, *A Civilização da Europa Clássica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p.21.

<sup>5</sup> Anthony Pagden “Europe and the World Around”, in Euan Cameron, *Early Modern Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2001, p. 4.

qui ne sont jamais dessinés à l'échelle.”<sup>6</sup> Agora, em Quinhentos com o afastamento das costas, era de todo necessário uma representação fiel da forma dos mares, dos oceanos e dos continentes; a noção de espaço terrestre modifica-se. O mundo então conhecido revelou-se como sendo uma parte, vivendo-se o desejo de dominar o que *faltava*, o desconhecido seria deste modo a fonte geradora desta vontade. Aos portugueses cabe então a contribuição decisiva para a precisão descritiva, numa utilização operatória do mundo da qualidade, num núcleo onde se joga essencialmente a nova mentalidade técnico-mercantil.

Estamos, portanto, em presença daquilo que alguns historiadores consideram ser um esboço planetário, “uma fina película de economia-mundo” se subscrevermos a historiografia dos Annales, a qual é explorada pela evolução do quadro económico europeu. Por outro lado, a partir de 1640 e durante um período de 60 anos as fronteiras da Europa mantêm-se, sabendo nós que 85% dos seus habitantes vivem no campo e num senhorio, perdurando os laços de dependência pessoal. A plasticidade social só se revela no topo da hierarquia que enformava esta sociedade. Contudo, é nela que se inscreverá a noção de um estado, sendo o estado territorial um triunfo da Europa Clássica a qual no séc. XVII não aceita acima de si própria nem a Cristandade nem o Império.

Mas observemos a construção desta noção. No século XVI o estado territorial procurou a sua forma na Cristandade medieval, não se constituindo ainda os chamados estados médios. Ainda em 1620 a Europa desenha-se nos limites da Cristandade a qual tem como fronteira leste o Império Otomano. Por alguma razão a passagem da designação de Cristandade para Europa se vai desenhando.

Espelho de tal sentir são, por exemplo, as palavras de Louis Le Roy, filósofo francês, quando numa *oratio*, em 1559, defende a não continuação das disputas entre os governantes cristãos. Nesta sua exortação Le Roy chama a atenção para o facto de neste momento a Cristandade ter perdido tantas terras para os turcos, os quais dominam o Norte de África, os Balcãs e cercam Viena: “If you will not listen to me, hear the voice of our common

---

<sup>6</sup> Camille Frémontier-Murphy “La quadrature des cartes?” in *Les cahiers de Science & vie*, Paris, Excelsior Publications, 2000, 59, p. 38.

mother Europe: “ I who in the past hundred years have made so many discoveries, even of thing unknown to the ancients- new seas, new lands, new species of men, new constellations(...)”<sup>7</sup>. E Le Roy acrescenta : “(...) the moment the thought of war arises, the better arts of life fall silent, and I am wrapped in flamme and rent asunder. Save me from more of this: honour the arts of peace, letters and industry; and you will be rewarded by the grateful memory manking.”

Os conflitos que perpassam a Europa no séc. XVI desenham-se na esfera continental ainda que, a pouco e pouco, ganhem linhas de conflito intercontinental. A noção de que Portugal desempenha um lugar especial na Europa do tempo é amplamente marcada nos textos que narram a presença portuguesa em terras do Oriente. A noção do espaço europeu transparece nestes textos sinalizada através das alianças estabelecidas pela coroa portuguesa no seio das coroas europeias. A *res publica cristiana* de Carlos V ecoa nas palavras de um Fernão Lopes de Castanheda ou de um João de Barros. A referência à linha de sucessão da princesa D. Joana mulher do príncipe D. João filho de D. João III e herdeiro ao trono de Portugal é tradutora desta inscrição.

D. Joana, nas palavras de Lopes de Castanheda, seria filha daqueles dois lumes do mundo a Imperatriz dona Isabel e: “(...)Carlos V rei dos Romãos e Imperador Dalemânia e rei de Castela e doutros em Espanha e fora della (...) cuja boa fortuna (...) rompeu com estrago espantoso o campo de Francisco Rei de França(...) e o desbaratou e prendeu com muitos senhores da França(...)”. Foi este mesmo rei e Imperador que: “(...) com ardentíssimo zelo da glória do eterno Deus todo poderoso e da religião cristã, esquecido dos imensos trabalhos da guerra, penetrou pelas frialdades grandíssimas da alta Alemanha, e desbaratou aquelas duas cruéis e danosas bestas, cabeças e colunas da péssima e abominável heresia luterana(...) submeteu todas aquelas terras que estavam corruptas desta malvada heresia (...)”<sup>8</sup>.

Mas o governo do reino é o seguir a ordem da *natureza*, pois, como escreve João de Barros, o governo segue o processo natural que: “(...)leva

---

<sup>7</sup> Citado por John Hale, *The Civilization of Europe in the Renaissance*, New York, Atheneum, 1994, pp.6-7.

<sup>8</sup> Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1979, I, p. 868.

na multiplicação das famílias: que se o filho não tem o parecer do pai, tem muito de semelhante com o avô, ou dalgum parente muito conjunto, porque a natureza nunca pode tanto degenerar que fique em monstro fora da sua espécie.” Da mesma forma prossegue o autor da *Ásia*: “ (...)os negócios e cousas que sucedem em vida de um rei, senão são semelhantes em tudo às do passado, conformam-se com as dos trespassados: de maneira que mais se parecem nossas cousas presentes com as nossas passadas, que com as estranhas e remotas pátrias.”<sup>9</sup>

Esta é uma Europa em constantes guerras onde se utilizam *instrumentos e artificios de fogo* que, como salienta Jerónimo Corte-Real em 1574<sup>10</sup>, de poucos anos a esta parte foram inventados, quasi com indústria, subtileza, e arte diabólica. De igual modo, as palavras de Barros a D. João III são tradutoras de um sentir que ao mesmo tempo é uma exortação: “(..)tomem os outros reis cristãos exemplo de V. Alteza, e aprendam dele a viver em verdade paz.”<sup>11</sup>

No final do séc. XVI a Espanha de Filipe II ainda é um *paradigma*, contribuindo eficazmente para o equilíbrio entre a islamidade turca e a cristandade europeia. Em 1598 o império filipino tem sob o seu domínio directo 19 milhões de homens e contrapõe-se ao império turco, o qual se expande por 4 milhões de quilómetros quadrados e domina 22 milhões de homens. Ainda não estamos no processo de formulação do que será a dimensão do chamado Estado Clássico atingida no final séc.XVII. A dimensão deste ganha em profundidade o que perde em extensão, é o triunfo do *Estado* sob o *Império*, ainda que não se abandone o imperialismo, defendendo-se a subordinação dos estados vassallos ao estado dominante. Escolhe-se, porém o controlo dos homens e a ligação ao solo.

Decorrente deste processo deparamo-nos com o progressivo desenvolvimento dos exércitos régios. Atentemos no facto de entre 1660-1760 os exércitos europeus terem grosso modo, quintuplicado o seu número, assistindo-se a uma multiplicação por cem do seu poder de fogo.

---

<sup>9</sup> João de Barros, *Ásia ...Década Terceira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, prólogo.

<sup>10</sup> Cf. carta ao lector no “Sucesso do Segundo cerco de Diu: estando D. João de mascarenhas por Capitão da Fortaleza” in *Obras de Jerónimo Corte Real*, Porto, Lello & Irmão -Editores, p.1979.

<sup>11</sup> João de Barros, *Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1943, p. 33

Durante o séc.XVII e a primeira metade do XVIII, o custo das armas duplica. Por outro lado, alteram-se radicalmente os métodos e as técnicas de combate.

Estes exércitos são conjuntos maciços, formados por imperativos de momento. Não são coesos, e ainda que estejam sujeitos a uma pesada disciplina, são de difícil movimentação. É certo que no séc.XVIII assistimos a um desenvolvimento da ciência militar, nomeadamente através do aparecimento dos soldados -máquina prussianos. De igual modo, é necessário ter em atenção as mutações sentidas na arte das fortificações, as quais acompanham o crescente poder do fogo e o enorme desenvolvimento das matemáticas, que contribuem para a planificação eficaz do esforço de guerra e dos avanços técnicos que são colocados ao seu dispor. Recorde-se que já Francisco da Holanda no séc. XVI escreveria a sua *Lembrança ao muito Serenissimo e Cristianissimo Rei Dom Sebastião: de quanto serve a Ciência do desenho e Entendimento da Arte da Pintura, na República Christã, Assim na Paz como na guerra*.

Nesta obra, o autor afirma que a arte da pintura e o desenho serve no tempo de guerra, sendo isso do conhecimento da Itália e da França e outras províncias: “(...) assi de fiéis, como de imfiéis. Porque se o Desenho da Guerra vai bem desenhado, é vencida: mas se o desenho vai descomposto, desse por perdida.” Daí o conselho: “(...) Sirva-se pois V. A. do Desenho da Pintura: nas cousas da guerra: E verá quanto releva. E como nenhuma cousa sem elle sera perfeita.”<sup>12</sup>

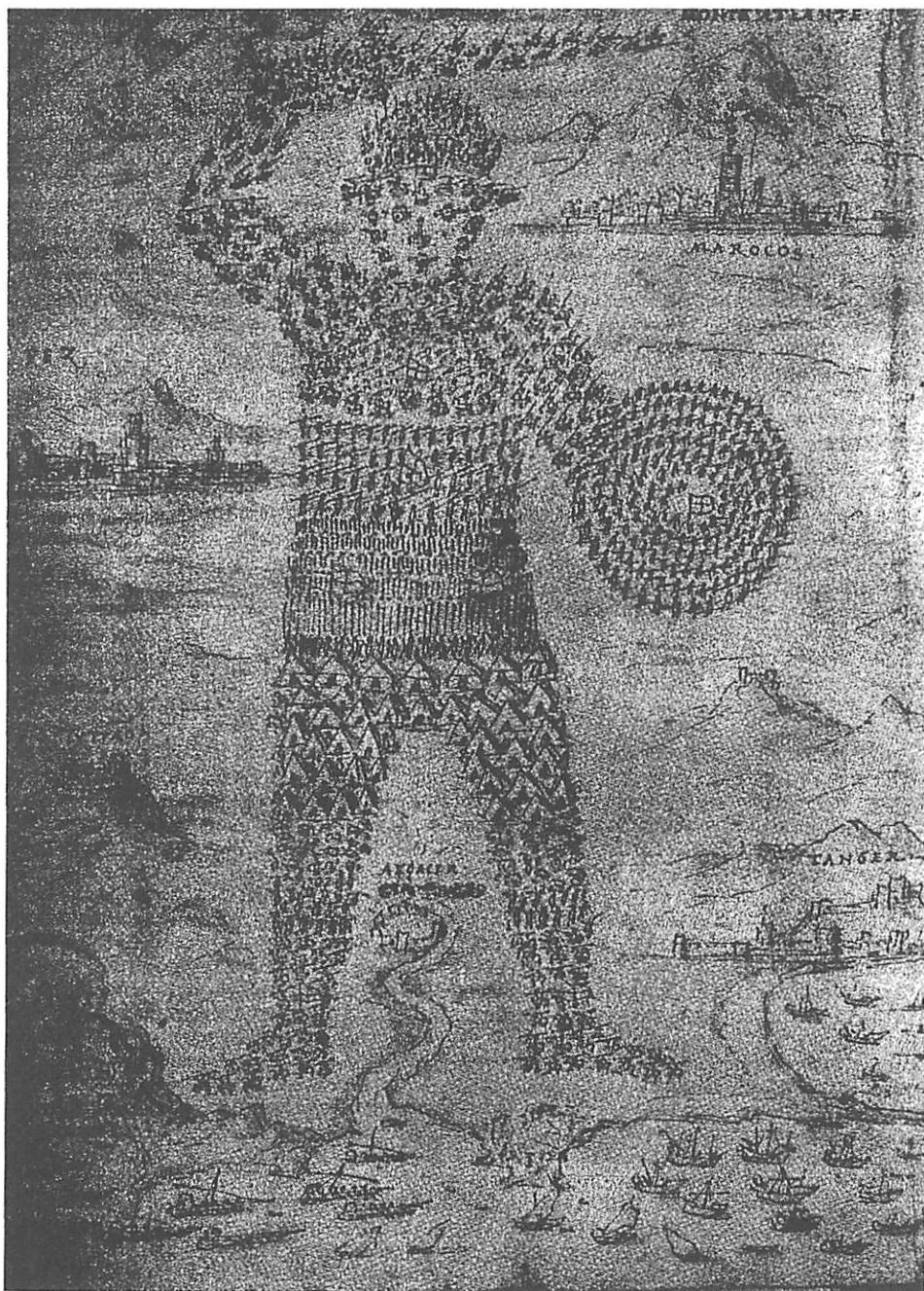
No esquisso da guerra transparece igualmente a construção simbólica da empresa do norte de África e daquilo que Holanda define ser o entendimento do desenho: “ Em se determinar (com o divino favor e auxílio, sem o qual nenhuma obra pode ser feita ) em passar a África e tomar fez como os mouros temem e o forte nome de Sebastião promete.”<sup>13</sup>

É a polivalência ou a omnivalência do artista do Renascimento, a possível dimensão de um *fantástico* no palco do combate.O exército como força de um estado contribui para a consciência que as nações ganham de si próprias numa formulação que se constrói nas confrontações dos mesmos.

---

<sup>12</sup> Jorge Segurado, *Francisco d' Ollanda*, Lisboa, Edições Excelsior, 1970, p. 149-150.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 152 e p.155.



*Esboço de Francisco de Hollanda in Jorge Segurado, op.cit., p. 155*

É certo que no séc. XVI a Europa controla os mares, mas não os continentes. Tal só aconteceria no séc. XIX. Assistiu-se desde meados do séc. XV aos anos de 1569-1570 a uma irradiação pelos diferentes continentes da presença europeia. Mesmo os conflitos que se desenvolveram entre 1569-1598 entre portugueses, ingleses e holandeses nas costas de África e no Oceano Índico, não significam um aumento desta mesma presença, mas, frequentemente, uma substituição. A presença dos europeus na Ásia, depois da primeira viagem de Vasco da Gama e nos 120 anos que lhe seguiram, irá representar no final dos mesmos, uma presença em bolsas espaciais<sup>2</sup> essencialmente costeiras que representam no total 220 000 a 230 000 km<sup>2</sup> de domínio terrestre e cerca de 25 000 a 30 000 europeus.

De igual modo no território americano a presença europeia não se altera significativamente no decurso do séc. XVII; verificamos que o espaço territorial ocupado é sensivelmente o mesmo. Tomemos o caso do Brasil, em finais do séc. XVI deparamos neste território com cerca de 57 000 habitantes 25 000 dos quais são brancos, os quais representam comparativamente cerca de 121 % dos 120 000 que existiam na América Espanhola.

Face a esta realidade, e ao cruzar outros espaços, teremos que ver o modo como a Europa se espelha, nomeadamente plasmando um designativo territorial a uma ideia de si, enquanto múltiplos espaços de identidade que se assumiram pela sua diferença, autonomia e confronto. É o ancorar de um olhar eurocêntrico sobre os outros espaços. Ainda estamos, sem dúvida, longe de 1788 e do repto lançado à sociedade pela Academia Francesa no sentido de que esta se questionasse relativamente à influência que a América exercia na política, comércio e costumes da Europa.

## UMA FACE DA CONSTRUÇÃO DA EUROPA

**Pedro Flor**

(Universidade Aberta)

No âmbito deste ciclo de conferências, destinado à reflexão e ao estudo da construção da Europa, propomo-nos averiguar o contributo pela arte do Retrato na edificação do espaço europeu durante o Renascimento. Procuraremos explicar a importância de tal género artístico para o processo de unificação de uma área geográfica que, durante o período compreendido entre os séculos XV e XVI beneficiou, do ponto de vista artístico, de uma das épocas mais magníficas da História da Arte.

Ao longo do período que ora estudamos, a arte serviu como elemento aglutinador de povos, regiões, países e impérios. Essa capacidade unificadora decorre sobretudo do seu discurso formal que se reflecte por exemplo no estilo eleito, na técnica empregue e nos materiais utilizados. Além disso, a existência de vasta literatura tratadística sobre a arte permitiu também uniformizar critérios de concepção da obra artística, em particular de arquitectura, de escultura e de pintura.

Do mesmo modo, neste processo de uniformização europeia, tenha-se em conta, por um lado, a constante migração de artistas e dos seus modelos iconográficos para uma rápida divulgação e generalização de fórmulas e soluções artísticas. Por outro, os laços políticos, diplomáticos e económicos estabelecidos entre entidades privadas ou religiosas, entre reinos ou regiões

geográficas facilitaram também essa unidade estilística e formal através do mecenato promovido pelas grandes instituições laicas e eclesiásticas e através da importação e exportação de obras de arte.

Para a criação desta complexa rede de centros mecenáticos e de verdadeiros mercados artísticos, sediados nas principais cidades que se encarregavam de difundir os figurinos e renovar a sensibilidade estética pelas vastas periferias geográficas, foi decisivo o contributo prestado pelo o carácter individualista e antropocêntrico da época, expresso por exemplo nas obras mais conhecidas de Alberti e Ficino. Tais características do Humanismo tiveram repercussões nos vários campos da vida cultural de então como se pode comprovar, por exemplo, através do estudo da mentalidade humana perante o fenómeno da morte. O indivíduo reivindica a imortalidade da alma e para isso recorre à exaltação da sua personalidade e das suas virtudes espelhadas nas obras pias que promove. A obtenção da salvação da alma compreendia também uma contiguidade física e eterna com a divindade e o espaço sagrado: a Igreja passou a ser o local escolhido para os sepulcros, nomeadamente nas zonas liturgicamente mais importantes (capela-mor, capelas laterais e cruzeiro). A arte da ostentação e do individualismo serão talvez a razão da monumentalidade, por exemplo, dos túmulos renascentistas bem como da exigência no realismo do rosto dos defuntos que, mais do que um sinal de identidade, seria talvez o símbolo da vontade de perdurar e de atingir a imortalidade.

Ao mesmo tempo que assistimos a um surto construtivo de tumulária particular e por vezes colectiva, verificamos que os edifícios religiosos e civis receberam também grandiosas campanhas de obras com o objectivo de renovar os espaços e as suas decorações. Estava por isso criada a oportunidade para a tão ambicionada actualização do formulário estilístico *ao romano* evocativo da Antiguidade Clássica que então interessava imitar.

Um dos géneros artísticos mais repetidos então foi sem dúvida o do Retrato uma vez que este conseguia responder em grande parte aos desejos e às ambições pessoais da época e, para além disso, apresentava-se como forte recordação do legado romano. Embora os autores que têm estudado este género de arte sejam unânimes em colocar a sua génese na Antiguidade Pré-Clássica, não deixam contudo de reconhecer a preponderância e a oportunidade do mesmo nos alvares da modernidade artística europeia

pelos motivos anteriormente apresentados<sup>1</sup>. No entanto, impõe-se em primeiro lugar, esclarecer o conceito de 'Retrato' já que a sua definição se pode tornar demasiado ambígua. Com efeito, o termo não deverá basear-se nem sequer confundir-se apenas com as expressões algo primárias como 'Semelhança' ou 'Parecença' sob o risco de não conseguir abranger todas as variantes existentes de 'Retrato'<sup>2</sup>. De facto, quando apreciamos, a título meramente exemplificativo, a principal obra retratística dos flamengos Jan Van Eyck, Rogier Van der Weyden, Hans Memling, ou dos italianos Pisanello, Piero della Francesca, Rafael ou Leonardo, verifica-se que toda ela repete com mais ou menos fidelidade as feições, os traços e a personalidade dos retratados<sup>3</sup>. Nestes casos não nos restam dúvidas de que se tratam de exemplares de Retrato. Todavia, a definição não se esgota em exclusivo com a parecença ou com o 'realismo' patente nessas peças. Com efeito, o problema dessa conceptualização complica-se quando aplicamos a mesma noção em outras representações que não revelam por si só a exacta fisionomia do retratado. Tomemos por isso alguns casos que demonstram bem a problemática inerente a tal definição.

Tal como notou Alessandro Cecchi, ao observarmos a obra *Andrea Doria como Neptuno* do pintor florentino Agnolo Bronzino (1503-1572), pertencente à Pinacoteca de Brera em Milão, verificamos que se trata da representação do nobre genovês Andrea Doria (1466-1560), comandante da frota naval ao serviço de Carlos V durante a conquista de Tunis em 1535, verificação esta corroborada pela inscrição abreviada sobreposta ao tridente<sup>4</sup>. Como é sabido, este nobre italiano manifestava grande admiração pelas actividades marítimas e, em particular, pelo poderio naval que o Imperador detinha no Mediterrâneo. Por estes motivos, Bronzino considerou porventura adequada a representação de Andrea Doria como Neptuno,

---

<sup>1</sup> Para o estudo da génese da arte do Retrato consultou-se por exemplo a obra de Galiene e Pierre Francastel indicada na bibliografia final do trabalho.

<sup>2</sup> Sobre a problemática do conceito 'Retrato' leia-se por exemplo o estudo indispensável de Lorne CAMPBELL, Lorne, *Renaissance Portraits. European Portrait-Painting in the 14<sup>th</sup>, 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> Centuries*, New Haven and London, 1990.

<sup>3</sup> Para uma consulta sumária da obra de retrato dos artistas referidos veja-se a obra de Klara GARAS, *Italienische Renaissance Porträts*, Budapest, Corvina Kiadó, 1965 e também a de Norbert SCHNEIDER, *The Art of Portrait*, Köln, Ed. Taschen, 1994. Como exemplo veja-se as figs. 1 e 2.

<sup>4</sup> Cf. Alessandro CECCHI, *Agnolo Bronzino*, Florence, Ed. Scala, 1996, pp. 51-62 (fig. 3).

Deus dos Mares. O artista decidiu assim que o nobre italiano iria encarnar numa outra personagem desta feita mítica e pertencente ao imaginário humanístico. Estamos sem dúvida perante um ‘retrato’ de alguém que **perde momentaneamente a identidade própria** e que adquire uma outra, ou seja, que não se encontra presa à real apresentação do modelo.

De acordo com Lorne Campbell, refira-se também acerca desta questão conceptual o *Retrato de Carlos V* atribuível a Parmigianino (1503-1540) pertencente à Coleção Rosenberg & Stiebel de Nova Iorque<sup>5</sup>. Conhecida que é a real efígie do Imperador, imortalizada por exemplo na obra pictórica de Jakob Seisenegger e Ticiano, ou no legado escultórico de Jean Mone e Leone Leoni, cedo verificamos que se trata de uma **representação alegórica** do monarca onde o artista apenas se preocupou em dar os seus elementos fisionómicos principais para que a imagem de Carlos V fosse reconhecida rapidamente: o corte de cabelo, a estrutura craniana, e o inconfundível queixo prognático. Em conclusão, estamos diante de um retrato baseado nas imagens conhecidas e difundidas de Carlos V porém numa versão **idealizada** e, por isso mesmo, não semelhante mas não menos representativa.

O problema da definição do termo ‘Retrato’ mantém-se quando é necessário, por exemplo, classificar as representações de antepassados ou de heróis do passado, incluindo as séries dinásticas e as sequências de *Uomini Illustri*, tão frequentes na arte do Renascimento europeu<sup>6</sup>. Com efeito, o artista encarregado de imortalizar em tábuas, em tela, em gesso ou em pedra essas figuras ancestrais via a sua tarefa complicada já que não dispunha de quaisquer imagens para basear as suas representações. Por isso, tinha que **criar** ou **recriar** tais figuras consoante os casos, fosse através da sua imaginação, fosse através da utilização de modelos inspirativos. Essas figuras elaboradas tinham que ser instantaneamente reconhecidas como seres únicos e individualizados. Apesar de não constituírem retratos verdadeiros ou parecidos, podemos talvez considerá-las ‘retratos’ porque, de algum modo, são reconhecíveis e identificáveis e, para além disso, têm esse objectivo subjacente à sua criação.

---

<sup>5</sup> Cf. Lorne CAMPBELL, *op. cit.*, p. 164. (fig. 2)

<sup>6</sup> Sobre as galerias de *Uomini Illustri* no Renascimento consulte-se por exemplo o excelente catálogo dirigido por Annemarie JORDAN, *Retrato de Corte em Portugal: O Legado de António Moro*, Lisboa, Ed. Quetzal, 1994, pp. 79-103.

A partir dos exemplos anteriormente referidos apercebemo-nos melhor da falta de precisão do conceito de 'Retrato' quando se encontra apenas baseado nos pressupostos da semelhança e do verismo do representado. Por este motivo, o conceito agora problematizado sumariamente deverá contemplar os vários tipos atrás considerados para que assim a palavra 'Retrato' se revista de maior significado, rigor e relevância no estudo deste género artístico.

Para proceder a um trabalho mais completo sobre a arte do Retrato, não basta tentar apenas uma sempre difícil categorização do mesmo já que, como vimos, tal tarefa exige o conhecimento de um conjunto de questões que começa, na delimitação do próprio conceito. Importa também considerar do mesmo modo os fins para os quais se destinava a realização de um Retrato e averiguar quem eram os principais encomendantes deste género artístico tão apetecido durante o Renascimento.

Segundo Albrecht Dürer a arte do Retrato servia os objectivos ideológicos e catequéticos da Igreja Católica e preservava também o testemunho da imagem dos homens depois do momento da morte desempenhando assim o artista um papel essencial no processo de comemoração e imortalização dos mesmos<sup>7</sup>. Com relativa facilidade, o artista tinha a possibilidade de gravar ou pintar uma imagem de um defunto que posteriormente seria colocada junto à sua morada final. A perpetuação da sua verdadeira efígie era considerada de tal modo importante ao tempo que foram chamados em alguns casos artistas para efectuar máscaras funerárias com esse objectivo restrito<sup>8</sup>.

Além da preocupação manifestada em perpetuar a memória do falecido, o retrato aparece várias vezes esculpido ou pintado em outras situações sempre com o objectivo de substituir o representado como, por exemplo, em certas procissões, peregrinações ou outras cerimónias sociais de carácter

---

<sup>7</sup> Cf. Lorne CAMPBELL, *op. cit.*, pp. 193-226; Erwin PANOFSKY, *Vida y Arte de Alberto Durero*, Madrid, Alianza Editorial, 1983; e Édouard POMMIER, *Théories du Portrait*, Paris, Gallimard, 1998, pp. 162-164.

<sup>8</sup> Cf. por exemplo com os estudos de Philippe ARIÈS, *O Homem Perante a Morte*, 2 vols., Lisboa, Publ. Europa-América, 1977., Alberto TENENTI, *Il Senso della Morte e l'Amore della Vita nel Rinascimento*, Turim, Einaudi Editore, 1957 e Erwin PANOFSKY, *Tomb Sculpture*, London, Phaidon, 1992

colectivo. Este tipo de retrato surge com frequência nos volantes e nas edículas dos retábulos em eterna devoção, nas moedas e nos selos estatais para que fosse rapidamente reconhecido e, sobretudo, como recordação e perpetuação de um ser piedoso, e em simultâneo, magnificante.

Para além dos fins políticos, sociais e religiosos a que se destinavam essas imagens, temos que forçosamente aludir também ao carácter particular que elas poderiam assumir. Com efeito, eram inúmeras vezes os próprios doadores que, para seu gozo particular ou para ornamentar as suas residências privadas, encomendavam retratos seus em poses, vestes e situações diversificadas. Refiram-se nesta ocasião as galerias de retratos e as séries dinásticas que constituíam na época uns dos conjuntos artísticos mais desejados pela corte e pelas elites aristocráticas dos principais centros urbanos e rurais com o firme propósito de glorificar a antiguidade e nobreza da família ascendente ou descendente.

Em alguns casos, os retratos eram encomendados com o objectivo de se tornarem ofertas ou marcos comemorativos de determinado acontecimento pessoal ou de âmbito mais alargado. Atentemos, por exemplo, nos retratos destinados à obtenção da imagem individual de um jovem casal que se preparava para contrair matrimónio e deste modo procurava suprir as longas distâncias geográficas existentes<sup>9</sup>. A ilustrar tal situação temos, como exemplo, a viagem empreendida a Portugal pelo pintor flamengo Jan Van Eyck tendo em vista a elaboração de um retrato fidedigno de D. Isabel, filha do Mestre de Avis, por ocasião de seu casamento com o Duque da Borgonha, Filipe o Bom, no final da década de vinte do século XV. A prática de envio de retratos era bastante comum ao tempo e prolongou-se durante alguns séculos dados os inúmeros exemplos chegados até nós.

Quando um casamento se encontrava em fase negocial, o retrato da noiva era cuidadosamente realizado e, de seguida, enviado ao noivo para que este se inteirasse da sua aparência física. Parece que em situação inversa, a noiva não demonstrava tanta curiosidade acerca do seu futuro marido. Como é sabido, a política de matrimónios, levada a cabo pelos principais monarcas e senhores de então, visava, acima de tudo, a concórdia e a sempre

---

<sup>9</sup> Cf. com o trabalho anteriormente citado de Lorne Campbell e também com o estudo essencial sobre esta temática de John POPE-HENNESSY, *El Retrato en el Renacimiento*, Madrid, Akal, 1985.

tão desejada aproximação diplomática entre as Nações<sup>10</sup>. O objectivo mútuo presente nessas negociações era o de salvaguardar os interesses políticos e económicos numa determinada área geográfica. Além disso, através dos matrimónios, conseguiam-se largos períodos de paz entre os reinos o que de certo modo favorecia a estabilidade e, em simultâneo, a prosperidade dos mesmos. Atendendo a estes factores, reconhecemos o papel relevante que a retratística desempenhou não só para a união dos Estados, mas também, e em maior escala, para a construção do espaço europeu.

Todavia, não bastava apenas negociar essas intrincadas alianças de interesses e poderes em torno do matrimónio, já que se tornava também imperioso perpetuar os acontecimentos ocorridos durante a cerimónia do casamento na memória colectiva do reino e, em particular, da corte. Assim, destacavam-se para o efeito, os melhores artistas ao serviço do Rei (pintores, escultores, entalhadores e ourives entre outros) para imortalizarem através do fausto e da encenação tal evento religioso. É neste contexto que surgem as representações dos matrimónios, geralmente em pintura, que procuram celebrar esses acontecimentos que se queriam únicos na vida do Reino e que tão bons presságios deveriam trazer. Para a representação dessas cerimónias, os artistas repetiam os esquemas e formas adoptadas nas séries dedicadas à vida da Virgem onde se podia ver, geralmente logo no início, a representação dos esponsais de Maria e José<sup>11</sup>. Deste modo, inspirando-se e recorrendo ao imaginário religioso e, em simultâneo, à arte do retrato, o artista conseguia tornar inteligível um episódio de tão complexa representação. Encontramos uma vez mais a arte do retrato presente na imortalização de factos sociais e políticos da vida do Reino e, da mesma maneira, presente no processo construtivo de uma área geográfica pelas alianças e jogos subjacentes a esse matrimónio sagrado.

Chegados a este ponto do nosso trabalho, impõem-se, em jeito de conclusão, as seguintes reflexões. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer bem o conceito de retrato para estudar com rigor este género

---

<sup>10</sup> Cf. por exemplo John POPE-HENNESSY, *op. cit.*, Edwin HALL, *The Arnolfini Betrothal – Medieval Marriage and the Enigma of Van Eyck's Double Portrait*, University of California Press, 1994, e também Paola TINAGLI, *Women in Italian Renaissance Art*, Manchester, Manchester University Press, 1997, pp. 21-46.

<sup>11</sup> Para se aferir a semelhança composicional existente entre os dois, vejam-se as representações que tratam o tema dos Esponsais da Virgem inseridos nos principais programas iconográficos dos séculos XV e XVI (figs. 5 e 6).

artístico. Tal tarefa deverá ter em consideração o maior número de casos possível para que não se excluam exemplos importantes da vasta retratística existente. Em segundo lugar, é preciso apurar a finalidade exacta de um retrato para determinar a natureza do retratado, que pode ou não ser o encomendante do mesmo, e do artista que executa a obra para um maior entendimento do contexto sócio-cultural envolvente. Em terceiro lugar, ao determinar os fins da arte do retrato verificámos que ela se encontrava ao serviço do Estado como parte interveniente da afirmação e da encenação do seu poder. Por último, na sequência dos matrimónios entre famílias reais, constatámos que o retrato individual ou colectivo permitia à coroa a perpetuação desse vínculo contratual que constituía elo de ligação fundamental para a união ainda que momentânea em alguns casos entre regiões diversificadas. Neste sentido, podemos defender a ideia de que a retratística serve de elemento aglutinador de um vasto território que conheceu os seus primeiros traços de união político-diplomática durante o período do Renascimento através dos seus particularismos e especificidades atrás analisadas. Julgamos assim poder falar da arte do Retrato como uma das faces emblemáticas da construção da Europa.



Fig. 1 — *Retrato de Senhora*  
Rogier Van der Weyden, National Gallery of Art — Washington



Fig. 2 — *Federico da Montefeltro*  
Piero della Francesca, Galeria dos Uffizi — Florença

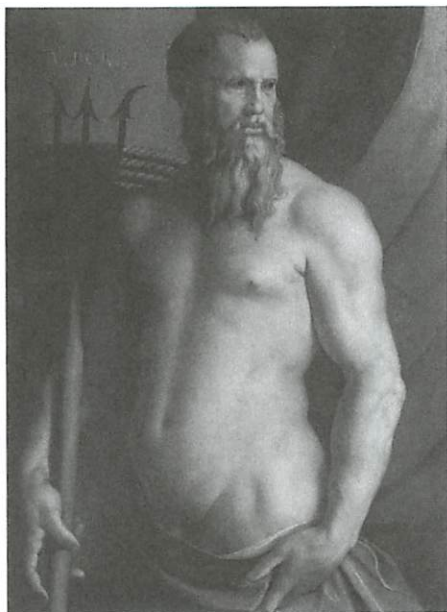


Fig. 3— *Andrea Dorio como Nepyurno*  
Agnolo Bronzino, Pinacoteca de Brera— Milão



Fig. 4 — *Carlos V*  
Parmigianino (atrib.), Col. Rosenberg & Stiebel — Nova Iorque



Fig. 5 — *Casamento de Filipe III e Leonor de Portugal*  
Biblioteca Piccolomini — (1502-1508) Pinturichio — Siena



Fig. 6 — *Casamento de Maria e José*  
Retábulo do Convento do Paraíso (c.ª 1527).  
Gregório Lopes, Museu de Arte Antiga de Lisboa

## BIBLIOGRAFIA

- ALAZARD, Jean, *The Florentine Portrait*, New York, 1968.
- ARIÈS, Philippe, *O Homem Perante a Morte*, 2 vols., Lisboa, Publ. Europa-América, 1977.
- BRILLIANT, Richard, *Portraiture*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- CAMPBELL, Lorne, *Renaissance Portraits. European Portrait-Painting in the 14<sup>th</sup>, 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> Centuries*, New Haven and London, 1990.
- DIMIER, Louis, *Histoire de la Peinture de Portrait en France au XVI<sup>e</sup> siècle*, Paris, Van Ovest, 1924 / 26.
- FRANCASTEL, Galiene e Pierre, *El Retrato*, Madrid, Cátedra, col. Cuadernos Arte, 1988.
- From Van Eyck to Breugel*, New York, Harry N. Abrams Inc., 1998.
- GARAS, Klara, *Italienische Renaissance Porträts*, Budapest, Corvina Kiadó, 1965.
- HALL, Edwin, *The Arnoffini betrothal: medieval marriage and the enigma of Van Eyck*, U. C. P., 1997.
- JORDAN, Anne Marie, *O Retrato de Corte em Portugal: O legado de Anthonis Mor*, Lisboa, 1994.
- PANOFSKY, Erwin, *Tomb Sculpture*, London, Phaidon, 1992.
- POMMIER, Edouard, *Théories du Portrait. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, Gallimard, 1998.
- POPE-HENNESSY, John, *El Retrato en el Renacimiento*, Madrid, Ed. Akal, col. Akal Universitaria, 1985.
- RAMSDEN, E. H., *"Come, take this lute": a Quest for Identities in Italian Renaissance Portraiture*, Salisbury, Element Books, 1983.
- SCHNEIDER, Norbert, *The Art of Portrait*, Köln, Ed. Taschen, 1994.
- TENENTI, Alberto, *Il Senso della Morte e l'Amore della Vita nel Rinascimento*, Turim, Einaudi Editore, 1957.
- TINAGLI, Paola, *Women in Italian Renaissance Art*, Manchester, Manchester University Press, 1997.
- WOODS-MARSDEN, Joanna, "Ritratto al Naturale": Questions of Realism and Idealism in Early Renaissance Portraits", in *Art Journal*, n° 46, 1987.

# MODELOS DE CIVILIDADE NA EUROPA DE SETECENTOS: PRÁTICAS RECEPTIVAS EM PORTUGAL

**Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara**

(Universidade Aberta)

*(...)A sociedade que faz a vida muito agradável, requer que nos sujeitemos a algumas considerações para podermos gozar das suas delícias e atractivos. O ponto essencial nesta pequena obra é individualizar e explicar estes preceitos à mocidade com huma suficiente clareza, para que ela possa tirar daqui as primeiras luzes daquela civilidade, que nos faz amáveis, que infunde a benevolência no nosso affecto, e que enobrece a nossa alma(...)*

In Abade PRÉVOT — *Arte de Agradar na Conversação*, (trad. do francês por José Vicente Rodrigues), Porto, 1783, pp. 10.

Esta texto insere-se no conjunto de comunicações que se desenvolveram no âmbito de uma temática mais abrangente sobre “A construção da Europa”, ou melhor neste caso, “Construção de identidades Europeias” tema-mote em discussão ao longo do ano de 2000/2001 no Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade Aberta.

Depois de reflectir um pouco sobre este assunto e partindo da investigação que realizei para a tese de doutoramento<sup>1</sup> que se prende especificamente

com formas de vivência e de sociabilidade da sociedade portuguesa setecentista, ocorreu-me apresentar e partilhar aqui algumas questões que se relacionam com a noção e conceito de civilidade, constituindo este uma identidade e um referente cultural nascido e vivido na Europa Moderna e conotá-lo com um discurso do quotidiano e da vida privada de então, intimamente ligado a uma “arte de bem viver” e preconizado numa estética rococó.

Surgem então de imediato as primeiras questões?: Tratar-se-á de um assunto pontual e periférico ao tema da construção da Europa? e mais, que terá ele haver no contexto de uma investigação em História de Arte?, mais concretamente com um suporte plástico específico como o azulejo?

Penso que nos encontramos em territórios tangentes que paulatinamente vão sendo cruzados em apelos de uma *interdisciplinaridade*<sup>2</sup>, procurando no fundo compreender as práticas que constroem o mundo como “representação” e com base nestas pressupostos ligar os aspectos formais e estéticos de um determinado período com as sensibilidades e mundividência da própria época.

Pareceu-nos pois interessante cruzar duas visões: diferentes formas de sociabilidade e urbanidade que caracterizaram um modelo europeu de sociedade dos meados do século XVIII com a sua representação na azulejaria portuguesa.

Considerando uma relativa abundância de temas do quotidiano registados na azulejaria portuguesa ao longo do século XVIII, — que formam um *corpus* de princípios tributários do contacto com a cultura europeia, ao mesmo tempo que constituem um gosto e uma especificidade na História de Arte Portuguesa — julgamos legítimo considerá-la na sua totalidade para outros fins que não os da mera decoração arquitectónica.

Deste modo, um enquadramento teórico sobre os modelos mentais e práticas sociais da época e uma reflexão sobre os comportamentos sociais

---

<sup>1</sup> Cf. CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da, “A Arte de Bem Viver” – *A Encenação do Quotidiano na Azulejaria Portuguesa da Segunda metade de Setecentos*, Universidade Aberta, texto policopiado, Lisboa 2000.

<sup>2</sup> Este paradigma da interdisciplinaridade tem vindo a ser trabalhado desde os anos 50/60. Recorde-se os estudos de J. Revel — *A invenção da Sociedade*. Lisboa: Difel, 1990. Cada vez mais esta é a palavra de ordem de uma nova geração de historiadores, tributários da clássica *Escola dos Annales*.

e galantes setecentistas — registados num conjunto de textos normalmente designado por “literatura de civilidade”<sup>3</sup>, poderão ajudar a esclarecer melhor as razões sistemáticas da utilização do azulejo na arquitectura civil.

Torna-se deste modo e neste contexto oportuno caracterizar um sistema de comportamentos sociáveis, detalhar condutas, em suma avaliar práticas particulares de civilidade tendendo a configurar-se uma antropologia do homem civil do século XVIII (protótipos de ideal de homem: modos de agir, de estar, convicções, modelo ideal de comportamento rotulado e cristalizado no *honnête-homme*<sup>4</sup> — Esta expressão que corresponde a um tipo europeu que na sociedade francesa e na tratadística toma esta designação, não foi uma invenção do final do século XVIII, da época das Luzes, mas sim um acumular de princípios e regras legítimas, uma colecção de exemplos do *saber-estar*, ou seja um processo de trabalho da sociedade sobre si própria, em suma; formas estruturalmente reconhecidas de mostrar uma identidade social.

Quais então os modelos de uma teorização sobre condutas comportamentais na Europa Moderna?

Dois enormes sucessos editoriais surgiram e marcaram o século XVI e todo o Renascimento Europeu destinadas à codificação de um discurso normativo do comportamento que se transformarão em dois grandes modelos de vivência do homem em sociedade: refiro-me a obra de Baltassar Castiglione, *Il libro del cortegiano* (1 vez publicada em 1528 — Veneza<sup>5</sup>), e a obra de Erasmo, *De civilitate morum puerilium* ( a sociedade pueril, em 1530 — Basileia) (Fig. 1 e 2).

---

<sup>3</sup> O estudo da civilidade na época moderna, e particularmente a filiação deste conceito encontra como sabemos, inevitavelmente, terreno nos variados campos da literatura. Moralistas e críticos aplicam-no sem limites. Trata-se de um terreno omnipresente. Cf. Emmanuel BURY — “A la recherche d’une synthèse française de la civilité: l’honnête et ses sources” in *Pour une histoire des traités de savoir-vivre en Europe*. Paris, 1995, pp. 179-215.

<sup>4</sup> Citem-se dois textos fundamentais sobre o este assunto: J.G. Herculano CARVALHO — “Um tipo tipo literário e humano do Barroco: o cortesão discreto” in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1964, vol. XXVI, pp. 208-227 e Maria de Lurdes C. Fernandes — “ Modelos educativos do Barroco em Portugal: a *Boa Criação* e a *Polícia Cristã*” in *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*, Porto, 1991, vol. I, pp. 312-322.

<sup>5</sup> Até 1997, a obra original não era conhecida em português, somente divulgada através de uma tradução em castelhano de Búscan 1534. Cf. Baldassare CASTIGLIONE — *O cortesão*, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Dois modelos em parte opostos, mas que convergem no mesmo fim: codificar valores civis e ritualizar actos sociais. Em parte com destinatários distintos, estas duas obras marcarão toda a tratadística de condutas ao longo do período moderno, mais particularmente o século XVIII.

A primeira — o texto de Castiglione — apresenta fundamentalmente um paradigma da etiqueta cortesã, convertendo-se numa gramática fundamental de cortesia para uso da sociedade de corte. O livro centra-se num diálogo privado entre personagens aristocráticas que pertencem à corte de Urbino e se ocupam agradavelmente dos valores e regras da vida social. Trata-se no fundo de um retrato e de um protótipo de uma corte ideal renascentista de que a figura central e modelar era o cortesão. O livro descreve os serões passados no palácio em Urbino, encontros de homens e mulheres de elevada condição social onde se cultivam jogos de linguagem, residindo um deles na decisão relativa sobre as qualidades do perfeito cortesão (“discreto”). No seu conjunto, esta obra estabelece uma série de condições mentais e físicas do estatuto do homem de corte.

Trata-se de um dos livros mais importantes sobre literatura de corte do Renascimento que quase durante dois séculos propôs o modelo de uma elite cultural europeia. A dedicatória oferecia o livro ao português D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, que havia sido embaixador em Roma, onde a sua postura deixara uma memória de refinamento e comportamento nobre. Refiro igualmente ao capítulo da arte, onde esta obra toma uma posição renovadora do papel do artista na corte e da posição da pintura no contexto do conhecimento.

A segunda obra, o livro de Erasmo apresenta-se como um texto fundador sobre a noção de civilidade. Os destinatários desta obra serão as crianças e que estas se tornem sensíveis à necessidade de um código geral de sociabilidade e “boa educação”. O conjunto dos comportamentos quoti-dianos da criança permitirão um maior controlo do uso do seu tempo. Tratando-se de um manual sem pretensões, à margem dos grandes empreendimentos do humanismo europeu, a obra propõem práticas reno-vadas (numa sociedade em plena mutação que necessitava obviamente de uma linguagem comum e de novos pontos de referência). Fez entrar um conjuntos de tradições orais na cultura escrita. Elevou a civilidade a um verdadeiro género literário que conheceu enorme sucesso editorial.

O impacto e a celebridade destas duas obras (uma mais curial), a outra mais civilista, e o desenvolvimento das cortes europeias fez surgir um tipo de cortesão europeu, um homem de corte e ao mesmo tempo um cidadão com deveres que a literatura de seiscentos acompanhou<sup>6</sup>.

Podemos pois afirmar que no rasto destas duas obras, na Europa os exemplos multiplicam-se, surgindo cada vez réplicas sobre comportamentos e maneiras de estar em sociedade que seguem o modelo proposto por Erasmo. A sua influência foi vasta e douradura.

Quanto ao modelo curial, deu origem ao tão conhecido conceito de Norbert Elias “Sociedade de Corte” sempre entendida na sua dupla acepção: 1) em primeiro lugar a expressão refere-se a uma sociedade dotada de corte (real ou principesca) e totalmente organizada a partir dela. 2) Numa outra dimensão, entende-se a corte como sendo a sociedade, isto é como uma formação social onde são definidas de maneira específica as relações existentes entre os sujeitos sociais e onde as relações recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros engrenam códigos de comportamento originais. Isto significa que a corte organiza o conjunto das relações sociais através do estabelecimento de uma rede de dependência recíproca. É dentro deste última interpretação que teremos sempre que entender e decrever a lógica da corte, ou melhor, a lógica de prestígio.

Ao longo do século XVIII — sendo este o período que trabalhámos — o conceito de civilidade apresenta-se deste modo cristalizado, permitido falar de determinados padrões ou comportamentos-tipo. Os homens

---

<sup>6</sup>Veja-se o caso italiano Giovanni DELLA CASA — *Galateo ovvero de costumi. In rime e prose di Monsignor Giovanni Della Casa*. Venezia: Niccolo Bevilacqua, [S.l.], 1558; e o espanhol Baltasar GRACIAN — *Arte de ingenio y tratado de agudeza*. Madrid, [S.l.], 1642; idem — *El discreto*. [S.l.], 1646 (trad. italiana: *L’Huomo di corte, o sia L’arte di prudenza*, Roma: Luca Antonio Chracas, 1698); o caso inglês, HOBY, Sir Thomas — *Courtyer*. [S.l.], 1561; o caso francês, Pierre de DAMPMARTIN — *Du Bonheur de la cour et vraye félicité de l’homme*. Anvers, F. de Nus, 1592 e Antoine de COURTIN — *Nouveau traité de la civilité qui se pratique en France parmi les honnetes gens*. Paris, 1671; e ainda o espanhol Lucas Gracian DANTISCO — *El galateo Espanõl*. Zaragoza: Terragona, 1593 (uma glosa e adaptação da obra de Della Casa); e o português, Francisco Rodrigues LOBO — *Corte na aldeia e noites de Inverno*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619 (esta obra, a lembrar o livro de Castiglione, descreve uma série de serões em Sintra onde se juntavam diversos cavaleiros. No conjunto da obra, o tema principal é o da cortesia. Tratava-se de, expondo ideias e dialogando, estabelecer regras de comportamento) e Luís de Abreu e ABREU — *Avisos para o Paço*. Lisboa: Of. Craesbeckiana, 1659.

procuraram estabelecer matrizes comportamentais alcançando diferentes dimensões da sua vida quotidiana. O sentido do progresso e bem-estar aponta mesmo para a intenção de alcançar a totalidade das dimensões da vida quotidiana. Depressa as maneiras cortesias — ligadas quase sempre à lógica da distinção — transitam para os costumes civilizados fixados com rigor na tratadística de civilidade.

A codificação de saberes práticos essenciais à vida humana nas suas formas mais elaboradas implicaram uma certa receptividade, uma capacidade de linguagem e de compreensão por parte do indivíduo que passa sobretudo por um processo de aprendizagem. Nesta campo, o papel dos textos foi fundamental. A extraordinária riqueza da literatura de civilidade foi fortemente valorizada pelo seu carácter fundador da cultura ocidental europeia. Todos estes escritos definem ideais de comportamento e regras de interação social constituindo uma parte importante da consciência europeia e da sua história.

O estudo da literatura comportamental — também como sabemos designados por tratados de *savoir-vivre*, ou do “bem-viver” relembremos por oposição o “bem morrer” *ars morendi* — e as diferentes tipologias de tratados definidos de acordo com os seus destinatários e com a sua própria mensagem) apresenta-se hoje na historiografia europeia como uma fonte alargada para o entendimento da história socio-cultural, pois formam uma parte importante da produção literária europeia como por exemplo o caso específico de França onde equipas de investigação pluridisciplinares têm estado a trabalhar em repertórios bibliográficos de literatura de civilidade, tendo editado trabalhos desde 1995<sup>7</sup>. Proporcionam estudos comparados, permitindo seguir os modelos das interações sociais, as práticas prescritas no que respeita aos rituais de luto, à conversação, às diferentes maneiras de estar; ao gosto social, aos próprios gestos e expressões corporais e faciais, aos espaços de sociabilidade etc.

A questão que desde logo nos interessou para o caso português foi para além das motivações que se encontram por detras deste textos, identificar os

---

<sup>7</sup> Equipas de investigação pluridisciplinares têm-se debruçado sobre esta área, especificamente em França sob a direcção de Alain Montadon. Cf. *Bibliographie des Traités de savoir-vivre en France en Europe*, Clermont-Ferrand: APFLSH, 1995; *Pour une histoire des traités de savoir-vivre en Europe*, Clermont-Ferrand: APFLSH, 1995 .

destinatários destas obras, inventariar as relações e aplicações com comportamentos do quotidiano e por fim que implicações houve ao nível do discurso iconográfico sustentado pela pintura azulejar.

Compulsando os títulos e índices destas obras no espaço geográfico português de setecentos, (e esse trabalho não está sistematicamente feito, pois era fundamental cruzar e confrontar com todo o tipo de documentação como a literatura da mundaneidade, expressa em crónicas, folhetos, volantes, teatro de cordel, obras satíricas etc, só assim podendo saber até que ponto esta discursividade normativa não podia estar desfazada relativamente às práticas e usos da sociedade portuguesa), foram basicamente os modelos franceses que se impuseram e que mereceram mais traduções e adaptações.

Fundamentalmente estas obras encontraram receptividade primeiramente num terreno de uma sociedade aristocrática passando numa segunda fase a alargar esse território a nova elite emergente, pois a aprendizagem nos manuais de códigos do saber viver, surge simultaneamente como contributo de prestígio para uma hierarquia social e como veículo do imaginário mundano captado pelas classes em rápida ascensão.

Dos manuais que consultamos na nossa pesquisa, elencámos várias questões: na maioria dos casos eram livros de bolso, de pequeno formato, fáceis de guardar e transporar. Quase sempre no seu prólogo, dirigiam-se ao leitor mantendo uma relação personalizada expressa em diferentes dedicatórias (Fig. 3)

É igualmente curioso que prevalece em grande parte dos manuais de civilidade com maior atenção o modelo da conversação (guias de conversação) mais do que a leitura. A oralidade, a discussão de temas nas reuniões e assembleias indicam esta intenção. Dos textos seleccionados levantámos as seguintes rubricas: *a arte de agradar na conversação, da conversação...da civilidade que devemos usar na conversação, do modo como a decência nos manda proceder quando falamos e comemos em companhia, do conversar e discorrer, etc., etc.*

Sabemos que foi estreita a relação que os manuais de civilidade mantiveram com as artes do “bem viver” (no sentido alargado das artes decorativas). O sentido dado à vida era cada vez mais – sem excepção do que se passava em Portugal — entendido sob o signo da encenação, traduzido em

modelos e idealizações de diferentes quotidianos, numa exibição puramente hedonista. No interior do palácio, da casa nobre, da Quinta de recreio, a vida quotidiana podia ser partilhada por este ideal de espectáculo reflectindo-se na própria encenação dos comportamentos e nas variadas manifestações que animavam o lazer de determinados grupos sociais.

As práticas do quotidiano foram essencialmente entendidas como ensinamento codificado em modelos e regras.

Quais então as relações entre a caracterização de modelos sociais apresentados no discurso da tratadística de “bem viver” com o registo de temas afins na iconografia azulejar? Que relações directas ou indirectas se podem então estabelecer entre o discurso literal do comportamento e o tipo de representação plástica (a pintura azulejar)?

Poderá ser este tipo de suporte plástico a tradução visual de posturas comportamentais? Tal aproximação não nos parece descabida deste contexto, pois é possível em muitas situações associar a este tipo de documentação, momentos visuais particularizados e precisos registados no azulejo de Setecentos.

No vasto elenco de textos que consultámos, foi possível categorizar diferentes situações tipo:

A primeira centra-se especificamente em redor do universo da CASA como espaço social e de representação; (pois um dos pontos de aplicação de civilidade são por excelência os espaços físicos onde se realizava o ritual social.) A CASA era o lugar onde se consumia o tempo de ócio e se enuncia uma série de modelos na sua dimensão exteriores envolvidos em condutas sobre os outros.

*A visita* — é uma das situações que nos aparece com frequência. É quase sempre mencionada como uma situação de quotidiano envolvendo componentes de etiqueta cortesia e de espectacularidade (*Modo de Fazer Visitas e Modo de Tomar Visitas*), até mesmo indicações precisas sobre o próprio espaço de recepção. João Rosado de Vasconcellos<sup>8</sup> redige no seu

---

<sup>8</sup> João Rosado de Villalobos de Vasconcellos (1786), bacharel pela Universidade de Coimbra, foi professor de retórica e poética em Évora. Publica e traduz um conjunto de obras sobre a educação da mocidade. Cf. - “*O Perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade em que se dão as Regras da Policia e Urbanidade Christã, conforme os usos e costumes de Portugal*”, Lisboa, 1782, pp. 125.

tratado a forma como se deve receber as pessoas de qualidade: “*todos devem acompanhar até ao topo da escada e esperarem aí até darem as costas no fim da mesma...se acompanhará a visita até fora da porta, mandando sempre que o escudeiro acompanhe a visita até sair para a rua.*”

Torna-se óbvio que esta questão se relacione com a decoração da própria habitação, onde se revela a distinção e o *status* do proprietário da casa e onde a azulejaria barroca conheceu uma função social muito bem demarcada: as conhecidas figuras de convite — nas diferentes atitudes de receber o visitante — foram talvez a tradução visual mais fiel de um discurso de entrada e de aparato. Revestindo uma zona social da casa: escadas, varandas, terraços, átrios e portas de acesso, acompanharam a separação entre o quotidiano e o mundano.

*As saídas e os passeios* são outra das situações que nos aparece. O lazer é entendido como valor social. Enunciam-se algumas regras de descontração que passo a citar: (...) *Não quero dizer que seja o cerimonial tão rigoroso como no Passo. Nos passeios compreendemos o campo, as quintas e os jardins dos particulares em que por grandeza se permite a entrada franca. Allí vamos buscar o divertimento, o regozijo e o prazer da sociedade, Por isso deve reluzir em nós a civilidade que for possível (...)*<sup>9</sup>

Também aqui a azulejaria evidenciou vivências e temas que enunciam estas questões. Bons conjuntos azulejares e ciclos temáticos aparecem-nos ao longo do século XVIII representando atmosferas ao ar livre: a merenda, o passeio, integrados em conjuntos civis da época. Muitos painéis desenrolam cenas figurativas conjugando aspectos da vida cortesã com uma narrativa baseada em rotinas de convivialidade entre os universos masculino e feminino.

A *Mesa* — inserida numa verdadeira arte social, de estar, a mesa tornou-se um capítulo exclusivo dos manuais de civilidade. (Sabemos que no século XVIII, foi sem sombra de dúvida a corte francesa que forneceu o modelo de etiqueta de mesa nos seus aspectos de encenação do poder e do prazer dos sentidos). Em redor de questões como: *Do que se deve observar quando estamos à meza*,<sup>10</sup> exigia-se o conhecimentos dos preceitos de estar à mesa, assim como servir à mesa. Estabelecia-se um jogo de relações entre

---

<sup>9</sup> Cf. *Ibem, ibidem*, pp. 78.

os convivas, os alimentos e o respectivo uso dos utensílios, e nalguns casos a forma de trincar as diferentes peças de assados que juntamente com os manuais de cozinha compunham um cenário sobre a civilidade da mesa.

A encenação deste quotidiano doméstico foi trabalho pela iconografia azulejar de forma mais ou menos ingénua. Foi comum representar uma refeição entre fidalgos sentados em redor de uma mesa onde regras como a postura do corpo, a maneira de trajar numa refeição de cerimónia, obrigações do dono da casa em destinar os lugares dos convidados, a serventia da mesa pelos criados, uso de talheres etc. não deveriam ser esquecidos.

O jogo apresenta-se no discurso normativo como um problema inquietante, enquanto vício, até ao século XVIII muitas vezes tolerado à elite. Mas para além das críticas que certos jogos e divertimentos recebiam, utilizado sem excessos, este encontrava-se como prática social distintiva, pois muito são os textos (tratados sobre o jogo) que se empenhavam na justificação da sua prática valorizada como exercício mental estimulante, aconselhando-se os jogos que exigiam uma aprendizagem. Ao jogo era reservado na casa um determinado espaço físico e área social.

O jogo foi um tema necessário e dominante que interessou muitos pintores de azulejo, correspondendo a um tipo de encomenda muito particular. Especificamente esta casa apresenta uma vasta colecção de registos sobre os jogos: gamão, damas, xadrez e bilhar.

A dança aparece nos manuais como uma técnica corporal, impondo-se como um acto igualmente social que satisfaz as normas do grupo social. A tratadística aborda questões acerca da utilidade social da dança e o seu alargamento a todos os actos do andar, saudar e outras cortesias, funcionando como códigos sobre o movimento e verdadeiros laboratórios da “maneiras”. É especificamente a partir de meados do século XVIII que são traduzidos e publicados em Portugal dois principais tratados: *Arte de Dançar à francesa que ensina o modo de fazer todos os diferentes passos de minuete, com todas as suas regras, e a cada hum delles o modo de conduzir os braços: obra muito conveniente, não só a mocidade, principalmente civil que quer aprender a bem dançar, mas a quem ensina as regras para bem andar, saudar e fazer*

---

<sup>10</sup> Cf. João de Nossa Senhora da Porta SIQUEIRA — *Escola de Polícia ou tratado prático de civilidade portuguesa*, Lisboa 1791, Cap. VII.

*cortezias que convém a qualquer classe de pessoas: traduzida do idioma francez em Portuguez por Joseph Thomas Cabreira, Lisboa, Officina Patr. Franc. L. Ameno, 1760 e — Tratado dos principaes fundamentos da Dança Obra muito util, não somente para esta mocidade, que quer aprender a dançar bem, mas inda para fazer as pessoas honestas, e polidas, as quaes ensina as regras para bem andar, saudar e fazer todas as cortezias que coonvem em as assembleias adonde o uzo do mundo a todas chama. Offerecido a toda a nobreza Portuguesa por Natal Jacome Bonem, mestre de dança, Coimbra, Officina dos irmãos Ginhoens, 1767.*

A leitura destas obras testemunha o culminar de um processo de síntese entre os gestos tratadísticamente estabelecidos e a sua prática e execução.

A dança apresenta-se como um excelente tema visual que o azulejo barroco apropriou<sup>11</sup>. Elemento fundamental do cortejar materializou-se assim com o modo de viver o corpo socialmente e como instrumento de representação da sociedade (Fig. 4).

Para finalizar, mas provavelmente não concluir e retomando questões levantadas ao longo deste brevíssimo texto, evidenciámos que a relação entre a pluralidade de representações e ocorrências de práticas relacionadas com o quotidiano civilizado e os seus modelos interpretativos se glosam na azulejaria da época, podendo ser um instrumento conceptual da maior importância na leitura de certas soluções ao nível dos revestimentos azulejares na arquitectura civil portuguesa de Setecentos.

Neste jogo de significados e significações (pois devemos sempre à partida colocar um problema da interpretação do modelo e da sua representação até que ponto identificamos nestes painéis a representação da realidade portuguesa), o modelo europeu da sociedade setecentista e da sua construção enquanto esse mesmo modelo, pode ser detalhadamente visualizado quase catalogado, constituindo um sistema de valores unidos como imagens de uma “civilização”.

Em suma, entendendo o azulejo enquanto discurso visual e tomando em consideração o seu universo pictural, encontramos-nos perante inevitáveis

---

<sup>11</sup> Cf. Daniel TERCIO — *Dança e Azulejaria no Teatro do Mundo*, Lisboa: Edições Inapa, 1999.

testemunhos históricos de uma vivência europeia, de uma identidade comportamental de um grupo ou categoria social europeia. O poder da imagem, o sentido visual reconhecido na mentalidade setecentista, encontraram na azulejaria um instrumento adequado na medida em que esta proporcionava e facilitava a apropriação da imagem por parte de destinatários específicos. Deste modo, os modelos europeus das práticas do “bem viver” cristalizaram-se em Portugal também por meio da arquitetura. Os revestimentos de azulejos setecentistas em espaços civis tornaram onnipresentes as novas formas de interação e convivialidade.

Podemos admitir sem esforço que os painéis de azulejos que apresentam o quotidiano nas suas múltiplas vertentes, participavam, tal como a tratadística sobre civilidade e etiqueta, em estratégias de ensinamento sobre padrões comportamentais.

A presença deste tipo de imagens na azulejaria de revestimento de palácios, casas-nobres e muitos edifícios civis, funcionava como modelos didáticos e pedagógicos de civilidade, numa arte sempre controlada da representação de si pelo outros, ou seja reconhecendo-se uma forma estruturalmente regulada de mostrar a identidade que se desejava ser reconhecida.

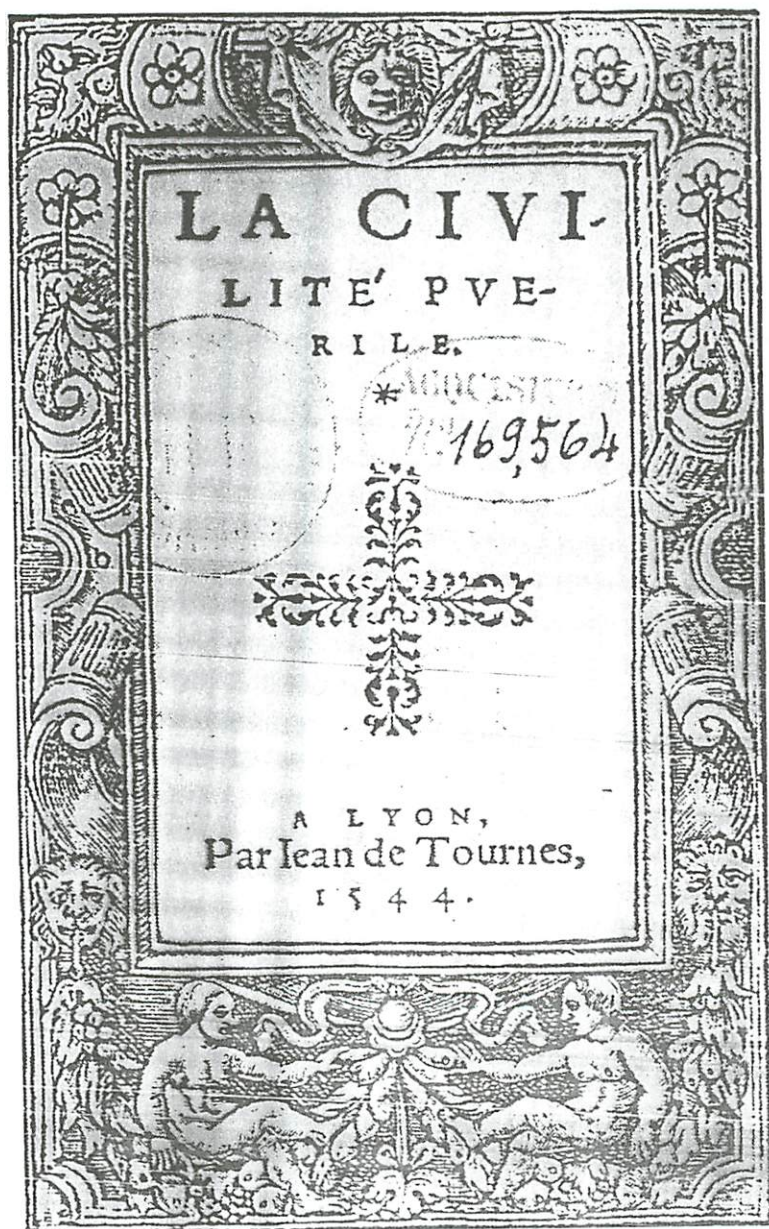


Fig. 1 — Frontispício da obra de Erasmo — *La Civilité Pueril* (trad. Francesa). 1544

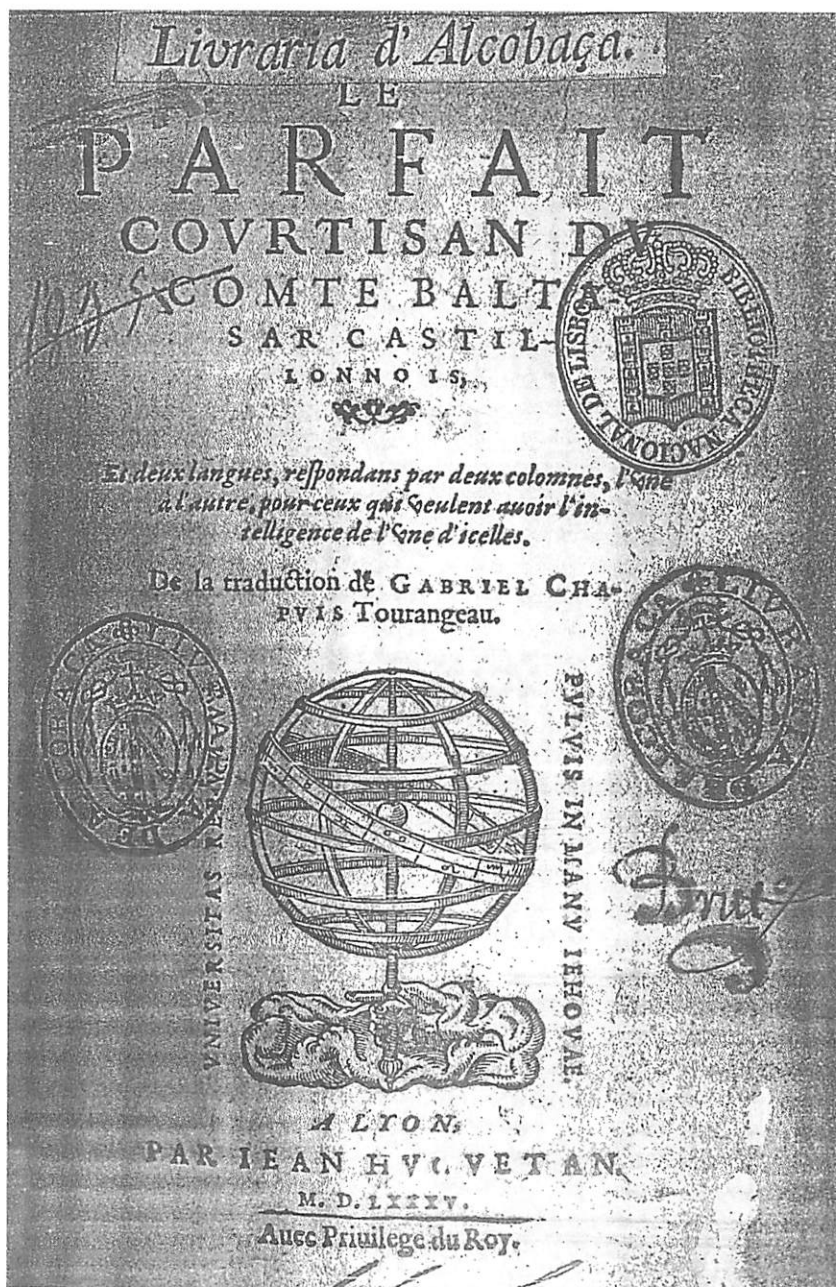


Fig. 2 — Frontispício da obra de Baltassar Castiglione — Le Parfait Courtisan, (trad. Francesa, Livreria de Alcobaça, MDCCXXXIV)

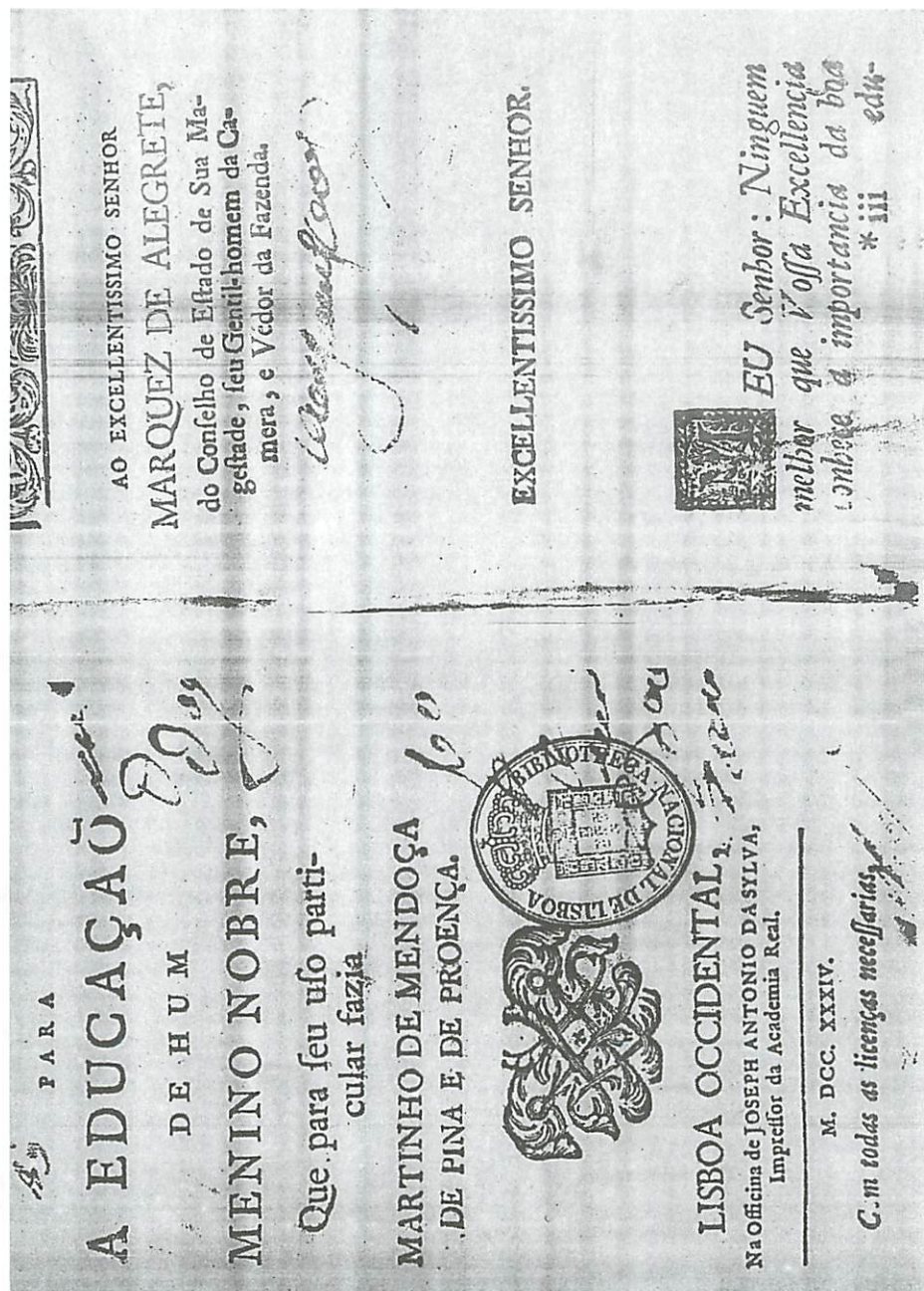


Fig. 3 — Frontispício da obra de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença — A educação de hum menino nobre, Lisboa, MDCCXXXIV



Fig. 4 — *Palácio Ceia, Lisboa, pormenor de painel, oficina de Lisboa, 2.º metade do século XVIII*

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes /Edições

#### Manuais de Civilidade do século XVIII impressos em Língua Francês e Italiano

- ALMEIDA, Francisco José de, *Tratado de Educação Física dos Meninos, para uso da nação portuguesa*, Lisboa Of. Academia Real das Ciências, 1791.
- ARMENDARIZ, D. Miguel, *Modo Cristão, Político e Cortesão de bem jogar o Reversimo*, trad. do Castelhana por autor desconhecido, Lisboa Régua Of. Silvano e da Academia Real, 1746.
- Arte de Galanteria*, Lisboa. Ivan de la Costa. 1760.
- (O) *Amigo do Príncipe e da Pátria ou o bom cidadão*, trad. do francês por autor desconhecido, Lisboa Typ. Rollandiana, 1782.
- BARRETO, Luiz Carlos Moniz, *Tratado da educação física e moral dos meninos de ambos os sexos*. Lisboa. Off. Da Academia das Ciências).
- BEAUMONT, Jeanne Marie Leprince, *Tesouro de Meninos ou diálogo entre uma sábia aia e suas discípulas*, trad. do francês por Joaquim Inácio de Freias, Lisboa, Régua Of. Ty. 1797/99.
- \_\_\_\_\_, *Tesouro de Adultos ou diálogos entre uma sábia mestra com suas discípulas*, trad. do francês por Joaquim Inácio de Frias, Lisboa, Of. Simão Tadeu, 1785.
- BELGARDE, Jean Baptiste Marvande, *Modelo de Conservação para as pessoas polidas e curiosas*, I Tomo, trad. Do francês por Francisco Ferram de Castelo Branco, Lisboa Pedro Ferreira, 1734.
- BOTELHO, Luiz de Vasconcellos, *Breve Tratado do Jogo do Whist, que contem as leis do jogo, e algumas regras, pelas quaes se pode conseguir o jogá-lo bem. Adicionado com duas calculações: huma sobre as apostas em qualquer ponto do jogo; e outra para dar a conhecer ao parceiro huma, e mais certas cartas. Traduzido da Lingua Inglesa na Portuguesa por...*, Lisboa, Of., Of. Joseph. Da Silva Nazareth, 1768. 2ªd, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1818).
- CASA, Giovanni della, *O Galateo ou o Cortesão*, trad. do italiano por Francisco Xavier Magalhães, Lisboa Of Silvano e da Academia Real 1746.

*Cartas sobre modas*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1789.

*Conselhos e Máximas sobre a Educação da Mocidade para saber-se conduzir sabiamente no Mundo. Traduzidas de Francez em vulgar. Obra indispensável aos Pais, e Mais, como a todos aquelles, que são encarregados da educação de meninos*, Lisboa, Of. Lino Silva Godinho, 1785.

COSTA, Afonso de, *Methodo de Bom viver; L' Itinerario Christam*, Lisboa Off. De Joseph Lopes Ferreira 1716.

COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Ópios que dão aos homens, e as senhoras na cidade de Lisboa huns aos outros, tirados da experiênciã do author*, Lisboa, Of. Simão Thadeo Ferreira, 1786

*Documentos Importantíssimos de um Pai a um Filho, para bem viver e bem acabar*, Lisboa, S.I, 1758.

FRANCO, Francisco de Melo, *Tratado de Educação Física dos Meninos, para uso da nação portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.

FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, *Nova escola de aprender a ler*, Lisboa 1722.

GRANADA, Frei Luís de, *Regras da Vida Virtuosa tiradas e traduzidas por memorial da vida cristã de frei Luís de Granada*, trad. do Castelhana por autor desconhecido, Lisboa, Of. De Francisco Arneiro, 1779.

L.M.C., *Tratado de Educação Física e Moral dos meninos de ambos os sexos, trad. do francês por Luís Carlos Moniz Barreto*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.

MORGANTI, Bento, *Aforismos Morais e Instrutivos, úteis a todo o género de pessoas nos quais se acham documentos necessários para a boa instrução da vida civil e cristã.*, Lisboa, Off. Manuel Coelho Amado, 1765.

\_\_\_\_\_, *Breves Relexões Sobre a Vida Ecomónica, a qual consiste nos casamentos, na criação e educação dos filhos (...)*, Lisboa, Of. J. Costa Coimbra, 1758.

OSAN, José Maregelo de, *Palestra admirável, consersação proveitosa e notícia universal do Mundo, Distribuída por numeros e semanas. Para empregados da ociosidade, desterro de melancolia e lição para recrear e instruir a todo o estado de pessoas*, Lisboa. Off. Francisco Borges de Sousa.

PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de, *Aviso ao Povo ou Summario dos Preceitos mais importantes, convervantes à criação das crianças, às diferentes Profissões e Offícios, aos Alimentose Bebidas, ao Ar, ao Exercício, ao ..., aos Vestidos, à Intemperância, à Limpeza, ao Contágio às Paixões, às Evacuações regulares etc, que se devem observar para prevenir as enfermidades conservar a saúde prolongar a vida*, Lisboa 1787.

PRÉVOST, Abade, *Elementos de Civilidade e Decência que se pratica entre gente de bem. Para instrução da mocidade de ambos os sexos*, trad. do francês por José Vicente Ribeiro, 1777.

\_\_\_\_\_, *Elementos da Civilidade e da Decência, para instrução da mocidade de ambos os sexos, traduzidos do Francez em vulgar(...)*, Lisboa na typografia Rollandiana, 1788.

PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre (...)*, Lisboa José António da Silva, 1734.

*Regras para a Cristã Educação dos Meninos*, Lisboa, Of. Tip. Régia, 1783.

(LA) SALLE, *Regras de bom comportamento e da civilidade cristã(...)*, 1703.

SIQUEIRA, João de Nossa Senhora de Porra, *Escola de Politica ou Tratado Prático de Civilidade Portuguesa*. Com regras e o exemplo do estilo epistolar, Porto, António Álvares Ribeiro, 1791.

*Tratado dos principaes fundamentos da Dança* Obra muito útil, não somente para esta mocidade que quer aprender a dançar bem, mas inda para fazer as pessoas honestas e polidas as quaes ensina as regras para bem andar, saudar e fazer todas as cortezias que convem em as assembleias adonde o uso do mundo a todas chama. Offererecido a toda a Nobreza Portuguesa por Natal Jacome Bonem, mestre de dança, Coimbra. Officina dos irmãos Ginhoens, 1767.

*Tratado sobre a igualdade dos sexos ou elogio do merecimento das mulheres (...)* por hum amigo de razão, Lisboa na Off. Patr. De Francisco Ameno 1790.

*Traças de ganhar dinheiro e Regras de Cortesia e de guizar várias iguarias em embrião*, Catalunha, Imp. De F. Guevarz, s.d.

VASCONCELLOS, João Rosado de Villalobos e, *Elementos de Polícia Geral de hum Estado ( Traduzido do francês)*, Lisboa 1786.

- \_\_\_\_\_, *O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade*,  
Lisboa Typ. Rollandiana, 1782.
- VILLENEVVE, Jeanne Rosseau de, *A aia Vigilante ou reflexões sobre a  
educação dos meninos*, Lisboa, Of. Ant. Vicente da Silva, 1767.

# A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA EUROPA. A PROPÓSITO DA CONTEMPORANEIDADE NA HISTÓRIA

**Adelaide Costa**

(Universidade Aberta)

Explorando um conveniente mimetismo com o tema dos nossos Encontros deste ano, que remete para um acto inacabado — a construção da Europa — este trabalho enferma do mesmo estigma. Tal estádio imperfeito resulta do acumular de vectores direccionais na pesquisa que mereceram, pelo menos, uma atenção exploratória, seguida de certos aprofundamentos e algumas inflexões. De qualquer modo, o que começou por ser assunto de uma breve comunicação transformou-se em matéria de um projecto que tem vindo, paulatinamente, a agigantar-se.

Hoje apresento o que constituirá o primeiro esboço de uma empresa em embrião ainda que os mais puristas o catalogassem no género das recensões críticas.

Quis o acaso que a escolha do objecto para presidir aos Seminários do CEHI de 2001 coincidissem com a minha leitura do último livro de Pierre Vilar, *Pensar historicamente*; e tal simultaneidade serviu de tópico desencadeador desta análise.

*A finales de la década de los oihenta, cuando el proyecto de una Europa política empezaba a adquirir forma, cinco editores europeos decidi-*

*rom encargar a diversos autores, la realizacion de pequeños libros de ensayo — que tenían que ser publicados en las cinco lenguas europeas más habladas — capaces de iluminar aquel proyecto*<sup>1</sup>.

Trata-se da série *Construir a Europa* que tem vindo a publicar-se desde há oito anos sob a direcção de Jacques Le Goff. Ainda que, anteriormente, tivesse consultado alguns volumes, as palavras de Pierre Vilar despertaram-me para a sua dimensão de empreendimento editorial europeu, e forneceram um manancial de vectores de estudo, dos quais saliento:

- a conveniência de uma investigação histórica direccionada para um tema assumidamente marcado pela actualidade;
- a justificação historiográfica do género literário solicitado aos autores: ensaios;
- a legitimidade do propósito de fazer a história intervir, ainda que pelo esclarecimento, num projecto político de hoje.

Enunciar estas linhas de pesquisa desvenda parcialmente o título do trabalho: *a construção historiográfica da Europa*. Definidos os agentes do processo — os historiadores — estreita-se a perspectiva de abordagem, desvalorizando a matéria substantiva da construção da Europa e potenciando o discurso sobre a mesma. Contudo, os contornos da acção permanecem dúbios porque se omite a natureza da entidade que dela resulta. Europa tanto pode reportar-se a uma realidade histórico-geográfica que evolui no tempo longo como cumprir-se num desígnio de estadistas actuais.

O problema não é ocioso porque os dois planos de interpretação tanto se excluem quanto se conjugam: ou seja, a pesquisa sobre a formação e desenvolvimento de um todo civilizacional pode subordinar-se a um propósito imediatista, tentando legitimar ou derrogar a exequibilidade de um expediente político.

A vontade de estudar o discurso dos historiadores sobre a Europa não se encontrava escudada em qualquer sustentáculo teórico; mas, sucumbindo a apostas metodológicas em voga, fui tentada a convocar categorias de análise do discurso geradas nas ciências da linguagem e apropriadas depois pelo

---

<sup>1</sup> *Pensar Historicamente. Reflexiones y recuerdos*, Barcelona, Crítica, 1997, p. 7.

conjunto das ciências humanas e sociais<sup>2</sup>. Rapidamente conclui que o esforço de apreensão, sendo enriquecedor, não colmatava o facto de esses métodos se manterem alheios e superficialmente explorados. Desta forma, surgiu a hipótese de o estudo singular se reconverter em projecto alargado a investigadores de outras áreas disciplinares e a outro tipo de discursos produzidos sobre a Europa<sup>3</sup>.

Este trabalho é, assim, a concretização de um micro-projecto tendo em conta um *corpus* restrito.

A colecção, que conta até hoje com dezasseis volumes, começou a editar-se, em 1993, pela C. H. Beck Verlag (Munique), Laterza e Figli (Roma-Baria), Basil Blackell (Oxford), Editorial Critica (Barcelona) e Éditions du Seuil (Paris).

A série não obedece a uma estrutura rígida, forçosamente cerceadora da liberdade dos autores ainda que seja pela necessidade de limar as sobreposições. Constituem-na livros autónomos e dessa característica decorre a diversidade das aproximações nos planos temático e cronológico. Contudo, a obra é dotada de coerência intrínseca, mantendo um fio condutor não situável ao nível do conteúdo, mas no das intenções. Dentro destes eixos aparentemente inorgânicos exprimem-se os propósitos de *Lançar luz sobre a constituição da Europa*<sup>4</sup>.

Cada volume fornece coordenadas de apreensão dessa entidade histórica, a partir de problemáticas específicas: desde o imobilismo da geografia<sup>5</sup>, a

---

<sup>2</sup> Cf. *Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva sociopolítica e funcional*, organização de E. Ribeiro Pedro, Colecção Universitária, série LINGUÍSTICA, dirigida por M. R. Delgado Martins, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

<sup>3</sup> A desenvolver no C.E.H.I., com colaboradores internos e externos.

<sup>4</sup> *Construir a Europa* não se assume como uma História da Europa. Escreve Leonardo Benévolo, *A Cidade na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 13: os "(...) livros desta colecção (...) exploram temas e momentos específicos da herança cultural europeia (...)". Hagen Schulze é, também, elucidativo: "(...) ainda falta uma história europeia dos dados, das hipóteses e dos conceitos axiomáticos para estruturar as outras representações da história nacional. (...) Vista como um todo e não apenas como uma soma das partes, a Europa continua a ser um continente por descobrir (...)” (*Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 17). Peter Brown define a colecção como "(...) uma série que deveria aguçar a imaginação de todos aqueles que desejam repensar uma vez mais, na nossa época, como foi construída a Europa (...)” (*A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 13).

<sup>5</sup> M. Mollat du Jourdin, *L'Europa e il mare*, Roma-Baria, Laterza e Figli, 1993. Utilizaremos, para todos os volumes, as referências da editora italiana.

mutabilidade das estruturas políticas<sup>6</sup> ou a inquietante convivência com civilizações confinantes<sup>7</sup>; desde heranças enraizadas como a religião<sup>8</sup>, traços de especificidade assumidos<sup>9</sup>, utopias<sup>10</sup> ou auto-imagens criadas<sup>11</sup>, a notáveis realizações culturais<sup>12</sup> ou rupturas mentais<sup>13</sup>; desde as células primárias de enquadramento humano<sup>14</sup> e a nuclear organização das comunidades<sup>15</sup> aos mais telúricos objectos como a população<sup>16</sup> ou os camponeses<sup>17</sup>; passando, também, por questões influenciadas por modas científicas – caso dos estudos de género – de que é exemplo o livro dedicado às mulheres<sup>18</sup>.

O recurso à categoria tempo também não é uniforme. Alguns volumes arquitectam-se segundo uma perspectiva diacrónica, acompanhando os fenómenos na longa duração enquanto que outros respeitam lapsos temporais breves. Neste último caso, estudam-se movimentos culturais ou mentais que interferem com o sentir profundo dos europeus; épocas de aceleração e transformação, momentos de fronteira, de quebra e renovação dos vários níveis da ordem estabelecida: casos do Renascimento e das Luzes<sup>19</sup>, mas também do mais recente processo de secularização das instituições e da sociedade<sup>20</sup>.

Apenas os sete volumes editados em Portugal<sup>21</sup> serão objecto das linhas de análise atrás enunciadas, constituindo o *corpus* desta pesquisa preliminar.

<sup>6</sup> C. Tilly, *Le Rivoluzioni europee (1492-1992)*, 1993; H. Schulze, *Aquile e leoni. Stato e nazione in Europa*, 1995.

<sup>7</sup> F. Cardini, *Europa e Islam. Storia di un malinteso*, 2000.

<sup>8</sup> P. Brown, *La formazione dell'Europa cristiana. Universalismo e diversità*, 1995; R. Rémond, *La secolarizzazione. Religione e società nell'Europa contemporanea*, 1999.

<sup>9</sup> A. Gurevic, A. Ja, *La nascita dell'individuo nell'Europa medievale*, 1996.

<sup>10</sup> U. Eco, *La Ricerca della Língua Perfetta*, 1993.

<sup>11</sup> J. Fontana, *L'Europa allo specchio. Storia di un'identità distorta*, 1995.

<sup>12</sup> P. Burke, *Il Rinascimento europeo. Centri e periferie*, 1999.

<sup>13</sup> U. Im Hof, *L'Europa dell'Ílluminismo*, 1993.

<sup>14</sup> J. Goody, *La famiglia nella storia europea*, 2000.

<sup>15</sup> L. Benévolo, *La Città nella Storia d'Europa*, 1993.

<sup>16</sup> M. Livi Bacci, *La popolazione nella storia d'Europa*, 1998.

<sup>17</sup> W. Rösener, *I contadini nella storia d'Europa*, 1995.

<sup>18</sup> G. Bock, *Le donne nella storia europea*, 2001.

<sup>19</sup> Vd. notas 12 e 13.

<sup>20</sup> Vd. nota 8.

<sup>21</sup> Pela Editorial Presença, integrados na colecção *Construir a Europa*.

São eles: de Leonardo Benévolo, *A Cidade na História da Europa* (1995); de Ulrich Im Hof, *A Europa no Século das Luzes* (1995); de Michel Mollat du Jourdin, *A Europa e o Mar* (1995); de Umberto Eco, *A Procura da Língua Perfeita* (1996); de Charles Tilly, *As Revoluções Europeias 1492-1992* (1996); de Hagen Schulze, *Estado e Nação na História da Europa* (1997); de Peter Brown, *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente* (1999).

Começemos por questionar a oportunidade do lançamento de produção historiográfica sobre a Europa.

Dir-se-ia que a história é fortemente actuante na construção europeia contemporânea. Pelo menos, a crer na omnipresença do recurso ao passado nos discursos da lavra de estadistas, investigadores do social, analistas e comuns cidadãos. Por outro lado, não esqueçamos que os políticos teimam, de forma aparentemente convicta, em verbalizar o carácter histórico dos actos que praticam, esquecendo a impossibilidade de adivinhar as suas consequências<sup>22</sup>.

Sabe-se que a agenda da celebração de tratados entre os então *Doze* tentou ritmar prazos de produção dos volumes<sup>23</sup>. Mas, para além das compreensivas lógicas editoriais desconhece-se, à partida, de que forma o presente, representado pelo actual projecto político, contagia as obras.

Para explorar esta questão, o estudo desenvolve-se a dois tempos.

Faz-se um percurso que nos conduz do visível e externo — nomeadamente, a consideração da capa, contra-capa, badanas e prefácio do coordenador da série — para o conteúdo dos livros, pesquisando eventuais marcas dos desígnios europeístas actuais, expressas no discurso histórico produzido.

O primeiro nível de investigação centra-se, em exclusivo, nas palavras, omitindo técnicas de marketing, respeitantes a equilíbrios estéticos que envolvam figuras e cores.

Na abordagem de títulos científicos parece minimizável a análise dos processos de convencimento à aquisição do livro. Contudo, esta série está

---

<sup>22</sup> Cf. J. Lozano, *El discurso histórico*, Madrid, Alianza Editorial, S. A., 1987, pp. 53-54.

<sup>23</sup> Nem sempre os ritmos possíveis da produção dos livros se conjugaram com tais directrizes. Charles Tilly escreve: “(...) Quando Jacques Le Goff me convidou para escrever um livro sobre as revoluções europeias, aceitei com prazer (...) falhei completamente no prazo que me impusera, tornado mais urgente pela consolidação da Comunidade Europeia em 1992 e 1993 (...)” (*ob. cit.*, p. 15).

longe de se integrar no conjunto das obras eruditas, normalmente pesadas, cujo interesse permanece limitado ao exclusivismo dos círculos especializados numa época, e dentro dela num lapso cronológico específico, num tema determinado, ao qual se lançou uma problemática própria que permite defender uma tese.

Os volumes destinam-se à entidade indeterminada que dá pelo nome de grande público<sup>24</sup>. Claro que o nível de grandeza é relativo a uma elite com vários graus de distanciamento face à historiografia mas fortemente empenhada nas problemáticas do seu tempo. É que mais apelativo para um cidadão da Europa do que ler textos acerca da soberania das entidades políticas em que está ou virá a estar integrado?

A designação genérica da obra — *Construir a Europa* — estimula, no hipotético leitor, uma operação mental de associação com acontecimentos contemporâneos.

A capa dos vários livros exhibe títulos breves, em que o termo Europa é hegemónico aliando-se, com simplicidade, à temática específica de cada volume: o mar, a cidade, o estado e nação, as revoluções, as Luzes<sup>25</sup>. A cadência quase unânime na construção dos títulos garante, a quem vai travando conhecimento com a série, a convicção de que está a aceder a estudos parcelares sobre um só objecto<sup>26</sup>.

Os textos da contracapa estabelecem a ponte com o presente, estratégia que é, de forma categórica, assumida nos dois volumes sobre a organização política e as suas metamorfoses; de facto, estes anunciam-se como ensaios direccionados pela actualidade e como um meio de compreender a Europa

---

<sup>24</sup> Ideia expressa no prefácio de Jacques Le Goff: “(...) Graças ao seu desejo de clareza, estes ensaios são também acessíveis a um vasto público (...)” e reiterada por vários dos autores, nomeadamente Hagen Schulze que afirma: este tipo de obra “(...) exige ainda que se tenha em conta os leitores que não possuem conhecimentos especiais (...)” (*ob. cit.*, p. 17).

<sup>25</sup> Apenas o título do livro de Umberto Eco destoa nesta uniformidade. Mesmo o volume da autoria de Peter Brown, originalmente intitulado *The Rise of Western Christendon* (e em português *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*) é na tradução italiana *La Formazione dell'Europa Cristiana*.

<sup>26</sup> A escolha dos títulos não foi da exclusiva responsabilidade dos autores. Pierre Vilar, convidado a participar na colecção – mas tendo a breve trecho de declinar devido a doença – escreve “(...) Accepté este pequeño reto y propuse un título que pareció demasiado largo a los editores (...)” (*Pensar historicamente ...*, p. 7).

de hoje<sup>27</sup>. A leitura das contracapas transmite, ainda, a mensagem de que os autores tendem a pesquisar, nos aspectos particulares sob os quais observam a Europa, quer o especificamente europeu, quer a reconstituição do caminho para uma uniformidade<sup>28</sup>.

O texto da badana, igual em todos os livros, explica a colecção. Assume como objectivo do empreendimento a *procura da identidade colectiva europeia*, concedendo à história a função de prefigurar e não a de determinar a Europa actual. Aposta numa abertura da perspectiva de abordagem, integrando tanto a irredutibilidade de características nacionais, quanto as linhas de tendência comuns a toda a Europa.

---

<sup>27</sup> Lê-se na contracapa do livro de Hagen Schulze: "(...) Como na história da Bela Adormecida, que o beijo do príncipe fez despertar, a Europa parece, no presente, acordar de um longo sono de oitenta anos e voltar a aproximar-se do estado em que se encontrava antes da Primeira Guerra Mundial. O beijo, que neste caso não foi senão fim do comunismo na antiga Europa de Leste, fez-se acompanhar nesses países, como em muitos aspectos na Europa Ocidental, por uma torrente de movimentos nacionalistas retrógados. É o reaparecimento deste elemento perturbador — o nacionalismo — e as suas manifestações ao nível dos Estados que merece nesta obra uma apreciação particularmente atenta. Porque se organizaram os europeus em Estados? Como se desenvolveu e porque teve um êxito tão grande o conceito europeu de Nação? Como se uniram o Estado e a Nação para constituir a forma da Europa? (...)"; e na contracapa do volume de Charles Tilly "(...) No capítulo final Charles Tilly faz uma comparação entre as recentes revoluções nacionais na Europa Central e de Leste e os movimentos supranacionais na Comunidade Europeia. Em conclusão, avança a tese de que um certo renascimento de culturas com características próprias será provavelmente acompanhada pelo declínio do nacionalismo revolucionário (...)".

<sup>28</sup> Contracapa do volume de Leonardo Benévolo: "(...) Leonardo Benévolo examina a construção e o crescimento dos centros urbanos desde o século X até aos nossos dias. O objectivo consiste em identificar, neste fenómeno, aquilo que é especificamente europeu (...)".

Contracapa do livro de Michel Mollat: "(...) Michel Mollat reconstrói as etapas históricas e as implicações culturais e sociais da relação com o mar, que foi decisiva na construção histórica da Europa (...) A análise aqui empreendida revela semelhanças e oposições entre os países marítimos europeus, e permite discernir como os Europeus tomaram a pouco e pouco consciência do que lhes é comum, apesar das concorrências e conflitos (...) Deste quadro o autor tira conclusões para o presente firmando a sua ênfase na necessidade de atentar nesse riquíssimo legado comum, por vezes esquecido e até ameaçado (...)".

Contracapa do livro de Umberto Eco: "(...) Após séculos de coexistência com uma grande diversidade de línguas no seu espaço geográfico, o pensamento europeu volta a meditar na possibilidade de recuperação da língua original — procura de reparação da ferida simbolizada pelo episódio bíblico da *confusio linguarum*, na arquetípica torre de Babel (...)".

Contracapa do volume de Peter Brown: "(...) Peter Brown conta-nos a insuspeitada história do mosaico que viria a constituir aquilo que hoje entendemos globalmente como o Cristianismo na Europa (...)".

A análise externa culmina com a apreciação das palavras com que Jacques Le Goff prefacia a série; recorrentes em todos os volumes, elas integram-se na lógica da unidade necessariamente existente numa colecção.

A frase inicial,

*A Europa está a construir-se*

apela ao projecto político actual reforçando o registo já expresso nos anteriores elementos estudados.

A expressão seguinte causa alguma perplexidade vinda do coordenador científico de uma iniciativa desta natureza:

*É uma grande esperança*

Palavras estranhas a um discurso historiograficamente correcto porque convocam o mundo dos afectos, não dissimulando os sentimentos do autor.

A mensagem nuclear, contudo, é apenas transmitida a seguir. Com efeito, para o autor, a esperança depositada na concretização de uma identidade política nova necessita de suporte histórico, sob pena de indigência e orfandade:

*que só se concretizará se tiver em conta a História: Uma Europa sem história seria órfã e pobre.*

Mas esse suporte não é determinista nem escamoteia a diversidade, ainda que pretenda evidenciar a unidade. Ou seja, Le Goff levanta a questão fulcral que é a das identidades e da sua preservação num espaço político global.

Termina em tom quase escatológico, delegando na série a incumbência de contribuir para dar resposta às grandes questões da Europa:

*quem somos, donde vimos, para onde vamos?*

Até este momento questionaram-se os propósitos expressos pelos criadores do projecto e pelo coordenador da obra. Vejamos, agora, as

concretizações substantivas, adiantando alguns padrões de estruturação do discurso.

É sabido que todos os discursos narrativos, como o histórico, têm por referência factos posteriores aos que constituem o objecto de estudo. Esta característica decorre da incontornável omnisciência temporal do historiador<sup>29</sup>. Mas no caso em apreço, a premência dos acontecimentos contemporâneos como directores do questionamento sobre os factos de há 500 ou 1000 anos atrás é, em alguns casos, determinante.

Schulze dimensiona toda a capacidade de intervenção do presente ao escrever:

*É necessário recuar muitos anos para encontrar o momento em que a história europeia tenha sido tão incerta, o futuro do continente tão aberto<sup>30</sup>.*

A angústia desta incerteza é acentuada pelo momento em que os livros são produzidos, a passagem dos anos oitenta para os noventa. De facto, esta série parece cumprir o papel de narrar a história da adequação entre um espaço geográfico — o Ocidente do continente europeu — e uma identidade colectiva<sup>27</sup>; em parte como sustentáculo para compreender o actual projecto de unificação política. Afirmar essa identidade civilizacional é pacífico, dado existirem um conjunto de valores adquiridos e interiorizados. Só que, no momento em que se estava a concretizar esta diligência, algo de novo começou a vir de Leste ao longo dos anos oitenta, até que se impuseram as novidades demolidoras de 1989. Colocou-se, nesse momento, a até então impensável hipótese de o espaço político comum se alargar para Oriente, sem que essa abertura fosse sustentada por uma uniformidade cultural.

---

<sup>29</sup> J. Lozano, *ob. cit.*, pp. 48-50

<sup>30</sup> *Ob. cit.*, p. 303.

<sup>27</sup> Leonardo Benévolo, por exemplo, afirma que “(...) As cidades europeias nascem com a Europa e, em certo sentido, fazem nascer a Europa. São uma das razões de ser – provavelmente a principal – da Europa como entidade histórica distinta, continuam a caracterizar a civilização europeia quando ela assume um papel dominante no mundo e imprimem a sua marca às cidades contemporâneas em toda a parte do mundo (...)” (*ob. cit.*, p.13).

Nestas condições, os autores abordam, sobretudo na Introdução e no último capítulo dos seus livros, questões da contemporaneidade cuja resposta se irá procurar<sup>32</sup> ou se tentou perscrutar<sup>33</sup> na História.

Para além desta premência do presente enquanto motor de busca ao passado, alguns autores dialogam, de uma forma directa - e que se pretende actuante — com o projecto político europeu, capitalizando os seus conhecimentos e a sua capacidade de reflexão: lembram que aspectos estruturantes, como o mar<sup>34</sup>, estão a ser descurados na construção política;

---

<sup>32</sup> Palavras de Hagen Schulze na *Introdução* do seu livro: "(...) Nos últimos anos, depois do desmantelamento da União Soviética e do socialismo real, instalou-se um novo optimismo no mundo ocidental (...) Este novo optimismo não é partilhado por todo o mundo. Voltou a emergir um fenómeno irritante na Europa, que parece opor uma forte resistência à instauração de uma sociedade mundial mais ou menos unificada em torno dos fundamentos razoáveis do liberalismo e da democracia (...) o fim do comunismo foi acompanhado por uma explosão de movimentos nacionalistas retrógados que o mundo inteiro considerava há muito pertencentes ao passado. Simultaneamente o entusiasmo pela unificação política da Europa parece esmorecer (...)" (*ob. cit.*, pp. 15/16).

Palavras de Charles Tilly no 1º capítulo de *As revoluções europeias (1492-1992)* dedicado à análise das situações revolucionárias de 1989: "(...) Em 1989, alguns eruditos franceses e francófilos apresentaram o bicentenário da Revolução Francesa como um autêntico *réquiem* pelas revoluções. (...) A maior arte dos Europeus, Franceses ou não, partilhavam a ideia de que a idade das revoluções passara. Na Europa Ocidental, as pessoas pareciam demasiado prósperas e egoístas para fazerem uma revolução. Na Europa Oriental, por outro lado, os governos pareciam demasiado repressivos e os cidadãos demasiado fragmentados para a poderem fazer (...) Em 1989, no entanto, os povos da Europa Oriental viciaram vigorosamente todas as análises que davam um fim à rebelião. Fizeram as suas próprias revoluções (...)" (*ob. cit.*, pp. 21-22).

<sup>33</sup> Escreve Leonardo Benévolo na *Conclusão* do seu livro, referindo-se ao ordenamento das cidades: "(...) No segundo pós-guerra, a separação dos dois blocos divide ao meio a Europa e reduz - a leste mas em certa medida também a oeste - as margens de discussão e de experimentação. As mudanças de 1989, sejam quais forem as suas consequências, destroem este quadro e convidam a traçar um quadro unitário de problemas e de oportunidades, onde as experiências europeias de finais deste século devem ser colocadas" (*ob. cit.*, p. 220). O autor termina o seu livro com o parágrafo *Uma reflexão no limiar do futuro*.

<sup>34</sup> A *Conclusão* do livro de Michel Mollat intitula-se *E agora?*, utilizando o autor esse espaço para interpelar, directamente, os políticos actuais (*ob. cit.*, p. 258-270). Apenas citaremos algumas expressões elucidativas: "(...) A experiência histórica proporciona uma aproximação das oportunidades e dos obstáculos apresentados pelo mar àqueles que querem "fazer a Europa" (...)" (p. 258); "(...) De facto, uma soma de desconhecimentos e incompreensões dos problemas do mar corriam o risco de travar a união da Europa (...) poucos são os autores da abundante literatura contemporânea relativa à Europa que têm um pensamento ou uma ideia para com o mar (...)" (p. 265). Após uma análise dos problemas navais da Europa contemporânea sob o ponto de vista comercial e militar e, também das pescas, Mollat escreve: "(...) Os criadores da união da Europa não

relativizam realidades com estatuto de absolutas para o senso comum, como os Estados<sup>35</sup>; historicizam outras formas de enquadramento dos europeus aos níveis étnico-linguístico<sup>36</sup> e territorial<sup>37</sup>, abrindo caminho à possibilidade de

---

parecem ter tido muito em conta as suas possibilidades marítimas (...)” (p. 268); traça um plano de acção política, salientando que “(...) Para conservar as suas oportunidades e delas beneficiar, a Europa deve, contudo, harmonizar as condições de concorrência no comércio de mercadorias e na pesca, encorajar a modernização dos seus navios, normalizar as condições sociais das suas tripulações e a formação técnica dos seus quadros, e estimular entre eles o conhecimento de línguas estrangeiras. Quanto a este ponto, a difusão do inglês é já uma comodidade internacional inegável. Para estas condições, bem como para muitas outras, a construção de uma Europa dos transportes marítimos parece fatal; Mas será lenta. Para a acelerar, pensamos na adopção de uma bandeira europeia (...)” (p. 269); termina afirmando que “(...) A Europa não perdeu, sem dúvida, a proeminência mundial, mas esperamos que as autoridades que preparam a sua união tenham em conta as suas raízes históricas, segurança para o seu futuro na água, bem como para o continente (...)” (p. 270).

<sup>35</sup> Escreve Charles Tilly: “(...) Apesar da recente insistência num nacionalismo de expressão estatal, no entanto, várias transformações apontam para um *declínio* do nacionalismo a longo prazo (...) No futuro, o pluralismo cultural poderá vir a tornar-se compatível com a devolução do poder económico e político a grandes unidades, distintas dos Estados consolidados que conhecemos nos últimos duzentos anos. (*ob. cit.*, pp. 294-295)

<sup>36</sup> Escreve Umberto Eco referindo-se à história das utopias da língua perfeita: “(...) a nossa história representa um capítulo da história cultural da Europa, e os seus capítulos ganham uma importância particular hoje que os povos da Europa – enquanto discutem as modalidades de uma união política e comercial possível – não só falam ainda línguas diferentes, como falam mais línguas diferentes do que o faziam há dez anos: e em certos lugares, invocando diferenças étnico-linguísticas, se enfrentam de armas na mão. Mas veremos que o sonho de uma língua perfeita ou universal sempre se afirmou precisamente como resposta ao drama das divisões religiosas e políticas, ou ainda à simples dificuldade das relações económicas (...)” (*ob. cit.*, p. 33). O autor termina o seu livro com um capítulo intitulado *As línguas internacionais auxiliares* (*ob. cit.*, pp. 295-326) com um sub-capítulo que denomina *Possibilidades «políticas» de uma LIA*, onde questiona “(...) seria possível a uma entidade supranacional (como a ONU ou o Parlamento Europeu) impor uma LIA como língua franca? (...) se houvesse uma decisão política acompanhada por uma campanha planificada dos meios de comunicação, a LIA escolhida poderia, sem dúvida, difundir-se sem dificuldade (...) Se tal decisão política não existiu até ao momento, e se se afigura de assunção extremamente difícil, isso não quer dizer que não possa vir a ser tomada no futuro (...)”; “(...) a fragmentação linguística já não é sentida como um incidente que seria preciso remediar, mas como um instrumento de identidade étnica e um direito político, qualquer coisa a restaurar ainda que ao preço de uma guerra civil (...) Se a tendência para a unificação europeia avança ao mesmo tempo que a tendência para a multiplicação das línguas, a única solução possível é a adopção plena de uma língua veicular europeia (...)” (pp. 309/310).

<sup>37</sup> Escreve Leonardo Benévolo: “(...) As realidades criadas na Idade Média continuam a caracterizar de um modo preponderante as cidades que cresceram muitas vezes nas épocas seguintes. É a essa herança que ficamos a dever a própria noção de cidade como sujeito individual e de certa forma animado, não redutível às formalidades recentes das instituições nacionais e

aceitar organizações políticas superiores aos Estados nacionais. De facto, os pluralismos culturais e as formas de identidade polarizadas não são concorrentes com macro-estruturas políticas. A verbalização mais explícita da intervenção a assumir pelos historiadores é feita por Charles Tilly, quando introduz a categoria de utilidade, aplicada à descrição das revoluções<sup>38</sup>.

O questionamento acerca desta aposta de os historiadores agirem no presente — no desempenho do seu ofício e não como analistas ou cidadãos — tem de conjugar-se com o tipo de discurso que é encomendada pelos coordenadores: ensaios.

Voltemos a Pierre Vilar, uma vez mais, sugestivo:

*Un ensayo no tiene otra ambición que la de multiplicar los ángulos de las tomas de posición. Este es, a la vez, el defecto y el mérito de los cortometrajes*<sup>38</sup>.

É condição para uma obra ter a categoria de ensaio não ser ficcional e caracterizar-se pelo espírito crítico e pela consciência da mutabilidade das interpretações. Estas qualidades adequam-se a produções historiográficas. Definamos, com Jorge Losano, a história como um tipo de discurso com a especificidade de ter a verdade como horizonte e, por isso mesmo, se distinguir do texto de ficção<sup>39</sup>. A peculiaridade de um ensaio histórico reside

---

supranacionais; sentimos que lhe pertencemos, por ela aceitamos ser qualificados (...) a pequenez dessa pátria imediata não nos separa do mundo, antes nos ajuda misteriosamente a penetrar nos grandes horizontes do nosso tempo – A Europa, a comunidade mundial -, transpondo as fronteiras mais recentes dos Estados nacionais (...)” (pp. 90-91).

<sup>38</sup> Escreve Charles Tilly: “(...) o livro preocupa-se menos com as características comuns às grandes revoluções e mais com o seu papel nas transformações europeias de longo prazo. Ao fazê-lo, liga o passado, o presente e o futuro (...) Seja o que for que envolvam, as revoluções incluem sempre transferências forçadas de poder entre os Estados; e que, portanto, / Qualquer descrição útil das revoluções deve ter em conta, entre outras coisas, o modo como os Estados e o uso da força variam no tempo, no espaço e no cenário social. (...) as relações entre os Estados afectam igualmente o local, a probabilidade, o carácter e o resultado da revolução (...) Para saber quais os Estados onde pode ocorrer uma revolução, temos de examinar não só a sua política doméstica, mas também a sua posição no conjunto prevalente de relações entre Estados (...)” (pp. 25 - 27). É sintomático que o seu último capítulo se intitule *Revoluções de ontem, hoje e amanhã* (pp. 280-295).

<sup>38</sup> *Ob. cit.*, p. 21.

<sup>39</sup> *Ob. cit.*, p. 183

no facto de a reflexão ser estruturada por coordenadas que se buscam nos documentos, não se resumindo a uma elaboração mental sem esteios externos.

Designando *a priori* os volumes que integram esta colecção como ensaios legitimam-se interpretações da actualidade à luz dos conhecimentos do passado. É certo que nem todos os autores entenderam o repto dos editores de um modo tão pessoal. Nem todas as obras se encontram tão declaradamente escritas na primeira pessoa<sup>40</sup>. Mas, mesmo assim, devemos interrogar-nos sobre o limiar que separa a função do historiador e a de um analista que recorre a conhecimentos e a uma utensilagem mental que lhe permitem ultrapassar o imediatismo na consideração do presente.

A bem da divulgação da série para o grande público economizam-se as marcas tipográficas de historicidade, sustentando-se a natureza de textos históricos na autoridade de quem escreve. A categoria do historiador substitui-se, assim, às estratégias persuasivas da historiografia; contudo, alguns sentem-se compelidos a justificar a ausência de carga erudita<sup>41</sup>, o que é compreensível porque a apreciação última das obras pertence aos seus pares, à comunidade científica<sup>42</sup>. Salvaguardando que são lógicas editoriais e de mercado que afastam a demonstração dos sustentáculos do seu discurso, os autores abalançam-se não só a disponibilizar bases para melhor compreender o presente mas a analisarem-no eles próprios.

Nesta colecção ensaia-se a história partindo de fenómenos políticos a decorrer na actualidade. Tenta-se orientar não só a memória que o futuro terá do presente mas moldar as próprias categorias de apreensão e construção do presente.

---

<sup>40</sup> Caso dos livros de Ulrich Im Hof e de Peter Brown.

<sup>41</sup> “(...) Espero que o leitor me fique grato pelo sacrifício que celebrei para seu alívio e que os especialistas me perdoem o jeito panorâmico e elíptico da minha história (...)” (U. Eco, *ob. cit.*, p. 21); “(...) Fornecer para cada uma destas citações a referência à edição em que pode ser encontrada teria alterado a natureza deste livro: qualquer tentativa de síntese ter-se-ia transformado numa desajeitada imitação de um texto de consulta para profissionais (...)”, escreve Peter Brown justificando a ausência de referências de citações que faz (*ob. cit.*, p. 13)

<sup>42</sup> Jorge Lozano, *ob. cit.*, p. 184.

# OS HISTORIADORES E A EUROPA

**Maria Isabel João**

(Universidade Aberta)

Os historiadores e a Europa, eis um enunciado que parece apontar para uma dicotomia clássica da teoria do conhecimento: o sujeito e o seu objecto de estudo. Contudo, tal divisão não é mais do que aparente, porque o objecto em análise não é independente do sujeito. Ele é, na verdade, uma construção dos sujeitos que pensam sobre os problemas da geografia, da história, da civilização e da cultura ditas europeias e as respostas sobre o que é a Europa estão longe de ser lineares e pacíficas. Nesta comunicação vamos procurar equacionar, em breve síntese, o problema da relação entre a historiografia e a construção da ideia de Europa.

## **Os limites geográficos**

Se considerarmos a geografia, temos de constatar que a Europa não é um dado natural<sup>1</sup>. Apresenta-se como uma península da Ásia ou a parte mais ocidental do continente euroasiático. Os seus limites não são nítidos: os mares delimitam-na por três lados — o Atlântico, o Mediterrâneo e o Ártico —, mas a Leste a sua fronteira é incerta. Os montes Urais não

---

<sup>1</sup> Gérard Soulier, *A Europa. História, Civilização, Instituições*, Lisboa, Instituto Piaget, s.d., p. 14

representam uma barreira nem uma efectiva ruptura com a Ásia. Mais a Sul, o rio Ural e o rio Embo, o mar Cáspio e o rio Kuma, para os que colocam a fronteira a Norte das montanhas do Cáucaso, ou o Araks, para os que a posicionam mais a Sul, não são verdadeiros limites geofísicos. O estreito do Bósforo, por sua vez, separa um Istambul europeu de outro asiático. Mas o limite marítimo também deixa em aberto o problema das múltiplas ilhas e arquipélagos, cuja ligação ao continente é definida por critérios de ordem histórica e políticos sempre discutíveis. De qualquer modo, parece não haver dúvida de que pelo povoamento e pela forma como acompanharam o processo histórico europeu, ou dele foram mesmo motor e parte determinante, o arquipélago dos Açores a Irlanda e a Grã-Bretanha, a Oeste, a Islândia, a Norte, e as ilhas Canárias, a Sul, são prolongamentos da Europa no oceano.

Nos extremos deste vasto espaço marítimo, que engloba as ilhas mediterrânicas, situam-se a Gronelândia e Chipre. A primeira foi durante muito tempo considerada como parte da Europa pelo facto de ser uma colónia dinamarquesa, mas na realidade a geografia e a maioria da população autóctone, formada pelos Inuits, colocam esta imensa ilha no continente americano. Em 1979, os Gronelandeses obtiveram um estatuto de autonomia, sem abandonarem por isso a ligação à Dinamarca. Esta mudança implicou a revisão da sua posição no seio da Comunidade Europeia, à qual a Gronelândia pertencia por via da entrada da Dinamarca, em 1973. Um referendo foi decisivo para a saída do país da CEE, em 1985, especialmente motivada pela preservação dos direitos de pesca.

Muito diferente é o caso de Chipre. Se do ponto de vista geográfico se insere na Ásia Menor e não na Europa, a sua história esteve sempre associada ao continente europeu, desde que foi helenizada na Antiguidade, e cerca de três quartos da população é grega e uma minoria turca. A conquista desta ilha, tão importante ao nível estratégico para o controlo do Mediterrâneo oriental, pelo Império Otomano determinou a formação de uma Santa Liga (Espanha, Veneza, Santa Sé) que venceu os otomanos na famosa batalha de Lepanto, no golfo de Corinto, em 1571. Apesar da derrota, que marcou uma paragem na expansão otomana, conservaram o domínio sobre a ilha até ao século XIX, quando o enfraquecimento do Império os levou a cedê-la à Inglaterra (1878). Os cipriotas gregos não deixaram de exigir a sua união à Grécia, mas tal solução não era desejada pelos britânicos, que mantinham ali importantes bases militares, nem pela minoria turca. Em 1961, Chipre

tornou-se independente e, posteriormente, a intervenção grega e turca no conflito interno levou à cisão da ilha, constituindo-se a República Turca do Norte de Chipre que não foi reconhecida pela ONU nem por qualquer outro organismo internacional. O presidente da parte grega não renunciou à ideia da reunificação e Chipre é membro do Conselho da Europa, tendo ainda entregue a sua candidatura à CEE em 1990<sup>2</sup>.

Malta, situada no coração do Mediterrâneo e profundamente ligada à história europeia, é o outro Estado insular independente que também aspira à integração na União Europeia.

Mais difícil de definir se revela a fronteira oriental da Europa. Os montes Urais dividem o maior país do mundo, a Rússia, em duas partes, uma europeia e outra asiática. Tanto no interior como fora, diversos intelectuais e escritores têm-se interrogado sobre a identidade da Rússia e a sua pertença a um ou a outro dos continentes. Na verdade, a Rússia define-se como um vasto conjunto euroasiático, cujos limites vão do mar Báltico ao mar Negro, a Sul, e ao oceano Pacífico, a Leste.

Tal realidade tem uma expressão significativa nas controvérsias que opõem ocidentalistas e eslavófilos no seio da *intelligentzia* russa. O acordo somente se estabelece em torno da ideia messiânica de uma Rússia capaz de regenerar a Europa, mas esta visão perdeu o fulgor depois dos acontecimentos da última década e da derrocada geral do país. Em *Les sources et le sens du communisme russe*, Nicolas Berdaiev constata a disposição especial dos russos para adoptar as ideias ocidentais e para as transformar, em seguida, de acordo com o seu modo particular de pensar, o qual consiste, quase sempre, em introduzir o dogmatismo<sup>3</sup>. Assim, o que no Ocidente era teoria científica sujeita à crítica ou, em qualquer caso, verdade relativa e parcial, sem pretensão à universalidade, transforma-se para a *intelligentzia* russa numa afirmação que confina com a revelação religiosa. Esta interpretação do fenómeno comunista não é pacífica e tem suscitado novas polémicas, que se estenderam aos países vizinhos. Para uns, como Soljenitsyne, o comunismo foi uma importação ocidental, uma espécie de vírus introduzido por Lenine que abafou a espiritualidade russa; para outros, como o filósofo polaco Milosz, o comunismo é visto como “uma Nova Fé vinda do Leste”, que assolou os países

---

<sup>2</sup> *Idem, ibid.*, p. 100.

<sup>3</sup> Cit. Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 106.

da Europa Central e Oriental<sup>4</sup>. A avaliação do passado recente também reflecte, por conseguinte, a dualidade na forma de conceber a Rússia.

Para Emmanuel Berl, numa história da Europa publicada em 1946 e reeditada em 1969, a resposta ao problema depende das épocas: a Rússia de Kiev era europeia, a dos cãs mongóis não, e a de Pedro o Grande voltou a sê-lo<sup>5</sup>. Por sua vez, o historiador Fernand Braudel classifica-a como “a outra Europa”<sup>6</sup>. É evidente que tais discursos captam aspectos da realidade profundamente ambivalente e complexa da Rússia que tem em comum com o resto da Europa o cristianismo e a participação nas guerras e na diplomacia europeias, bem como nos grandes movimentos culturais que marcaram a idade moderna e a contemporânea. A existência da Rússia e o complexo xadrez cultural e étnico da fronteira central e oriental da Europa recordam a todo o momento que esta não se confina aos países ocidentais e que é um conjunto que se definiu historicamente através do confronto com o Oriente, mas também importando dele algumas das suas invenções mais frutuosas.

Outro país dividido pela arbitrariedade dos limites geográficos é a Turquia, que possui uma pequena parte do seu território no continente europeu. Mas a presença turca na história europeia é muito mais importante e a sua penetração estendeu-se durante vários séculos a toda a região dos Balcãs, indo mesmo além da zona que esteve submetida à influência da civilização bizantina. No seu apogeu, o Império Otomano englobava um imenso território que se espalhava por três continentes e ia, a Norte, da Hungria, da Bósnia, da Moldávia e da Bessarábia até ao mar de Azov e, a Sul, da fronteira marroquina ao golfo Pérsico. O enfraquecimento deste colosso desencadeou a chamada “questão do Oriente”, a partir do século XVIII. A expressão traduz os problemas colocados à diplomacia europeia pelas divisões étnicas e políticas naquela região, na qual os países ocidentais têm tomado partido e intervêm sem qualquer escrúpulo. A questão adquire uma importância crescente no século XIX e acaba por ser a faúlha que desencadeia o primeiro conflito mundial.

A desintegração do Império Otomano depois da guerra abriu caminho ao nascimento da Turquia moderna. Esta acaba por adoptar, sob a liderança

---

<sup>4</sup> Gérard Soulier, *ibid.*

<sup>5</sup> Cit. Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *Una Historia Europea de Europa. Mitos y Fundamentos (De los orígenes al siglo XV)*, Barcelona, Idea Books, S.A., 2000, p. 13

<sup>6</sup> Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 475.

de Mustafa Kemal, uma política ocidental e de modernização que a aproxima do resto da Europa no momento em que, do ponto de vista físico, é quase insignificante a sua presença no continente<sup>7</sup>. Ao nível político-militar e estratégico, a Turquia tem sido um aliado do Ocidente e há todo o interesse que assim continue a ser<sup>8</sup>. A Turquia é, deste modo, mais um país de charneira entre o Ocidente e o Oriente, se bem que pela religião muçulmana, pela própria história e cultura seja mais identificada com o Outro do que com os europeus. As reticências que suscitou o seu pedido de adesão à CEE, em 1987, exprimem a dificuldade de concebê-la como parte da Europa, para além de todas as considerações económicas e políticas de circunstância.

Os limites da Europa estão longe de ser claros e subsiste uma vasta área de charneira com a Ásia e até mesmo com a África, cujos avanços e recuos se desenham ao sabor das ofensivas dos povos, como refere René Sédillot: “Cuando los árabes están en Valencia, África penetra en Europa; cuando los turcos están a las puertas de Viena, es Asia la que se deborda... Y cuando los rusos están en Leipzig? Así pues, Occidente se achica o se despliega a la manera de una flor que se encoge o se abre. Pero al igual que sus límites, también su centro de gravedad se mueve: mediterráneo con Roma, es renano en siglo XX, como lo fuera con Carlomagno”<sup>9</sup>. De facto, a região do Reno situa-se no coração da Europa e se olharmos para um mapa verificamos a surpreendente proximidade entre a vasta área do Império Carolíngio e a da Europa dos Seis (Alemanha, França, Itália e países do Benelux), que foi responsável pelo arranque do projecto de unidade europeia.

### Área de uma civilização

Ninguém se arrisca a definir, de forma rígida e arbitrária, as fronteiras da Europa. Desde o século XIX, todas as propostas no sentido de uma união dos povos europeus são vagas ou omissas nesse ponto crucial. Vista do interior do continente, a Europa aparece-nos presa nas malhas estreitas

---

<sup>7</sup> J.-B. Duroselle, *L'idée d'Europe dans l'histoire*, Paris, Denoël, 1965, p. 83.

<sup>8</sup> A Turquia faz parte da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, do Conselho da Europa e da NATO.

<sup>9</sup> Cit. Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *ob. cit.*, pp. 14-15.

das divisões étnicas e culturais, da fragmentação política e dos conflitos que têm marcado toda a sua história. A diversidade de um território mil vezes retalhado e de um grande *melting pot* de povos e culturas, que se foi cimentando em unidades políticas mais ou menos vastas e duradouras, parece transformar a Europa num mito. Mas olhada de fora e à distância torna-se evidente que é a área de uma civilização.

Uma civilização é, segundo F. Braudel, um espaço, uma “área cultural”, como dizem os antropólogos, que se define por uma quantidade de “bens”, de traços culturais<sup>10</sup>. Não é uma realidade totalmente estática, mas dotada de dinâmica. A sua área não tem limites estanques e assume múltiplas configurações ao longo do tempo. Contudo, como também frisa Braudel na sua *Gramática das Civilizações*, “uma civilização não é uma dada economia nem uma dada sociedade, mas sim o que, através das séries de economias, das séries de sociedades, persiste em viver, só a custo e pouco a pouco se deixando inflectir”<sup>11</sup>.

É pelo facto de ser o quadro civilizacional aquele que melhor pode definir a Europa que Charles-Olivier Carbonell, numa obra recente com um título pleonástico — *Une Histoire européenne de l'Europe* —, recorre à História, e não à Geografia, como critério delimitador. Afirmar expressamente que “es europeo no lo que está en la Europa-continente, sino lo que es de la Europa-civilización”<sup>12</sup>. Nesta ordem de ideias, o espaço europeu é o que acolhe, sem descontinuidade inquietante, todos os fenómenos próprios de uma comunidade de civilização.

As implicações metodológicas desta opção reflectem-se nos diversos níveis da análise histórica<sup>13</sup>. Esta exige dois tipos de estudos comparativos sistemáticos: o primeiro consiste em assinalar as *analogias* e em localizá-las no espaço, de tal maneira que seja possível delimitar a área da Europa-civilização; o outro passa por perceber as *diferenças* entre os europeus e os outros, isto é, entre os primeiros e aqueles que, mesmo podendo estar próximos em termos geográficos, fazem parte de áreas culturais distintas.

---

<sup>10</sup> Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972, p. 209.

<sup>11</sup> Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 49.

<sup>12</sup> Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *ob. cit.*, p. 24.

<sup>13</sup> Continuamos a seguir a obra dirigida por Charles-Olivier Carbonell já citada, primeira parte.

A cartografia torna-se, por conseguinte, um instrumento precioso para o historiador, que tem de fazer um permanente esforço para perceber a área de difusão dos fenómenos e para a demarcar. Os quadros espaciais com os quais precisa de trabalhar são bastante amplos e o mesmo se aplica aos períodos. Na maior parte das situações, a divisão por séculos e os sincronismos estabelecidos num tempo breve não permitem surpreender toda a amplitude de certos fenómenos nem compreender a sua dimensão em termos civilizacionais. Como salienta Carbonell, a prioridade dos historiadores tem de ser não a aparição mas a difusão dos fenómenos e, por isso, o espaço acaba por se sobrepor ao enfoque temporal. É a extensão da área que recebeu e integrou certos bens e traços culturais, e não o tempo mais ou menos longo em que o fez, que permite delimitar a pertença a uma dada civilização.

Faz parte do domínio das evidências geralmente aceites que a Europa é unidade e diversidade. Desde logo do ponto de vista da sua realidade geográfica verifica-se uma oposição entre Este e Oeste, entre Norte e Sul, entre o Mediterrâneo quente e os mares frios do norte: a Mancha, o Mar do Norte, o Báltico. Estas diferenças incidem sobre os homens e condicionam os seus comportamentos, os seus hábitos, os seus modos de vida, forjando importantes contrastes que se devem também, de forma marcante, à história. Como refere Braudel, “o Oeste olha para Roma, o Leste para Constantinopla”<sup>14</sup>. A primeira divisão é a do século IX, na sequência da evangelização de Santo Método e Santo Cirilo, e aparta o mundo ortodoxo. Mais tarde, dar-se-á a separação entre o Norte protestante e o Sul católico e romano. Com o protestantismo, a Cristandade divide-se, curiosamente, mais ou menos segundo a linha do antigo *limes* romano<sup>15</sup>.

O espaço europeu define-se entre os séculos V e XIII<sup>16</sup>, depois da divisão do Império Romano e na sequência das invasões bárbaras, como têm sido tradicionalmente designadas. Mas há quem considere que na encruzilhada do primeiro milénio a futura Europa das nações já estava distribuída nas suas linhas essenciais<sup>17</sup>. Cada povo tinha encontrado o seu espaço de referência onde se iria enraizar e nem as invasões tártaro-mongóis, no século XIII, nem

---

<sup>14</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 290.

<sup>15</sup> *Ibem, ibid.*

as guerras fratricidas, e nem sequer as conquistas árabe e otomana mudaram no fundamental a simbiose entre o espaço e a história dos povos europeus. Contudo, o espaço europeu estava longe de ter encontrado a estabilidade e, nos séculos posteriores, sucessivas migrações de povos e movimentos de conquista, ou de “reconquista”, continuaram a desenhar uma territorialidade extremamente complexa.

A sedentarização dos povos bárbaros, a difusão do cristianismo e do feudalismo foram os três pilares medievais da construção do espaço europeu. O povoamento, o arroteamento de terras e a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento da economia e a expansão demográfica, a breve trecho, o renascimento urbano e o crescimento das cidades modelaram as paisagens. As periferias foram progressivamente integradas, com a reconquista da Península Ibérica, o povoamento da Escandinávia, o aproveitamento sistemático das planícies germano-polaca e russa e, por fim, a lenta e tardia reconquista da Península Balcânica<sup>18</sup>. O desenvolvimento técnico e económico das idades moderna e contemporânea permitiram criar a rede de comunicações mais densa do mundo, que facilitam os contactos e as trocas, a rapidez na extensão dos progressos e inovações, bem como a interpenetração das culturas.

Assim sendo, F. Braudel pode falar das “unidades da Europa”<sup>19</sup>. Em primeiro lugar, a da arte e do espírito, que se torna evidente na difusão dos movimentos artísticos e culturais por um vasto espaço que, na sequência da expansão ultramarina, transcende o próprio continente europeu. Em segundo lugar, a unidade tecida pelas malhas de uma economia que, desde cedo, teve os seus centros de gravidade — Veneza, nos últimos séculos da Idade Média, Lisboa durante um breve período, depois Sevilha e Antuérpia, em seguida Amesterdão e, mais próximo de nós, Londres — e se foi forjando através de uma intensa circulação dos homens e das mercadorias. Uma realidade que não exclui diferenças de ritmo de desenvolvimento, desigualdades e profundas assimetrias. Em terceiro lugar, temos aquilo que Braudel designa como as “unidades aleatórias” e que são o resultado da acção política.

A ideia de Império atravessa a história da Europa e foi a base para sucessivas tentativas, mais ou menos bem conseguidas, de edificar hegemonias políticas

---

<sup>6</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 291.

<sup>17</sup> Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>18</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 77.

<sup>19</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 367 e segs.

sobre o continente e mesmo sobre o mundo. As suas raízes encontram-se na antiguidade romana e a nostalgia do Império manteve-se durante a Idade Média. Segundo Georges Duby, “a cristandade latina sonha com uma idade de ouro do Império, ou seja com a paz, a ordem, a abundância”<sup>20</sup>. O projecto encarnado, no Ocidente, pelos pontífices da Igreja e por alguns príncipes, dando lugar a acesos despiques entre ambos os poderes. No Império Bizantino, ao invés, dominou um regime que tem sido designado como César-papismo e as relações entre o poder espiritual e temporal mantiveram-se pacíficas.

Pode-se remontar a Carlos Magno, que um poeta da sua corte saudava como *pater Europae*<sup>21</sup>. L. Halphen considera que a Europa nasceu, verdadeiramente, quando este instalou a capital em Aix-La-Chapelle, afastando-se do universo mediterrâneo da *Romania*<sup>22</sup>. Mas o seu Império não lhe sobreviveu e, depois dele, todas as tentativas de hegemonia sobre a Europa têm fracassado. O enraizamento territorial dos povos europeus e a progressiva edificação de monarquias nacionais, que desembocaram já na época contemporânea nos Estados-nações, foram a base da resistência aos projectos hegemónicos e o fundamento das expansões ultramarinas de alguns países europeus. Impossibilitados de se expandir dentro do continente, lançaram-se na aventura marítima e imperialista de dominar outros povos e regiões do mundo. No caso pioneiro dos portugueses, não foi despreciando o facto de se terem armado da ideologia da Cruzada e da vontade messiânica de fundar um Império cristão universal<sup>23</sup>.

Entre os movimentos que contribuem para estabelecer a unidade da Europa temos de incluir as ideias políticas. Paradoxalmente, o próprio movimento das nacionalidades que, no século XIX, varreu a Europa e depois se estendeu aos territórios ultramarinos é a expressão de uma identidade que vai afirmando através de poderosas vagas ideológicas e políticas comuns. O laicismo, o liberalismo, a democracia, o socialismo foram as outras ondas que se espraiaram pela Europa oitocentista e dela transbordaram para o mundo. O seu ponto de partida foi os países do noroeste da Europa que

---

<sup>20</sup> G. Duby, *L'Europe au Moyen Age*, citado por Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 34.

<sup>21</sup> Fernand Braudel, *ob. cit.*, p. 297.

<sup>22</sup> L. Halphen, *Charles Magne et l'Empire carolingien*, citado por Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 35.

<sup>23</sup> Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da cruzada ao Quinto Império” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 81-165.

assumiram o comando em termos económicos, políticos e também ideológicos.

No plano interno, as divisões políticas europeias parecem então mais profundas do que nunca e traduzem-se na emergência do nacionalismo. No plano mundial, alguns países europeus revelam um apetite imperialista sem paralelo, porque é servido por meios técnicos, financeiros e militares sem precedentes históricos. Essa dupla tensão, a nacionalista e a imperialista, encaminhou a Europa para a auto-destruição. A Grande Guerra, de 1914-18, tornou-se pequena face ao potencial destruidor da Segunda Guerra Mundial, de 1939-45. Foi na sequência do choque traumático provocado por estas “guerras civis europeias”<sup>24</sup>, como já foram designadas, que os projectos sempre adiados de uma unidade europeia encontraram terreno para serem postos em marcha. O sonho de visionários e de poetas, como Victor Hugo, iniciou o lento e trabalhoso processo para passar das palavras aos actos. Dele também não está arredado o desejo de afirmação de um conclave de países que viram, de forma dramática, o seu poder e importância diminuir no mundo. O declínio proporcionou, afinal, as condições para a busca da unidade interna da Europa ao nível económico e político.

## A construção europeia

Não é possível traçar, nesta breve abordagem, a história da construção europeia desde 1945 até aos nossos dias. Apesar disso, importa salientar que o arranque do processo foi político e um acto de vontade em que foi decisivo o papel desempenhado por três líderes europeus: Conrad Adenauer, Alcide de Gasperi e Robert Schuman. Todos eles eram homens idosos, nascidos nas últimas décadas do século XIX, e democratas-cristãos que sabiam que a cristandade manteve durante muito tempo a ideia da unidade<sup>25</sup>. Eram também indivíduos nascidos em regiões de fronteira, respectivamente Colónia, Trento e Luxemburgo. Robert Schuman fixou-se, entretanto, no Mosela e tornou-se francês quando a Alemanha foi obrigada, em 1918, a devolver à França a Alsácia e a Lorena, que tinha tomado em 1871. A sua história pessoal não é, decerto, irrelevante para explicar o papel que estes homens tiveram no eclodir da unificação europeia.

---

<sup>24</sup> Charles-Olivier Carbonell *et alii*, *Une histoire européenne de l'Europe. D'une renaissance à l'autre? (XV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)*, Toulouse, Éditions Privat, 1999, p. 238 e p. 283

Contudo, nenhum deles foi o progenitor da ideia. Ela foi concebida por Jean Monet, a quem De Gaulle chamava o “inspirador”<sup>26</sup>. A Europa já possuía organizações inergovernamentais: o Conselho da Europa, criado em 1949, e a União Ocidental (depois U.E.O.), com propósitos ligados à defesa e cooperação militar, fundada em 1948, mas que não passará segundo alguns da “Bela Adormecida das organizações europeias” até hoje<sup>27</sup>. Mas faltava-lhe uma perspectiva comunitária e um plano capaz de lançar as bases desse projecto, que teria de passar pelo eixo franco-alemão e pela cooperação no âmbito da economia. É neste quadro que Jean Monet imaginou a criação de uma Alta Autoridade para gerir os delicados problemas do carvão e do aço, que colocava a França e a Alemanha num plano de igualdade.

No início dos anos 50, em países ainda marcados pelas memórias dolorosas da guerra e feridos por fortes ressentimentos, não era fácil fazer passar certas mensagens. Primeiro, a reconstrução da Europa não podia ser feita sem a Alemanha e era preciso vencer os velhos egoísmos nacionais para cooperar no projecto comum. Segundo, as indústrias alemãs não deveriam ser controladas pelos aliados, isto é, pelos vencedores de uma forma que acabaria por perpetuar as rivalidades e os ódios da guerra; teriam de ser controladas por uma comissão técnica europeia, na qual participaria a Alemanha do mesmo modo que as outras nações associadas. O carvão alemão também não seria repartido de maneira autoritária pelas potências ocupantes, mas igualmente por uma comissão federal europeia, tal como o carvão belga, inglês, francês, isto é, o conjunto do carvão europeu. Por fim, Jean Monet pensava que, por meio desta organização comum no plano económico e técnico, as nações europeias tomariam consciência da sua profunda solidariedade e do hábito da colaboração nasceria lentamente, progressivamente o “espírito da federação”<sup>28</sup>.

Robert Schuman assumiu a responsabilidade política pelo plano de Jean Monet e este ficou para a história com o seu nome. O plano Schuman foi, imediatamente, aceite pela Alemanha, pela Itália e pelos três países do Benelux. Em 1951, nascia a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A primeira organização europeia a dispor de poderes supranacionais.

---

<sup>25</sup> Maurice Duverger, *A Europa dos cidadãos*, Lisboa, Edições Asa, 1994, p. 57

<sup>26</sup> *Idem, ibid.*, p. 58.

<sup>27</sup> Pascal Fontaine, *A construção europeia de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1998, p. 12

Nas suas *Memórias*, Jean Monet considera que o carácter técnico e restrito do projecto limitou a desconfiança do público em relação a este tipo de organização, então bastante comum<sup>29</sup>. A ideia começou a germinar e, em 1957, os tratados de Roma criavam mais duas organizações comunitárias: a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa). Os órgãos de poder criados no âmbito destes tratados para gerir as questões comunitárias foram os seguintes:

- o Parlamento Europeu, que só em 1979 passou a ser eleito por sufrágio directo e universal pelos cidadãos dos Estados membros;
- o Conselho de Ministros, composto por ministros de todos os Estados membros;
- a Comissão, formada por comissários que são nomeados por comum acordo dos Estados membros, que se pretende que seja um órgão independente e supranacional;
- o Tribunal de Justiça, que deve assegurar o respeito do direito na interpretação e aplicação do tratado fundador da CEE.

Posteriormente, foram criados novos órgãos. Pode-se destacar o Conselho Europeu que nasceu da prática, inaugurada em 1974, de reunir regularmente os Chefes de Estado e de Governo e o presidente da Comissão. Esta prática foi institucionalizada pelo Acto Único, em 1987.

O processo de organização da Comunidade Europeia tem meio século. A procura de consensos e o pragmatismo parecem dominar a tomada de decisões, que têm sido cautelosas, sinuosas e suficientemente complexas para escaparem à compreensão da maioria dos cidadãos. As acusações de falta de democraticidade e de transparência são frequentes. O receio fundamentado de uma “eurocracia” toda poderosa também existe. Para uns, o projecto da unificação europeia, qualquer que venha a ser a fórmula política escolhida, é imparável e uma necessidade para a própria afirmação da Europa nesta era global. Para outros, não é assim tão evidente e sobram interesses nacionais e desconfiança suficiente para colocar todo o tipo de obstáculos ao avanço de um projecto que, inexoravelmente, caminha para a ultrapassagem dos Estados-nações europeus.

---

<sup>28</sup> Cit. Maurice Duverger, *ob. cit.*, p. 60.

<sup>29</sup> *Idem, ibid.*, p. 63.

No horizonte dos fundadores da Comunidade estava o ideal federalista. Se bem que, por trás da ambiguidade dos termos, não seja fácil de descortinar os contornos exactos desse federalismo. No plano Schuman, a supranacionalidade das organizações criadas para gerir o carvão e o aço europeus é o ponto de partida de um projecto mais vasto que devia erigir, sobre a base da “solidariedade de facto”, “as primeiras bases de uma federação europeia indispensável à preservação da paz”<sup>30</sup>. Mas esta ideia tem suscitado as maiores dificuldades e grande controvérsia. Parece que para o projecto da unificação europeia resultar se vão ter de reinventar os termos e os modelos políticos, o que tem vindo a ser feito nos sucessivos tratados que têm marcado a história deste processo. O exemplo mais evidente é o princípio da subsidiariedade, consignado no tratado de Maastricht, em 1992:

- “A Comunidade actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objectivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado. Nos domínios que não sejam das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser suficientemente realizados pelos Estados membros e possam pois, devido à imensidão ou aos efeitos da acção prevista, ser melhor alcançados no nível comunitário”<sup>31</sup>.

Pretende-se, deste modo, regular o âmbito de actuação dos vários poderes e controlar a tentação para a excessiva regulamentação por parte das instituições.

Maurice Duverger considera, na obra intitulada *Europe des Hommes*, que “a Comunidade inventada em 1950 e desenvolvida a partir de então não é um Estado federal, nem a primeira fase de uma evolução de que um Estado federal seria a conclusão”<sup>32</sup>. Os seus membros têm assento na ONU e não têm a intenção de ceder o seu lugar, para serem representados por um único Estado federal. Além disso, um tal Estado tornar-se-ia ingovernável quando agrupasse todas as nações que se situam entre o Atlântico e a foz do Danúbio,

---

<sup>30</sup> Cit. Pascal Fontaine, *ob. cit.*, p. 14.

o Cabo Norte e Chipre. A União Europeia é, na opinião de Duverger, uma autêntica união de Estados, que encarna um modelo radicalmente diferente de todas as federações passadas ou presentes. Justifica-se, por isso, o uso do termo “neo-federalismo”<sup>33</sup>.

Na base desta necessidade de reinventar os modelos políticos e no cuidado posto nas complexas negociações comunitárias estão, como é evidente, interesses de circunstância dos Estados e dos governos envolvidos e divisões mais profundas que parecem atravessar a história recente do continente. A distinção que De Gaulle fazia entre a “Europa europeia” e a “Europa atlântica” não é uma tautologia<sup>34</sup>. Ela exprime a tensão entre os partidários de um projecto de efectiva independência face aos norte-americanos, que implica a autonomia dos europeus no domínio político e militar, e os que consideram desejável a subordinação aos Estados Unidos. Por duas vezes o general De Gaulle vetou a entrada da Grã-Bretanha na CEE, em 1963 e 1967, por causa da ambiguidade dos britânicos em relação à integração europeia e do receio de que estes pudessem desempenhar o papel de “cavalo de Tróia” dos Estados Unidos no seio da Comunidade. A França liderada por Georges Pompidou acabou por levantar o seu veto à adesão da Grã-Bretanha, na sequência das decisões da cimeira de Haia que preconizavam o tríptico “acabamento, alargamento e aprofundamento” da construção europeia. Assim, em 1972, a CEE passou de seis a nove membros, com a entrada do Reino Unido, da Dinamarca e da Irlanda.

O centro de gravidade deslocou-se, portanto, para o Norte em consequência deste primeiro alargamento. Mas a adesão dos três países do Sul da Europa (Grécia, Espanha e Portugal), que se libertaram a meados dos anos 70 de regimes autoritários, permitiu repor um certo equilíbrio e estender a CEE para doze membros. O processo não tem parado e novos pedidos de adesão estão actualmente na calha, o que permite visualizar para o futuro uma Comunidade mais próxima da área da civilização europeia.

---

<sup>31</sup> Cit. Pascal Fontaine, *ob. cit.*, p. 40.

<sup>32</sup> Maurice Duverger, *ob. cit.*, p. 55.

<sup>33</sup> *Idem, ibid.*

<sup>34</sup> Cf. Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 368 e Pascal Fontaine, *ob. cit.*, pp. 24-25.

Contudo, subsistem múltiplos e variados problemas. Desde logo, entre os partidários de uma Europa mais social, com políticas comuns susceptíveis de corrigir as disparidades económicas entre as regiões e de manter sistemas de protecção eficazes dos seus cidadãos, e aqueles que pretendem estabelecer uma mera zona de livre-troca à inglesa. No actual quadro da concorrência a nível mundial, teme-se que a última opção possa conduzir a uma hegemonia crescente da economia norte-americana e ao seu efectivo monopólio em vários sectores, inclusive no sensível domínio das “indústrias culturais”, como o cinema, a televisão e o disco.

A noção de identidade cultural é, geralmente, associada a singularidade e a diferença. A riqueza da Europa reside na diversidade cultural dos seus povos, a qual não é incompatível com a existência de uma civilização comum. Nesta ordem de ideias, a *Declaração sobre a identidade europeia*, aprovada em Copenhaga em 1973, não deixa de referir, em paralelo, os elementos comuns de civilização e a diversidade das culturas nacionais<sup>35</sup>. Os dois aspectos são indissociáveis e pretende-se que a afirmação da identidade europeia face ao resto do mundo não anule a diversidade interna, antes contribua para protegê-la de forma mais eficaz.

A Declaração tem uma data e o seu texto reflecte o contexto da política internacional dos dois blocos e da guerra fria. Mas para os europeístas a situação actual também não parece ser incompatível com os seus princípios fundamentais e com a ideia de que a Europa precisa de unidade e de uma voz própria no concerto mundial. Um objectivo que está longe da concretização. Um homem desde o início empenhado na construção europeia como Maurice Duverger conclui a sua análise apaixonada dos problemas, afirmando que “a grandiosa aventura iniciada por Jean Monet há quase meio século corre o risco de caminhar para o naufrágio. Comunidade e União são belos nomes. Mas também Titanic e Lusitânia o eram...”<sup>36</sup>. Os acontecimentos mais recentes, como o protagonismo assumido pela Grã-Bretanha na actual crise internacional e na guerra do Afeganistão ou a convocação do clube restrito dos países mais poderosos no seio da União Europeia para um encontro em Londres, por iniciativa do governo britânico, do qual são

---

<sup>35</sup> Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 367. O texto integral da Declaração encontra-se em C. Philip, *Textes institutifs des Communautés européennes*, 2ª ed., Paris, PUF, “Que sais-je?”, 1990

excluídos os países mais pequenos<sup>37</sup>, mostram a debilidade das instituições europeias e as divisões internas que continuam a impedir que esta tenha uma posição única e forte no mundo. As realidades nacionais e o jogo dos respectivos interesses ainda são os que jogam as cartas mais decisivas nos momentos graves.

## A Europa dos historiadores

Retomemos, agora, o problema subjacente ao título desta comunicação, isto é, a relação entre os historiadores e a Europa. René Girault, num artigo intitulado *L'Europe des historiens*, começa por afirmar que os historiadores se interrogam e se dividem sobre as diversas questões que têm sido colocadas: como se pode definir *uma* Europa através do seu passado? A história do continente europeu permite traçar as fronteiras que a distinguiriam dos seus vizinhos, fundando-se sobre uma série de critérios culturais específicos? Pode-se considerar que as inter-relações europeias no passado foram bem sucedidas para constituir um conjunto autónomo onde, acima das diversidades nacionais, os habitantes dessas regiões se sentem solidários? Visto que se fala tanto da Europa e que alguns querem construí-la, pode-se utilizar a história para fundamentar a sua legitimidade?<sup>38</sup>

Na linha de uma plêiade notável de historiadores, em que poderíamos mencionar as obras de François Guizot, *Histoire de la civilisation de l'Europe* (1828) e de Charles Seignobos, *Essai de une histoire comparé des peuples de l'Europe* (1938), a resposta de R. Giraud a estas questões remete para os fundamentos clássicos da civilização europeia — Atenas e Roma — e para o longo percurso histórico em que a unidade, mas também a diversidade da Europa foram sendo forjadas. No aspecto político, a Europa nunca existiu aos olhos dos historiadores. As nações europeias construíram-se umas contra as outras e a consolidação dos Estados-nações contribuiu

---

<sup>35</sup> Gérard Soulier, *ob. cit.*, p. 367. O texto integral da Declaração encontra-se em C. Philip, *Textes institutifs des Communautés européennes*, 2ª ed., Paris, PUF, “Que sais-je?”, 1990.

<sup>36</sup> Maurice Duverger, *ob. cit.*, p. 176.

<sup>37</sup> Cf. imprensa diária de 5 de Novembro de 2001; artigo de Daniel do Rosário, correspondente em Bruxelas, “Danos colaterais atingem coesão da U.E. A voz única europeia é agora um exclusivo do eixo Londres-Paris-Berlim”, in *Expresso*, Lisboa, 10 de Novembro de 2001, p. 10

ainda mais para cimentar os particularismos. A Europa dos historiadores é, sobretudo, a Europa da cultura e de um património comum de ideias, de valores e de experiências que se realizaram neste espaço e daqui irradiaram para o mundo.

A constatação desta realidade não significa que os historiadores deixem de se interrogar e de ter dúvidas quanto à interpretação do passado da Europa. Também não quer dizer que os historiadores devam colocar o seu labor de compreensão das inter-relações entre os fenómenos históricos, das suas prováveis lógicas e do seu sentido — se é que há qualquer sentido na história — ao serviço de um projecto político e de convicções ideológicas com um objectivo estrito e imediato. Questionar-se sobre as bases da identidade da Europa e sobre a sua unidade tem um significado idêntico a procurar as raízes da identificação de um país. É evidente que, em qualquer dos casos, não se trata de problemas inócuos para a compreensão do mundo em que vivemos e sem implicações políticas de largo alcance. Também é verdade que a formulação dos problemas e as respostas dadas decorrem do contexto sócio-cultural e político em que os indivíduos realizam a sua actividade intelectual e são influenciados pelas opções pessoais e pela experiência de vida. Contudo, a probidade intelectual do historiador está em ser capaz de analisar os factos e de expô-los sem tomar partido quanto ao seu valor e sem os confundir com os comportamentos políticos que, com toda legitimidade, assume como cidadão.

---

<sup>38</sup> René Girault, “L’Europe des historiens” in *Encyclopædia Universalis*, Supplément, “Les enjeux. Le savoir”, Paris, 1990, p. 61

## BIBLIOGRAFIA

- BRAUDEL, Fernand, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.
- BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1972.
- CARBONELL, Charles-Olivier et alii, *Una Historia Europea de Europa. Mitos y Fundamentos (De los orígenes al siglo XV)*, Barcelona, Idea Books, S.A., 2000.
- CARBONELL, Charles-Olivier et alii, *Une histoire européenne de l'Europe. D'une renaissance à l'autre? (XV<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)*, Toulouse, Éditions Privat, 1999
- DUROSELLE, J.-B., *L'idée d'Europe dans l'histoire*, Paris, Denoël, 1965
- DUROSELLE, Jean-Baptiste, *L'Europe — Histoire de ses peuples*, Paris, Ed. Perrin, 1990.
- DUVERGER, Maurice, *A Europa dos cidadãos*, Lisboa, Edições Asa, 1994
- FONTAINE, Pascal, *A construção europeia de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- GIRAULT, René, "L'Europe des historiens" in *Encyclopaedia Universalis*, Supplément, "Les enjeux. Le savoir", Paris, 1990, pp. 61-69.
- Janus 2001, Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL, 2000
- ROUGEMONT, Denis, *28 siècles d'Europe*, Paris, Payot, 1961 (reed. de Bartillat, 1990).
- SOULIER, Gérard, *A Europa. História, Civilização, Instituições*, Lisboa, Instituto Piaget, s.d.
- WEBER, Max, *O político e o cientista*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editorial Presença, 1979.

# CONSTRUIR, DESCONSTRUINDO A EUROPA

## Tensões e medos (sécs. IV a XVII)

**Maria José Ferro Tavares**

(Universidade Aberta)

### **Preâmbulo**

Sem grandes pretensões, pretendo trazer aqui uma breve reflexão sobre acontecimentos recentes e a sua transposição para outros tempos em que se fundamentaram os pilares da construção da Europa. Desconstruindo a sua ideia de unidade e exorcizando alguns dos seus fantasmas, procurarei apresentar em breves pinceladas como a Europa cresceu num mosaico de reinos/países, de sistemas políticos e de religiões. A Europa, podemos dizê-lo, foi o cadinho onde as três grandes religiões da Humanidade se encontraram e encontrando-se, produziram o arquétipo ou o paradigma a que chamamos Civilização Ocidental. A Europa foi, também, o espaço onde elas se confrontaram e nesse confronto, agressivo ou passivo, produziram os seus heróis e os seus mártires.

A História permite-nos tomar a consciência de que um herói pode ser visto como um vilão, ou um santo como um demónio; depende da face do espelho em que cada um se posiciona. Tal como nunca mergulhamos na mesma água de um rio, como diria o filósofo grego Heraclito, também o modo como olhamos o Outro é fragmentado e parcial. Cada *Ego* (Eu) tende

a oscilar entre situações de ostracismo e/ou de tolerância, situações ambas que pretendem ver cada *Alter* (Outro) a partir de uma posição de superioridade e raramente de compreensão, de aceitação do direito à diferença e de convivência com a diferença.

A História tem falado muito de *tolerância*, mas tolerância não foi, não é compreensão, não é respeito pelo Outro. Tolerância tem sido um conceito ambíguo e egocêntrico: reconhecimento da diferença mas não reconhecimento à integração da diferença, porque o ser diferente é não ser igual, é não pertencer à mesma comunidade, seja ela familiar, religiosa ou social. Tolerância tem implícito um juízo de superioridade sobre o diferente, juízo que tem sido gerador de indiferença ou de ostracismo. Tolerância deveria ser, neste mundo novo que todos desejamos, substituída por um neologismo que melhor traduza o sentimento de igualdade, de direitos e de cidadania por parte do ente diferente.

As três grandes religiões do *Livro* geraram maneiras diferentes de *tolerar* o Outro, de *olhar* o Outro, sempre com base na religião. São esses olhares diferentes de ver os *Outros* que iremos analisar na ideia de construção e desconstrução da Europa, mãe e paradigma de uma Civilização/Cultura Ocidental, identificada, hoje, com os ideais e valores da democracia, igualdade, liberdade e fraternidade.

O tema, que me propus abordar, surgiu-me, de forma ainda bastante nebulosa, a partir de eventos próximos que, por estranho que pareçam, ocorreram em situações e espaços diferentes: as movimentações anti-globalização, nos Estados Unidos e na Europa, a conferência de Durban, na África do Sul, e os trágicos acontecimentos de Nova Iorque e suas consequências. Todos foram exteriorizações, mais ou menos pacíficas, as primeiras, violentas ou terroristas, as últimas que, em comum, têm, quer nós queiramos ver ou não, um confronto ideológico, transformado em religioso, contra o mundo ocidental e contra o que ele representa em termos económicos e ambientais, ou de capitalismo agressivo, identificado na primeira potência ocidental que são os Estados Unidos, depois do abrandamento da guerra fria. Poderíamos falar de manifestações de pobres contra ricos, se entendessemos de maneira restritiva e dicotómica os sinais dos acontecimentos, o que não acontece, pois a conjuntura parece-me mais complexa, do que meras exteriorizações dos países pobres contra os ricos, pelo conteúdo de guerra religiosa e cultural que, neste momento, lhe está subjacente.

Ao contrário das manifestações de Seattle ou de Génova, o mundo tremeu de medo e de horror em Nova Iorque. Acordou e não queria acreditar no que via; tão pouco entendia o que acontecera. As imagens, que os média transmitiam, eram apocalípticas à escala espaço de uma cidade. Ainda hoje, os que sofreram o impacte psicológico dos actos terroristas, não os sabem descrever: “bolas de fogo”, tremor de terra, a desagregação dos edifícios, pó, a morte de milhares de pessoas. Para os que seguiam os acontecimentos na televisão, o ruir do World Trade Center era comparável ao cogumelo da bomba atómica que caíra sobre Nagasaki ou Hiroshima. O impossível acontecera. Para muitos, o acontecimento apareceu como o prenúncio do fim do mundo, o *dies irae* anunciado pelo Apocalipse, e muitos foram os que correram a comprar as *Centúrias* de Nostradamus que prediziam o fim para cerca de 2000.

O medo instalara-se e com ele os milenarismos, milenarismos que, provavelmente, estariam longe do espírito dos autores das missões anunciadas contra o terrorismo, mas que não estavam longe de ter uma interpretação simbólica em termos escatológicos: “nobre águia”, “justiça infinita” ou “liberdade duradoura”. O acaso pode ter ditado os nomes, carregados de simbolismo e a raiar a luta do bem contra o mal. A águia e o leão andaram associados ao Messias e ao imperador dos últimos dias. Ela simboliza também S. João, o autor do Apocalipse, e foi, para o Ocidente, o símbolo imperial, desde Roma ao império austro-húngaro. Hoje, representa os Estados Unidos da América. Justiça infinita aparece, pelo seu atributo “infinita”, quase como um acto de Deus, num sentido de flagelo divino. Também liberdade duradoura deixa transparecer o sentido de infinitude que não pertence ao ser humano.

Mais uma vez o milenarismo aparece com uma carga ideológica, veiculada pelo poder ou pela justificação de uma civilização e dos seus ideais de democracia, liberdade, igualdade, felicidade, de bem estar, versus ditadura, servidão, desigualdade, infelicidade, pobreza. Os primeiros aparecem como ideais de um “reino messiânico”, oferecidos aos outros povos, pelos países “ricos”, bem contrário aos vários milenarismos da história, onde os pobres se assumiam como condutores desse reino messiânico, de que, próximo de nós, o marxismo pode ser entendido como um desses movimentos, embora agnóstico e ateu.

Daí que, de um lado e do outro, os média tivessem associado a *djiad* islâmica à cruzada cristã e, nos primeiros dias, canais televisivos como a CNN tivessem mostrado as sessões de treino dos seguidores de Ben Laden, assaltando uma casa onde, num dos compartimentos, se podia ver um alvo encimado por uma cruz. Ainda mais recentemente, num video gravado algures, Ben Laden declarava que o Ocidente odiava o Islão, para justificar uma “guerra santa” em que apenas alguns muçulmanos parecem acreditar...

Mas se o grande palco deste conflito foi o Afeganistão, país controlado pelos estudantes de teologia fundamentalistas, encabeçados por Mullah Omar e Ben Laden, contra os quais se ergueu a muralha dos defensores do “*Bem*”, na luta antiterrorista, a verdade é que ele não foi, nem é, o palco único. A Palestina, onde se desenrola a luta israelo-palestiniana, será um palco menor, mas de uma duração mais prolongada, destruidora e desgastante, porque imprevisível na resolução da questão central: Jerusalém, a cidade sagrada para as três religiões do *Livro*. Palestina e Jerusalém, espaços que se arriscam a ser uma caixa de Pandora de onde se soltam os ventos da intolerância e do martírio.

Samuel Huntington, no seu livro recentemente traduzido *O choque das Civilizações e a mudança na ordem mundial*<sup>1</sup>, reconhecia, já em 1996, a existência de um crescente confronto entre culturas ou civilizações, na nova ordem global, e afirmava “*Neste novo mundo os conflitos mais generalizados, mais importantes e mais perigosos não ocorrerão entre classes sociais, entre ricos e pobres ou outros grupos economicamente definidos, mas entre povos pertencentes a entidades culturais diferentes*”<sup>2</sup>. E, mais à frente acrescentava: “*A cortina de ferro foi a linha divisória central na Europa durante quarenta e cinco anos. Aquela linha deslocou-se várias centenas de quilómetros para leste. É agora a linha que está a separar os povos cristãos ocidentais, de um lado, dos povos muçulmanos e ortodoxos, do outro*”<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Samuel Huntington, *O choque das Civilizações e a mudança na ordem mundial*, Gradiva, 2001 (ed. inglesa, 1996)

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 29.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 29.

Huntington, ao defender a sua tese do confronto de culturas, trazia à superfície um velho paradigma esquecido neste mundo contemporâneo laico, ou seja, que subjacentes às grandes culturas ou civilizações se encontram as grandes religiões ou correntes filosófico-religiosas, no caso do Extremo Oriente.

As imagens transmitidas pelos meios de comunicação e os mais recentes pensamentos sobre a globalização, mesmo os daqueles que, como Huntington, enveredavam pelo paradigma multipolar e multicivilizacional do nosso mundo contemporâneo, no dealbar do século XXI, fizeram-me recuar alguns séculos e à minha memória veio a recordação dos tempos de *tensão* e de *medo* que, durante séculos, assolaram a Europa, cimentando a sua identidade civilizacional e afirmando-a diferente de *Outros*, povos e/ou civilizações/religiões. Alguns desses medos diziam respeito aos infiéis e aos hereges, fossem eles os Muçulmanos, os Judeus, os Ortodoxos ou as religiões reformadas, estas últimas durante o período moderno. Medos, que Jean Delumeau bem retratou no livro *La peur en Occident*, editado em finais de 70<sup>4</sup>.

A História fazia-me reflectir que o medo gerara tensões/conflitos entre as sociedades, os géneros e as religiões que, então, como hoje, se definiam como universais. Mais uma vez, Cristãos, Judeus e Muçulmanos apareciam enredados em acontecimentos, em tensões que conduziam a situações de terror, prenunciadoras de conflitos, em que indivíduos das três religiões do Livro se olhavam como estranhos, quase como inimigos, onde uns assumiam o papel de “bons” e os outros o dos “maus”.

Mais uma vez, a História gerava mártires e demónios, heróis e vilões, consoante o lado em que cada um se posicionava ou se posiciona. Novamente a mesma História corre o perigo de criar um novo “Encoberto”, agora muçulmano<sup>5</sup>, alimentado por uma guerra que não comprova a sua morte pelo achado do seu corpo e pelos *media* que constantemente o “ressuscitam”,

---

<sup>4</sup> Jean Delumeau, *La peur en Occident, XIVe-XVIIIe siècles*, Paris, Fayard, 1978.

<sup>5</sup> Não nos esqueçamos que o Islamismo é, à semelhança do judaísmo e do cristianismo, uma religião de raiz messiânica. O shiísmo acredita no *iman* “encoberto”, Ismael, que reaparecerá como *mahdi* para preparar o Último Julgamento (Christine Mazzoli-Guintard, *Les relations des pays d’Islam avec le monde latin du milieu du dixième au milieu du treizième siècle. Analyse et synthèse*, eds. Messene, Paris, 2000, p. 14).

quando o mundo esqueceu que se encontra vivo e deseja, para seu sossego e paz, que esteja morto.

Mais uma vez, as tensões e os medos libertam ideias apocalípticas, consciente ou inconscientemente exteriorizadas por todos quantos fizeram esgotar as edições das profecias de Nostradamus, o qual, ao dirigir-se a Henrique II de França, rei da “primeira monarquia do universo”, predizia que as suas profecias “*proliferarão nos tempos que se seguirem à minha desapareição da terra*” e acrescentava, “*a minha obra espalhar-se-á então mais que durante toda a minha vida, mesmo que eu esteja enganado a respeito da avaliação das idades (épocas)...*”<sup>6</sup>.

Não se enganara e muitas das suas herméticas quadras iriam influenciar homens como António Vieira, que, seguindo-o, apontaria o ano de 1700 como o do fim deste mundo<sup>7</sup>; ou encontrariam leitores e intérpretes, em épocas mais próximas de nós, como os que acreditavam que os últimos tempos ocorreriam em 1999/2000<sup>8</sup> ou que o ataque destruidor ao World Trade Center era o sinal da proximidade do *dies irae* de Deus. As *Centúrias* de Nostradamus nada mais eram do que uma interpretação da história do seu tempo, marcado por guerras religiosas, fomes, pestes, o problema muçulmano e a questão dos judeus com a sua deslocação para o Império Turco, ao jeito da profecia e do seu hermetismo. Por isso, nelas não podiam faltar as ideias apocalípticas do fim do mundo, as hordas do AntiCristo, os Ismaelitas, o mar como espaço de uma guerra e o Oriente como centro das forças maléficas<sup>9</sup>. Não era, por acaso recente, que este Oriente, de onde outrora nascera a luz, surgia associado às mais diversas invasões de povos que o mundo cristão identificara, desde os primórdios, com as hostes de Gog e de Magog e com o AntiCristo.

Era a Europa do século XVI que surgia, simbolicamente retratada, em quadras, aparentemente sem sentido, tal como em Portugal, Bandarra o

---

<sup>6</sup> Nostradamus, *Profecias*, ed. Vega, 1978, pp. XXI-XXII.

<sup>7</sup> António Vieira, *Cartas*, vol. III, pp. 103-104; Nostradamus, ob. cit., Centúria I, XLIX, p. 25.

<sup>8</sup> Nostradamus, ob. cit., Centúria X, LXXII, p. 321. Sobre os Apocalipses e movimentos milenaristas, veja-se: Eugen Weber, *Apocalypses et millénarismes*, Fayard, Paris, 1999 (ed. Harvard University Press, 1999); Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, ed. Terramar, 1997 (ed. Fayard, Paris, 1995).

<sup>9</sup> Sobre Nostradamus e a sua obra, veja-se: Roger Prévost, *Nostradamus, le mythe et la réalité. Un historien au temps des astrologues*, eds. Robert Laffont, Paris, 1999.

fizera, uns vinte anos antes<sup>10</sup>. De facto, a Europa, nomeadamente a Leste e a Sul, fora construindo-se numa dialéctica onde o factor religioso aparecia como fulcral, onde a Europa representava as forças do Bem, do Deus verdadeiro, e os adversários as forças do Mal ou do AntiCristo. Identificando-se como a ideologia superestruturante dessa Europa, a noção de império, tal como hoje a de civilização ocidental, surgia, ao mesmo tempo, com uma característica temporal e milenarista, unificadora de uma *respublica christiana* romana, universal e dominadora das outras religiões, islâmica e judaica, elas também de carácter universalista e messiânico.

Construir a Europa passa certamente pelo olhar da História, quer a História que a Europa escreveu sobre si própria, quer a que os outros povos escreveram sobre ela. E nem sempre o espelho nos dá a imagem que nós pretendemos. O olhar dos olhares dos *Outros* é sempre múltiplo e heterogéneo. Construir a Europa pressupõe a sua desconstrução na dialéctica dos vários olhares daqueles que a construíram, identificando-se com ela, dos que a ajudaram a erguer, insistindo na diferença ou no confronto religioso-cultural/civilizacional. É essa construção/desconstrução que remonta certamente às origens pré-históricas, que nós iremos abordar através dos olhos com que Judeus, Cristãos e Muçulmanos se observaram uns aos outros, em situação de conflito ou em situação de paz, desde a medievalidade aos tempos mais próximos de nós. Ou seja, pretendemos analisar o decurso da História, e, talvez, concluir que a História, e com ela a Humanidade, está eivada de preconceitos e de desinformações estereotipadas que conduziram à dicotomia de que uns detêm a Verdade ou a Civilização e os outros estão ausentes dela(s). Provavelmente em todos estes estereótipos deformadores ninguém é inocente.

O centro nevrálgico da nossa observação é o mundo mediterrânico, partindo de um dado adquirido que a Península Ibérica, incluindo a costa atlântica ocidental, foi o espaço privilegiado para a interacção cultural dos povos das três religiões. Ou seja, ao definirmos o nosso espaço, estamos a identificar uma Europa diversa, mas semelhante na sua diversidade cristã, ao

---

<sup>10</sup>Entre outros, pode-se ler as *Trovas*: Elias Lipiner, *Gonçalo Anes Bandarra e os cristãos novos*, Trancoso, 1996; Maria José Ferro Tavares, “Características do messianismo judaico em Portugal”, in *Estudos Orientais II – O legado cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, UNL, Lisboa, 1991, pp. 245-265.

mesmo tempo que salientamos que do lado de Judeus e de Muçulmanos a homogeneidade é igualmente relativa, pois sob a capa das religiões judaica e islâmica escondem-se as Histórias diferentes dos povos destas religiões que habitaram as margens do Mar Interior, o mesmo mar e o mesmo espaço que acabariam por ser, em tempos diferentes, as vias das diásporas destas três religiões que do Oriente vieram em busca do Ocidente.

Neste mesmo espaço, a geopolítica das três religiões sofreu evoluções, ao longo dos tempos. Desde o ano 70 d.C. que os Judeus estiveram condenados a viver em diáspora no Império Romano. O imperador Tito destruíra o 2º Templo e trouxera atrás do seu carro triunfal os Judeus vencidos para Roma. Em memória deste triunfo, soubera cunhar moedas com a Judeia despojada a seus pés. Hadriano, em 132-135, venceria Bar-Kokhba, reconstruiria Jerusalém e dar-lhe-ia o nome de Aelia Capitolina, dedicando-a a Júpiter e proibindo os Judeus de nela habitarem. Ao mesmo tempo lançava o interdito sobre a prática da circuncisão. Com este acto, Hadriano colocava o Judaísmo numa semi-clandestinidade, sem o Templo, sem Jerusalém e, sobretudo, sem o acto essencial da religião judaica ordenado por Deus a todos os varões desde Abraão, a circuncisão. Consumava-se para os Judeus um novo “cativeiro”, uma nova diáspora que duraria séculos, terminando apenas em Maio de 1948, quando a ONU reconheceu a criação do Estado de Israel<sup>11</sup>.

Esta diáspora tornaria o povo judeu, um povo *errante*, uma nação sem pátria/território, condenada a viver, durante cerca de dois milénios, numa situação ambígua de natural/estrangeira no interior de outros reinos/estados, pertencessem eles ao mundo cristão (desde o século IV com Constantino e Teodósio), ou, mais tarde, ao mundo islâmico (desde o século VII, 632), identificada por uma Tradição e uma História interrompida, mas alicerçada na promessa feita por Deus a Abraão, Isaac e a Jacob/Israel. O regresso a *Eretz Israel*, a Terra Prometida, e a Jerusalém foi, ao longo dos tempos, o objectivo último da sua errância, regresso que seria, paulatinamente, iniciado e assumido com a expulsão dos Judeus de *Sefarad*, a Península Ibérica, em

---

<sup>11</sup> Doris Bensimon e Eglal Errera, *Israéliens. Des Juifs et des Arabes*, eds. Complexe, Bruxelas, 1988, pp. 19-21; Joan Comay, *The diaspora story. the epic of the Jewish people among the nations*, Nova Iorque, 1980, cap. VII; Max Wurmbrand e Cecil Roth, *Le peuple Juif. Quatre mille ans de survivance*, eds. Albin Michel, 1976, pp. 431-466.

finais do século XV. Tendo atingido o extremo Ocidente e sofrido, de novo, outra diáspora, chegara a hora de dirigir os olhos para essa Terra Prometida, “a terra onde corre leite e mel” (Dt. 6, 3), origem e destino último da História do povo judeu.

## A cristandade e a diáspora judaica

Pelas terras do império romano, oficialmente cristão, a partir de Teodósio, a dispersão dos Judeus levou-os por ambas as margens do Mediterrâneo até às suas paragens mais ocidentais<sup>12</sup>. Aos primeiros tempos em que Judeus e Cristãos se misturavam sem claramente se distinguirem, sucederam-se os primeiros sinais de uma tolerância cristã segregadora. Com Teodósio, foram obrigados ao uso do barrete frígio, o antepassado da coifa ponteguda medieval, assim como foram proibidos de casar com cristãos. Sendo o judaísmo religião minoritária, tolerada entre os cristãos, os seus crentes estavam proibidos de actos de proselitismo junto destes.

*Religio licita*, o judaísmo manteve a sua liberdade de culto e de práticas religiosas, embora numa situação de dependência em relação às autoridades cristãs, nomeadamente eclesiásticas, as quais detinham o poder de consentir, ou não, a construção de uma nova sinagoga. Tolerada entre os cristãos, a religião judaica limitava-se à circuncisão, às festividades do calendário religioso, à endogamia, aos jejuns, às prescrições alimentares, estas últimas combatidas pela Igreja que procurava defender a licitude de todos os alimentos, incluindo a carne de porco e os seus derivados, *quia omnia creatura Dei bona*, como podemos concluir dos textos do concílio de Elvira, dos inícios do século IV. Receando que, pela alimentação, os cristãos fossem levados à apostasia, os padres presentes neste concílio proibiram que cristãos e judeus se sentassem à mesma mesa e tomassem a mesma refeição.

A mesma assembleia eclesiástica legislaria sobre os casamentos mistos, proibindo-os. No cânone 16, excomungava os cristãos que permitissem que

---

<sup>12</sup> Sobre a presença de Judeus na Península Ibérica, veja-se: Luis A. Garcia Moreno, *Los Judíos de la España Antigua*, Madrid, eds. Rialp, 1993

as filhas casassem com judeus e no cânone 78 lançava o mesmo castigo sobre os cristãos que praticassem adultério com judia. A legislação canónica era omissa para a situação de uma judia que casasse com um cristão, pois, neste caso, a Igreja recebia mais um membro com o baptismo da mulher que ficava sob a tutela do marido cristão. A preocupação com o casamento misto de judeus e de judias com crentes da religião maioritária apenas devia caber à comunidade judaica e não à cristã. De facto, a própria religião judaica proibia tal acto, associando os(as) *goim* ao mal e à impureza, desde os tempos de Moisés<sup>13</sup>.

O medo à “contaminação” religiosa por parte da religião dominante conduziu à segregação física e espacial, segregação que os próprios Judeus favoreciam no sentido de sobreviverem como povo e como religião. De facto, eles próprios procuravam não se misturar com os cristãos, residindo em habitações e ruas próximas da sinagoga. Sendo proibido o proselitismo à religião tolerada, a comunicação apenas podia ocorrer desta para a religião maioritária e dominante, sob pena de morte ou de abjuração do neófito, se este continuasse a viver em território da cristandade. A incomunicabilidade entre pessoas de género e credo diferentes, quer para uma, quer para a outra religião, gerava um sistema social de grupos fechados e estanques a que Maurice Kriegel chamaria “*castas*”<sup>14</sup>.

Diferentes pela religião e pela Tradição, os Judeus na sua diáspora por terras da cristandade apareciam como o *Outro*, que se “tolerava”, ou seja, que se aceitava que vivessem em paz na sua diferença religiosa,

---

<sup>13</sup> Luis Garcia Moreno, ob. cit., pp. 106 e 111; *Antigo Testamento*, Gen. 24, 3 e 28, 1-9, Num. 25, 1-16 e 36, 1-13; Deut. 7.3 e 23.4; Esdras, 9, 1-15; Neemias, 13, 23-30; Vd. *La Misna*, ed. de Carlos del Valle, ed. Nacional, Madrid, 1981, pp. 450 e 1375. Na *Misna*, a proibição de casamentos com amonitas e moabitas era aplicada apenas aos homens; as mulheres podiam casar-se com israelitas. Tal já não acontecia com egípcios e edomitas, onde a proibição se aplicava a homens e a mulheres.

Se a Igreja se preocupava com a possibilidade de o cristão, independentemente do género, judaizar e, portanto, poder cair em condenação eterna por amor a um crente judaico, mesmo que esse amor fosse ilícito, no caso do adultério masculino, a comunidade judaica perdia sempre um membro seu, desde que este fosse, independentemente do sexo, acusado de ter tido relações com um(a) cristã(o). De facto, a judia, se não se convertesse, ficava excluída para sempre da sua comunidade de origem. Por sua vez, o judeu ou era condenado à morte, ou se convertia. A Igreja não se interessava pela mulher judia, mas preocupava-se, obviamente, com a cristã.

<sup>14</sup> Maurice Kriegel, *Les Juifs à la fin du Moyen Âge dans l'Europe méditerranéenne*. Hachette, Paris, 1979, pp. 47-53.

porque tinham sido o primeiro povo eleito por Deus e para que, com o exemplo do novo povo escolhido, se viessem a converter ao cristianismo. De facto, se, num determinado momento da sua História, os Judeus se tinham auto-excluído do verdadeiro “Povo de Deus”, por rejeitarem o Messias prometido pelos profetas, a salvação eterna não lhes era recusada, pois, no fim dos tempos, eles iriam integrar as fileiras do povo escolhido, assumindo-se como cristãos. Residia nesta crença a razão da tolerância da Igreja e dos reinos cristãos, após a queda do Império Romano.

No entanto, a sua existência não iria ser fácil. Com a dominação visigoda, os Judeus começaram a sentir os efeitos das perseguições religiosas e das conversões forçadas. O judaísmo tornara-se com a actuação do poder político e com o apoio, por omissão, da Igreja visigótica, uma religião a ser aniquilada e, com ela, os seus seguidores. Com os reis Sisebuto, Ervígio e Egica, a liberdade de culto foi sendo paulatinamente coarctada, proibindo-se-lhes a prática religiosa nas sinagogas, encerrando estas e coagindo-os ao baptismo. As consequências das conversões forçadas seriam analisadas e condenadas no IV Concílio de Toledo, de 633, após a conversão forçada ordenada por Sisebuto. Mas sem qualquer resultado. De novo se tornava a permitir a liberdade de culto para os seguidores da Lei de Moisés e se determinavam castigos para os conversos judaizantes. Mas aquela decisão seria um acto transitório.

Egica, meio século mais tarde, reconhecia a decadência dos edifícios das sinagogas e confirmava que estas ou tinham encerrado ou tinham sido destruídas. O reconhecimento da existência de judaísmo clandestino fazia o soberano concluir que estas sobreviviam no interior dos lares das famílias de origem judaica, que continuavam a alimentar a chama da tradição transmitida por Abraão, Isaac e Jacob e confirmada por Deus a Moisés no monte Sinai. Acompanhava esta aniquilação da religião a queima dos livros sagrados dos judeus, nomeadamente daqueles que não eram aceites pelos cristãos.

Para os judaizantes, Ervígio ordenara penas infamantes que iam desde os açoites, ao desterro e confisco de bens, à calvície. Determinava, também que aos sábados os mais importantes das comunidades tomassem as suas refeições com o bispo da diocese. Maneira hábil de testar a prática, ou não, das prescrições alimentares, das orações ou do descanso sabático.

À medida que o poder político constringia pela força os judeus a abandonar a sua fé, a Igreja católica, pela pena de alguns dos seus teólogos, produzia literatura apologética que procurava responder à apologética rabínica. Entre os primeiros, temos Sto. Isidoro de Sevilha (s. VII) que, na sua obra *De fide catholica contra Judaeos*, afirmava que a obsessão deste povo pela Lei Antiga radicava no facto de não a interpretarem com o espírito, mas literalmente. Embora disputasse teologicamente com estes, não aceitava as conversões impostas. De facto, o bispo de Sevilha condenaria a conversão forçada, apesar de o fazer *a posteriori* das medidas do ano de 615. Para ele, os Judeus eram o testemunho vivo da antiguidade e autenticidade da Bíblia; a sua sobrevivência, no exílio e em diáspora, explicava-se pela sua queda junto de Deus; a sua conversão ao cristianismo, tal como afirmara S. Paulo, seria o prenúncio de uma nova era, a do regresso do Messias<sup>15</sup>. Apesar desta posição seguida por outros bispos hispanos, em defesa de uma conversão livre e voluntária, nunca a Igreja visigótica recusou frontalmente o baptismo forçado, mantendo sempre válido um sacramento recebido *contra voluntatem*.

Por outro lado, a disputa apologética e proselitista dos Cristãos era acompanhada e apoiada por escritos escatológicos de índole messiânica, que se tinham materializado dentro de um conteúdo canónico com *A Cidade de Deus* e outros textos de Sto. Agostinho, bispo de Hipona, no Norte de África. Na Península Ibérica, estes escritos afirmavam-se pela pena de Apríngio de Beja e o seu *Comentário ao Apocalipse* (s. VI), o *De comprobatione sextae aetatis adversus Iudeos*, o *Prognosticon futuri saeculi* de autoria de Juliano de Toledo, um converso de ascendência judaica. A estes associavam-se outros de origem oriental-cristã como a *Profecia do Pseudo-Metódio*, ou os de origem judeo-oriental como o *Apocalipse de Elias* e o *Apocalipse de Zorobabel*.

Toda esta produção literária, cristã e judaica, iria desenvolver as crenças messiânicas de uns e de outros, durante o século VII. Para tal contribuíram a irrupção do Islamismo e consequente expansão assim

---

<sup>15</sup> R. Barkai, "Diálogo filosófico-religioso en el seno de las tres culturas ibéricas", in *Diálogo filosófico-religioso entre Cristianismo, Judaísmo e Islamismo durante la Edad Media en la Península Iberica*, Brepols, Bélgica, 1994, p. 4.

como algumas efemérides marcantes na História do povo Judeu: o sexto centenário da destruição do Templo e de Jerusalém pelos Romanos e o segundo milénio sobre a entrega das Tábuas da Lei a Moisés, no monte Sinai, por Deus.

Tendo aceite o baptismo em troca da vida, os Judeus foram confrontados na Península Ibérica, mais do que em outro lugar da cristandade, com uma existência controlada pela maioria dominante que suspeitava da sua fé e receava a sua revolta. A sua destruição social e religiosa apareceria defendida nos XVI e XVII concílios de Toledo, respectivamente, em 693 e 694. Por isso, não podemos estranhar as suas relações com as comunidades judaicas do norte de África nem que eles aparecessem associados à invasão muçulmana, com o objectivo de destruir os cristãos peninsulares.

O perigo islâmico aparecia, pela primeira vez, na *Profecia do Pseudo-Metódio*, como um sinal dos últimos tempos, sendo os Árabes associados às hordas do AntiCristo. Era o “tempo de Ismael” que se anunciava para uma cristandade assolada a Oriente pelo Islão, um Islão que, cada vez mais, se aproximava ameaçadoramente do Ocidente<sup>16</sup>, como veremos.

Com maior ou menor fortuna, os Judeus permaneceram entre os Cristãos, durante o período medieval, aparecendo como pertencentes ao senhor da terra, fosse ele o rei, um nobre ou um bispo. Com base em determinações canónicas de que as mais determinantes saíram do IV concílio de Latrão, de 1215, o poder político legislava sobre a diferenciação. Esta assentava no uso de um sinal na veste exterior, como a roda em França ou a estrela de seis pontas em Portugal, o chapéu bicudo com diversos formatos, em toda a cristandade, o traje preto, em Castela, desde Afonso XI, etc. Ao mesmo tempo, afirmavam-se as judiarias ou o bairro dos judeus como o espaço privilegiado para esta comunidade. Inseridas nos agregados urbanos, por vezes em locais marginais ou de menor importância, as judiarias apareciam cercadas por igrejas, numa nítida declaração de domínio da religião maioritária sobre a religião minoritária.

Paralelamente, o poder político apoiava as disputas entre as religiões. Tal aconteceu com Luis IX de França, com os reis de Aragão e de Castela.

---

<sup>16</sup> Claude Carozzi e Huguette Taviani-Carozzi, *La fin des temps. Terreurs et prophéties au Moyen Âge*, eds. Champs-Flammarion, Paris, 1999, pp. 99-112 ; Juan Guadalajara Medina, *Las profecías del AntiCristo en la Edad Media*, eds. Gredos, Madrid, 1996, pp. 248-254.

Os mendicantes apostavam nas disputas apologéticas, sempre em território neutro e protegido pela paz do rei dada aos teólogos da minoria, como forma de diálogo religioso e filosófico com objectivos proselitistas. Converter pela palavra era o desiderato de uma cristandade em guerra santa com a espada, no seu exterior, e pelo verbo, mais ou menos inflamado, no seu interior. Aqui, o Judeu era o “infel” que vivia dentro do espaço cristão, infiel reconhecido, como tal, desde as primeiras cruzadas e os primeiros mártires judeus em território imperial. Recordem-se as destruições das judiarias de Trêves, Worms, Mogúncia, Colónia, Praga e outras pelos seguidores de Pedro o Eremita e pelos cruzados. Nem a comunidade judaica de Jerusalém escaparia.

Momento dramático na história dos Judeus aproximava-se com a afirmação económica das cidades e das suas elites, associadas ao comércio, que iriam ver no mercador e credor judeu um inimigo a abater. Assim surgiram as primeiras expulsões: Inglaterra em finais do século XIII, e França em meados do XIV. Mas, nesta última centúria, o crescimento do poder das elites urbanas seria contrariado pelas sucessivas crises económicas e demográficas no desenvolvimento da Europa. A guerra dos Cem Anos, a peste negra e as suas sequelas, as fomes apareciam no imaginário como os cavaleiros do Apocalipse aos quais nem sequer faltava o da Morte. Por isso, a centúria de Trezentos iria ser marcada por novas dizimações das comunidades judaicas, quer na Europa central, quer na Península Ibérica, com excepção de Portugal<sup>17</sup>.

Os levantamentos contra os Judeus, mais uma vez, apareciam acompanhados de conversões impostas em troca do direito à vida ou por

---

<sup>17</sup> Sobre este assunto, pode ler-se, entre muitos outros Autores e obras clássicas sobre o tema: a) França – Bernhard Blumenkranz, *Juifs et Chrétiens dans le monde Occidental*, Paris-La Haye, 1960; *Idem*, *Le Juif médiéval au miroir de l'art chrétien*, Paris, 1966 ; Maurice Kriegel, ob. cit. ; b) Espanha – José Luis Lacave, *Juderías y sinagogas españolas*, eds. Mapfre, Madrid, 1992; David Romano, *De Historia Judía Hispánica*, Universitat de Barcelona, 1991; Beatrice Leroy, *Los Judios de Navarra en la Baja Edad Media*, Madrid, 1991; Luis Suarez Fernandez, *Judios españoles en la Edad Media*, eds. Rialp, Madrid, 1980; c) Cidades italianas – Eliyahu Ashtor, *The Jews and the Mediterranean Economy (10th-15th Centuries)*, Londres, 1983; Portugal – Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, 1ª ed., IAC, Lisboa, 1970 (3ª ed., ed. Guimarães, 2000); *Idem*, *Os Judeus em Portugal no século XV*, UNL, Lisboa, 1981. Sobre as disputas religiosas, vd. Hyam Maccoby, *Judaism on trial. Jewish-Christian disputations in the Middle Ages*, The Littman Library of Jewish Civilization, Oxford, 1996 (1ª ed., 1982).

massacres. Assim, na Península Ibérica, 1391 marcava uma viragem na história do relacionamento de Aragão e Castela com a minoria judaica. As convulsões antijudaicas de Trezentos que culminaram neste ano com a destruição e matança dos judeus de Sevilha, faziam ressurgir uma nova comunidade cristã, a dos conversos e o aparecimento de um novo problema sócio-religioso. Económica, social e politicamente importantes, os conversos de Aragão e de Castela afirmavam-se como elites perigosas aos olhos dos seus rivais cristãos. Daí as perseguições contra aqueles, de que a mais tristemente famosa foi a que ocorreu em Toledo, no ano de 1449, onde a grande maioria acabaria por perecer às mãos dos seus vizinhos cristãos<sup>18</sup>.

Por outro lado, alguns destes conversos trouxeram para a apolo-gética antijudaica os conhecimentos rabínicos e o fogo dos neófitos. Afonso de Valladolid, ex- rabi Abner de Burgos, Paulo de Santa Maria, ex- Salomão ha-Levi, Jerónimo de Santa Fé, todos conversos foram com o dominicano S. Vicente Ferrer os autores de uma apologética cristã pela palavra que radicava num conhecimento dos textos talmúdicos, na escola de um Ramon Martí e outros pregadores do século XIII. A palavra tornava-se uma arma ao serviço do proselitismo religioso, ao mesmo tempo que a legislação régia, produzida nos reinos cristãos peninsulares, vincava a ostracismo a que era votada a minoria<sup>19</sup>. Refiram-se as leis de Ayllón para Aragão, onde, mais uma vez, se traçava a figura do judeu como um homem que se apresentava com cabelos e barbas longas e vestia um modesto fato negro em que sobressaía uma roda vermelha, enquanto a judia usava um véu sobre a cabeça<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup>Vd. o estudo clássico de Eloy Benito Ruano, *Los orígenes del problema converso*, eds. Albir Universal, Barcelona, 1976; Haim Beinart, *Los conversos ante el Tribunal de la Inquisición*, eds. Riopiedras, Barcelona, 1983, ou o trabalho de Luis Suárez, *La expulsión de los Judíos de España*, eds. Mapfre, Madrid, 1991, cap. VII, pp.165-205.

<sup>19</sup> Vd. *Diálogo filosófico-religioso entre Cristianismo, Judaísmo e Islamismo durante la Edad Media en la Península Ibérica*. Brepols, Bruxelas, 1994; Maria José Ferro Tavares, "O difícil diálogo entre Judaísmo e Cristianismo", in *História religiosa de Portugal*, eds. Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, vol. I, pp. 53-86.

<sup>20</sup> Luis Suárez, ob. cit., pp. 214-217. A legislação publicada sobre os Judeus pode ser consultada em Fernando Suárez Bilbao, *El fuero judiego en la España cristiana. Las fuentes jurídicas siglos V-XV*, Dykinson; Madrid, 2000; *Ordenações Afonsinas*, Fundação C. Gulbenkian, vol. II, pp. 421-529.

Entre a conversão sincera e a conversão por conveniência, os conversos apareciam divididos e sempre suspeitos de heresia aos olhos da Igreja e dos cristãos velhos. Daí o crescente desejo de introduzir a Inquisição, no território peninsular, para combater uma heresia que ameaçava alastrar subrepticiamente, entre as elites, e que levaria o cardeal Cisneros a afirmar que qualquer dia a Espanha teria um rei “judeu”. O medo ao judeu traduzia-se agora no medo ao converso e ao seu sangue “infecto”. Pressionados pelos estereótipos criados para com o Judeu e transferidos para o Converso, como as acusações de sacrifício ritual ou a de profanação da Hóstia consagrada, os Reis Católicos acabariam por impetrar de Roma a criação do Tribunal do Santo Ofício. Este acabaria por actuar no julgamento dos conversos e judeus acusados de crime ritual no *santo niño de la Guardia*<sup>21</sup>, em Ávila, crime que teria ocorrido por volta de 1479. Para os Judeus de Espanha aproximava-se o tempo de uma nova diáspora. Em 1492, os Reis Católicos decidiram-se pela expulsão da minoria do reino. Uns partiriam para Portugal; outros para o norte de África e outros, ainda, emigraram para as cidades italianas.

Para os que entraram em Portugal, a sua estada aqui como judeus foi transitória. De facto, em Dezembro de 1496, D. Manuel publicava o édito de expulsão que acabaria num baptismo forçado para milhares de Judeus portugueses e castelhanos<sup>22</sup>.

A modernidade iniciava-se com uma Europa ocidental de onde os Judeus tinham vindo a desaparecer, apenas permanecendo no Mediterrâneo central e levantino, assim como no centro da Europa. Na Península Ibérica, a questão judaica dera lugar ao problema converso e aos autos da fé, encabeçados por uma Inquisição cujo objectivo era catequizar, utilizando o medo como pedagogia. Cristãos exteriormente e Judeus na clandestinidade, os conversos peninsulares utilizariam as duas religiões, consoante a sua necessidade de sobrevivência de que não podemos excluir a componente económica. Assim, viviam como cristãos na Península Ibérica, em França, no Império e em algumas cidades italianas, incluindo Roma. Nestas últimas, a permissividade das autoridades e um sentimento generalizado de que eles eram conversos forçados possibilitava-lhes viver na judiaria,

---

<sup>21</sup> Luis Suárez, ob. cit., pp. 314-318.

<sup>22</sup> Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, eds. Presença, Lisboa, 1989.

assumindo-se como judeus. Era o caso de Ferrara e de Ancona. Noutras, a duplicidade religiosa permitia-lhes os altos contactos sociais necessários aos seus negócios em Veneza, em Florença, em Roma, em França ou no mundo turco<sup>23</sup>.

O desenvolvimento do capitalismo comercial na Europa reformada iria tê-los como intervenientes, a partir de Amesterdão ou de Londres.

## O Islão

A religião islâmica apareceu com Maomé, na Península Arábica. Entendido, no seu início, como uma heresia cristã oriental pela Igreja do Ocidente, o Islamismo aparecia como a terceira religião revelada, que aceitava a Bíblia como livro sagrado mas não nos termos em que Judeus e Cristãos a seguiam. Maomé era o profeta de Deus e a revelação que lhe fora transmitida, seria passada a escrito pouco depois da sua morte, no tempo de Abu Bakr. O Corão é um código religioso, social e jurídico para os que o seguem. Ao mesmo tempo que precisava os fundamentos do culto islâmico, a oração diária, a esmola, o jejum do Ramadão, a peregrinação a Meca e a guerra santa contra os pagãos e os infiéis, Maomé fixava o direito familiar, patrimonial e penal.

Ainda no século VII, após a morte do profeta, no ano de 636 da era cristã, ocorreram as primeiras dissensões, que viriam a originar as duas grandes correntes do Islão: o chiismo e o sunismo. Os chiitas consideram que só os descendentes de Ali e de Fátima, filha do profeta, são os verdadeiros imãs de que o último viverá escondido até reaparecer como *mahdi*, para preparar o Último Julgamento. Os sunitas afirmam-se como os defensores da Tradição, transmitida pelo profeta.

Em cerca de um século, 636, ano da morte de Maomé, e 732, ano da batalha de Poitiers, o Islão avançou sobre três continentes: a Ásia, até ao

---

<sup>23</sup> Brian Pullan, "A ship with two rudders: Righetto Marrano and the Inquisition in Venice", in *The Historical Journal*, Nova Iorque, 1977, vol. 20, pp. 25-58; Pier Cesare Ioly Zorattini, *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1570-1572)*, Florença, 1984; Maria José Ferro Tavares, "Cristãos novos: um "barco com dois lemes" (Díaspóra judaica no século XVI)", in *Estudos e ensaios. Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, 1988, pp. 239-250.

Indo, o norte de África e na Europa, a Península Ibérica. O califado situou-se em Damasco com os Omeíadas e depois em Bagdad com os Abássidas, enquanto os sobreviventes daquela família vinham para Ocidente e criavam em Córdova, primeiro um imã que reconhecia o califa de Bagdad como guia espiritual, e depois um califado independente.

A conquista relâmpago de territórios de três continentes levou o “império” muçulmano a estender-se da Ásia central, do actual Afeganistão, aos mares Mediterrâneo e Cáspio, no norte de África, do Egipto ao Atlântico e, na Europa, da Península Ibérica ao sul de Itália, com incursões em França. A curta duração desta conquista, o facto de ela ter sido realizada por uma população exígua, habituada ao deserto, como eram os Árabes, tem feito aparecer teses que a explicam pela guerra santa, a *djihad*, ou pelas conversões ao Islamismo de cristãos descontentes e de pagãos.

Tolerantes, os Muçulmanos não coagiam os vencidos a aderir ao Islão. Estes, designados *dhimmis*, viviam em bairros próprios com as suas igrejas ou as suas sinagogas desde que pagassem os impostos que eram devidos e não ultrajassem a religião islâmica. Convertidos, tornavam-se *muwalladum* com os mesmos direitos que os membros da *umma*, a comunidade dos crentes<sup>24</sup>.

Após a irrupção islâmica nos séculos VII-VIII, para o Ocidente, entendida pela igreja moçárabe hispânica, como a vinda do AntiCristo<sup>25</sup>, a Europa responderia três séculos depois com as cruzadas, cruzadas que redundariam numa vitória muçulmana sobre a cristandade e no crescimento da tensão no mundo mediterrânico e na Europa central. A Europa desenvolvia-se e crescia economicamente, enfrentando sempre o dilema da paz, para o comércio e as peregrinações, ou o da guerra, como afirmação de superioridade religiosa e consequente poder político. O inverso era também verdadeiro, tendo o Islão, tais hordas de Gog e de Magog, aparecido como um perigo para

---

<sup>24</sup> Vd. Claude Cahen, *El Islam. Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio Otomano*, col. Siglo XXI, Madrid, 1971, vol. I; Lévi-Provençal, *Histoire de l'Espagne musulmane*, Paris, 1999, 3 vols. (1ª ed. 1950); Francesco Gabrieli, *Mahomet et les grandes conquêtes arabes*, Hachette, Paris, 1967; Christine Mazzoli-Guintard, *Les relations des pays d'Islam avec le monde latin du milieu du dixième au milieu du treizième siècle. Analyse et synthèse*, eds. Messene, Paris, 2000; Franco Cardini, *Europe et Islam. Histoire d'un malentendu*, eds. du Seuil, Paris, 2000, entre outros.

<sup>25</sup> José Guadalajara Medina, *Las profecías del AntiCristo en la Edad Media*, eds. Gredos, Madrid, 1996, pp. 63-79 e 248-264. Para Eulógio e Álvaro de Córdova, Maomé é o AntiCristo.

a cristandade, ao conquistar o império bizantino e, por fim, Constantinopla (1453), ao atingir Viena ou ao conquistar Rodes. Ainda hoje, o Mediterrâneo central e oriental, mosaico das três religiões do Livro, é o reflexo, nas suas convulsões religiosas, de um império turco que se começou a desagregar com os movimentos independentistas no século XIX e com o fim da primeira grande guerra mundial.

## Cristãos e Muçulmanos

Durante séculos, os dois povos em confronto, Cristãos e Muçulmanos desenvolveram crenças messiânicas, alimentadas por profecias de raiz diversa, associadas à escatologia do Juízo Final ou à ideia do Último Império. Confronto que não impediu que as três religiões do Livro convivessem pacificamente no mesmo território, dominadora, uma, dominadas as outras, consoante os espaços em causa. A tolerância religiosa era ditada por outras razões, às quais a razão económica não era alheia, entrecurtada, aqui e além, pela consciência da afirmação religiosa entendida em perigo ou ameaçada pelo inimigo.

Foi assim que os reinos da Península se destacaram nas suas relações com Roma, com os seus vizinhos cristãos e com o próprio Islão. A Reconquista, a versão ibérica das cruzadas, faria surgir novos reinos cristãos. Assim aconteceu com Portugal cujo rei fundador foi reconhecido pelo papa, devido à sua coragem e bravura na luta contra o Sarraceno. Mas a cruzada não era só um acto bélico; ela era também oração e ascese, ou como pregava frei João Arias “*Arma, autem, milicie nostre non carnalia, sed potentia Domini, sunt oratio assidua et devota, predicatio efficax et discreta (...) quod pro defensione fidei et patrie, piis et assiduis orationibus apud Dominum insitatis*”<sup>26</sup>. Na luta contra os infiéis construiu-se toda uma ideologia dos reinos cristãos peninsulares e da nobreza que apoiava os

---

<sup>26</sup> *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1960, vol. I, docs. nº 9, 12, 16, etc.. Vd. Fr. António do Rosário, “Rótulo de São Domingos de Santarém. Documentos inéditos sobre Cruzada a pregar pelos Dominicanos, 1276. I – Carta de fr. João Árias”, in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 62-63.

seus monarcas, assim como uma outra guerra santa pela palavra e pela oração.

Assim, no ano de 1309, D. Dinis respondia ao enviado do imperador do Sacro-Império, de visita ao reino, “*que el devya saber e que soubese que os enperadores nunca ouverom nem am nenhuum poder na sa terra nem no seu senhorio del rey de Portugal. E en devya saber e fose certo que os reis que ouve en Portugal conquererom a terra e a filharom a mouros e assy a ouverom e pesuyrom sempre en como a os mouros avyam. E nunca enperador nem outrem ouvera nem avya na sa terra nem no seu senhorio nenhuma juridiçom.*”<sup>27</sup>. Aliás nem outra resposta seria de esperar do neto de Afonso X de Leão e Castela, pretendente que fora ao título de imperador.

A ideia de um rei universal ou de um imperador esteve subjacente à afirmação política de um rei sobre os outros reis, ou de um imperador sobre outros reis. A afirmação ideológica dos reinos europeus mediterrânicos fazia-se no afrontamento ao Islão, mas também no afrontamento à ideia de um “imperador da Cristandade”. Os reinos exigiam a sua autonomia e justificavam-na, perante o avanço abusivo de um imperador longínquo em vitórias contra o infiel, desenvolvendo aquilo que viria a ser o embrião de uma ideologia autonómica e nacional à qual não era alheia a ideia de um império universal hispânico.

Seguindo um paradigma semelhante, o bispo de Silves, Álvaro Pais, na dedicatória a Afonso XI de Leão e Castela, designava-o “*campião católico e defensor da fé ortodoxa de Jesus, Filho de Deus e de Santa Maria...*” e identificava a vitória do Salado sobre o Muçulmano como um acto de Cristo, o verdadeiro general, que, montado num “*cavalo branco*” e segurando um arco, fizera com o seu exército sucessos “*assinalados por dentro e por fora, com a Sua cruz*”. Maomé era a “*besta que vem do abismo*”.

Comandante da milícia de Cristo, o rei ungido não devia fazer as pazes com o Mouro, sem que este tivesse sido totalmente derrotado, não só na Península como em África. Desenvolvendo esta ideologia de defensor de Cristo e da sua Igreja e associando a ela, Portugal, o autor traçava o retrato deste monarca exemplar e sem paralelo nos outros reis da cristandade : vivia

---

<sup>27</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, CEHU, Lisboa, vol. III, p. 249.

“nas tendas do arraial de Cristo, contente com alimento frugal”, expunha “o corpo por Ele”, defendia a fé “até à morte”. Exemplos a seguir eram Constantino, Alexandre, alguns reis visigodos, como Sisebuto, mas sobretudo Melquisedeque. No entanto, como o de todos os monarcas, o seu poder era inferior ao da Igreja e, aqui, o bispo de Silves reflectia muito da teoria teocrática do poder papal sobre o régio<sup>28</sup>.

Não era inédito nesta construção ideológica das monarquias peninsulares o recuo até aos tempos remotos dos Godos (Visigodos), da Antiguidade ou do Antigo Testamento. Tal já ocorrera na *Primeira Crónica Geral de Espanha* a qual remontara ao dilúvio e à partilha do mundo pelos filhos de Noé, cabendo a Península a Túbal, neto daquele e quinto filho de Jafet, o povoador da Europa. Fora ele quem designara a Ibéria por Hespéria e a povoara, de norte para sul, ou seja, seguindo os caminhos da Reconquista cristã. Também nesta obra, redigida no tempo de Afonso X de Leão e Castela, a Hispânia aparecia premonitoriamente anunciada para um domínio universal, associado a ideias milenaristas de cariz escatológico cristiano-judaicas, que tiveram o expoente na própria candidatura do soberano ao título de imperador, após a morte de Frederico II.<sup>29</sup>

Também os capítulos da nobreza, nas cortes de Elvas de 1361, salientavam a afirmação ideológica e social deste grupo através da sua participação, ao lado do rei, na luta contra o infiel. “(...) nos Filhos d’ algo, e nossos vassallos foy esto guardado, por serviço que sempre fezerom em ganhar as terras, e deffendellas a Mouros (...)”<sup>30</sup>, ideia assumida na refundição do *Livro de Linhagens*, nos finais do século XIV.

A mesma construção, alicerçada na luta contra o infiel e associada ao imaginário de Ourique, seria expressa no *Livro de Arautos* do autor anónimo, natural de Lamego,<sup>31</sup> na *Crónica de 1419*<sup>32</sup> e reafirmada com

<sup>28</sup> Álvaro Pais, *Espelho dos reis*, IAC, Lisboa, 1955, vol. I, pp. 5-37, 227.

<sup>29</sup> Vd. Luis Krus, “Os heróis da Reconquista e a realeza sagrada medieval peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, col. Patrimónia Histórica, Redondo, 1994, pp. 129-142.

<sup>30</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, INIC, Centro de Estudos Históricos, FCSH-UNL, Lisboa, 1986, p. 28. Vd: Luis Krus, “O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII”, in ob. cit., pp. 197-207; *Idem, A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. (1280-1380)*, F. Calouste Gulbenkian e JNICT, Lisboa, 1994, pp. 113-312.

forte pendor teórico e ideológico por Vasco Fernandes de Lucena, na oratória lida ao papa Inocêncio VIII, em nome de D. João II<sup>33</sup>. Estamos perante a construção da memória histórica de Portugal e dos portugueses como reino e povo escolhido para uma missão específica: a vitória sobre o infiel. Iniciado com a Reconquista, o percurso português e dos reinos peninsulares estender-se-ia ao norte de África e, mais tarde, ao Oriente com D. Manuel.

### **Cristãos, Judeus e Muçulmanos: a história de uma tensão de contornos milenaristas**

O primeiro acto deste monarca com impacte político na sociedade e na história portuguesa foi o édito de expulsão de judeus e mouros, promulgado nos primeiros dias de Dezembro de 1496, que surgia na sequência das medidas tomadas pelos Reis Católicos em relação à minoria judaica de Espanha, em Março de 1492, logo após a conquista do reino mouro de Granada.

Exigência de D. Isabel ou dos Reis Católicos, em seu nome, o édito português soava como uma cruzada contra os infiéis que residiam no interior do reino, cruzada necessária para a própria salvação dos cristãos a quem aqueles procuravam fazer apartar da verdadeira fé. Os termos eram os da apologética cristã “fundamentalista”: *obstinação no ódio, malefícios e blasfemias, filhos da maldição, dureza de coração*<sup>34</sup>.

Se os Muçulmanos permaneciam os infiéis estranhos à cristandade e a combater até ao fim dos tempos, pois eram identificados com as hostes do

---

<sup>31</sup> *Livro de Arautos*, ed. e trad. de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, 1977, p. 250.

<sup>32</sup> O autor da *Crónica de Portugal de 1419* iniciava-a, referindo-se a um sonho premonitório do “cavaleiro de Cristo” que seria Afonso Henriques. A sua valentia e vitórias na luta contra os mouros seria pré-anunciada a Egas Moniz, seu aio, em sonhos pela Virgem que lhe declara que “o meu filho quer por elle destruir os imigos da fee” (*Crónica de Portugal de 1419*, ed. de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, 1998, p. 6) e confirmada pelo ermitão previamente à batalha de Ourique (*Ibidem*, pp. 20-21).

<sup>33</sup> Sobre o discurso de Vasco Fernandes e a lenda do milagre de Ourique, vd. Ana Isabel Carvalho Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, INIC, 1987.

<sup>34</sup> Vd. Maria José Ferro Tavares, “O difícil diálogo entre Judaísmo e Cristianismo”, in ob. cit., pp. 69-86.

AntiCristo, dentro das ideias milenaristas cristãs, tal já não acontecia com os Judeus que, segundo as palavras de S. Paulo, acabariam por se converter e participar na mesma esperança salvífica. Não era S. João que, no *Apocalipse*, identificava os eleitos, enumerando os 144 mil marcados de todas as tribos de Israel e a multidão incalculável de povos de todas as nações? (Ap. 7)<sup>35</sup>. Com o baptismo voluntário ou forçado de Judeus e Mouros ou com a saída de uma parte das duas minorias, mínima no caso dos Judeus, Portugal tornava-se o primeiro reino peninsular com uma única religião, a cristã católica.

Era o início de uma universalidade religiosa peninsular que levaria, D. Manuel a não hesitar em exigir aos sogros, nas negociações do seu casamento com D. Maria, o baptismo dos Mouros de Granada, assim como a destruição das mesquitas de Espanha<sup>36</sup>, como veremos.

A esta unidade religiosa desejada, talvez não da maneira como foi executada, juntava-se a instabilidade social e emocional ocasionada pelos surtos de peste, entendidos pelos cristãos como castigo divino pelos pecados da humanidade, acompanhados pela fome. O clima emocional colectivo era propício ao desenvolvimento de ideias quiliásticas, tanto mais que, na vizinha Espanha, elas circulavam em torno de Fernando o Católico, conquistador de Jerusalém e imperador da monarquia universal<sup>37</sup>. O cronista Andrés Bernaldez escreveria na sua crónica sobre os Reis Católicos: “ambos reinaron juntos tantos bienes e misterios, e tantas e tan milagrosas cosas, cuantas habéis visto y oído los que hoy sois vivos, los cuales Nuestro Señor en tiempo, y por manos de ellos, obró e hizo; y los que de ello somos testigos bien podemos tomar por nos aquello que dijo nuestro Señor Redemptor: “*Beati oculi qui vident quod vos videtis*””. Aliás várias profecias da época

---

<sup>35</sup> Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, pp. 252-257 e 427-436. Vd. André Vauchez, “Composants eschatologiques de l’idée de croisade”, in *Saints, prophètes et visionnaires. Le pouvoir surnaturel au Moyen Âge*, eds. Albin Michel, Paris, 1999, pp. 95-105; *Idem*, « Eschatologie, religion et politique aux derniers siècles du Moyen Âge », in ob. cit., pp. 106-113 e, sobretudo, « Le prophétisme médiéval d’Hildegarde de Bingen à Savonarole », in ob. cit., pp. 114-133.

<sup>36</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, Valladolid, 1963, vol. III, pp. 31 e 32.

<sup>37</sup> José Guadalajara Medina, ob. cit., pp. 298-300, 319-327.

<sup>38</sup> Cit. por José Guadalajara Medina, ob. cit., pp. 298 e 299.

insistiam na missão providencialista de Fernando, o Católico, como conquistador de Jerusalém e imperador de uma monarquia universal.<sup>38</sup>

Por isso, à luz dessas mesmas ideias e à semelhança do que ocorrera no reino vizinho com os Reis Católicos ou em França com Carlos VIII a quem Jean Michel profetizaria “...vingando-se dos infiéis e perseguindo-os vigorosamente, e castigando os Judeus, subjugando os tiranos e expulsando dos Lugares Santos toda a abominação, e destruindo todos os que servem fraudulentamente Deus, o Criador”<sup>39</sup> e Henrique II a quem Nostradamus designava o “primeiro monarca do Universo” e “imperial Majestade”<sup>40</sup>, o rei de Portugal agia como um construtor dos últimos tempos: convertera os Judeus no seu reino e preparava-se para combater os Muçulmanos em África e também no Oriente<sup>41</sup>.

Ao mesmo tempo os éditos peninsulares de expulsão das duas minorias religiosas geravam também sentimentos de esperança messiânica, que se arreigavam à medida que as descobertas manuelinas avançavam no Índico. De facto, os ex-Judeus, agora, cristãos acreditavam que os Judeus destas paragens eram os descendentes das dez tribos perdidas de Israel, pelo que estaria próxima a sua redenção. Para Isaac Abravanel e para Abraão Zacuto, o primeiro quarto do século XVI apresentava-se como uma época messiânica. Forçados a olhar para o Nascente, para a Terra da Promissão, Cristãos Novos, em Portugal, e Mouriscos, em Espanha, agarravam-se à esperança na vinda do respectivo Messias, adaptando alguns deles para a

---

<sup>38</sup> André Vauchez, ob. cit., pp. 131-132 ; Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, eds. Terramar, Lisboa, 1997 (Fayard, Paris, 1995), caps. III e VI e pp. 88-89. Não nos esqueçamos que Carlos VIII invadiu a Itália e atingiu Roma, o que permitiria um novo alento às correntes milenaristas já de si efervescentes com as pregações de Savonarola. Por sua vez a “profecia” de Guilloche identificava-o com o “novo” Carlos Magno que, depois de ter subjugado a Espanha, a Itália e conquistado Roma, seria eleito imperador e venceria os Turcos. “(...) *Em Jerusalém entrará / E ao monte das Oliveiras subirá (...)* / *Depondo as suas três coroas (...)* / *A Deus entregará seu espírito, / Surgirão então sinais maravilhosos, / A terra tremendo em todos os sítios (...)*”, in Delumeau, ob. cit., p. 89.

<sup>39</sup> Nostradamus, *Profecias*, pp. XXI e XXII.

<sup>41</sup> Vd. Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da cruzada ao Quinto Império”, in AAVV, *A memória da Nação*, Sá da Costa, Lisboa, 1991, pp. 89-100.

<sup>42</sup> Maria José Ferro Tavares, “Características do messianismo judaico em Portugal”, in *Estudos Orientais – O legado Cultural de Judeus e de Mouros*, Lisboa, UNL, Instituto Oriental, 1991, vol. II, pp. 245-266; Elias Lipiner, *Gaspar da Gama, um converso na frota de Cabral*, ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986, pp. 15-32 e 60-74; José Guadalajara Medina, ob. cit., pp. 300, 306. Não nos

construção ideológica da sua escatologia as próprias profecias cristãs peninsulares<sup>42</sup>.

Pouco sabemos sobre a circulação das ideias messiânicas no Portugal de Quatrocentos e Quinhentos. No entanto, não podemos ignorar a sua circulação na Europa de então, circulação à qual a cidade dos Papas não era alheia, para já não falarmos da própria Península Ibérica. Dentro destas correntes, podemos integrar as próprias críticas ao comportamento dos clérigos e à corrupção dos costumes, sinais de um “mundo às avessas” de que a literatura portuguesa nos dá inúmeros exemplos, no *Cancioneiro Geral* ou na *Miscelânea* de Garcia de Resende. Ou o aparecimento das Bíblias políglotas de que foi artífice o cardeal de Sevilha Cisneros. A este propósito escrevia Miguel Aviles: “La Biblia Poliglota se concibe como un instrumento para convertir el mundo, en un ámbito en que sólo haya una ley, una grey y un pastor...”<sup>43</sup>. Ou a proliferação de visionárias profetizas dos feitos dos Reis Católicos onde radicou uma certa espiritualidade que iria dar vida aos *alumbrados*, mas que se afirmava na aspiração de conquistar os Lugares Santos<sup>44</sup>.

Tão pouco sabemos o impacte, se é que o teve no reino, da obra do franciscano João Meneses da Silva, o beato Amadeu, autor de uma obra profética intitulada *Nova Apocalypsis* onde sobressai a figura do *papa angelicus*, de contornos milenaristas, obra que circularia em Roma, nos séculos XVI e XVII. Com toda a probabilidade o seu pensamento deve ter sido divulgado a partir de Castela onde viveu com sua irmã Sta. Beatriz da Silva, na segunda metade do século XV<sup>45</sup>. Aqui fundou o beato Amadeu o primeiro convento, integrado na Observância de S. Francisco e no ideário de pobreza do *Poverello* de Assis, com o objectivo de retomar o espírito de

---

podemos esquecer que Pico della Mirandola afirmava que, por intermédio da cabala, os judeus podiam ser trazidos à fé cristã (José Pina Martins, “Giovanni Pico della Mirandola na cultura portuguesa do século XVI”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época. Espiritualidade e Evangelização*, Porto, 1989, vol. V, pp. 27-28).

<sup>43</sup> Miguel Aviles, « Corrientes de espiritualidad en España en la época de los Descubrimientos », in *Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. V, p. 148.

<sup>44</sup> *Ibidem*, pp. 148-149 e 152.

<sup>45</sup> Jean Delumeau, ob. cit, pp. 102-103 ; António Domingues de Sousa Costa, « Aproximação da espiritualidade de Santa Beatriz da Silva e seu irmão Beato Amadeu com os frades do Santo Evangelho e Capuchos, evangelizadores da África, América e Índia », in *Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. V, pp.159-341.

pobreza evangélica e de catequização dos povos das terras descobertas por Portugueses e Espanhóis, designando-se os seus seguidores, frades do Santo Evangelho. Os capuchos, como seriam denominados estabelecer-se-iam em Portugal, onde contaram com a protecção dos reis D. João II e D. Manuel ou com a do duque de Bragança D. Jaime, que quisera entrar em ordens se o rei lho tivesse permitido<sup>47</sup>.

É dentro de um ambiente de crítica de costumes da Igreja na sua globalidade e também de milenarismo que, parece-nos, podemos entender a atitude, tomada em relação ao papa Alexandre VI, por D. Manuel e Fernando o Católico. Papa de uma corte dissoluta, pouco digna da sua qualidade de representante de Cristo, era causa de escândalo para a cristandade, pelo que os dois reis peninsulares entenderam “*amoestar ho Papa, & pedir-lhe quomo obedientes filhos da Egreja catholica, que quisesse poer ordem, & modo na desuluçam de vida, costumes, & expedição de breves buluas, & outras cousas que se em corte de Roma trattavam de que toda ha Christandade reçebia scandalo*”<sup>48</sup>.

Dentro do princípio escatológico da universalidade do Cristianismo e da vitória sobre o Islão, identificado como as hordas do AntiCristo, pode ser interpretada a procura do Preste João e o propósito de atingir a Índia, objectivo que acompanhara, segundo Zurara, as preocupações do próprio Infante D. Henrique ao avançar pela costa africana. A Índia aparecia ideologicamente construída como o cumprimento de uma “*inspiração divina*” em Gaspar Correia, o autor das *Lendas da Índia*<sup>49</sup>. Para João de Barros, a empresa da Índia bem sucedida com D. Manuel, fora a realização de uma *esperança de setenta e cinco annos*, ou seja, o cronista fazia-a remontar a todo um processo de descobertas marítimas iniciado por D. Henrique<sup>50</sup>, o infante da *íncлита geração* associado à nova família

---

<sup>47</sup> A. D. Sousa Costa, ob. cit., pp. 159-201.

<sup>48</sup> Damião de Góis. *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, vol. I, Parte I, pp. 64-65.

<sup>49</sup> Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lello & Irmão, Porto, 1975, vol. I, p. 9. João de Barros referia-se a Maomé como AntiCristo e à sua religião como uma praga. (Vd. João de Barros, *Décadas da Ásia. Década Primeira*, Livraria São Carlos, vol. I, pp. 1-2). Sobre o AntiCristo, Vd. José Guadalajara Medina, ob. cit., cap. IV.

<sup>50</sup> João de Barros, ob. cit., p. 262 e todo o liv. III. Gomes Eanes de Zurara falava também na predestinação divina de D. Henrique (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, ed. Civilização, Porto, cap. VII, p. 46).

de Avis-Beja, como o seu fundador carismático e também predestinado a tal feito.

A descoberta do caminho marítimo para a Índia permitiria a D. Manuel defender a ideia da luta contra o infiel em prol da universalidade do cristianismo, quer no Mediterrâneo, quer nas regiões mais longínquas. Na carta de Julho de 1499, dirigida aos Reis Católicos, o monarca português exaltava tal feito como “*serviço de Deus... e nosso*”, o encontro com “*jente cristã ... posto que tam confirmada na fé nom seja*”, a destruição dos Mouros “*daquelas partes*” e ocasião para alimentar a guerra contra os Muçulmanos “*de nossas conquistas destas partes*”, para além da transferência do comércio de Meca e do Cairo para Portugal. Terminava a carta, declarando a guerra contra o infiel como um desígnio dos dois reis peninsulares<sup>51</sup>.

Em Agosto de 1499, intitulado-se já *rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África, e Senhor da Guiné e da conquista e da navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*, D. Manuel informava o “cardeal protector” D. Jorge da Costa, sobre as notícias do Oriente e da estranha forma de cristianismo desses povos, ao mesmo tempo que relatava os casos de conversão à fé católica do mouro Moçaide, e do judeu de Alexandria. As informações prestadas por estes dois homens foram de tal modo importantes que o soberano afirmava o encontro com estes dois indivíduos como desígnio de Deus querer a Índia cristã: “*que bem se mostra achar se aquela terra por grande misterio de Nosso Senhor, pera seu santo serviço e bem da Cristandade, pois logo com isso ordenou de se nos trazer este homem que avemos açerca por tanto como todo o al, porque sem ele vir estevera ainda muitos anos todo o achado por se saber tam comprida e intrinsecamente como agora de nós é sabido*”<sup>52</sup>.

A descoberta da Índia daria outra força ao rei de Portugal para, em Maio de 1500, impor condições aos Reis Católicos para casar com D. Maria. De facto, nas negociações do seu casamento com a princesa, D. Manuel incluiria, entre as condições, o encerramento e a destruição de todas as

---

<sup>51</sup> *Notícias de missão e martírio na Índia e Insulíndia*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, eds. Alfa, vol. 47, pp. 49-50.

<sup>52</sup> *Ibidem*, pp. 50-53.

mesquitas assim como o baptismo de todos os Muçulmanos, residentes em Espanha. Esta exigência tinha como base o desejo de D. Manuel fazer guerra contra os Mouros em África e contra o Turco, para o que esperava contar, em caso de necessidade, com o apoio dos sogros<sup>53</sup>.

Em Novembro do mesmo ano, o embaixador dos Reis Católicos em Lisboa, comentava em carta que lhes dirigia com novas da corte portuguesa, que os exércitos se preparavam para passar a Ceuta e acrescentava, “*y dizem que todavia determina el señor rey de pasar allende*”<sup>54</sup>. Um ano mais tarde, constava em Espanha que os Portugueses tinham conquistado a cidade de Sabá e que um mercador do Cairo, Jacob Roxo, contava em Nápoles as vitórias portuguesas sobre o Turco no mar Vermelho<sup>55</sup>. Por isso, numa festa no paço em honra da família real portuguesa, um dos momos cantava em frente de D. Maria:

*“Rey y reina y eçelente  
a quien reynos non nonbrados  
ocultos nunca fallados  
deldel cabo de Oriente  
obedeçen nuevamente  
a quien yeslas y tesoros  
encubiertos  
por caminos nunca çiertos  
conquistando muchos moros  
te son todos descubiertos.”*<sup>56</sup>.

A África e o Turco seriam objecto de troca de variada correspondência entre Portugal e Espanha, aparecendo aquele reino zeloso e cioso do domínio das terras de além mar, em África, assim como de um papel de sustentáculo da cristandade. Em 1501, D. Manuel enviava cartas, de que conhecemos as minutas, a várias individualidades sobre a guerra em África.

---

<sup>53</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal.....*, vol. III, pp. 31 e 32.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 84.

Nelas destacava diversas mensagens: as mercês que Deus concedera a Portugal eram razão do serviço do reino em África; as despesas dever-se-iam destinar à guerra exclusivamente; os exércitos preparados por cada uma dessas individualidades deviam constituir tropas de elite; o embarque seria em 1502, devendo encontrarem-se preparados e prontos em Fevereiro, para tal efeito<sup>57</sup>.

Neste ano, D. Manuel armava galés contra Gibraltar, pretendendo conquistar Targa e Tetuão, mas sem sucesso. A armada para defesa do estreito de Gibraltar era entregue a Diogo Lopes de Sequeira o qual recebera do rei instruções precisas para a sua actuação, ou seja, capturar e trazer a Ceuta todos os barcos que se encontrassem no rio de Tetuão e queimar os que não pudesse trazer, *em tall modo que asy de huuma maneira como doutra nam fique nenhuum navio nem barco no dito rio porque este he o principall serviço que ambos nos aves de fazer*". Em seguida, a armada portuguesa deveria tomar e roubar a cidade e *"fazerdes todo mall e dano que poderdes"*. Regressados a Ceuta, o objectivo seguinte seria atacar Targa, *"onde estes dias pasados vos fostes"*, e conquistar o castelo e uma aldeia próxima, fazendo *"todo mall guerra e dano que poderdes e esperamos em Nosso Senhor que façaes aquy boa cavalgada por a segurança que os mouros cuidam que aly tem e o castello vos trabalhaes por deribar e destruir de todo dando o tempo pera ysso lugar. (...) E que se aquy em Targua achardes alguns navios e barcos de mouros asy de guerra como quaesquer outros façaes nelles o que vos mandamos que façaes nos que achardes no rio de Tetuam..."*. A tomada de barcos dos Mouros estendia-se a toda a costa até Melilla. A acção militar teria a duração de um a dois meses no máximo<sup>58</sup>.

O objectivo não alcançado era defender o Mediterrâneo ocidental cristão, africano e peninsular, assim como a costa atlântica portuguesa dos ataques dos Muçulmanos do norte de África, os quais eram azo de insegurança de pessoas, bens e navegação, ao mesmo tempo que fortaleciam a crescente ameaça do Islão sobre a Cristandade. No ano seguinte, D. Manuel preparava o reino para nova tentativa, tal era o *"desejo que tinha de imitar hos reis seus*

---

<sup>57</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, CEHU, Lisboa, vol. IV, pp. 51-52.

<sup>58</sup> *Ibidem*, vol. IV, pp. 56-63; vol. V, pp. 520-529; Damião de Góis, ob. cit., vol. I, p. 140.

*antecessores, & serlhes companheiro na gloria que alcançaram nas conquistas das çidades, villas, castellos, & lugares que na terra destes infieis, elles per suas pessoas, passando em Africa ganharam*"<sup>59</sup>. Com tal finalidade, destinava uma parte das rendas da ordem de Cristo, assim como decidia que os cavaleiros desta ordem fossem lutar no norte de África contra os Mouros<sup>60</sup>.

O propósito de passar a África seria gorado pela necessidade de defender Veneza. Assim, respondia ao apelo de cruzada contra os Turcos feito pela Senhoria, com a armada sustentada com o pedido lançado no reino para passar além do Estreito. Entregue o comando a Rui Teles de Meneses, os Portugueses tentariam, sem sucesso, conquistar o castelo de Mazalquivir, fronteiro à cidade de Orão, após o que seguiriam para Itália, onde acabariam por não ter qualquer participação, a não ser na conquista de uma carraca turca, por recuo dos Turcos na luta contra os cristãos<sup>61</sup>. No entanto, se Rui Teles de Meneses não teve oportunidade de combater o inimigo receado, o mesmo já não aconteceu com o prior do Crato, Diogo Fernandes de Almeida, que, preterido no comando da armada, se exilou em Rodes de onde comandaria uma armada que viria a derrotar o temido infiel, em 1504<sup>62</sup>.

Ao mesmo tempo que desenvolviam o combate contra os infiéis no Mediterrâneo, os Portugueses no Oriente encontravam o mesmo inimigo, nos "*mouros de Meca*"<sup>63</sup>. De facto, os Mouros apareceriam como os traidores, os conselheiros dos reis africanos e do rei de Calecut, inimigos dos Portugueses, os rivais no comércio das especiarias. Poucos eram os amigos fiéis, como Monçaide, o que era óbvio perante a concorrência económica no mesmo espaço, o Índico, agravada pelo facto de Cristianismo

---

<sup>59</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. I, pp. 104-105 e 145.

<sup>60</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tº III, pp. 100 e 107-111.

<sup>61</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. I, pp. 110-113. Aliás, Orão seria conquistada, em 1509, pelos exércitos espanhóis comandados pelo Cardeal Cisneros (Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade*, p. 103)

<sup>62</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, p. 113.

<sup>63</sup> Damião de Góis, ob. cit., p. 137; João de Barros, ob. cit., vol. I, pp. 310-314, 330-331, 340-357, etc.

e Islamismo se apresentarem sempre com um carácter proselitista perante os outros.

A guerra ao infiel muçulmano alargava-se ao Índico, de tal modo que o sultão de Babilónia se queixaria ao papa Júlio II dos dois reis peninsulares pela contínua perseguição que ambos os reinos faziam ao mundo islâmico, ameaçando aquele destruir o Santo Sepulcro e os religiosos que lá se encontravam<sup>64</sup>. O intermediário fora um frade franciscano de origem peninsular, guardião do Monte Sião, o mesmo que comunicaria a missiva ao rei de Portugal, a quem o papa pedia conselho para uma resposta.

Na mesma altura em que D. Manuel obtinha bula de cruzada para as despesas com a guerra contra o Islão, via-se confrontado com a ameaça diplomática do Turco, junto de Roma. A resposta do monarca era a de quem pensava conquistar Meca em breve, *“ho que cremos que per misericordia de Deos sera mui cedo”*, ao mesmo tempo que se vangloriava da autoria da conversão forçada dos Mouros de Granada, junto dos Reis Católicos, como condição para o casamento com D. Maria. Incentivava, ainda, no conselho ao Papa, a Santa Sé a liderar a ideia de uma cruzada de toda a cristandade contra o Turco que dominava nos lugares santos de Jerusalém<sup>65</sup>. Ideia que retomaria em 1506, ao enviar Duarte Galvão a Roma com o objectivo de ser pregada a cruzada contra *“ho gram Turco, & aho Soldam de Babilonia, pera se cobrar ha casa Sancta de Hierusalem, pera ho que elle offereçia sua pessoa, & Regno, com toda ha armada a que seu estado podesse abranjer. Mas ho trabalho que el Rei pelo discurso de toda sua vida tomou sobresta sancta empresa, aproveitou pouco...”*, concluía o cronista. Anos mais tarde, na embaixada de Nuno da Cunha ao papa Leão X, voltaria ao tema da cruzada contra os Muçulmanos sem qualquer sucesso<sup>66</sup>.

Jerusalém aparecia como uma obsessão da corte portuguesa, quer por parte de um rei que a queria devolver à cristandade, quer por parte de um familiar próximo, o duque de Bragança, D. Jaime, que se propunha ir como

---

<sup>64</sup> No cerco de Diu, foram tomadas pelos Portugueses algumas bandeiras do sultão de Babilónia as quais seriam enviadas a D. Manuel, que as mandou colocar no convento de Cristo, em Tomar. A sua iconografia era um cálice com a hóstia erguida, pelo facto de o sultão ter conquistado a Casa Santa de Jerusalém (Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, cap. 39, p. 124).

<sup>65</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, cap. 93, pp. 201-205.

<sup>66</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, p. 39; vol. II, Parte II, pp. 185-188.

<sup>67</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. I, p. 138.

franciscano até à cidade santa ao abraçar o ideário de Beato Amadeu, o que o soberano não viria a permitir<sup>67</sup>.

A falta de cereais e a consequente fome, a peste e os custos elevados com a armada da Índia, faziam em 1506<sup>68</sup>, D. Manuel desculpar-se perante o sogro de não o acompanhar na passagem a África, como estava determinado. Mas se não mandava avançar os exércitos, não deixava de exercitar a espionagem e a propaganda dos feitos dos Portugueses no Oriente, em terras do norte de África, tal como o fazia na Europa<sup>69</sup>. Assim, em Agosto daquele ano, enviava Lopo Fernandes com instruções específicas sobre o que devia observar, saber e fazer em terra de Mouros.

O contacto era Diogo de Azambuja, alcaide do castelo de Mogadouro, entretanto edificado<sup>70</sup>, que lhe devia fornecer meios para explorar o território inimigo, mesmo o dos Mouros que tinham paz com Portugal, em termos de defesa natural, de água, de produtos agrícolas, de gentes, de armas, de mercadorias para o comércio, não esquecendo nunca de incutir a importância da fortaleza portuguesa de Safim como um local de trato, onde eles poderiam comprar as especiarias orientais que se encontravam nas mãos dos Portugueses e não nas dos Muçulmanos, como até então acontecera.

A propaganda do poder português no Oriente era pretexto para mostrar a superioridade de Portugal frente ao Turco no Índico, ao mesmo tempo que traçava a estratégia para o comércio das especiarias nas praças portuguesas, nomeadamente em Safim, a qual assentaria em mercadorias várias, onde os cereais não seriam de somenos importância em época de carestia, e em informações vitais para a compreensão das movimentações políticas no norte de África, cujo objectivo era a sua reconquista para a cristandade<sup>71</sup>. Entretanto, Fernando o Católico não descurava um potencial espaço de expansão como era o norte de África. Assim, no ano seguinte, circulavam notícias de que D. Fernando pretextava conquistar Tremecem<sup>72</sup>.

---

<sup>68</sup> Lembremo-nos que, neste ano de 1506, ocorreu o levantamento contra os Cristãos Novos, sendo uma das suas causas a fome e a carestia, provocadas pela escassez de cereais e a peste. Vd. Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, ed. Presença, Lisboa, 1987.

<sup>69</sup> Luís Filipe Thomaz, ob. cit., p. 91, nota 28.

<sup>70</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte II, p. 40.

<sup>71</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 16-19 e 253-268. Vd. *Ibidem*, pp. 283-289.

<sup>72</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, p. 153; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, p. 817.

Entendendo a guerra contra os infiéis um desígnio dos reis peninsulares, ambos, em 1509, procuravam negociar a partilha de África, após o litígio diplomático levantado com a conquista espanhola de Velez la Gomera aos Mouros do norte de África, “*que nuestra y de la corona de nuestros reynos, por ser cosa como es de nuestra conquista del reyno de Fez, y por los límites que quedaron por determinar en la costa de Berberia, de los limites del reyno de Fez fasta el cabo Bojador y de Non, donde comiençan las marcas de Guinea...*”<sup>73</sup>.

Em 1510, os boatos de que D. Fernando pensava passar a África e conquistar Tetuão foram motivo de protesto por parte de D. Manuel, que afirmava “*que nisto nos toca e se nos deve guardar.... e que lhe rogamos muyto que elle proveja logo acerqua dyso, avysamdo seus capitães que de tall cousa se nom entremetam...*”. Em jeito de desafio, o Rei Católico respondia ao monarca português, incitando este a armar uma armada contra os piratas do norte de África que lhe atacavam o litoral<sup>74</sup>.

O medo em relação ao avanço do Turco e as cisões na cristandade reflectiam-se na política peninsular. Na corte de Espanha, receava-se o avanço de França em terras deste reino por causa de Navarra e via-se a aliança dos Franceses com os Turcos como um desejo de destruir a Espanha<sup>75</sup>. A união da França com o Otomano levava Delumeau a escrever que este não era sentido como um perigo pelos franceses que não tinham consciência de estar a “trair” a cristandade. Pelo contrário, o “medo” face ao Turco era uma questão de mentalidade sentida por Roma<sup>76</sup> e, acrescentaria eu, pelos reis peninsulares, os únicos que falavam em cruzada e procuravam responder ao apelo do Papa para uma cruzada contra

---

<sup>73</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, pp. 160.174. Estes acordos não eram novos, datando a primeira divisão de África do reinado de D. João II, soberano que estava mais preocupado com a defesa da costa ocidental de África das investidas espanholas do que com a conquista da África marroquina. (*Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. II, p. 187; *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 45-46. Este documento encontra-se mal datado, pois foi-lhe atribuído, embora com reserva, o reinado de D. João III).

<sup>74</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. III, pp. 186 e 188-192. respectivamente.

<sup>75</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. III, p. 205.

<sup>76</sup> Jean Delumeau, *La peur en Occident*, pp. 264-265.

os infiéis. Maquiavel, na sua comédia *A mandrágora* perguntava se o Turco chegaria a Itália<sup>77</sup>. O medo aparecia aliado à ideia do fim dos tempos, entre os cristãos, mesmo que a classe política pretextasse em alianças e no desenvolvimento do comércio, como acontecia com a França.

Em 1512, D. Manuel felicitava o mestre de Rodes e a vitória que alcançara sobre o sultão, ao mesmo tempo que salientava a vitória portuguesa no mar Vermelho, em nome da fé católica. O objectivo era Jerusalém, como veremos: “... *ut orientalis et inclita operatio nostra pro fidei catholicae exaltatione catholicis etiam armis vestris vivetur in nostro orbe ab illo orientali tam longinquo et prope relegato admanifestum scilicet divini iudicii contra sarracenos indicium et christianorum cordium invitamentum ut sic quidem ipsius Mahumetus ab utroque orbe christianis armis confossus perpetuo exterminetur excidio et demum annuncietur in Sion ultio domini et laus ejus in Hierusalem*”<sup>78</sup>.

Por esta altura, libertava Afonso de Albuquerque o embaixador do Preste João ao rei de Portugal, o qual estava cativo em Dabul. Na carta que enviava a D. Manuel sobre este assunto, Albuquerque não se eximia a comentar quão pouco defendida estava Meca, sendo cidade fácil de conquistar, assim como Judá<sup>79</sup>. E acrescentava “... *se Vosa Alteza vise ho que vay na Imdia depois que souberam que este era embaxador do Preste João parecer lhe ia prenostica dalguma mudamça gramde tam asombrada esta a jemte da Imdia. Prazera a Noso Senhor que sera começo da destruyçam da casa de Mequa que me a mym parece muy pequeno feito d’acabar porque he terra muyto fraca sem jemte d’armas. Os alarves vivem muy lomje na cidade de Mequa nam ha senam jemte de comtas de rezar na mão e alfenados sen nenhuma arma. Em Juda avera hy cemto e cimquoenta mamalucos que ha senhoream e colhem eses direitos*”<sup>80</sup>.

Este embaixador da Etiópia, representante da rainha Helena, trazia a ajuda deste reino na luta contra o Turco, ao mesmo tempo que oferecia as relíquias do Santo Lenho ao rei de Portugal. Ao mesmo tempo que prometia o auxílio por terra contra o ataque por mar dos Portugueses, avançava com

---

<sup>77</sup> Cit. in Franco Cardini, *Europe et Islam. Histoire d’un malentendu*, eds. du Seuil, Paris, 2000, p. 212.

<sup>78</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 230-232.

<sup>79</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 299-302.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 301.

uma profecia que corria no reino dos Abissínios: “*Este he ho tempo segundo dizem, em que dixeu Iesu Christo a sancta Maria sua madre, que no derradeiro tempo se aleuantaria hum Rei da parte dos Frangues, & que este daria fim a hos Mouros, & este he ho mesmo tempo em que Christo ho prometeo a sua madre*”<sup>81</sup>. Segundo o padre Francisco Álvares, quer o discurso do embaixador português ao rei da Etiópia, quer as crenças que corriam neste reino, revelavam que as esperanças da conquista de Jerusalém e da destruição de Meca coabitavam nos dois povos, sendo entre os abissínios confirmadas por profecias várias como a do último papa abexim, o centésimo e último, o qual acabara de falecer<sup>82</sup>.

O medo cristão perante o avanço dos Turcos fazia o Rei Católico congratular-se com a vitória portuguesa sobre estes no Mar Vermelho e felicitar-se pelas pazes conseguidas entre os vários reinos cristãos, de modo a conjugarem-se os esforços para uma grande armada contra os infiéis, quer pelo Mediterrâneo, quer pelo Mar Vermelho. Aqui actuariam os Portugueses e os súbditos do Preste João. Estávamos em 1514<sup>83</sup>.

Neste mesmo ano, uma bula de Leão X concedia a D. Manuel as terças das rendas eclesiásticas de Portugal para a guerra de África “*contra perfidos Feccensium et Maroquitarum reges*”<sup>84</sup>. De facto, os avanços dos reis de Fez e de Marrocos punham em causa a presença portuguesa nas praças do norte de África, bem como os reinos mouros em paz com Portugal<sup>85</sup>. Ainda em 1513, Gil Vicente representara o auto “*Exortação da guerra*”, quando da partida do duque de Bragança para Azamor e pela voz de Aníbal exclamava:

*“Deveis, Senhores, esperar  
Em Deos que vos ha de dar  
Toda Africa na vossa mão.  
Africa foi de Christãos,*

---

<sup>81</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. II, Parte II, p. 197.

<sup>82</sup> Pe. Francisco Álvares, *Verdadeira informação sobre a terra do Preste João das Índias*, eds. Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, vol. 39, Lisboa, 1989, vol. I, p. 140 e vol. II, pp. 36 e 43.

<sup>83</sup> *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*, vol. III, pp. 235-236.

<sup>84</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, pp. 449-459

<sup>85</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. II, Parte III, pp. 184, 238, 243-246; Parte IV, pp. 9-19, 66-68.

*Mouros vo-la tem roubada.*

(....)

*He guerra de devação,  
Por honra de vossa terra,*

(...)

*Sua Alteza determina  
Por acrescentar a fé  
Fazer da mesquita Sé  
Em Fez por graça divina.  
Guerra, guerra mui continua  
He sua grande tenção.”<sup>86</sup>*

A África muçulmana e a Terra Santa foram desígnios interiorizados em Portugal, constituindo um partido de opinião que se iria afirmar comopositor ao do Oriente. O infiel aparecera, desde o início do reino, como o motor ideológico da sua força interna e externa. Com ele se fizeram mártires, como o infante D. Fernando, com ele se afirmara carismaticamente Portugal. Por essa razão, D. João II não esquecera de explicitar no seu testamento, em ementa, “*Cepta e Tanger nom sair destes regnos por pressa nem trabalho que venha*”<sup>87</sup> e D. Manuel retomava o mesmo élan no seu testamento, ao enviar um romeiro a Jerusalém, por sua memória, e ao encomendar ao seu sucessor o “*acreceentamento da nossa samta fee catholica*”, em qualquer parte, construindo, nomeadamente, em África, no mar Vermelho e na Índia fortalezas para esse efeito<sup>88</sup>.

Damião de Góis escreveria a este respeito: “*Em quanto elRei viveo sempre seu desejo, & vontade foi passar, em Africa, pera pessoalmente fazer guerra ahos Mouros, mas ho tempo, & successo delle nunca lhe quis a isso dar azo...*”<sup>89</sup> e João de Barros referia, na alocução de D. Manuel aos capitães da armada para a Índia, que o reino de Fez era conquista de Portugal<sup>89</sup>.

O sonho da África portuguesa e cristã iriam levar D. Manuel, após a morte de D. Maria, a desejar ir residir no Algarve para mais de perto

---

<sup>86</sup> Gil Vicente, “Exortação da Guerra”, in *Obras Completas*

de Gil Vicente, Porto, 1965, pp. 214-216.

<sup>87</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, pp. 88-98.

<sup>88</sup> *Ibidem*, pp. 111-163.

<sup>89</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. I, Parte I, p. 145.

<sup>89</sup> João de Barros, ob. cit., vol. I, p. 272.

comandar a empresa contra os Mouros marroquinos, ao mesmo tempo que se predispunha a viver em recolhimento. Neste final de vida ainda tentaria conquistar Tetuão, sem qualquer resultado<sup>90</sup>, ao mesmo tempo que legava esmolas à Casa Santa de Jerusalém e ao Monte Sinai<sup>91</sup>.

Anos mais tarde, esse desejo seria chamado à colação, nos pareceres pedidos por D. João III sobre as praças portuguesas no norte de África. De facto, os projectos de Portugal conquistar Fez e Marrocos seriam acentuados por alguns altos dignatários da nobreza e da Igreja, a propósito do abandono de Safim e Azamor<sup>92</sup>. A memória dos feitos de D. Manuel fazia Manuel de Sousa escrever no conselho pedido: “*pois falar em el rey seu pay que sancta grorya aja me parece muy escusado pois a tam pouco que passou e esta aynda a memorya muy fresca da grande comquysta que sempre sosteve não somente nas partes que dos outros numca fforam cometidas mas aynda naquelas cuja notycya nynguem alcançou nem aos passados fforam manyffestas. As quais não somente someteo a seu sennhoryo mas a mor parte converteo a ffe e trouxe ao conhecimento da verdade que era principall causa e fundamento com que tantos trabalhos e gastos soffrya tanto que se pode bem dizer que descobryo outro novo mumdo e que com sua boa ventura hya tanto avamte que parecy a que em pouco tempo se ffizera senhor de maior parte do mundo do que ate seu tempo per nenhum principe foy conquistado*”<sup>93</sup>.

Guerra de África que tinha a perspectiva de cruzada pela fé, com a componente escatológica da salvação eterna para todos os que nela participavam. Não era Gil Vicente quem fazia entrar imediatamente na barca do céu, os cavaleiros que morriam no norte de África a lutar e a morrer por Cristo e punha na boca da Fama D. Manuel como o *alferes da fé*, por quem Meca e Adem eram atribuladas?<sup>94</sup>. O mesmo Mouro que contrabalançava o *mar profundo* na epopeia d’*Os Lusíadas* e a mesma guerra que dava voz ao Velho que, nas praias do Restelo, clamava contra a “glória de mandar”,

<sup>90</sup> Damião de Góis, ob. cit., vol. II, Parte IV, pp. 61, 66-68, 118.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 200.

<sup>92</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, pp. 832-859 e, nomeadamente, pp. 847 e 854.

<sup>93</sup> *Ibidem*, pp. 847-848.

<sup>94</sup> Gil Vicente, “Auto da Barca do Inferno”, in ob. cit., pp. 246-247; *Idem*, “Auto da Fama”, in ob. cit., pp. 126-127.

a “vã cobiça / Desta vaidade a quem chamamos Fama”, quando perto do reino “Deixas criar às portas o inimigo,” “Não segue ele do Arábio a lei maldita, / Se tu pela de Cristo só pelejas?”<sup>95</sup>.

O sonho de uma África portuguesa e cristã adormecia com D. Manuel. Trocada pelas especiarias do Oriente, a luta contra a moirama no norte de África desmoronava-se com a entrega de algumas praças portuguesas, conquistadas no tempo do rei Venturoso e de Alcácer Ceguer e de Arzila tomadas por D. Afonso V, por seu filho D. João III. Ceuta e Tânger ficariam como derradeiros baluartes da presença portuguesa<sup>96</sup>. Mas se a estratégia da política real tinha mudado de rumo, tal não sucedera com o imaginário popular de cariz milenarista que via no rei Piedoso, o rei justo, pacífico e bom, nem com a poesia erudita da época. O poeta António Ferreira cantá-lo-ia como o “Rei justo, Rei clemente, Rei pacífico, / Rei homem, Rei e pai, senhor e amigo” “De Bárbaros espanto, amor, e medo. / Luz clara de inféiis; coluna firme / Da católica Fé; de idolatrias / Falsas destruidor; paz do teu Reino”<sup>97</sup>.

De facto, as *Trovas* de Bandarra, o sapateiro de Trancoso, ou as obras de alguns poetas humanistas são as duas faces de um mesmo espelho, iluminado pela esperança do *Português Império, que assim toma / Senhorio por mar de tanta gente, / Tanto bárbaro ensina, vence, e doma*<sup>97bis</sup> era o último império e de que o fim dos tempos estava próximo. Agravava esta crença a desordem que grassava no interior da Cristandade, onde os luteranos viam nos Turcos o flagelo de Deus sobre a Igreja católica, a “besta” Roma, tal como acontecia com as crenças messiânicas dos cristãos novos populares<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto IV, estrofe 100.

<sup>96</sup> Vd. Maria Leonor Garcia da Cruz, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, in *Mare Liberum*, Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, nºs 13 e 14.

<sup>97</sup> António Ferreira, *Poemas Lusitanos*, ed. Sá da Costa, vol. II, pp. 35 e 34.

<sup>97bis</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>98</sup> Franco Cardini, ob. cit., pp. 216-217. Sobre as crenças messiânicas dos cristãos novos, vd. Maria José Ferro Tavares, “Para o estudo dos judeus de Trás-os-Montes, no século XVI: a 1ª geração de cristãos novos”, in *Revista Cultura História e Filosofia*, Centro de História da Cultura, UNL,

Bandarra dedicava as suas *Trovas* a D. João III, conforme declarou aos Inquisidores. Nelas estava bem presente o cunho milenarista com a crítica à Igreja e aos costumes dissolutos da sociedade, as referências várias às dez tribos perdidas de Israel, ao AntiCristo associado à tribo de Dan, à profecia de Daniel, ao rei “encoberto”, ao imperador vencedor dos Turcos, à excelência de Portugal e do seu rei, o qual “*Os outros Reis mui contentes*” são “*De o verem Imperador*” e à universalidade do cristianismo:

“*Todos terã um amor,  
Gentios como pagãos,  
Os Judeos serão Christãos,  
Sem jamais haver error.  
Servirão um so Senhor  
Jesu Christo, que nomeio,  
Todos crerão, que ja veio  
O Ungido Salvador*”.<sup>99</sup>

O cerco a Malta pelos Turcos, em 1564, iria fazer reviver a ideia da cruzada religiosa. Os Espanhóis tornar-se-iam os heróis desta gesta, em que os Turcos foram expulsos de Malta em 1565 e em 1571 derrotados em Lepanto. Os anti-heróis, mais que os Turcos, seriam os renegados cristãos que pululavam no norte de África e junto do Turco. Bénassar escrevia o seguinte em obra recente: “*Constat déconcertant si l’on songe que l’aventure collective des “renégats” a concerné presque tous les peuples européens et qu’elle a forgé des destins d’exception* » e Vieira não se esqueceria de mencionar, anos mais tarde, numa das suas cartas o boato que corria de que

---

1985, vol. IV; *Idem*, “Características do messianismo judaico em Portugal”, in *Estudos Orientais II – O legado cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, FCSH-UNL, 1991, pp. 245-266. Sobre as ideias milenaristas que correm na época de Lutero, Vd. Norman Cohn, *Na senda do milénio. Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*, ed. Presença, 1980 (1ª ed. 1957), pp. 207-229.

<sup>99</sup> Vd. Elias Lipiner, *Gonçalo Eanes Bandarra e os Cristãos-Novos*, Trancoso, 1996 (contém as *Trovas* do Bandarra e o seu processo no Inquisição); Maria José Ferro Tavares, *Características do messianismo judaico em Portugal*, pp. 248-266; J. Lúcio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo*, Clássica Editora, Lisboa, 1947; J. Van den Basselaar, *O Sebastianismo – História sumária*, Biblioteca Breve, ICALP, 1987.

o rei de Argel era português <sup>100</sup>. Eles eram os *elches* que se iam apresentar aos Inquisidores e obter a absolvição da sua culpa.

Mas na história portuguesa, enquanto a Espanha se tornava vitoriosa na luta contra o Islão no Mediterrâneo Ocidental, Portugal encetava um combate que terminaria numa derrota e na perda da independência nacional perante o reino vizinho. Em Alcácer Quibir morreu um rei *desejado* pelos Portugueses e nasceu o mito do *encoberto*. O primeiro morreu lutando contra os infiéis muçulmanos, desiderato último de uma educação e de um sentir colectivo que faria Camões, entre muitos outros, cantá-lo como *novo temor da maura lança*<sup>101</sup>; o segundo sairia vitorioso nessa luta e conduziria Portugal a reino cabeça da monarquia universal, cuja sede era Jerusalém.

A subjugação a Espanha faria exaltar o milagre de Ourique, no seu duplo significado: a independência nacional face ao reino vizinho e a vitória sobre o mouro<sup>102</sup>. A parenética seiscentista retomá-lo-ia nos dois sentidos, embora aqui apenas nos interesse a luta contra o Turco, que tomará cambiantes milenaristas em alguns pregadores como Vieira ou o italiano António Ardizzone Spínola. Este no seu sermão “Saudades da Índia” exaltava o medo que os Portugueses produziam nos Turcos e nos gentios por essas paragens do Oriente.<sup>103</sup> Noutro Sermão, referindo-se ao milagre de Ourique e à missão de Portugal, afirmava: “*Mas quando entre os Christãos escolheo a Nação Portuguesa, como mais favorecida, & amada, lhe não quiz dar nome de povo, mas de Imperio, para sogeitar muitos povos, render*

---

<sup>100</sup> Batolomé Bennassar e Lucile Bennassar, *Les Chrétiens d'Allah. L'Histoire extraordinaire des renégats. XVe-XVIIe siècles*, eds. Perrin, 2001 ; António Vieira, *Cartas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1971, vol. II, p. 20.

<sup>101</sup> Vd. Sampaio Bruno, *O Encoberto*, Porto, 1904; Queirós Veloso, *D. Sebastião*; F. Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, eds. Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, n° 28. Não nos esqueçamos que as profecias inseridas no *Livro maravilhoso*, editado em França em 1565, falava da derrota total do Islão para 1580 (Vd. Roger Prévost, *Nostradamus, le mythe et la réalité. Un historien au temps des astrologues*, eds. Robert Laffont, Paris, 1999, p. 235.

<sup>102</sup> Vd. sobre este assunto: Ana Isabel Buescu, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, INIC, 1987; João Francisco Marques, *A parenética portuguesa e a Restauração. 1640-1668*, INIC, Porto, 1989, vol. II, pp. 109-145.

<sup>103</sup> Sermão, transcrito por Nunziatella Alessandrini, mestranda do Mestrado de Estudos Portugueses Interdisciplinares, 2001.

<sup>104</sup> Cit. por João Marques, ob. cit., vol. II, p. 168.

*muitos Reys, conquistar muitos Reynos, senhorear muitos mares, & por meio da prègação Evangelica dilatar a Fè Catholica nas mais vastas provincias, & terras dos Mouros, & Gentios (...)*<sup>104</sup>.

Outros poderiam ser citados, mas apenas me vou deter em António Vieira pela riqueza da sua informação. A longa guerra da Restauração contra a Espanha fazia-o lamentar o sangue derramado que melhor fora empregue no combate “*contra os inimigos da fé*”<sup>105</sup>, em carta dirigida a D. Rodrigo de Meneses e datada de 1664. De facto, o avanço dos Turcos no ano anterior conquistara cidades do Império, cercara Praga e cortava o socorro a Viena. Mas o Turco não representava apenas o inimigo da cristandade, presente nos preparativos de guerra que se adivinhavam quer em Constantinopla quer em Cândia. Ele apresentava-se, para Vieira, como o flagelo da cristandade e o prenúncio dos últimos tempos pelo que escrevia de Roma àquele fidalgo “*Sempre me animei muito com os oráculos, que têm prometido a vitória do Turco às armas de Portugal, debaixo do governo do Sr. Marquês de Marialva, cuja fama é tão grande por todo o mundo de Levante, que ela só leva consigo a metade da vitória.*”

*As esperanças, que não quero chamar profecias, se vão dispendo por seus passos contados. Estamos no fatal ano de setenta, e o Turco fica fazendo em Constantinopla e Cândia os maiores aparatos de guerra, que nunca jamais se viram; e como estes são pela maior parte marítimos, ainda que Alemanha e Hungria eram as que mais se temiam, já se entende que dará o raio em Itália...*<sup>106</sup>.

Por isso, em carta a Duarte Ribeiro de Macedo, ao mesmo tempo que dava informações sobre os preparativos e o ataque que se esperava para Março, insinuava a conquista de Jerusalém pelo marquês de Marialva. Noutra repetia os boatos que circulavam em Roma, sobre os objectivos da armada e do exército turco: a Polónia, a Hungria, a Croácia, Malta ou Sicília. Ao mesmo tempo censurava a atitude de um príncipe polaco que prestara vassalidade ao sultão da Turquia<sup>107</sup>. Em Maio, na missiva a

<sup>104</sup> Cit. por João Marques, ob. cit., vol. II, p. 168.

<sup>105</sup> António Vieira, *Cartas*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1971, vol. II, p. 94.

<sup>106</sup> *Ibidem*, pp. 21, 288-289, 298-299.

<sup>107</sup> *Ibidem*, pp. 310, 319, 323.

D. Rodrigo de Meneses deixava transparecer o medo que se vivia em Roma, ao escrever “*Desta banda não há novidade mais que andar o mar Adriático infestado de galés do Turco, cujos intentos se não descobrem e se temem sejam maiores*”<sup>108</sup>.

É uma Europa tensa que as cartas de Vieira deixam transparecer: amedrontada com o Turco, em guerra interna entre a Polónia e os Tártaros, entre a Hungria e o Império, entre a França, encabeçada pelo “Rei Cristianíssimo”, contra os Países Baixos, a Alemanha ou a Inglaterra. Uma Europa, onde a Leste, começava a emergir o poder da Rússia, acompanhado da restauração da Igreja ortodoxa de que Moscovo se declarava herdeira da Igreja de Constantinopla/Bizâncio e guia espiritual da cristandade ortodoxa.

## Conclusão

Medo suposto e medo vivido/sentido fizeram nascer mitos e estereótipos sobre os vários *Outros*, fossem eles os Judeus, os Muçulmanos ou os Turcos, ou as religiões cristãs ortodoxa e reformadas. Mas ao medo de uma Europa mediterrânica e oriental que se sente sufocar perante o avanço do Islão, graças aos exércitos turcos, constituídos por cristãos renegados, contrapunha-se uma Europa atlântica em expansão para novos mundos e que tomava consciência de um cosmos global, universal onde os *Outros* gentios eram omnipresentes.

Nesta dialéctica renasceram as leituras apocalípticas de Joaquim de Fiora a Sta. Hildegarde ou Sta. Brígida a beato Amadeu, Bandarra ou Nostradamus. Angústias escatológicas que identificavam cada acontecimento social ou humano ou cada sucesso cosmogónico como um prenúncio dos últimos tempos ou como a eterna esperança de um mundo melhor e mais justo em que o Bem sairia sempre vencedor do Mal. Ao mesmo tempo, nasceram também outros Messias para os Judeus, como Sabatai Tzevi, e a frustração do seu regresso a Jerusalém, encabeçados pelo rei-messias. O regresso a *Eretz Israel*, a Terra Prometida, permanecia na memória histórica deste povo assim como na sua crença apocalíptica da vinda próxima do seu rei-Messias.

Como recentemente escreveu Eugen Weber, “*L’apocalypse a longtemps livré la clé de l’histoire humaine. Quand bien même elle n’offrirait plus aujourd’hui qu’une glose d’esprits simples sur l’histoire, elle mérite qu’on l’étudie sérieusement*»<sup>109</sup>. Ou como diria Wagner, a propósito da sua obra “O crepúsculo dos Deuses”, “*Tudo o que a humanidade fez, ordenou e estabeleceu, concebeu-o apenas no receio do seu fim*”<sup>110</sup>.

---

<sup>110</sup> Cit. in *Ibidem*, p. 25.

<sup>110</sup> Eugen Weber, *Apocalypses et milénarismes*, Fayard, Paris, 1999 (1.º ed. Harvard University Press 1999), p. 12.